

**DEIVID APARECIDO COSTRUBA**

**PARA ALÉM DO SUFRAGISMO: A contribuição de Júlia Lopes de Almeida à história do feminismo no Brasil (1892-1934)**

**ASSIS**

**2017**

**DEIVID APARECIDO COSTRUBA**

**PARA ALÉM DO SUFRAGISMO: A contribuição de Júlia Lopes de Almeida à história do feminismo no Brasil (1892-1934)**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutor em História (Área de conhecimento: História e Sociedade)  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Zélia Lopes da Silva  
Bolsista: CNPq

**ASSIS**

**2017**

Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca da  
Universidade Estadual de Londrina

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Costruba, Deivid Aparecido

C842p            Para além do sufrágio: a contribuição de Júlia Lopes de Almeida à  
história do feminismo no Brasil (1892-1934) / Deivid Costruba Aparecido,  
2018.  
200 f. : il.

Orientador: Zélia Lopes da Silva  
Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio  
de Mesquita Filho. Faculdade de Ciências e Letras, Assis.  
Inclui Bibliografia.

1. Feminismo - Brasil. 2. Mulheres. 3. Intelectuais. 4. Sufrágio. 5.  
Almeida, Julia Lopes de. I. Silva, Zélia Lopes da. II. Título.

396 (81)(091)

## **DEIVID APARECIDO COSTRUBA**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutor em História. (Área de conhecimento: História e Sociedade)

Data da Aprovação 01/12/17

### **COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**PRESIDENTE: PROFA. DRA. Zélia Lopes da Silva – UNESP/ASSIS**

---

**MEMBROS: PROFA DRA. Tânia Regina de Luca – UNESP/ASSIS**

---

**PROFA DRA. Lídia Maria Vianna Possas – UNESP/Marília**

---

**PROFA DRA. Roseli Teresinha Boschilia – UFPR/Curitiba**

---

**PROFA DRA. Priscila David – UNIP/ASSIS**

**À minha mãe**

## **AGRADECIMENTOS**

A elaboração de uma tese de doutorado demanda tempo e auxílio de inúmeras pessoas que possibilitam ao historiador uma pesquisa tranquila e sem atropelos. Com o pesar de algum esquecimento, agradeço aqueles que colaboraram diretamente ao longo dessa trajetória.

À professora Zélia Lopes da Silva, pela amizade, dedicação e empenho na orientação desta pesquisa. A ela, registro minha eterna gratidão.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento da pesquisa.

Ao professor da banca de qualificação, Antônio Celso Ferreira, pelas orientações precisas e substanciais.

Aos professores da defesa deste doutorado, Lídia Maria Vianna Possas, Roseli Boschilia, Priscila David Domingos, pela leitura cuidadosa do texto. À professora Tania Regina de Luca, pela participação e arguição sempre atenta na qualificação e na defesa deste doutorado.

Ao neto da escritora Júlia Lopes de Almeida, Dr. Claudio, pela generosa recepção no Rio de Janeiro, quando estive em sua casa para consultar o acervo que permanece sob sua curadoria.

À bibliotecária Marilene Maria Lopes Lucena, que confeccionou a ficha catalográfica deste trabalho.

Aos funcionários do Real Gabinete de Leitura (RJ), da Biblioteca Nacional (RJ), do Arquivo Nacional (RJ) e da Biblioteca Mário de Andrade (SP).

Aos secretários e amigos do Programa de Pós-Graduação da UNESP, do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP) e da biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras de Assis (FCL/UNESP).

À minha mãe, Alice Costruba, por sempre me apoiar no caminho da leitura e das artes.

À Patrícia Trindade Trizotti, pelo amor e pela companhia nesses mais de onze anos de união.

Aos amigos da biblioteca da UNESP de São Vicente, especialmente Maria da Conceição Gomes da Silva e Dirceu Simighini.

Aos amigos da UNESP de Assis, Anelize Vergara, Danilo Silva, Danilo Bezerra, Danilo Ferrari, Camila Bueno, Mirian Garrido, Carolina Duarte, Wellington Amarante, Adriana Poor e Samara Lucas Yonamine. Em especial para aos estimados amigos Daniel da Silva Bernardo, Renan Bertotti Guedes, Ellen Karin Dainese Maziero e Edilce Macedo Hampe Barbosa.

As minhas leitoras que me desculpem,  
Lembrando-se que isto não é literatura, mas uma palestra apenas.  
**(Julia Lopes de Almeida)**



**COSTRUBA, Deivid Aparecido. PARA ALÉM DO SUFRAGISMO: A contribuição de Júlia Lopes de Almeida à história do feminismo no Brasil (1892-1934). 2017. 200f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2017.**

## **RESUMO**

O objetivo desta pesquisa é analisar a trajetória feminista de Júlia Lopes de Almeida no complexo cenário de luta pela emancipação da mulher, na virada do século XIX até o início da década de 1930. A escritora, não raro, foi caracterizada pela cordialidade e afabilidade de suas posturas, ao julgar pela sua atitude de não confronto ao *status quo*. Por pertencer a um grupo de mulheres letradas e ricas, na condição de filhas, esposas, mães de homens poderosos, que integravam altas esferas políticas, conquistou crescente aceitação e reconhecimento social, ensejo dedicado a alargar e tencionar os limites do feminino, radicalizando seu pensamento e atitudes de maneira progressiva.

A trajetória de manifestações dessas mulheres de elite, entretanto, originou-se na década de 1830. No decorrer de tal século, de ações isoladas de diferentes protagonistas ou grupo de mulheres que reivindicaram o direito à instrução e ao trabalho, passou-se no século seguinte à criação de instituições que acarretaram, em meio a ações de um novo tipo de filantropia a um incipiente e organizado movimento feminista. Este contou com a liderança de figuras que marcaram a cena política e cultural do país. Neste cenário de luta pela independência, pelo trabalho, pelo divórcio e pelo sufrágio feminino, pode-se destacar a escritora Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), que fazia parte de um grupo que se empenhou pelo “progresso” da mulher brasileira. Cabe destacar, que outra vertente do movimento contava com mulheres de camadas sociais mais pobres, cuja educação ocorrera muitas vezes pelo autodidatismo, mas que também encontraram mecanismos para proporem suas pautas.

Dessa forma, no que diz respeito ao suporte teórico-metodológico dessa pesquisa, de acordo com Joan W. Scott, essas mulheres sufragistas, as cidadãs paradoxais, podem ser interpretadas como arenas, tendo em vista os embates políticos e culturais que enfrentavam, bem como as múltiplas maneiras pelas quais essas mulheres se construíram como “atores históricos”. Além de Scott, Jean-François Sirinelli elucidou a importância de se verificar as estruturas elementares do microcosmo social, ambiente profícuo para analisar o movimento de ideias, a fermentação intelectual e o debate de profusões e convicções.

Cumprido lembrar, ainda, que a escritora Júlia Lopes de Almeida, além do envolvimento na área intelectual, utilizou-se dessa profissão para promover eventos beneficentes, oportunidade que viajou o país com sua literatura e sua política de cuidados aos mais necessitados. Mais do que isso, na companhia de seu marido, o poeta Filinto de Almeida (1857-1945), Júlia Lopes realizou nas dependências do “Salão Verde”, espaço localizado na casa da família no bairro de Santa Tereza, eventos de caridade, encenação de peças teatrais autorais e concertos musicais. Em tal espaço também discutiu-se sobre as ideias e movimentos literários no Brasil, oportunidade em que a escritora divulgou suas ideias e valores sobre o papel das mulheres na sociedade brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Feminismo. Mulheres. Intelectuais. Sufrágio. Julia Lopes de Almeida.

**COSTRUBA, Deivid Aparecido. BEYOND SUFFERING: Julia Lopes de Almeida's contribution to the history of feminism in Brazil (1892-1934). 2017. 200f. Thesis (Doctorate in History) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2017.**

### **ABSTRACT**

The objective of this research is to analyze the feminist trajectory of Júlia Lopes de Almeida in the complex scenario of the struggle for the emancipation of women, in the turn of the nineteenth century until the beginning of the 1930s. The writer was often characterized by the cordiality and affability of their positions, judging by their attitude of non-confrontation with the status quo. Because they belonged to a group of literate and wealthy women, as daughters, wives, mothers of powerful men, who integrated high political spheres, they gained increasing acceptance and social recognition, an opportunity dedicated to extending and intending the limits of the feminine, radicalizing their thinking and attitudes in a progressive way.

The trajectory of manifestations of these elite women, however, originated in the 1830s. In the course of that century, of isolated actions of different protagonists or group of women who demanded the right to education and to work, it happened in the century following the creation of institutions that entailed, in the midst of actions of a new type of philanthropy in which they were involved, in an incipient and organized feminist movement. This one counted on the leadership of figures who marked the political and cultural scene of the country. In this scenario of struggle for independence, work, divorce and female suffrage, we can highlight the writer Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), who was part of a group that worked for the "progress" of Brazilian women. It should be noted that another aspect of the movement had women from the poorer social strata, whose education had often occurred through self-education, but also found mechanisms to propose their guidelines.

Thus, with regard to the theoretical-methodological support of this research, according to Joan W. Scott, these suffragette women, the paradoxical citizens, can be interpreted as arenas, in view of the political and cultural struggles they faced, as well as the multiple ways in which these women have built themselves up as "historical actors." In addition to Scott, Jean-François Sirinelli elucidated the importance of verifying the elemental structures of the social microcosm, a profitable environment for analyzing the movement of ideas, intellectual ferment and the debate of profusion and conviction.

It should also be remembered that the writer Júlia Lopes de Almeida, besides the involvement in the intellectual area, used this profession to promote charitable events, an opportunity that traveled the country with its literature and its care policy to those most in need. More than that, in the company of her husband, the poet Filinto de Almeida (1857-1945), Júlia Lopes held in the dependencies of the "Green Room", space located in the family home in the neighborhood of Santa Tereza, charity events, staged theatrical plays, was the scene of musical concerts, discussions about ideas and literary movements in Brazil, as well as a favorable space for the writer to disseminate her ideas and values about the role of women in Brazilian society.

**KEYWORDS:** Feminism. Women. Intellectuals. Suffrage. Julia Lopes de Almeida.

<b>SUMÁRIO</b>	
<b>INTRODUÇÃO</b>	19
<b>CAPÍTULO 1- JÚLIA LOPES DE ALMEIDA E O FEMINISMO DE SEU TEMPO: LITERATURA, ESCRITA FEMININA E A BUSCA PELO SUFRÁGIO DAS MULHERES (1892- 1934)</b>	36
1.1 – A historiografia sobre o sufrágio feminino no Brasil	38
1.2 – Aspectos histórico-literários do Pré-Modernismo e do Modernismo brasileiro	40
1.3 – Mulheres de letras, escrita e imprensa feminina: a busca pelo espaço no mundo letrado de homens	45
1.4 – <i>Feminismo</i> à brasileira: origem do termo, influências e o(s) movimento(s) sufragista(s) de mulheres no Brasil	51
1.5 – O Partido Republicano Feminino (PRF) – (1910)	63
1.6 – Julia Lopes de Almeida: aspectos gerais da vida e obra da escritora.	71
<b>CAPÍTULO 2 – O CULTO DA SANTA MÃE: OS MANUAIS DE CIVILIDADE E A FILANTROPIA NAS PÁGINAS E AÇÕES DE JÚLIA LOPES DE ALMEIDA (1892-1906)</b>	95
2.1 – O <i>Livro das Noivas</i> (1896)	99
2.1.1 – A higienização no âmbito familiar	105
2.1.2 – A educação feminina	111
2.2 – O <i>Livro das Donas e Donzelas</i> (1906)	115
2.2.1– A situação dos conventos	119
2.2.2 – A visão de D. Júlia sobre o feminismo	124
2.3 – A filantropia de Julia Lopes de Almeida	126
<b>CAPÍTULO 3 – A PARTICIPAÇÃO DE JÚLIA LOPES DE ALMEIDA NO DEBATE PÚBLICO E NOS CÍRCULOS SOCIAIS FLUMINENSES (1910-1934)</b>	131
3.1 – O embate entre os sexos	132

3.1.1 – A violência psicológica contra a mulher	133
3.1.2 – O divórcio	135
3.2 – Eventos sociais e literários: das reuniões beneficentes à fundação da <i>Associação da Mulher Brasileira (AMB)</i>	137
3.3 – Cidade jardim: um projeto ambiental para o Rio de Janeiro	142
3.3.1 – <i>Correio da Roça</i> (1913)	145
3.3.2 – <i>A Árvore</i> (1916)	147
3.3.3 – <i>Jardim Florido</i> (1922)	148
3.3.4 – <i>Oração à Santa Doroteia</i> (1923)	150
3.4 – As reuniões intelectuais e artísticas do “Salão Verde” (1896-1925)	151
3.5 – A participação de Júlia Lopes de Almeida na <i>Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF)</i> - (1922)	162
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	180
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	183
<b>ANEXOS</b>	192

<b>LISTA DE FIGURAS</b>	
<b>Figura 1</b> – Sessão solene de inauguração da <i>Escola de Ciências e Artes Orsina da Fonseca</i>	65
<b>Figura 2</b> – Marechal Hermes da Fonseca e sua esposa, Orsina da Fonseca, ao receberem no Catete Leolinda Daltro e representantes do Partido Republicano Feminino	67
<b>Figura 3</b> – Destaque do jornal à professora Leolinda Daltro	68
<b>Figura 4</b> – Júlia Lopes de Almeida na época da infância	73
<b>Figura 5</b> – Retrato de Júlia Lopes de Almeida (1895). Obra de Berthe Worms (1868-1937)	82
<b>Figura 6</b> – Dedicatória encontrada no verso da obra <i>Retrato de Júlia Lopes de Almeida</i>	83
<b>Figura 7</b> – Júlia Lopes de Almeida com seus filhos	84
<b>Figura 8</b> – Júlia Lopes de Almeida em seu ambiente intelectual	85
<b>Figura 9</b> – Recibo da máquina de escrever comprada pelo casal na época em que moravam em Paris	86
<b>Figura 10</b> – Casal Júlia Lopes de Almeida e Filinto de Almeida na maturidade	87
<b>Figura 11</b> – Residência do casal Almeida situada à Avenida Nossa Senhora de Copacabana	87
<b>Figura 12</b> – Júlia Lopes de Almeida com os netos na praia de Copacabana	88
<b>Figura 13</b> – Retrato a óleo de Júlia Lopes de Almeida, pintado por Richard Hall, 1914	90
<b>Figura 14</b> – Capa do <i>Livro das Noivas</i> (1896)	100
<b>Figura 15</b> – Capa do <i>Livro das Donas e Donzelas</i> (1906)	116
<b>Figura 16</b> – Estação Termal em Poços de Caldas	137
<b>Figura 17</b> – No sofá principal: D. Julia Lopes, Medeiros de Albuquerque, D. Nicola de Teffé e a senhorita Astréa Palm	139
<b>Figura 18</b> – Fachada da residência do casal Julia e Filinto, localizada no bairro de Santa Tereza	153
<b>Figura 19</b> – Subida para a residência do casal Julia e Filinto, localizada no bairro de Santa Tereza	155
<b>Figura 20</b> – Aquarela de Rodolfo Amoedo (1857-1941)	157

<b>Figura 21</b> – Residência do casal Júlia e Filinto, localizada no bairro de Santa Tereza	158
<b>Figura 22</b> – Festa no jardim do “Salão Verde”	160
<b>Figura 23</b> – Comemoração do regresso de Bertha Lutz do <i>Congresso Internacional Feminino</i>	164
<b>Figura 24</b> – Carrie Chapman discursando sua tese <i>As organizações femininas: métodos de organização</i> no <i>I Congresso Feminista</i>	167
<b>Figura 25</b> – <i>I Congresso Feminista do Brasil</i> (1922)	169
<b>Figura 26</b> – Delegadas brasileiras e estrangeiras no palácio do Catete	171
<b>Figura 27</b> – <i>II Congresso Feminista</i> , realizado no Salão Nobre do Automóvel Club	176
<b>Figura 28</b> – <i>II Congresso Feminista do Brasil</i> (1931)	177

<b>LISTA DE MAPAS</b>	
-----------------------	--

<b>MAPA 1 – CIRCULARIDADE INTELECTUAL DOS FREQUENTADORES DO “SALÃO VERDE”</b>	<b>156</b>
---	------------

<b>LISTA DE QUADROS</b>	
<b>Quadro 1</b> – A CONQUISTA DO SUFRÁGIO FEMININO INTERNACIONAL (1788-1934)	53
<b>Quadro 2</b> – CRONOLOGIA ESPAÇO-TEMPORAL DE JÚLIA LOPES DE ALMEIDA (1862-1934)	74
<b>Quadro 3</b> – COLABORAÇÃO DA ESCRITORA EM JORNAIS E REVISTAS	77
<b>Quadro 4</b> – FILHOS DE JÚLIA LOPES DE ALMEIDA E FILINTO DE ALMEIDA	80
<b>Quadro 5</b> – FONTES DA PRESENTE PESQUISA	93
<b>Quadro 6</b> – TEMAS DEBATIDOS NO <i>I CONGRESSO FEMINISTA</i> (1922)	168
<b>Quadro 7</b> – TEMAS DEBATIDOS NO <i>II CONGRESSO FEMINISTA</i> (1931)	171



<b>LISTA DE GRÁFICOS</b>	
--------------------------	--

<b>GRÁFICO I</b> – TIPOLOGIA DOS ESCRITOS DE JÚLIA LOPES DE ALMEIDA	93
---	----

<b>LISTA DE SIGLAS</b>	
<b>ABL</b>	Academia Brasileira de Letras
<b>ACB</b>	Associação das Crianças Brasileiras
<b>AMB</b>	Associação da Mulher Brasileira
<b>AWSA</b>	<i>American Woman Suffrage Association</i>
<b>CPDOC</b>	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
<b>FBPF</b>	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
<b>LEIM</b>	Liga para Emancipação Intelectual da Mulher
<b>LMB</b>	Legião da Mulher Brasileira
<b>LPF</b>	Liga pelo Progresso Feminino
<b>LWV</b>	<i>League of Women Voters</i>
<b>NAWSA</b>	<i>National American Woman Suffrage Association</i>
<b>NWSA</b>	<i>National Woman Suffrage Association</i>
<b>PRF</b>	Partido Republicano Feminino

<b>LISTA DE ANEXOS</b>	
<b>A - LIVROS PUBLICADOS POR JÚLIA LOPES DE ALMEIDA (1886 – 1934)</b>	192
<b>B - ESTATUTO DO PARTIDO REPUBLICANO FEMININO</b>	199

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa sobre Júlia Lopes de Almeida compreende o período de 1892 a 1934 e se insere no campo de reflexões e releitura da obra de mulheres escritoras brasileiras que fizeram parte da luta pelos direitos civis femininos e que se projetaram por suas contribuições nessa área.<sup>1</sup> O foco, entretanto, volta-se à atuação da escritora em torno de suas ações filantrópicas e da luta pela emancipação feminina, motes que inquietavam as mulheres de elite de seu tempo, tomando como referência a sua produção literária e suas atividades político-culturais expressas nesses campos.

As preocupações emancipatórias tiveram algumas antecessoras. A pioneira foi Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), que escreveu o primeiro livro do gênero no Brasil intitulado *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1832), que versava sobre os direitos das mulheres à instrução e ao trabalho. Já Leolinda Daltro (1859-1935), após separar-se do marido, lutou pela conquista do divórcio das mulheres, bem como pela situação dos índios no país. Conhecida como a *miss Pankhurst* brasileira, fundou o *Partido Republicano Feminino*, em 1910. Maria Lacerda de Moura (1887-1945), por sua vez, se interessou pela situação das mulheres operárias. Anticlerical, escreveu inúmeros artigos criticando a moral sexual burguesa. No que diz respeito à Bertha Lutz (1894-1976), foi a principal responsável por organizar e liderar uma instituição de repercussão nacional e internacional que tinha como propósito debater todas as questões referentes ao sufrágio de mulheres. Para isso, em 1922, criou a *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*.<sup>2</sup>

Ecoss dessas dificuldades de reconhecimento pleno de direitos às mulheres projetaram-se além de seu tempo. Tanto é assim que os escritores da Academia Brasileira de Letras (ABL) prepararam, em julho de 2017, uma homenagem à cadeira de nº41,<sup>3</sup> o que poderia parecer estranho, tendo em vista que a instituição possui apenas 40 cadeiras. A idealizadora

---

<sup>1</sup> Outras mulheres, além das citadas, apareceram em cena. Como exemplo tem-se: Júlia Cortines (1868-1948), Francisca Júlia (1871-1920), Jerônima Mesquita (1880-1972), Maria Eugenia Celso (1886-1963), Ana Amélia Carneiro de Mendonça (1896-1971), Patrícia Rehder Galvão (1910-1962), Mirtes de Campos, Natércia Silveira, entre outras.

<sup>2</sup> Ver SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário de mulheres no Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

<sup>3</sup> Ver MEIRELES, Maurício. Imortais da ABL preparam evento para celebrar cadeira imaginária. *Folha de S. Paulo*, on-line, São Paulo, 28 de jan. de 2017. Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/columnas/mauricio-meireles/2017/01/1853572-imortais-da-abl-preparam-evento-para-celebrar-cadeira-imaginaria.shtml>. Acesso em 22 de mar. de 2017 e FANINI, Michele Asmar. Estamos ainda diante de um ambiente refratário à presença feminina. *Revista Cult*, on-line, São Paulo, 01 de mar. de 2017. Disponível: <http://revistacult.uol.com.br/home/estamos-ainda-diante-de-um-ambiente-refratario-a-presenca-feminina-diz-pesquisadora-sobre-abl/>. Acesso em 22 de mar. de 2017.

do projeto, Ana Maria Machado (1941-\_\_\_),<sup>4</sup> resolveu celebrar uma vaga imaginária a fim de prestigiar todos aqueles escritores que nunca entraram para a instituição. Decidiu-se que a primeira cadeira seria destinada à figura de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) que, além da importância literária inegável, esteve presente nas discussões da fundação dessa agremiação de letras no Brasil, mas que, no entanto, foi excluída por seus pares do rol dos imortais justamente por ser do sexo feminino.

O debate acerca da criação da entidade iniciou-se nos últimos anos do século XIX, pelos esforços de Lúcio de Mendonça (1854-1909), conforme exposto na notícia veiculada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, ao comunicar os informes da *Gazeta de Notícias*, em 11 de novembro de 1896:

Notícia a fundação de uma Academia de Letras. A iniciativa foi do Sr. Lucio de Mendonça, que aproveitou a circunstância de se achar na direção do ministério do interior o sr. A. Torres, um homem de letras. A Academia será criada, provavelmente, por decreto de 15 de novembro deste ano. Na mesma data o governo nomeará os primeiros dez acadêmicos e estes elegerão outros vinte e mais dez correspondentes, dentre os escritores nacionais residentes no Estado ou no estrangeiro.<sup>5</sup>

Lúcio de Mendonça, um dos entusiastas da criação de uma instituição oficial de letras no país, escreveu uma série de artigos, com o título de *Cartas Literárias*, a fim de enumerar quarenta nomes dignos de figurar entre os patronos da instituição. Dentre esses nomes, consta o de Júlia Lopes de Almeida, que sobrepujaria não só o do marido, Filinto de Almeida (1857-1945),<sup>6</sup> como também o de José do Patrocínio (1854-1905), Lima Barreto (1881-1922), Silvio

<sup>4</sup> Sobre a escritora, ver: <http://www.academia.org.br/academicos/ana-maria-machado>. Acesso em 21 de mar. de 2017.

<sup>5</sup> *O Estado de S. Paulo*, 11/11/1896, p.01.

<sup>6</sup> Francisco Filinto de Almeida (1857-1945) nasceu na cidade do Porto, no dia 4 de dezembro e desembarcou em 15 de janeiro de 1868 na cidade do Rio Grande, quando tinha dez anos de idade. De lá se transferiu para o Rio de Janeiro no mesmo ano. Empregou-se como caixeirinho em uma papelaria e estreou como literato aos 19 anos, ao escrever o entre ato cômico *Um idioma*, que foi representado em 16 de julho de 1876 no Teatro Vaudeville. Em 1887, publicou *Os mosquitos*, monólogo cômico em versos e *Lírica*. Fundou com Valentim de Magalhães o jornal literário *A Semana*, no qual escreveu, de 1886 a 1887, crônicas hebdomadárias, com o pseudônimo de Filindal. Além disso, foi redator de *O Estado de S. Paulo*, de 1889 a 1895 e deputado da Assembleia Legislativa de S. Paulo, de 1892 a 1897. Escreveu, em colaboração com a esposa o romance *A Casa Verde*, publicado em folhetim pelo *Jornal do Comércio*. Foi considerado brasileiro em virtude da lei da grande naturalização, adotada pela Constituição de 1891. O marido de Júlia Lopes de Almeida foi ainda um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e ocupou a cadeira de nº3, cujo patrono foi Artur de Oliveira, de quem fora amigo. Filinto morreu em 28 de janeiro de 1945 de uma moléstia não identificada na então capital federal. Ver MACHADO, Raul. Filinto de Almeida (Anotações biográficas). *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, ano V, n.13, p. 11-21, 1945. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=139955&PagFis=10443&Pesq=Filinto%20de%20Almeid>. Acesso em 22 de jul. de 2017.

Romero (1851-1914), Domício da Gama (1862-1925), Eduardo Prado (1860-1901), Clóvis Bevilacqua (1859-1944), Raimundo Correia (1859-1911) e Oliveira Lima (1867-1928).<sup>7</sup>

No entanto, mesmo com os votos favoráveis de Filinto de Almeida, Valentim de Magalhães (1859-1903) e José Veríssimo (1857-1916) em prol da inclusão da escritora, o apoio não abrangeu a totalidade dos demais “homens de letras”. Estes, imbuídos dos ideais positivistas e do determinismo biológico que inferiorizava o sexo feminino, acreditavam num conjunto de estereótipos negativos e contrários à fixação da mulher no espaço público literário. Sabe-se que Mendonça revelou-se desgostoso por conta da negação do nome de Júlia Lopes de Almeida para a instituição, tendo em vista, que a definição dos critérios adotados na escolha de seus membros efetivos, nos mesmos moldes da *Académie Française de Lettres*, não acolhia mulheres em seus quadros literários:

Na fundação da Academia Brasileira de Letras, era ideia de alguns de nós, como Valentim de Magalhães e Filinto de Almeida, admitirmos a gente de outro sexo; mas a ideia caiu, foi vivamente combatida por outros, irredutíveis inimigos das machonas [...] Com tal exclusão, ficamos inibidos a oferecer a espíritos tão finamente literários como o das três Júlias, o cenário em que poderiam brilhar a toda luz.<sup>8</sup>

Cumprido lembrar ainda, que o fato de ser casada com Filinto de Almeida e de ter relações bem próximas com os intelectuais do período, permitiu a Julia Lopes sedimentar sua inserção informal a esse quadro literário. A residência do casal, conhecida nesse meio por “Salão Verde”,<sup>9</sup> localizada no bairro de Santa Tereza, no Rio de Janeiro, transformou-se, de acordo com Michele Fanini, em uma espécie de antessala da Academia Brasileira de Letras, considerando-se os acalorados debates literários que esse ambiente proporcionou.

Polêmicas à parte, no que diz respeito à inclusão ou não da escritora na ABL, o presente estudo, portanto, ao analisar a trajetória de Júlia Lopes de Almeida, pretende alinhar-se aos estudos de Miriam Moreira Leite,<sup>10</sup> centrado nos caminhos de Maria Lacerda de Moura

---

<sup>7</sup> Ver VENÂNCIO FILHO, A. As mulheres na Academia. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 49, p.07-46, 2006. p. 08-09.

<sup>8</sup> As “Júlias” que o escritor faz referência trata-se de Julia Cortines (1868-1948), Francisca Julia (1871-1920) e Julia Lopes de Almeida (1862-1934). Ver MENDONÇA, Lúcio de. As três Júlias. *Jornal Republica*, Rio de Janeiro, 06 mar. 1897e MENDONÇA, Lúcio de. As três Júlias. *Almanaque Brasileiro Garnier*, v.5, p. 246-249, 1907.p. 249.

<sup>9</sup> As discussões acerca da sociabilidade intelectual na residência do casal serão detalhadas no terceiro capítulo. Ver, ainda, FANINI, Michele Asmar. Julia Lopes de Almeida: entre o salão literário e a antessala da Academia Brasileira de Letras. *Estudos de Sociologia (São Paulo)*, v.14, p. 317-338, 2009.

<sup>10</sup> Ver LEITE, Miriam Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Editora Ática, 1984; \_\_\_\_\_. *Maria Lacerda de Moura: uma feminista utópica*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

(1887-1945); de Rachel Soihet,<sup>11</sup> cuja investigação direcionou-se para a compreensão de um “feminismo tático” em Bertha Lutz (1894-1976) e de Constância Lima Duarte,<sup>12</sup> que desvendou o percurso nacional e internacional de Nísia Floresta (1810-1885), considerada pela pesquisadora, talvez a precursora do feminismo na América Latina.<sup>13</sup> Esses trabalhos tentaram mostrar, assim como tencionou a presente pesquisa, as práticas feministas de mulheres que pertenciam ao cenário cultural do Brasil entre os séculos XIX e XX.

Todavia, antes de dar prosseguimento a essa discussão, cabe destacar que Júlia Valentina da Silveira Lopes,<sup>14</sup> D. Júlia para seus contemporâneos, nasceu no dia 24 de setembro de 1862, no casarão da Rua do Lavradio, nº 53, na cidade do Rio de Janeiro. Ainda na infância, transferiu-se com a família para Campinas, interior de São Paulo e iniciou seu trabalho na imprensa aos 19 anos, ao publicar, em *A Gazeta de Campinas*, uma apreciação sobre o desempenho da atriz italiana Gemma Cunibert. O artigo, publicado em 07 de dezembro de 1881, foi produzido a pedido de seu pai, Valentim José da Silveira Lopes (1830-1915), médico e diletante das letras, que, para convencer a filha, afirmou estar impossibilitado de fazê-lo.<sup>15</sup> A partir de então, Júlia Lopes passou a colaborar nesse jornal e em outros periódicos indicada<sup>16</sup> por Carlos Ferreira (1846-1913),<sup>17</sup> redator e posteriormente diretor de *A Gazeta de Campinas*, que lhe escreveu pedindo a resenha da nova edição de um livro de Casemiro de Abreu.

A fama literária conquistada na região de Campinas determinou o convite para escrever em periódicos na cidade do Rio de Janeiro. Dentre esses, consta *A Semana*, fundada pelos escritores Valentim de Magalhães e Filinto de Almeida. Das reuniões intelectuais surgiu uma atração entre D. Júlia e Filinto de Almeida a partir de 1885, que logo se transformou em romance. No entanto foi na cidade de Lisboa, para onde se mudou em 1886, que se lançou definitivamente como escritora, ao publicar a obra *Contos Infantis*, em parceria com sua irmã

<sup>11</sup> Ver SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

<sup>12</sup> Ver DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: a primeira feminista do Brasil*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2005.

<sup>13</sup> Idem. p.18.

<sup>14</sup> As informações biográficas citadas aqui sobre a escritora foram encontradas em: BRASIL, Érico Vital & SCHUMAHHER, Schuma (org.). *Op. cit.*

<sup>15</sup> Ver o capítulo intitulado “Um lar de artistas”. RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Dep. Nacional do Livro, 1994.

<sup>16</sup> No que diz respeito à indicação ver ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *VIDAS DE ROMANCE: As mulheres e o exercício de ler e escrever no entresséculos 1890-1930*. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2005. p.78.

<sup>17</sup> Carlos Augusto Ferreira (1846-1913), gaúcho, foi colaborador do *Correio Paulistano* e redator-chefe, diretor e depois proprietário do jornal *Gazeta de Campinas*. Morou na cidade de Amparo, interior de São Paulo, abriu um colégio só para meninos, que funcionava como internato e externato. Também foi, possivelmente, o primeiro tradutor de Baudelaire no Brasil e ficou conhecido como ex-noivo de sua conterrânea Amália dos Passos Figueiroa (1846-1875), integrante da família de mulheres literatas e editoras da revista *Corimbo*. Ver MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro ilustrado*. São Paulo, Saraiva, 1969. p. 498.

Adelina Vieira. Foi em terras portuguesas também que o enlace matrimonial com o jovem Filinto de Almeida finalmente aconteceu, após quase dois anos de namoro, em 28 de novembro de 1887. Segundo o relato do Dr. Claudio Lopes de Almeida,<sup>18</sup> neto da escritora, o pai de Júlia Lopes, desconfiado das reais intenções de seu pretendente, deixou claro que o casamento só aconteceria caso Filinto de Almeida se dispusesse a ir até Portugal e lá se casasse. Tal ato seria considerado pela família uma prova real de seu sentimento pela escritora. Após a cerimônia, Júlia, que até então assinava apenas Lopes, incorporou o sobrenome do marido e tornou-se Julia Lopes de Almeida.

De volta ao Brasil, em 1888, publicou seu primeiro romance, *Memórias de Marta*, que veio a público inicialmente em folhetins veiculados pelo jornal diário *O País*. Em 1892, a escritora se tornou colunista dessa folha, colaboração que durou mais de três décadas, sendo que em seus primeiros anos escrevia sob o pseudônimo de Ecila Worms.

Sua atividade em jornais e revistas, como no *Jornal do Comercio*, *A Semana*, *Ilustração Brasileira*, *Tribuna Liberal*, entre outros, foi incessante e, na maior parte das vezes, tocava em temas profundos, sendo, por exemplo, explicitamente a favor da abolição e da República, em artigos que tratavam da questão. A escritora foi uma das primeiras romancistas brasileiras e sua produção literária foi prolífica,<sup>19</sup> abrangendo vários gêneros, como contos, romances, peças teatrais, crônicas, livros de jardinagens, manuais de civilidade e literatura infantil.

A presente pesquisa tem, portanto, como foco o feminismo de Júlia Lopes de Almeida capturado a partir de sua trajetória intelectual e de sua atuação em espaços político-culturais, como o seu “Salão Verde”, instituições filantrópicas e na *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, entidade que agregava parcela das feministas de seu tempo. Convém lembrar que na virada do século XIX para o XX até os anos iniciais da década de 1930, a ideia de feminismo estava diretamente ligada ao conceito de sufrágio. Mais do que o direito completo à cidadania, o termo remetia à independência da mulher, à garantia de uma profissão, bem como à dedicação aos estudos.<sup>20</sup> De fato, tais prerrogativas foram

---

<sup>18</sup> A entrevista foi realizada na casa do neto de Júlia Lopes de Almeida, Dr. Claudio Lopes de Almeida, em 11 de janeiro de 2016. ALMEIDA, Claudio Lopes de. *Júlia Lopes de Almeida*. [11 de jan. 2016]. Entrevistador: Deivid Aparecido Costruba. Rio de Janeiro, janeiro de 2016.

<sup>19</sup> Seu estilo foi marcado pela influência do realismo e do naturalismo francês, especialmente aquele pertencente à obra de Guy de Maupassant (1850 - 1893) e Émile Zola (1840 - 1902), dos quais era uma profunda admiradora. Ver DE LUCA, Leonora. O “feminismo possível” de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). *Cadernos Pagu*. Campinas, vol.12, p. 275-299, 1999.

<sup>20</sup> No primeiro capítulo se analisará as propostas e perspectivas da chamada primeira “onda” ou “vaga” feminista, cuja pauta se alicerçou, sobretudo, no sufrágio feminino. Ver GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade, 2011; SCAVONE, Lucila. Estudos de Gênero: uma sociologia feminista? *Revista Estudos Feministas*, v.8, n.2. Florianópolis, 2000; COLLING, Ana Maria & TEDESCHI, Losandro



proporcionadas à Julia Lopes tendo em vista o status de sua família na sociedade. Oriunda da elite carioca, ela soube usar de sua condição social para trazer à tona o debate sobre os direitos políticos e civis das mulheres nas primeiras décadas do século XX.

Portanto, a tese que esta investigação defendeu é a de que a escritora foi uma feminista de múltiplas facetas expressas em sua atuação sociocultural em vários campos, isto é, seja como mãe, esposa, intelectual, jornalista, anfitriã do salão verde ou como sufragista, que objetivou o alargamento daquilo que a sociedade creditava ao papel da mulher. Assim sendo, utilizou-se de sua posição social para, gradativamente, pontuar suas críticas à sociedade e, sobretudo, rediscutir o papel da mulher na coletividade. Mas, de que forma Júlia Lopes conseguiu notabilizar suas posturas sem ser percebida como uma mulher radical? Por que um estudo sobre a escritora se faz necessário, se a protagonista já foi bastante pesquisada? De que forma a rede de relações sociais ajudou na afirmação de suas posições em defesa das causas relativas às mulheres? E os circuitos mais amplos que frequentava, permitiram consolidar sua atuação em defesa dos direitos civis e políticos das mulheres?

Essas preocupações traduzem-se no título da pesquisa. Se a pauta principal da agenda feminista no período era o sufrágio das mulheres, pode-se inferir que Julia Lopes de Almeida alargou tal programa ao abordar outras questões também complexas, que estendiam os direitos das mulheres para além do voto feminino. Nesta direção está a luta da escritora pela instrução da mulher, pela independência em relação aos homens, pelo estímulo à profissionalização das moças, pelo incentivo ao debate público,<sup>21</sup> bem como, a participação feminina em organizações (como ligas, federações e partidos) que se propunham a defender causas inerentes ao sexo.

Neste sentido, a proposta deste trabalho será identificar o itinerário intelectual de uma escritora, que fazia parte de um grupo social específico do Rio de Janeiro composto por mulheres brancas, instruídas e oriundas da elite. Além disso, a proposta aqui delineada também tentou perceber, de que modo, em meio a todo o processo de profissionalização do escritor,<sup>22</sup> Julia Lopes de Almeida conseguiu viver de seu próprio ofício, oportunidade em que pôde desfrutar de reconhecimento nacional e internacional, tendo em vista o cenário adverso para aquelas que almejavam viver apenas da sua produção literária.

---

Antonio (org.). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados: Editora da Universidade Federal da Grande Dourados, 2015.

<sup>21</sup> Aqui se destaca a colaboração em *O País*, folha na qual Júlia Lopes incentivou o embelezamento da cidade, a preservação das matas e o ajardinamento das praças. Cumpre lembrar que um dos temas polêmicos dos primeiros anos do século XX era o arazoamento do morro do Castelo e do morro do Santo Antônio, no Rio de Janeiro. Questão que também fazia parte da pauta da escritora.

<sup>22</sup> Ver SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Além disso, a pesquisa se propõe a analisar o papel desempenhado por Júlia Lopes de Almeida na *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*. A entidade foi criada por Bertha Lutz, no ano de 1922 e tinha como objetivo discutir e lutar pelo sufrágio feminino. Cumpre lembrar, de acordo com os documentos analisados,<sup>23</sup> que a escritora Julia Lopes, além de ser a presidente de honra da instituição, era também a representante internacional da organização na ausência de Bertha Lutz. Pode-se levantar alguns pontos: quais foram os vínculos sociais e afetivos formados nessa participação? Como se deu o funcionamento da instituição? Quem eram as mulheres que figuraram na busca pelo sufrágio feminino? Qual a importância de Júlia Lopes de Almeida no desenvolvimento dessa e de outras questões?

A partir dessas e outras indagações e na tentativa de identificar como o itinerário intelectual de Júlia Lopes de Almeida foi constituído, selecionou-se textos que abordavam a questão do feminino e optou-se por analisar uma documentação diversificada que incluiu: manuais de civilidade, como o *Livro das Noivas* (1896) e o *Livro das Donas e Donzelas* (1906); uma coletânea de crônicas, como o compêndio *Eles e Elas: monólogos e diálogos* (1910); livros atrelados às questões ambientais, destacando-se *Correio da Roça* (1913), *A Árvore* (1916) e *Jardim Florido* (1922); conferências realizadas pelo Brasil e na Argentina, caso *Brasil* (1922) e *Oração à Santa Doroteia* (1923); bem como os documentos do I e II Congresso Feminista no Rio de Janeiro, organizado pela *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*. Também se pode destacar aqui o acervo pessoal da escritora que está sob os cuidados de seu neto, Dr. Claudio, do qual se obteve amplo acesso. Além dessas fontes também foram consultados os jornais e revistas da grande imprensa, disponibilizados digitalmente pela hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, tais como: *A Cigarra*, *A Época*, *A Noite*, *A Rua: Semanário Ilustrado*, *A União*, *Correio da Manhã*, *Fon-fon*, *Gazeta de Magé*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio*, *O Estado de S. Paulo*, *O Jornal*, *O Imparcial*, *O Malho*, *O País* e *Revista da Semana*.

Mesmo com toda a volumosa produção literária, tendo em conta a quantidade, qualidade, assiduidade na produção e, ainda, a forma como desempenhava diversas tarefas ligadas à intelectualidade como cronista, conferencista, escritora, prosadora; não se percebeu qualquer menção a figura de Julia Lopes de Almeida como “mulher de letras” em antologias publicadas no decorrer do século XX.

Nas últimas três décadas, entretanto, a crítica feminista tem se esforçado em recuperar a escrita literária das mulheres no Brasil. A partir de uma perspectiva teórica, procurou-se

---

<sup>23</sup> A documentação da Federação encontra-se sob a guarda do *Arquivo Nacional* do Rio de Janeiro – RJ.

identificar os fundamentos que galgaram as conceituações e juízos de valor que ajudaram a firmar os parâmetros responsáveis pela formação dos cânones nacionais. Nesta revisão, entende-se que o sentido de “literário” não esteja atrelado ao sentido de “arte”, ao passo que se relacionaria diretamente ao conceito de “cultura” e, desta forma, está incorporado ao espaço histórico social.<sup>24</sup> Este ambiente não era propício às mulheres, assim sendo, as relações se davam pelo poder, sendo os homens aqueles que definiam o cânone literário.<sup>25</sup>

No que tange este campo, as avaliações bibliográficas sobre a vida e obra de Júlia Lopes de Almeida, pelo menos até a década de 1980, mostram seu protagonismo por meio de citações ou excertos que apenas simplificam sua produção literária. Outras análises tratam-na como uma representante feminina na literatura, mas com um viés menor.<sup>26</sup> A partir do decênio seguinte, a fortuna crítica sobre sua obra começou a se adensar em diversos núcleos de pesquisas que abrangiam várias áreas do conhecimento – Letras, Ciências Sociais, História –, impulsionados, ainda, pelas novas discussões sobre o status da categoria de gênero<sup>27</sup> na análise histórica.

De um modo geral, Julia Lopes de Almeida não foi identificada como uma escritora radical em sua época, se comparada a outras figuras contemporâneas que foram duramente criticadas por suas atitudes.<sup>28</sup> Isso se deve ao fato da escritora não confrontar diretamente o *status quo* da época e, neste sentido, conforme se consolidava sua crescente aceitação e reconhecimento social, aproveitava para alargar e tencionar os limites do feminino, radicalizando assim seu pensamento e atitudes de maneira progressiva. Julia Lopes, então, articulou-se na linha tênue entre a ordem e a transgressão, ou seja, soube avançar quando podia e recuar quando o ambiente não lhe era favorável. Esse método de abordagem talvez

<sup>24</sup> Ver SCHIMIDT, Rita Terezinha. *Historiografia literária e discurso crítico: memória e exclusão*. Disponível em: <http://www.mshs.univ-poitiers.fr/crla/contenidos/AV/CONFERENCIAS/Conferences/Schmidt.html>. Acesso em: 30 de jan. de 2017.

<sup>25</sup> Schmidt e Navarro argumentam que “cânone é o termo hoje utilizado para referir ao conjunto de obras literárias representativas – o que de melhor foi escrito – no espaço geográfico de uma cultura nacional ou mesmo da cultura ocidental. A constituição de um corpo canônico opera como um sistema de significações culturais que autoriza certas representações na medida em que elas preenchem um certo padrão de valores e um desejo de verdade. O elenco das obras consideradas de mérito para integrar um cânone é definido pelos críticos literários e historiadores da literatura, o que significa dizer que o cânone é resultado, entre outras coisas, do prestígio e poder dos discursos críticos por meio dos quais um segmento da cultura letrada exerce controle e define que representações têm legitimidade para circular em forma a se tornarem representativas do corpo social de uma cultura”. Ver NAVARRO, M. H.; SCHIMIDT, R. T.. A questão de gênero: ideologia e exclusão. IN: *II Congresso Internacional sobre a mulher, gênero e relações de trabalho*. Goiânia. ANAIS do II Congresso Internacional sobre a mulher, gênero e relações de trabalho. Goiânia: Cir Gráfica e Editora, 2007.p. 86.

<sup>26</sup> Trata-se da avaliação de escritores de referências na história literária, como, no primeiro caso, José Veríssimo (1919) e Lúcia Miguel Pereira (1957). Já no segundo destaca-se a obra de Agripino Grieco (1947).

<sup>27</sup> Ver SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul./dez., 1990.

<sup>28</sup> Aqui se pode citar o exemplo de Patrícia Rehder Galvão (1910-1962) e Maria Lacerda de Moura (1887-1945).

possa ser entendido como um “feminismo possível”, expressão cunhada pela pesquisadora Leonora de Luca<sup>29</sup> e o que Maria Fernanda Bicalho considerou por “feminismo esclarecido”.<sup>30</sup>

Ainda nesta discussão, June Hahner evidenciou que tal característica era bem recebida desde que não afetasse a conduta da mulher em relação ao lar e à família:

As atividades literárias, que podiam ser realizadas em casa, eram um escape aceitável para as energias femininas, e um escape cada vez mais usado pelas mulheres de classe superior. As escritoras menos controversas, que elogiavam o lar e a família, podiam ser vistas como uma prova das aptidões intelectuais femininas por homens simpáticos a uma emancipação feminina moderada. Além do mais, nem sua pessoa, nem suas ideias deixaram os homens de sua própria classe muito constrangidos. Ao contrário das mulheres da classe inferior, elas ainda poderiam ser vistas como criaturas delicadas e gentis. Suas manifestações literárias benignas não causavam preocupações.<sup>31</sup>

Inversamente a essa perspectiva, Júlia Lopes de Almeida valeu-se de sua condição de literata para propor suas pautas e ações sociais. Dessa forma, se a conjuntura do século XIX no Brasil não era tão favorável ao desenvolvimento de atividades femininas, em um tempo em que a esmagadora maioria das mulheres vivia trancafiada em casa sem nenhum direito, Nísia Floresta dirigia um colégio para moças no Rio de Janeiro e escrevia livros e mais livros para defender os direitos não só femininos, como também de índios e escravos.<sup>32</sup>

Já a anarquista Maria Lacerda de Moura, a mais jovem do grupo, cujas críticas eram mais incisivas ao *status quo*, foi analisada por Miriam Moreira Leite nos seguintes termos:

O pioneirismo de Maria Lacerda de Moura foi na área de estudos sobre a condição feminina. A tônica de seus escritos iniciais era a existência de padrões ideais e reais contraditórios na vida das mulheres, levando a uma hipocrisia social constante em suas relações interpessoais. Divulgou luta empreendida pelo direito à cidadania e à educação, a necessidade de resistência ao papel exclusivo para a mulher de procriadora e o esclarecimento de seu direito ao amor e ao casamento de livre escolha, a necessidade de uma maternidade consciente e aos problemas da solteirona e da prostituta, provocados pela família burguesa.<sup>33</sup>

<sup>29</sup> Ver DE LUCA, Leonora. O “feminismo possível” *Op. cit.* p. (275-299).

<sup>30</sup> Segundo Maria Fernanda Bicalho, esta expressão foi usada em uma reportagem publicada na *Revista Feminina* em 1916, para se referir ao feminismo praticado pela *Associação da Mulher Brasileira*, da qual Júlia Lopes foi uma das integrantes desde o início. BICALHO, Maria Fernanda B. *O Bello Sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do XX*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia – UFRJ, Rio de Janeiro, 1988. p. 227.

<sup>31</sup> Ver HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p. (89-90).

<sup>32</sup> *Idem.* p.14.

<sup>33</sup> Ver LEITE, Miriam Moreira. *Maria Lacerda...* *Op. cit.* p. 16-17.

É importante lembrar que além da crítica no que diz respeito ao sexo, Maria Lacerda de Moura não se adequava aos valores considerados burgueses. Em outras palavras, aquele universo ao qual pertencia a Julia Lopes de Almeida e Bertha Lutz, na ótica de Moura, também era um problema para a libertação feminina. Inclusive, o tom moderado de Bertha Lutz se assemelhava a forma conciliatória de Julia Lopes. Rachel Soihet analisa Lutz:

O cuidado em demonstrar sua moderação estava presente ao afirmar que não pretendia uma associação de *suffragettes*, que ameaçassem quebrar as vidraças da Avenida, demonstrando sua oposição a certas medidas que caracterizavam o feminismo inglês e norte-americano em determinadas fases.<sup>34</sup>

Neste cenário sufragista, de acordo com a pesquisadora Celi Pinto, havia pelo menos três vertentes feministas nas primeiras décadas do século XX: a primeira, defendida por Bertha Lutz, entendia que a mulher deveria incorporar direitos políticos, a segunda, denominada como “feminismo difuso”, era uma tendência que se expressou nas diversas manifestações da imprensa alternativa, cuja liderança coube a professoras, escritoras, jornalistas e, de acordo com a presente pesquisa, identificou-se Júlia Lopes de Almeida como uma das representantes. A mais radical delas, cuja manifestação se deu no movimento anarquista e no partido comunista, defendia a radicalização total dos costumes e foi atribuída a Maria Lacerda de Moura.<sup>35</sup>

Dessa forma, a experiência de Júlia Lopes e de outras feministas foi a expressão política do movimento feminista no Brasil das primeiras décadas do século XX, o que evidenciaria “reconhecer os muitos fatores que fazem dela um agente, bem como as múltiplas e complexas maneiras pelas quais ela se constrói como ator histórico”.<sup>36</sup> Concorde-se, pois, igualmente a Rachel Soihet e Suely Gomes Costa, que analisaram a trajetória de Bertha Lutz, que Julia Lopes de Almeida e suas contemporâneas na luta pela conquista do voto faziam parte de um processo de tomada de consciência que, de um lado, estava alicerçado na experiência de opressão e negação de direitos, e de outro, nas inúmeras manifestações por essas garantias. Logo, considera-se que mulheres, desses e de outros tempos e espaços, tinham consciência da trilha mais adequada a seguir para a conquista de seus objetivos.<sup>37</sup>

<sup>34</sup> Ver SOIHET, Rachel. *O feminismo... Op. cit.* p. 29.

<sup>35</sup> Ver PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p.14.

<sup>36</sup> Ver SCOTT, Joan. *A cidadã... Op. cit.* p. 45.

<sup>37</sup> Ver SOIHET, R.; COSTA, Suely Gomes. *Interdisciplinaridade: história das mulheres e estudos de gênero. Gragoatá (UFF), v. 25, p. 29-49, 2008. p. 11.*

Em relação à discussão bibliográfico-historiográfica sobre a vida e obra de Júlia Lopes de Almeida, os estudos se avolumaram nas últimas décadas. Destaca-se o artigo de Leonora De Luca que, ao pesquisar simultaneamente a vida e a obra da escritora, engendrou a discussão sobre o feminismo praticado por Júlia Lopes, dentro dos limites sociais que lhe eram comuns.<sup>38</sup> No entanto, cabe destacar sua tese de doutoramento intitulada “*Amazonas do pensamento*”: *A Gênese de uma intelectualidade feminina no Brasil*, que analisou um universo amplo de escritoras brasileiras arroladas pelo dicionário do *Sacramento Blake*, divulgado entre 1883 e 1902.

Neste trabalho, De Luca descreveu e caracterizou a participação de um numeroso contingente feminino no país, na constituição de uma coletividade de mulheres reunidas em torno de objetivos comuns nas décadas finais dos oitocentos. É importante notar a periodização desenvolvida pela pesquisadora. Em um primeiro momento, selecionou-se 15 mulheres consideradas “ancestrais”, cuja atuação limitou-se aos séculos XVII, XVIII e início do XIX, mas que ainda tinham o pensamento atrelado ao Antigo Regime. Já no segundo, se constituiu um grupo intermediário de 17 escritoras, que atuaram principalmente no terceiro quartel do século XIX. A última categoria possuía majoritariamente o total das escritoras, na qual se incluiu Júlia Lopes de Almeida.

Também se deve ressaltar o pioneirismo da tese de doutorado denominada *Encantações: Escritora e imaginação literária no Brasil, século XIX*, da antropóloga Norma Telles, que examinou inúmeros romances de autoria feminina produzidos no Brasil, ao longo daquele século. Além disso, Telles descreveu sobre a existência de toda uma tradição literária feminina ao realçar a figura de mulheres como Narcisa Amália de Campos (1856-1924), Maria Benedicta Bormann (1853-1895), Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), Maria Firmina dos Reis (1825-1917), Ignez Sabino (1853-1911), Josefina Alvarez de Azevedo (1851-?), Eufrosina de Barandas (1806-?), entre outras.

Ainda no âmbito sociológico, o trabalho de fôlego de Maria Thereza Caiuby Crescenti Bernardes denominado *Mulheres de Ontem? Rio de Janeiro Século XIX* merece destaque, pois, uma vez conhecida à existência de algumas mulheres de letras no passado, a pesquisadora preocupou-se em fazer um levantamento sobre a quantidade existente nesse ramo e sua maneira de expressar-se diante dos problemas femininos. Tem-se ainda o trabalho de Michele Asmar Fanini, *Fardos e Fardões: Mulheres na Academia Brasileira de Letras*

---

<sup>38</sup> Convém lembrar que este estudo, apesar de introdutório, teve a preocupação de perceber, dentro de um quadro de valores dos quais Júlia Lopes pertencia, um “possível feminismo”. Ver DE LUCA, Leonora. O “feminismo possível” *Op. cit.* p. (275-299).

(1897-2003), com destaque para o capítulo intitulado *Portas fechadas: Julia Lopes entre o salão literário e a ante-sala da ABL*, no qual analisou a não admissão da escritora na Academia Brasileira de Letras.

No campo literário, Rosane Saint-Denis Salomoni, no trabalho *Sob o Olhar do narrador: representações e discursos em A Silveirinha, de Júlia Lopes de Almeida* buscou fazer uma releitura crítica baseada em conceitos relacionados à narratologia, à crítica feminista e aos estudos sobre o discurso, que permitiram desvendar os processos de produção e construção de sentido dentro da obra. Já em sua tese de doutoramento, *A Escritora/ Os Críticos / a Escrita: o Lugar de Júlia Lopes de Almeida na ficção brasileira*, a pesquisadora seguiu duas linhas paralelas. Na primeira, de viés historiográfico, acrescentou informações relevantes sobre a vida da escritora fluminense e sua trajetória na “República das Letras”. A segunda, mais analítica, buscou em determinados romances como *Memórias de Marta* (1889), *A Família Medeiros* (1892) e *Cruel Amor* (1911), rastrear indícios que pudessem revelar o posicionamento estético-ideológico de Júlia Lopes, a leitura que fez da sociedade de seu tempo e das questões mais importantes que estavam em pauta quando tais obras vieram a público.

Ainda nesta esfera, Nadilza Martins de Barros Moreira cujo trabalho intitulou-se *A condição feminina revisitada: Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin*, recuperou uma literatura feita por mulheres, ao valorizar as obras de autoria feminina, bem como uma memória literária nacional que estava revelada nas narrativas de ambas as escritoras. Desta forma, o estudo se propôs a situar cada uma e posteriormente, confrontá-las levando em consideração aspectos sociais, culturais e literários que perpassam as narrativas de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) e Kate Chopin (1850-1904).

Por fim, Nahete de Alcântara Silva, na tese *Júlia Lopes de Almeida e sua trajetória de consagração em O País*, teve por objetivo pesquisar a produção literária de autoria feminina na imprensa, em especial, a de Julia Lopes de Almeida. Para isso, elegeu como fonte o jornal *O País*, periódico no qual D. Júlia colaborou por quase duas décadas e que foi espaço de publicação dos vários gêneros utilizados em sua vida intelectual.

Na área da História, cabe destacar o trabalho de Jussara Parada Amed, nomeado *Escrita e experiência na obra de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934)*, que esclareceu alguns aspectos da recepção que as obras de Júlia tiveram no momento de sua publicação. Mais do que isso, Amed analisou a percepção da escritora sobre a época em que vivia e como a retratava em seus romances, crônicas e contos. Em um período em que as populações urbanas cresciam e apresentava-se um reordenamento das formas de educação, sobretudo feminina,

algumas mulheres, ao perceber as transformações no campo cultural, buscaram inserir-se no campo das letras.

Há também a tese de Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi intitulada *LIÇÕES DE CASA: Discursos Pedagógicos Destinados à Família no Brasil*, que teve por objetivo mostrar a missão “civilizadora” conduzida por vários intelectuais em relação aos valores, atitudes e comportamentos da sociedade, o que atingiria os recônditos da privacidade individual. Neste sentido, a pesquisa se debruçou sobre a análise de alguns dos discursos – articulados às suas práticas – produzidos por educadores que, individualmente ou como representantes de espaços institucionais, dedicaram-se à reflexão sobre a situação da família brasileira e sobre o seu papel educativo. Para isto, a pesquisadora decidiu investigar a contribuição dos seguintes intelectuais-educadores: Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), Armanda Álvaro Alberto (1892-1974), Cecília Meirelles (1901-1964), Padre Leonel Franca (1893-1948) e Júlio Porto-Carrero (1887-1937).

Tendo presente a discussão bibliográfica aqui focalizada, qual seria a especificidade desse trabalho? Acredito que a organização e a sistematização da vida e obra de Júlia Lopes de Almeida, somada às fotografias e às imagens pessoais, que ampliaram a percepção de foro íntimo da vida da pesquisada; a busca por um itinerário intelectual feminista, do qual se percebeu inúmeros vínculos: sociais, intelectuais, caritativos e humanos; a importância social e intelectual do “Salão Verde” para os grupos de intelectuais que se encontravam no Rio de Janeiro, além de um refúgio aos amigos lusitanos do casal Almeida, bem como a participação nacional e internacional de Júlia Lopes frente à *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*; são alguns dos aportes dessa pesquisa.

Já no que diz respeito à baliza cronológica deste trabalho, tem como ano inicial 1892 e vai até a morte da escritora, em 1934.<sup>39</sup> São textos escritos nesse período, portanto, indissociáveis da questão que se compromete em alcançar sua práxis feminista, que foram analisados e aliados a outras fontes essenciais. De um lado, a divulgação pela imprensa das tertúlias intelectuais que ocorriam na casa da escritora, que permitiram rastrear a sociabilidade intelectual que ela estava inserida. De outro, os embates e debates da *Federação* da qual era integrante, ajudaram a entender as relações sociais e sua cooperação feminista nesta instituição.

---

<sup>39</sup> O ano de 1892 refere-se à publicação da primeira coluna em *O País*, sob o pseudônimo de Écila Worms. Este foi o primeiro jornal de grande circulação que Júlia Lopes participou e que, posteriormente, a tornou conhecida pelas suas inúmeras campanhas em prol da mulher, do voto, do embelezamento da cidade do Rio de Janeiro etc. O ano de 1934 remete à morte da escritora e da concessão do direito de voto às mulheres, promulgada no dia 16 de julho.



Ao se trabalhar com estas fontes, sobretudo as literárias, foi preciso entender o imaginário do qual Júlia Lopes de Almeida estava inserida. De acordo com as proposições de Cornelius Castoriadis, este não pode ser definido como oposto do que é real, mas uma criação *ex nihilo* daquilo que chamamos de realidade.<sup>40</sup> Por conseguinte, o imaginário cria o mundo, pois está na base de todo o pensamento e possibilidade de sentido:

O imaginário de que falo não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de “alguma coisa”. Aquilo que denominamos ‘realidade’ e ‘racionalidade’ são seus produtos.<sup>41</sup>

Assim, complementando esta reflexão, utilizou-se as propostas metodológicas de Sandra Pesavento, oriundas de *História & Literatura: uma velha nova história*,<sup>42</sup> tendo em vista que o ambiente frequentado por Júlia Lopes foi um “sistema produtor de ideias e imagens que suportava, na sua feitura, as duas formas de apreensão do mundo: a racional e a conceitual, que forma o conhecimento científico, e a das sensibilidades e emoções, que correspondem ao conhecimento sensível”.<sup>43</sup> Dentre as indicações da historiadora foi importante à sugestão de que se deve entender que história e literatura correspondem a narrativas explicativas do real que se renovam no tempo e no espaço:

A literatura é, no caso, um discurso privilegiado de acesso ao imaginário das diferentes épocas. No enunciado célebre de Aristóteles, em sua “Poética”, ela é o discurso sobre o que poderia ter acontecido, ficando a história como a narrativa dos fatos verídicos. Mas o que vemos hoje, nesta nossa contemporaneidade, são historiadores que trabalham com o imaginário e que discutem não só o uso da literatura como acesso privilegiado ao passado — logo, tomando o *não-acontecido* para recuperar o que aconteceu! — como colocam em pauta a discussão do próprio caráter da história como uma forma de literatura, ou seja, como narrativa portadora de ficção!<sup>44</sup>

Ainda no que diz respeito ao imaginário do escritor, Nicolau Sevcenko elucidou:

[...] todo escritor possui uma espécie de liberdade condicional de criação, uma vez que seus temas, motivos, valores, normas ou revoltas são fornecidos ou sugeridos pela sua sociedade e seu tempo – e é destes que eles falam. Fora de qualquer dúvida: a literatura é antes de mais nada um produto artístico, destinado a agradar e a comover; mas como se pode imaginar uma

<sup>40</sup> O conceito de *ex nihilo* significa “a criação a partir do nada”. E, desta forma, enquanto criação, o ser não se fecha em uma única determinação possível, ao contrário, está sempre aberto. Ver CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.233.

<sup>41</sup> Idem p.13.

<sup>42</sup> Ver PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & literatura: uma velha-nova história*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos [Enlínea], Debates, 2008. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/1560>. Acesso em: 20 jul. 2016.

<sup>43</sup> Idem.

<sup>44</sup> Idem.

árvore sem raízes, ou como pode a qualidade dos seus frutos não depender das características do solo, da natureza, do clima e das condições ambientais?<sup>45</sup>

Ainda em relação à literatura, Antônio Celso Ferreira esclareceu a incerteza que geralmente atormenta o pesquisador que se dedica ao estudo de fontes literárias no que concerne à “análise textual” (interna) ou à “contextual” (externa). A preocupação do historiador deve se pautar pela “operação historiográfica que é a interpretação das fontes em determinadas circunstâncias sociais, isto é, nos contextos, que só podem ser reconstruídos, ainda que de modo parcial, lacunar e aproximado, pela mediação de outros textos”.<sup>46</sup> Portanto, pode se concluir que:

[...] é imprescindível criar estratégias para estabelecer o diálogo entre textos e o mundo circundante. Isso leva aos modos de interação entre as várias dimensões culturais numa determinada sociedade (oral, letrada, popular, erudita, religiosa, científica, política, jurídica ou de gênero, caso se queira), problema que tem sido abordado com muita pertinência pela historiografia contemporânea.<sup>47</sup>

Ao se dedicar às questões mais contundentes da sociedade que se estendem além da literatura em si, Julia Lopes se tornou uma intelectual respeitada e solicitada de seu tempo. No que diz respeito a essa profissão, Jean-François Sirinelli esclareceu a importância das estruturas elementares de sociabilidade de tal microcosmo, uma vez que é um lugar precioso para analisar o movimento de ideias, tendo em vista que é um ambiente de intensa fermentação intelectual, de discussão e profusão de convicções. Pode-se perceber, ainda, que este universo opera como um lugar de estabelecimentos afetivos como a afinidade, lealdade, apadrinhamentos e pertencimento a determinado grupo.<sup>48</sup>

Ainda no âmbito das fontes, esta pesquisa também se utilizou da imprensa. Como revelou Tânia Regina de Luca, é importante observar a dimensão do objeto investigado. Dito de outra forma, “estar alerta aos aspectos que envolvem a materialidade... e seus suportes, que nada têm de natural”.<sup>49</sup> Neste sentido, “historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que

<sup>45</sup> Ver SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 29.

<sup>46</sup> Ver FERREIRA, Antonio Celso. “A fonte fecunda”. IN: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de. *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 75.

<sup>47</sup> Idem.

<sup>48</sup> Ver SIRINELLI, Jean- François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003. 2 ed. P. 232 – 253. p. 249.

<sup>49</sup> Ver LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla B. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.p. 132.

foi escolhido e por quê”.<sup>50</sup> Esse tratamento, portanto, foi fundamental para entender, relacionar e identificar os editores/editoras/jornais que publicaram os livros de Júlia Lopes e da rede de sociabilidade que envolvia sua produção.

Deste modo o trabalho comportou três capítulos. No primeiro os esforços caminharam no sentido de traçar o cenário intelectual do período. Mais do que isso, estabelecer o horizonte literário de mulheres que enxergavam no debate público, uma possibilidade para que suas demandas fossem atendidas. Coube também analisar os balanços realizados pela historiografia acerca do feminismo praticado no Brasil, desde o final do século XIX a meados da década de 1930. Desta forma, problematizar o significado histórico que o termo adquiriu no Brasil nas primeiras décadas do século passado também pareceu pertinente, bem como traçar um painel cultural/familiar da vida e obra de Júlia Lopes de Almeida.

No capítulo subsequente, as discussões se concentraram na análise dos manuais de civilidade da escritora. Esses compêndios que intencionavam instruir a sociedade em vários aspectos surgiram na França e cruzaram as fronteiras, chegando ao Brasil em fins do século XIX. Nomes como o de Júlia Lopes foram imbuídos na tarefa de “civilizar” aqueles que precisavam de apoio para colocar certos projetos em prática. Ainda nesta discussão, buscou-se identificar a importância da filantropia para o sexo feminino e sinalizar a entrada de Júlia Lopes de Almeida em um jornal de grande circulação do Rio de Janeiro, efetivada em *O País* no ano de 1892.

No terceiro e último capítulo, a ideia foi mostrar de que forma a escritora, a partir de sua produção escrita, não só questionou o papel do homem na vida familiar e social, mas debateu a independência da mulher em relação à figura masculina. Para isso, em *Eles e Elas: monólogos e diálogos* D. Júlia aludiu a um momento de inversão dos papéis masculino/feminino e/ou homem/público e mulher/privado, dissonantes com as propostas conservadores de Auguste Comte (1798-1857). Para o filósofo francês havia uma divisão natural entre atributos masculinos e femininos. Júlia Lopes, além de discordar dessa naturalização, também se preocupou com o meio ambiente e passou não só a escrever a respeito na imprensa, como também em suas obras. Essas, especificamente, ficaram conhecidas como “ciclo verde” e foram analisadas no capítulo de forma a mostrar como D. Júlia passou a se preocupar e questionar sobre tal agenda no período.

Outra temática abordada neste terceiro capítulo foi a sociabilidade na residência da família Almeida em Santa Tereza, que possuía uma espaço conhecido pelo nome de “Salão

---

<sup>50</sup> Idem.

Verde”. Lá se organizavam festas literárias, encenavam-se peças teatrais escritas pela autora, além de ter sido palco de estreias musicais que chegavam ao Rio de Janeiro, sendo, portanto, um local para ampliar e consolidar sua rede de relações. Procurou-se, ainda, compreender a atuação de D. Júlia na *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, uma vez que a escritora participou das reuniões mais importantes, ao lado de outras feministas estrangeiras, como Carrie Chapman Catt (1859-1947) e Mary Allen.<sup>51</sup> Ademais, percebeu-se até aqui, que uma participação mais efetiva na associação se deu ao aceitar o convite para representar a Federação não só no Brasil, mas também no exterior.

Por fim, a trajetória intelectual de Júlia Lopes de Almeida é extensa, tanto do ponto de vista de sua produção como escritora, quanto pela forma com que desempenhava diversas tarefas ligadas à intelectualidade. Cabe destacar, ainda, os inúmeros locais por onde transitou e a quantidade de pautas que introduziu, a fim de questionar, ainda que de forma cordial, o mundo que a cercava, como se verá a seguir.

---

<sup>51</sup> Quando não houver nenhuma indicação de nascimento e morte dos personagens em análise, indica que essa pesquisa não conseguiu encontrar esses dados.

## **CAPÍTULO 1 - Julia Lopes de Almeida e o feminismo de seu tempo: literatura, escrita feminina e a busca pelo sufrágio das mulheres (1892-1934)**

“O feminismo abrange todos os aspectos da emancipação das mulheres e inclui qualquer luta projetada para elevar seu status social, político ou econômico; diz respeito à maneira de se perceber da mulher e também à sua posição na sociedade” (June Hahner)

Entre fins do século XIX e início do XX, a cidade do Rio de Janeiro, então capital do país, experimentava ares de cosmopolitismo e havia o desejo, por parte de intelectuais, de estabelecer uma sociedade cada vez mais “civilizada”. Dentre os inúmeros acontecimentos do período, destacaram-se as novas formas de viver em sociedade, novos ambientes de diversão, a reordenação do carnaval, as reformas sanitárias, o nascimento do cinema nacional, a profissionalização do homem de letras e os movimentos sociais. Além desses, houve também novidades no campo da medicina, astronomia e aeronáutica.<sup>52</sup>

Nesse contexto, a luta das mulheres pela emancipação e pelo sufrágio feminino,<sup>53</sup> ampliava-se cada vez mais e tinha nesse movimento, como sua principal agenda, a garantia integral de direitos à mulher. Considerando tal perspectiva, o século XIX pode ser interpretado sob duas óticas. A primeira, sombria e opressiva, quando se nota, no desenrolar de uma história pessoal, as mulheres serem submetidas a uma codificação de condutas coletivas e socialmente elaboradas. Por outro lado, assinala o nascimento do feminismo, palavra que, nesse contexto, expressou tanto as mudanças estruturais (trabalho assalariado, autonomia do indivíduo civil, direito à instrução) como a ascensão das mulheres na cena política.<sup>54</sup>

Apesar da conhecida luta de mulheres desde a Antiguidade até a chegada à Idade Moderna, foi durante o século XIX que às mulheres do ocidente tiveram grandes oportunidades de mudança. Muito do que se passou a ser discutido na pauta feminista foi ancorado nas contribuições teóricas da obra de Mary Wollstonecraft (1759-1797).<sup>55</sup>

---

<sup>52</sup> Ver COSTA, Luiz Antonio Severino da. *Brasil 1900-1910*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980 e SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: \_\_\_\_\_. *História da vida privada no Brasil*. v.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>53</sup> Tal agenda pode ser atribuída ao feminismo de fins de século XIX e das primeiras décadas do século XX, denominado de feminismo de primeira onda/vaga. Essa discussão será mais bem trabalhada no decorrer do presente capítulo.

<sup>54</sup> Ver PERROT, Michelle; FRAISSE, Geneviève. Introdução: Ordens e Liberdade In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges. *História das Mulheres no Ocidente: o século XIX*. Porto: Edições Afrontamento, 1994. p. 9.

<sup>55</sup> Cabe aqui destacar algumas dessas figuras que foram representativas na história ocidental das mulheres como Christine de Pizan (1363-1431) considerada a primeira escritora profissional, tendo em vista que sua produção escrita pôde sustentar seus três filhos pequenos quando da morte do marido. Algumas mulheres que atuaram no contexto da Reforma Protestante, oriundas do grupo dos *quakers*, encontraram uma via essencial à emancipação,

Assim, no decorrer do século XIX, o feminismo apareceu, pela primeira vez, como um movimento social de âmbito internacional, com identidade autônoma e caráter organizativo.<sup>56</sup> Na Europa, por exemplo, a luta das sufragistas estava intimamente ligada à questão do movimento operário contra a exploração dos trabalhadores, identificados nos partidos de esquerda como socialistas e comunistas. Nos Estados Unidos, as mulheres partiram dos problemas sociais que se desenvolviam à sua volta, caso específico da escravidão, e organizaram-se na tentativa de aboli-la. Fato significativo do período foi que o primeiro romance antiescravista dos Estados Unidos foi escrito por uma mulher, Harriet Beecher Stowe (1811-1896),<sup>57</sup> autora de *A cabana do pai Tomás*, lançado em 1852.

No presente capítulo, portanto, os esforços caminharão no sentido de traçar o cenário intelectual do período e estabelecer o horizonte literário de mulheres que enxergavam no debate público, uma possibilidade para que suas demandas fossem atendidas. Na trilha dessas discussões, coube também analisar a historiografia acerca do feminismo praticado no Brasil, compreendido desde o final do século XIX a meados da década de 1930. Desta forma, problematizar o significado histórico que o termo adquiriu no Brasil nas primeiras décadas do

---

por meio do Unitarismo. Este expressava a ideia de que o Espírito podia induzi-las ao celibato, ou tirar o direito do marido de governar sua consciência, o que levou algumas delas a serem acusadas de fazer pacto com o demônio. Já nos salões franceses, as mulheres do Antigo Regime lideraram um movimento denominado Preciosismo, que se apresentou como um modelo de comportamento, um movimento de ideias, cuja característica principal era afrontar temas que iam muito além do âmbito da cultura. Em Veneza, no século XVII, a República de Paolo Sarpi (1552-1623), rica e culta tentava manter aberto o enfrentamento crítico com o papado, mas desde o Renascimento a cidade havia dado livre acesso à cultura às mulheres. Destacaram-se três intelectuais nesse período como precursoras do feminismo: Lucrecia Marinelli (1571-1653), Moderata Fonte (1555-1592) e Arcângela Tarabotti (1604-1652). Às vésperas da Revolução Francesa, Olympe de Gouges (1748-1793) vivia em Paris e produzia textos teatrais. Também escreveu a *Declaração dos Direitos das Mulheres e das Cidadãs*, em 1791, e a dedicou à rainha Maria Antonieta (1755-1793), a quem considerava uma mulher oprimida como as demais. A declaração foi escrita na tentativa de despertar uma tomada de consciência feminina, tendo em vista que a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789), mesmo sendo inspirada nos pensamentos iluministas e tomada a palavra “homem” como sinônimo de “seres humanos”, Gouges não via o documento como uma possibilidade de ação feminista. Nesse mesmo século XVIII, nasceu em Londres Mary Wollstonecraft (1759-1797). Sabe-se que foi autodidata e com apenas 19 anos, abandonou o lar paterno para viver com um rico negociante, viúvo, na cidade de Bath, sudoeste da Inglaterra. Sua primeira obra foi *Reflexões sobre educação de filhas* (1786), na qual analisou as restrições educacionais impostas às jovens, assim mantidas em um estado de “ignorância e dependência”. Contudo, a obra mais importante foi *A reivindicação dos direitos da mulher* (1790), na qual lançou as bases do feminismo moderno. Tratava-se de uma pauta que advogava pelo igualitarismo entre homens e mulheres, a independência econômica e a necessidade da participação política e da representação parlamentar. Neste sentido, para Wollstonecraft, a educação era um caminho útil para as mulheres conquistarem uma melhor condição econômica, política, social e intelectual. Ver *Cap. 1 - O feminismo nas origens do mundo moderno* e *Cap. 2 - A primeira onda do feminismo* em GARCIA, Carla Cristina. *Breve... Op.cit.*

<sup>56</sup> Idem. p. 51.

<sup>57</sup> Harriet Beecher Stowe (1811-1896) foi uma escritora e abolicionista norte-americana a qual o presidente Abraham Lincoln (1809-1865), ao encontra-la na Casa Branca, no ano de 1862, teria dito que a obra, *A cabana do pai Tomás* (1852), ensejou o início da Guerra Civil dos Estados Unidos (1861-1865). Ver HEDRICK, Joan. *Harriet Beecher Stowe: a life*. New York: Oxford University Press. 1994. p.vii.

século passado parece oportuno, bem como o de traçar um painel cultural/familiar da vida e obra de Júlia Lopes de Almeida.

### 1.1 – A historiografia sobre o sufrágio feminino no Brasil

No Brasil, a origem do feminismo remonta a meados do século XIX, sendo que alguns pesquisadores consideram o ano de 1934,<sup>58</sup> como aquele que marcou o término de seu propósito inicial. De acordo com a historiografia sobre o tema, nesse século pode-se notar alguns acontecimentos e datas importantes que indicam os primórdios das conquistas femininas. Leonora de Luca reconheceu grupos de mulheres que lutavam por seus direitos antes do período de análise, ou seja, reivindicavam garantias já nos idos do século XVII e XVIII. Esse primeiro conjunto compunha-se de quinze mulheres “ancestrais”, cujo pensamento estava atrelado ao Antigo Regime. A pesquisadora também verificou, ao analisar as mulheres da segunda metade do XIX, um momento importante na tomada de consciência de uma coletividade feminina. Todo o esforço intelectual empreendido, desde meados dos setecentos até as primeiras décadas do século XX, objetivava defender questões comuns e constituiu naquilo que De Luca definiu como a “gênese de uma intelectualidade feminina no Brasil”.<sup>59</sup>

Nessa mesma perspectiva, de acordo com Constância Lima Duarte, o ano de 1830 evidenciou-se revelador, pelo fato de Nísia Floresta ser “uma das primeiras mulheres no Brasil a romper os limites do espaço público e a publicar textos na grande imprensa”. Assim

---

<sup>58</sup> Cumpre lembrar que a Constituição promulgada em 16 de julho de 1934 concedeu o direito de voto às mulheres, quando elas exerciam função pública remunerada. Contudo, dois anos antes, por meio do Decreto nº 21.076, instituído no Código Eleitoral Brasileiro, esclarecia que seriam admitidas a inscrever-se como eleitoras a mulher solteira *sui juris*, que tinha economia própria e vivia de seu trabalho honesto ou do que lhe rendiam bens, ou qualquer outra fonte de renda lícita. Também seria concedida a permissão à viúva em iguais condições e a mulher casada que exercia efetivamente o comércio ou indústria por conta própria ou como chefe, gerente, empregada ou simples operária de estabelecimento comercial e bem assim que exercia efetivamente qualquer lícita profissão, com escritório, consultório ou estabelecimento próprio ou que tinham funções devidamente autorizadas pelo marido, na forma da Lei Civil. Em relação às mulheres separadas, consideravam-se alistáveis aquelas que passaram por desquite amigável ou judicial, enquanto durou a separação. Também se incluía aquelas que, em consequência da declaração judicial da ausência do marido, estivessem na direção dos bens do casal, ou na direção da família e por fim, aquelas deixadas pelo marido durante mais de dois anos, embora este estivesse em lugar conhecido. Convém destacar, ainda, que na Constituição de 1937, o artigo 4º esclarecia ser obrigatório o alistamento para ambos os sexos, salvo àquelas mulheres que não exerciam profissão lucrativa. A ressalva só foi abolida com a Carta de 1946, que não especificou exceções para um ou outro sexo. Ver *Voto da Mulher*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>. Acesso em 02 de abr. de 2017; BRASIL. Decreto nº 21.076, de 24 de Fevereiro de 1932. Código que regula em todo o país o alistamento eleitoral e as eleições federais, estaduais e municipais. Diário Oficial, Rio de Janeiro, RJ, 26 de fev. 1932. Seção 1, p.1 e Constituições de 1891, 1934, 1937 e 1946.

<sup>59</sup> Pode-se destacar dentre essas mulheres “ancestrais” Zaira Americana (?), autora do livro *Ilustração, Virtudes e perfeita educação da mulher como mãe e esposa do homem* (1853). Para entender a divisão dessa coletividade de mulheres ver (DE LUCA, 2004).

tornou-se uma personalidade ainda mais conhecida devido a sua “presença constante em periódicos nacionais, tratando de questões polêmicas, como o direito das mulheres, índios e escravos a uma vida digna e respeitável”.<sup>60</sup>

Já a professora Dulcília Schroeder Buitoni elegeu as transformações ocorridas na imprensa feminina, a partir da segunda metade do século XIX. Essa imprensa foi mais ‘ideologizada’ em relação àquela dedicada ao público em geral. Sob a aparência da neutralidade, essas folhas veiculavam conteúdos muito fortes, reivindicando uma maior participação da mulher no espaço público. No entanto, as críticas eram atenuadas ao intercalarem-se entre textos culinários e outros que se dedicavam aos cuidados da casa e da família.<sup>61</sup> Ainda segunda a autora, nesse mesmo século, as folhas publicadas por mulheres se desenvolveram sob duas direções distintas: a tradicional, que não permitiu liberdade de ação fora do lar e que engrandeceu as virtudes domésticas e as qualidades “femininas”; e a progressista, que defendeu os direitos das mulheres, dando grande ênfase à educação.<sup>62</sup>

Mônica Karawejczyk, destacou o ano de 1850,<sup>63</sup> ao identificá-lo como oportuno ao surgimento de uma imprensa feminina no Brasil, cuja exigência assentava-se em uma maior participação da mulher no espaço público. As manifestações estavam atreladas às discussões políticas sobre a ideia de sufrágio universal, termo que, em sua origem, referia-se ao fim da obrigatoriedade monetária para ser eleitor. Mais do que esse significado original, o termo, conforme Karawejczyk, deve ser analisado em dois contextos importantes para a ascensão das mulheres no mundo público: A Independência dos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa (1789). Tais acontecimentos, conclui a pesquisadora, mostraram que o mundo estava em mutação e as velhas regras não tinham mais a obrigação de serem seguidas, o que colocou em xeque crenças há tanto tempo consolidadas.<sup>64</sup>

Por fim, June Hahner deu ênfase à última metade do século XIX, ao entendê-la como uma época em que surgiu um grande número de jornais editados por mulheres nas cidades das zonas centro e sul do Brasil. Esses jornais, ao contrário daqueles que versavam sobre moda, pregavam mais abertamente pelos direitos femininos. Algumas dessas folhas, de grande

---

<sup>60</sup> Ver DUARTE, Constância Lima. O discurso autobiográfico de Nísia Floresta. *Labrys – Estudos Feministas*, jan/jun 2006. Disponível em: <http://www.labrys.net.br/labrys9/libre/constancia1.htm>. Acesso em 01 de mai. de 2017. p.1.

<sup>61</sup> Ver BUITONI, Dulcília Schroeder. *Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Summus, 2009. p. 21.

<sup>62</sup> Idem. p. 47.

<sup>63</sup> Ver KARAWEJCZYK, Monica. *As filhas de Eva querem voar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. p. 18.

<sup>64</sup> Idem. p. (39-40).



repercussão, foram editadas por Francisca Senhorinha,<sup>65</sup> professora oriunda de Minas Gerais. Para Hahner:

No Brasil, como em qualquer outra parte, o ensino foi, por muitos anos, uma das poucas ocupações “finas” acessíveis a uma dama. Ao mesmo tempo, as professoras podiam servir como agentes de mudanças e como disseminadoras de novas ideias. Um ponto chave constantemente reiterado por esses jornais era a necessidade de melhor nível de educação para as mulheres.<sup>66</sup>

O incentivo à instrução, portanto, possibilitou melhor formação e erudição às mulheres. Conseqüentemente, quando instruídas, estas passaram a ter uma maior participação no espaço público. Os direitos eletivos plenos às mulheres, seja como eleitoras ou candidatas, foram reconhecidos nos primeiros anos da década de 1930. Além disso, esse cenário propiciou manifestações tanto coletivas quanto solitárias de mulheres que não concordavam com a ordenação dos sexos imposta pela sociedade. Diante do certame, como apontado na epígrafe deste capítulo, o feminismo praticado no Brasil pretendeu elevar o *status* social, político e econômico da mulher com o objetivo de majorar a sua posição na sociedade.<sup>67</sup>

Antes de inserir as mulheres neste horizonte feminista, cabe apresentar os motivos histórico-literários pelos quais o Rio de Janeiro, foi eleito como centro propulsor de cultura no país e compreender as polêmicas dos movimentos literários das primeiras décadas do século XX. Ademais, é preciso entender a qual contexto literário a escritora Julia Lopes e seus contemporâneos estavam inseridos, isto é, problematizar o debate sobre a terminologia “pré-modernismo” e dar o devido crédito aos escritores desse tempo.

## 1.2 – Aspectos histórico-literários do Pré-Modernismo e do Modernismo brasileiro

De acordo com Sergio Miceli, o termo Pré-Modernismo constituiu-se num recurso político dos modernistas, que se elegeram os detentores da autoridade intelectual nos anos de 1920. Eles seriam pertencentes à geração seguinte das escolas dominantes no final do século

<sup>65</sup> Francisca Senhorinha da Mota Diniz nasceu em São João d’El Rei (MG), filha de Gertrudes Alves de Melo Ramos e Eduardo Gonçalves da Mota Ramos. Casou-se com o advogado José Joaquim da Silva, com quem teve duas filhas. Dedicou-se ao magistério da instrução primária, lecionando em Minas Gerais e, posteriormente, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Iniciou-se no jornalismo colaborando com o seminário *Estação*, jornal de modas, mas sua mais importante contribuição para a imprensa feminina da época foi no periódico *O Sexo Feminino*, que começou a produzir em Campanha (MG), em 1873. Dois anos depois o reeditou na cidade do Rio de Janeiro, tendo circulado durante quinze anos. SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Op. cit.* p. 246.

<sup>66</sup> Ver capítulo 9: *Os primórdios da imprensa feminista no Brasil*. In: HAHNER, June. *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978. p.79.

<sup>67</sup> Cabe destacar ainda, os trabalhos de Celi Regina Jardim Pinto, *Uma história do feminismo no Brasil* (2003), e de Norma Telles, *Encantações: escritora e imaginação literária no Brasil* (2012), textos fundamentais para a discussão proposta.

XIX, considerados deserdados das grandes causas políticas, como por exemplo, a importância da Independência para os românticos, o Abolicionismo e o movimento republicano para a geração naturalista, os importadores otimistas das escolas europeias periféricas ao Simbolismo etc.<sup>68</sup>

Neste sentido, para reconstituir o momento histórico-literário de fins do século XIX e das primeiras décadas do XX no Rio de Janeiro, a fim de contestar essa visão modernista, é preciso entender as análises de Jeffrey Needell e José Murilo de Carvalho. É interessante perceber como tal cidade, que possuía uma população amplamente iletrada, tornou-se o centro de produção cultural do país. Para Needell, a literatura brasileira estava associada principalmente ao Rio de Janeiro, como centro tanto de sua produção quanto de sua difusão, tendo em vista a grande atividade intelectual oriunda na *Belle Époque*. No entanto, José Murilo acredita que a cidade fluminense era um centro consumidor de cultura, oposto de São Paulo que, segundo ele, seria apenas um núcleo produtor.<sup>69</sup> Cabe destacar, ainda, que desde o início da campanha abolicionista até a década de 1920, grande parte da produção literária nacional foi elaborada no Rio de Janeiro, voltada para esta cidade ou tomando-a em conta. Nicolau Sevcenko elucida a questão:

Palco principal de todo esse processo radical de mudança, a capital centralizou ainda os principais acontecimentos desde a desestabilização paulatina do Império até a consolidação definitiva da ordem republicana. Ela centrava também o maior mercado de emprego para os homens de letras. Sua posição de proeminência se consagrou definitivamente em 1897, com a inauguração ali da Academia Brasileira de Letras.<sup>70</sup>

Ao retomar as ideias de José Murilo de Carvalho, em artigo intitulado *Aspectos Históricos do Pré-Modernismo Brasileiro*, o historiador elegeu em fins do século XIX e início do XX duas cidades como centros culturais do país: Rio de Janeiro e São Paulo. Denominou a primeira de *ortogenética*,<sup>71</sup> pois participava das funções administrativas do cenário nacional e, no momento em que se tornou capital da república, tal fato acentuou-se. Já a capital paulista foi denominada de *heterogenética*, pois até meados do XIX era uma pequena vila que só se tornou grande economicamente a partir da expansão do café e do processo de imigração.

<sup>68</sup> Ver MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha* (estudo clínico dos anatolianos). São Paulo: Perspectiva, 1977. p. 13.

<sup>69</sup> Ver NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 211 e CARVALHO, José Murilo de ... et al. *Sobre o pré-modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. p.14.

<sup>70</sup> Ver SEVCENKO, Nicolau. *Literatura... Op. cit.* p. 117.

<sup>71</sup> *Ortogenética e heterogenética* foram termos criados por José Murilo de Carvalho que serão discutidos a seguir. Ver CARVALHO, José Murilo de ... et al. *Op. cit.*

A produção cultural do Rio de Janeiro, denominada *ortogenética*, foi muitas vezes influenciada pela política governista que, como centro administrativo do país, limitava a liberdade de criação. Além disso, o poder público juntou esforços para a estabilização política e priorizou o pagamento da dívida externa, o que de certa maneira, deixou a produção cultural sob o jugo dos literatos e muitos deles trabalhavam para o governo federal. Com o advento da República, a cultura europeia foi apontada como sinônimo de elegância. Na tentativa de manter a economia estável e introduzir uma nova perspectiva “civilizadora” se privilegiou a importação das culturas francesa e inglesa, de perfil aristocrático e conservador como analisa Needell. Mas por que, ao apropriar-se do padrão francófono e anglófono, deixou-se de lado aspectos fundamentais da cultura popular brasileira?

Assim, esta preocupação “europeizante” se tornou contraditória, pois alguns intelectuais como Lima Barreto (1881-1922), se distinguiu como representante do povo do Rio de Janeiro, mas tinham aversão a outros aspectos que faziam parte da mesma constituição cultural da cidade, como o futebol e o carnaval.<sup>72</sup> Desta forma, como privilegiar o modelo oficial estabelecido na capital da República, visto que este era incompatível com a diversidade cultural do cotidiano fluminense e, por consequência, do próprio país? De fato, como seria possível recuperar a realidade da cidade, se sua cultura estava atrelada a uma população que havia sido anteriormente escravizada e vivia à margem? Ao refletir sobre essas questões, José Murilo de Carvalho apontou a razão pela qual o Rio de Janeiro foi denominado de “pré” ou “pós” alguma outra escola literária pelos seus sucessores.

Segundo o pesquisador, a fase compreendida entre fins do século XIX e a segunda década do século XX, portanto, não propagandeou a chamada explosão criativa que caracterizou o Modernismo. O período que antecedeu a *Semana de 1922* caracterizou-se pela incorporação desenfreada da cultura europeia, sem um projeto definido de como usar o produto importado.<sup>73</sup> Já para os artífices de 1922, a preocupação se direcionou para a busca do passado, da tradição artística colonial e da herança indígena. Por isso, muitas vezes, pejorativamente, o período estudado foi tachado de “pré”.

Ao aprofundar a discussão, cabe mostrar que a narrativa hegemônica do Modernismo<sup>74</sup> foi uma idealização proposta pelas vanguardas paulistas, que a atualizaram ao longo das

---

<sup>72</sup> Idem p. 19.

<sup>73</sup> Idem p. 20.

<sup>74</sup> Ao conceitualizar os termos “modernos”, “modernidade” e “modernismo” Monica Pimenta Velloso explica que tais definições são correlatas, mas não têm o mesmo significado. O binômio antigo/moderno apresenta-se como um dos pilares da história da cultura ocidental, e os seus sentidos se mostram altamente variáveis. Ao se apoiar em Le Goff, esclareceu que, quem conduz o par é o moderno, por isso cabe aos indivíduos, às sociedades e às épocas o trabalho de defini-lo perante o passado. Ao prosseguir na análise, Velloso atribuiu a Charles

décadas de 1930 e 1950.<sup>75</sup> Também é importante observar o enfoque que a historiografia deu aos personagens modernistas, pautada pela ação das vanguardas e dos marcos cronológicos do movimento, o que ressalta, ainda mais, a cidade de São Paulo como centro inaugural.

A Semana de Arte Moderna, que ocorreu em São Paulo, entre os dias 12, 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922, é tomada como acontecimento fundador do Modernismo brasileiro. O fato pode ser constatado na própria adoção, na consagração e nos usos do termo Modernismo. A terminologia está de tal forma relacionada à cidade de São Paulo que frequentemente deixa-se de contextualizá-la na articulação com o conjunto da dinâmica brasileira.<sup>76</sup>

De acordo com a historiografia tradicional, tanto o Rio de Janeiro como a São Paulo pré-modernista tiveram um bloqueio ao pensar o Brasil como nação.<sup>77</sup> Porém, a liberdade criativa literária de São Paulo como centro produtor de cultura, para José Murilo de Carvalho, foi fator determinante para que o Modernismo na capital paulista tivesse maior repercussão nacional. Sem as preocupações político-administrativas que a capital federal possuía e a não vinculação da intelectualidade ao Estado, os paulistas, patrocinados por seus mecenas – no caso os Prado e os Penteado – interpretava o Brasil como uma forma de cultura estética, diferente do Rio de Janeiro, que o concebia como Estado.<sup>78</sup> Sob a batuta de seus mecenas, os paulistas conseguiram doações e consolidaram uma das primeiras manifestações coletivas públicas na história cultural brasileira a favor de um espírito novo e moderno, popularmente

---

Baudelaire (1821-1867) ter conferido à palavra *modernité* o seu sentido definitivo, de tal modo que a percebeu como mediação entre duas percepções, isto é, uma dualidade que se definia com harmonia. Já no que diz respeito ao termo “modernismo”, a pesquisadora acredita que ele possui múltiplos sentidos, alguns deles contraditórios. De forma geral, associa-se de imediato aos movimentos artísticos que percorreram todo o século XX. Em muitas vezes predominava o imaginário da ruptura e da libertação do passado, visto como um fardo a ser abandonado. Essa perspectiva acabou favorecendo um aspecto que privilegiava o espírito do novo, a partir do obscurecimento e da diluição de sua relação com as tradições. Tal percepção do Modernismo como urgência de uma demanda – “tornar-se novo” – foi particularmente experimentada nos países da América Latina. Para entender a genealogia do termo “moderno” ver introdução de Velloso, Monica Pimenta. *História & Modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

<sup>75</sup> Heloisa Pontes investigou o grupo de intelectuais em torno da revista *Clima* e como eles foram reconhecidos como herdeiros do movimento modernista no Brasil. Ver PONTES, Heloísa. *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>76</sup> Ver Velloso, Monica Pimenta. *História... Op. cit.* p. 23.

<sup>77</sup> No entanto, uma das atribuições deste subcapítulo é trazer o debate historiográfico que discorda da concepção do vazio cultural no dito pré-modernismo. No que diz respeito ao tema, Tania Regina de Luca objetivou “analisar as leituras que parte significativa da intelectualidade dita pré-moderna produziu a respeito do país identificando o que ela detectava como problema e quais as soluções que propunha para os males sociais” p. (29-30). Desta forma, ao analisar a *Revista do Brasil*, Tania de Luca comprovou, de maneira satisfatória, que o período anterior aos dos modernistas houve intensa produção cultural. DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

<sup>78</sup> Ver o capítulo de José Murilo de Carvalho denominado *Aspectos Históricos do Pré-Modernismo Brasileiro*. CARVALHO, José Murilo de ... et al. *Op. cit.*

conhecida como a *Semana de Arte Moderna de 1922*.<sup>79</sup> Esta se oporia à cultura e à arte de teor conservador, predominantes no país desde o século XIX.

Ao contrapor os textos de José Murilo de Carvalho e Jeffrey Needell obtêm-se informações significativas para o debate. Ao concentrar o estudo no Rio de Janeiro do entre séculos, Needell elegeu a cidade fluminense como centro produtor de cultura sem contrapô-la à cidade paulista que emergia no cenário brasileiro. Já Carvalho, ao selecionar as duas cidades como, respectivamente, centros produtores e consumidores de cultura, desviou o olhar para outro ponto do debate: a conjuntura política nacional popularmente conhecida como República do “café-com-leite”, que exprimiu a ideia de uma aliança entre São Paulo e Minas Gerais.<sup>80</sup> Cabe destacar que os presidentes Prudente de Moraes (1894-1898), Campos Sales (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906) foram eleitos pelo Estado paulista e nasceram em Itu, Campinas e Guaratinguetá, respectivamente. Esses municípios faziam parte do chamado roteiro do café<sup>81</sup> e aos poucos mostravam cada vez mais o poder das oligarquias cafeiras no cenário político nacional. Como a cidade paulistana emergiu como grande força econômica nessa conjuntura, não seria um benefício para a mesma sediar um evento de tamanha importância como a *Semana de Arte Moderna de 22* para referendar seu poder nacional também pelo viés cultural?

Não se pretende aqui esgotar a questão, no entanto, assim como os autores anteriores, Sergio Miceli trouxe um novo olhar sobre o contexto do pré-modernismo, ao asseverar que foi nas primeiras décadas do século XX que:

[...] se desenvolveram as condições favoráveis à profissionalização do trabalho intelectual, especialmente em sua forma literária, e a constituição de um campo intelectual relativamente autônomo, em consequência das exigências postas pela diferenciação e sofisticação do trabalho de dominação. Expurgar esse momento de expansão do campo intelectual do Brasil, relegar os produtores da época tachando-os de “subliteratos”, tratar suas obras segundo critérios elaborados em estados posteriores ao campo,

<sup>79</sup> Cumpre destacar outro trabalho que tem a cidade do Rio de Janeiro como foco. Monica Pimenta Velloso tencionou retratar um grupo específico de intelectuais: os humoristas boêmios. Esses homens de letras se identificaram ora como turunas, ora como quixotes. O primeiro termo remete ao universo da boemia, do humor da irreverência e da marginalidade. Já o último faz referência ao sonhador, àquele que antevê realidades apenas esboçadas. Nas palavras de Velloso, “se entre o grupo valoriza-se a descontração, a irreverência, o humor e, sobretudo, o espírito de criatividade, há um outro, de certo ressentimento social. É o lado do quixote. É a mágoa que esses intelectuais sentem de não serem devidamente reconhecidos por seus projetos” (p.12). Portanto, é por meio do perfil de turunas e quixotes que os intelectuais humoristas pensam seu lugar não só na cidade, mas no conjunto da nacionalidade brasileira. Ver VELLOSO, Monica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

<sup>80</sup> Um estudo mais detalhado do assunto pode ser encontrado em FERREIRA, Marieta de Moraes; GOMES, Ângela de Castro. Primeira República: um balanço historiográfico. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Vértice, v. 1, n. 4, p. 244-280, 1989.

<sup>81</sup> Para entender o processo de expansão do café em São Paulo, ver os mapas do livro de MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. São Paulo: HUCITEC; [Brasília]: INL, 1982.

em suma transformá-los numa espécie de lixo ideológico, como o fazem certas correntes que não obstante não tem mais quase nada em comum, é o mesmo que desconhecer as condições sócio históricas em meio das quais se constitui o campo intelectual sob cuja vigência estamos vivendo.<sup>82</sup>

Para além da discussão do campo intelectual, essa dificuldade em reconhecer a importância das primeiras décadas do século XX na formação e profissionalização do homem de letras, torna-se ainda mais complexa, ao voltar-se para as mulheres, que ainda não possuíam uma sólida oportunidade de inclusão nos debates de então.

### **1.3 – Mulheres de letras, escrita e imprensa feminina: a busca pelo espaço no mundo letrado de homens**

Após a segunda metade do século XIX as mulheres iniciaram uma luta exaustiva pela participação no espaço público. De acordo com Michele Perrot, enquanto o campo de atuação dos homens se concentrava no âmbito citadino, com uma função oficial reconhecida e que denotava poder; por outro lado, a mulher, considerada depravada, debochada, lúbrica, venal, ficava proibida de transitar por esferas que não fossem de cunho privado, correndo o perigo, caso extrapolasse essas barreiras, de ser considerada uma “criatura” que pertencia a todos.<sup>83</sup> Assim, quando se tratava de mulheres no espaço público até meados do XIX, ao excluir às cortesãs, restavam apenas aquelas que figuravam nos bailes, autorizadas para um encontro socialmente permitido e ritualizado.<sup>84</sup> No estudo das altas sociedades da *Belle Époque* no Rio de Janeiro, já na segunda metade do referido século, Jeffrey Needell investigou a fundo os salões fluminenses e constatou uma ampla lista de celebridades sociais e mulheres famosas.<sup>85</sup> Ainda no que diz respeito às mulheres de elite, June Hahner analisou a questão:

As mulheres de elite faziam parte de um pequeno segmento da população brasileira do século XIX diferenciado da grande maioria das pessoas por conta de sua condição econômica privilegiada e por sua “raça” (a chamada raça branca, considerada superior às demais). Como em qualquer outro lugar do mundo Ocidental à época, essas mulheres viviam em estruturas, culturais, sociais e econômicas majoritariamente criadas por homens e para favorecê-los, já que baseadas em ideias de superioridade masculina e de subordinação feminina.<sup>86</sup>

<sup>82</sup> Ver MICELI, Sérgio. *Poder...op.cit.* p.(13-14).

<sup>83</sup> Ver PERROT, Michele. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Editora UNESP, 1998. p.7.

<sup>84</sup> Idem. p. 15.

<sup>85</sup> Um desses casos foi de Pereira Passos (1836-1913) que, ao lado da esposa, comandava um salão em sua confortável casa na elegante Rua das Laranjeiras (p.106). Ver o capítulo *O salão e o surgimento da alta sociedade*. NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque...op.cit.* p. 106-143.

<sup>86</sup> Ver HAHNER, June. Mulheres de elite: honra e distinção das famílias. In: BASSANEZI, Carla; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 43

Neste raciocínio, as mulheres brancas e da elite adquiriram no decorrer do tempo, a despeito das ideias de superioridade dos homens, certa respeitabilidade no cenário público. Conforme observa Celi Pinto, foi no interior da oligarquia conservadora e de famílias de muitas posses que se produziam filhos eruditos, detentores de títulos universitários. É dentro desses núcleos que surgiram as principais vozes femininas contrárias à opressão da mulher. Convém esclarecer que, geralmente, “não havia nessas famílias condutas éticas diversas ou formas alternativas de pensar o papel da mulher, mas um ambiente distinto que possibilitou às filhas o acesso ao mundo culto da leitura e da valorização da educação”.<sup>87</sup>

A introdução desse universo cultural se deu por meio da leitura de poemas, romances publicados sob a forma de folhetim e os chamados cadernos-goiabada, espécie de diário no qual as moças escreviam seus pensamentos e que depois de casadas, perdiam o sentido de existir.<sup>88</sup> Desta forma, o século XIX assegurou um despertar de uma escrita feminina,<sup>89</sup> no momento em que não só transformações estruturais se deram na sociedade, mas também na vida privada.

Dessa forma, a produção escrita de mulheres, seja a de tom intimista, restrita ao círculo familiar, seja no âmbito da contestação e da exigência de direitos iguais entre os sexos, possibilitou o florescimento de uma imprensa feminina. Na segunda metade do século XIX, de norte a sul do país, abundavam-se publicações de escritoras brasileiras ou radicadas no Brasil. Para Buitoni, o primeiro periódico feminino foi o carioca *O Espelho Diamantino*, lançado em 1827.<sup>90</sup> Em contraposição, Nelly Novaes Coelho não considerou a folha como o

---

<sup>87</sup> Ver PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma história...Op. cit.* p.17.

<sup>88</sup> A expressão “cadernos-goiabada” foi cunhada pela escritora Lygia Fagundes Telles que ao observar a própria mãe preparando a sobremesa, via nesses cadernos um marco das investidas femininas no campo das letras, prática quase exclusivamente masculina. Segundo Telles, “vejo nas tímidas inspirações desse cadernão... um marco das primeiras arremetidas da mulher brasileira na chamada carreira de letras - um ofício de homem”. Ver TELLES, Lygia Fagundes. *A Mulher escritora e o feminismo no Brasil*. In: SHARPE, Peggy (org.). *Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina*. Florianópolis: Editora Mulheres; Goiânia: Editora da UFG, 1997. p. 60.

<sup>89</sup> Apesar das implicações que a discussão sobre uma possível sexualidade da escrita pode causar, parece fundamental aqui esclarecer o que se entende por escrita feminina e os corolários contidos neste termo. Esse tipo de escrita, embora se defina como não masculina, nem sempre consiste numa oposição ao homem. Isso equivale a dizer que não há simetria entre o masculino e o feminino, ou melhor, como esclareceu Lúcia Castello Branco, não há complementaridade (p.27). Para aprofundar a questão, quando Jacques Lacan afirmava que “não há relação sexual, não implica que não haja relação com o sexo” (p. 464). Em outras palavras, ele conclui que não existe encaixe perfeito, por exemplo, no campo do amor. Dessa forma, nas palavras de Serge André, “a sexualidade do ser humano não é a realização de uma relação – no sentido matemático do termo. É, ao contrário, a impossibilidade de escrever tal relação que caracteriza a sexualidade do ser falante” (p.25). Ao articular a teoria com a escrita feminina, Lúcia Castello Branco conclui que o termo não se refere à mulher, mas a ela se relaciona. Conclui-se, pois, que o feminino não é o masculino, mas a ele não se opõe. Ver BRANCO, Lúcia Castello. *O que é escrita feminina*. São Paulo: Brasiliense, 1991; ANDRÉ, Serge. *O que quer uma mulher?* RJ, Zahar, 1987 e LACAN, Jacques. (1972). *O aturdido*. In: *Outros escritos*. RJ, Zahar, 2003.

<sup>90</sup> Ver BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Editora Ática, 1990.p. 37.

primeiro jornal exclusivamente feminino, pois foi fundado e dirigido por homens, caso também de *O Espelho das Brasileiras* (1831) e *A Fluminense Exaltada* (1832).<sup>91</sup> Em relação ao *O Espelho Diamantino* seu conteúdo tratava de assuntos relacionados à política, à literatura, às belas-artes e à moda e por isso, afirmava ser “dedicado às senhoras brasileiras”. Para o brasilianista Lawrence Hallewell, o primeiro periódico produzido no país foi *A Mulher do Simplício ou a Fluminense Exaltada*, que circulou entre 1832 e 1846, por iniciativa do livreiro e editor Paula Brito.<sup>92</sup>

Cabe lembrar que em 1839 foi fundado o jornal carioca *Correio das Moças*, cuja periodicidade era semanal e trazia às leitoras, literatura, crônica de bailes, teatros e figurinos pintados à mão vindos da Europa. No entanto, durou apenas três anos. Outros jornais surgiram, como *Jornal de Variedades* (1835), o *Relator de Novellas* (1838) e *Espelho das Bellas* (1841).

Posteriormente foi fundado no Rio de Janeiro o *Jornal das Senhoras* (1852) que, segundo Nelly Novaes Coelho, foi o primeiro jornal feminino,<sup>93</sup> cuja direção inaugural coube à escritora argentina Joana Paula Manso de Noronha (1819-1875).<sup>94</sup> O impresso tinha como subtítulo *Modas, literatura, belas artes e crítica* e sustentava a premissa de que enquanto os homens não parassem de “considerar a mulher como sua propriedade, nada teremos feito”. A segunda mulher a dirigi-lo foi Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Velasco (1816-1874),<sup>95</sup> considerada por muitos, a primeira jornalista brasileira.

---

<sup>91</sup> Ver COELHO, Nelly Novaes. A emancipação da mulher e a imprensa feminina no entre séculos (séc. XIX-XX). *Linguagem Viva*, São Paulo, n. 140, p. 04-05, 2001.p. 04-05.

<sup>92</sup> Ver HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.* p. 175.

<sup>93</sup> Para evitar confusão em relação ao jornal feminino produzido por homens que se destinavam às mulheres ou jornais femininos produzidos exclusivamente por essas, optou-se neste trabalho por concordar com a pesquisadora Nelly Novaes Coelho, que elegeu como jornal feminino aquele produzido e dirigido apenas por mulheres. Cabe esclarecer ainda que os jornais que antecederam o *Jornal das Senhoras* (1852) são considerados folhas escritas por homens, às vezes por ambos e que se destinavam ao público feminino. Em suma, neste trabalho concordou-se que o primeiro jornal feminino, escrito e produzido por mulheres, foi o *Jornal das Senhoras* (1852).

<sup>94</sup> Joana Paula Manso de Noronha (1819-1875) nasceu na Argentina em 26 de junho. Sua família, fugindo da ditadura de Juan Manoel de Rosas (1793- 1877), instalou-se na cidade do Rio de Janeiro. Lá se casou com o músico português Francisco Sá Noronha, autor sem sucesso de óperas. Ambos viajaram para os Estados Unidos e Cuba, e durante esse tempo Joana Noronha teve duas filhas. De volta ao Brasil, naturalizou-se a fim de estudar medicina e em 1852, escreveu para jornais fluminenses e fundou *O Jornal das Senhoras*. Ver SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário de mulheres no Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p. (293-294).

<sup>95</sup> Violante Ataliba Ximenes Bivar e Velasco (1816-1874) nasceu na Bahia em 1º de dezembro. Seus pais eram Violante Lima de Bivar e o conselheiro imperial Diogo Soares da Silva de Bivar que deram-lhe uma educação refinada. Bem cedo aprendeu o francês, o italiano e o inglês e ao mudar-se com a família para o Rio de Janeiro, se tornou figura de projeção social nos salões de Corte. Casou-se com um oficial da marinha, o tenente João Antônio Boa Ventura Velasco. Em meados da década de 1840, conheceu a argentina Joana Paula Mando de Noronha, e juntas, fundaram o *Jornal das Senhoras*, no ano de 1852. Ver SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Op. cit.* p.(521-522).



O jornal *O Bello Sexo* (1862), publicado no Rio de Janeiro, teve como proprietária Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar<sup>96</sup> e durante sua circulação participaram inúmeras colaboradoras de outras províncias. O periódico seguiu orientação religiosa e se propôs a “provocar a manifestação feminina na imprensa, a favor do progresso social; dar oportunidade ao desenvolvimento das capacidades exigentes entre as mulheres, olhadas com indiferença pelos homens de letras”.<sup>97</sup>

Em 1875, surgiu uma nova folha de maior repercussão. Tratava-se de *O Sexo Feminino*, fundado por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, que teve em seu conteúdo a colaboração de suas próprias filhas. No entanto, o jornal deixou de ser publicado devido às crescentes fermentações políticas dos ideais abolicionistas e republicanos. Às vésperas da Proclamação da República (1889), o jornal reapareceu, ainda sob mesma direção. É necessário destacar que em 14 de setembro do mesmo ano, nele se publicou o artigo “*Emancipação da mulher*”, que defendia a educação intelectual e a autonomia feminina na sociedade. A historiadora June Hahner destacou o papel de Francisca Senhorinha à época:

Através de seus jornais, a Sra. Diniz esforçava-se por despertar as brasileiras para a sua condição, suas necessidades e seu potencial...Tal como outras feministas, D.<sup>a</sup> Francisca acreditava no progresso e mantinha-se confiante e otimista, convencida da importância e do sucesso final de sua causa, o que ela descrevia na prosa do período. Em seus jornais ela já fala mais diretamente de igualdade de direitos para as mulheres, inclusive o voto, muito antes de que um movimento sufragista surgisse no Brasil.<sup>98</sup>

Em 1881, o jornal *A Mulher* foi fundado e publicado em Nova Iorque e se intitulava “consagrado aos interesses e direitos da mulher brasileira”. Era de propriedade de Maria Augusta Generoso Estrela (1860-1946)<sup>99</sup> e Josefa Águeda Felisbela Mercedes de Oliveira (1864-?),<sup>100</sup> ambas brasileiras que, impossibilitadas de se matricularem em um curso de

<sup>96</sup> Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar fundou no Rio de Janeiro, em agosto de 1862, o periódico *Bello Sexo*, que tratava de religião, de instrução feminina e de atualidades culturais de interesse para as leitoras. Era uma escritora exigente em busca da visibilidade feminina e, diferente de algumas mulheres da época, não se utilizava do anonimato na hora de assinar seus textos. Ver SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Op. cit.* p. (304-305).

<sup>97</sup> Ver COELHO, Nelly Novaes. *A emancipação ... Op. cit.* p. (04-05).

<sup>98</sup> HAHNER, June. *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978. p. 80.

<sup>99</sup> Maria Augusta Generoso Estrela (1860-1946) nasceu em 10 de abril no Rio de Janeiro e era filha de Maria Luísa Estrela e do comerciante Albino Augusto Generoso Estrela, ambos portugueses. O pai, representante laboratorial farmacêutico, propiciou-lhe uma educação exemplar e sempre a apoiou em suas iniciativas. Estudou no colégio de Madame Gross, destinado às moças, que funcionava no bairro de Laranjeiras (RJ) e após concluir seus estudos no exterior, no ano de 1882, patrocinados, diga-se de passagem, em parte por D. Pedro II, tornou-se a primeira médica brasileira. Ver SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Op. cit.* p. (366-368).

<sup>100</sup> Josefa Águeda Felisbela Mercedes de Oliveira (1864-?) nasceu em Pernambuco no dia 13 de fevereiro. Seu pai, o advogado Romualdo de Oliveira, em uma atitude liberal e pioneira para os padrões da época, custeou os

medicina no Brasil, visto que o ensino superior era proibido às mulheres, foram estudar no *New York Medical College and Hospital for Women*, localizado nos Estados Unidos.<sup>101</sup>

No que se refere à produção jornalística feminina no sul do país, *O Corymbo*, circulou entre 1884 e 1944 e pertenceu às irmãs Revocata Heloísa de Melo (1862-1944)<sup>102</sup> e Julieta de Melo Monteiro (1855-1928).<sup>103</sup> No periódico, ambas escreveram contos, poesias e peças teatrais, sendo que uma das propostas do jornal era cobrir qualquer aventura de mulheres brasileiras no campo das letras e nas várias profissões.

Em São Paulo, o primeiro jornal feminino foi *A Família*, fundado em 1888, por Josefina Álvares de Azevedo,<sup>104</sup> irmã do poeta Álvares de Azevedo (1831-1852). O objetivo declarado da folha era “facilitar às mães de família uma leitura amena que as iniciasse nos deveres de esposa e mãe”. No ano seguinte, Josefina de Azevedo mudou-se para o Rio de Janeiro e com isso o impresso foi transferido para a capital federal.

Em 1852, quando se encerrou a publicação de *A Família*, surgiu em São Paulo *A Mensageira* – “Revista Literária dedicada à mulher brasileira”, dirigida por Presciliana Duarte de Almeida (1867-1944),<sup>105</sup> primeira mulher eleita<sup>106</sup> para a Academia Paulista de Letras

estudos em Medicina da filha nos Estados Unidos. Ver SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *op. cit.* p. 296.

<sup>101</sup> Idem.

<sup>102</sup> Revocata Heloísa de Melo (1862-1944) nasceu em Porto Alegre (RS) no dia 31 de dezembro. Sua mãe foi a professora, escritora e poetisa Revocata Passos Figueirôa e Melo, enquanto o pai era o negociante João Corrêa de Melo. Diplomou-se professora e junto com a irmã, Julieta de Melo Monteiro, fundou o primeiro órgão literário da imprensa feminina no sul do país. Ver SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Op. cit.* p. (477-478).

<sup>103</sup> Julieta de Melo Monteiro (1863-1928) nasceu em Porto Alegre (RS) no dia 21 de outubro. Irmã de Revocata Heloísa de Melo, casou-se com o jornalista Francisco Guilherme Pinto Monteiro. Ver SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Op. cit.* p. 308.

<sup>104</sup> Josefina Álvares de Azevedo (1851-?) uma das pioneiras no feminismo no Brasil nasceu em Itaboraí (RJ). Inspirada no parecer contrário dado pelo ministro de Interior, Cesário Alvim (1839-1903), no que dizia respeito ao pedido de alistamento eleitoral de Isabel de Matos (séc. XIX), escreveu uma peça intitulada *Voto feminino*, que foi encenada durante os trabalhos constituintes de 1890-1891, no Recreio Dramático, um dos teatros mais populares no Rio de Janeiro daquela época. Ver SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Op. cit.* p. 301.

<sup>105</sup> Presciliana Duarte de Almeida (1867-1944) nasceu em Pouso Alegre (MG) no dia 03 de junho e foi iniciada nas primeiras letras em sua cidade, dedicando-se à poesia e à literatura. Começou sua carreira de jornalista fundando um quinzenário manuscrito chamado *O Colibri*, com a colaboração de sua amiga, Maria Clara da Cunha Santos (1866-1911). Em 1892, casou-se com o professor Silvio de Almeida e se mudou para a cidade de São Paulo, onde, no ano de 1897, lançou um periódico voltado para o público feminino chamado *A Mensageira*. Ver SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Op. cit.* p. 468.

<sup>106</sup> Cumpre lembrar que, como observou Brito Broca, outras instituições provincianas do Brasil admitiram mulheres escritoras em seus quadros. É o caso da Academia Goiana de Letras que não só admitia o sexo feminino como o elegia, por aclamação, presidente do cenáculo. A instalação da Academia e a posse da diretoria efetuaram-se em 1904, cabendo à presidente, Eurídice Natal e Silva (1883-1970), fazer o elogio de Bartolomeu Bueno da Silva (1672-1740), o Anhanguera. Ver BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 3ªed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1975. p. 57.

(1909).<sup>107</sup> O periódico possuía publicação quinzenal e nele colaboraram assiduamente escritoras como Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), Áurea Pires, Narcisa Amália de Campos (1852-1924),<sup>108</sup> Francisca Júlia da Silva (1874-1920),<sup>109</sup> Auta de Souza (1876-1901),<sup>110</sup> Inês Sabino (1853-1911),<sup>111</sup> Josefina Álvares de Azevedo e a portuguesa Guiomar Torrezão (1844-1898).<sup>112</sup> As campanhas desenvolvidas nas páginas dessa revista referiam-se ao papel da mãe no lar e embora a questão do voto não fosse tratada de maneira direta, registravam-se notícias acerca dos esforços empreendidos na luta por sua efetivação.

Diante deste cenário, o final do século XIX assinalou ainda o recrudescimento do socialismo e dos feminismos, bem como do movimento sufragista. No início do XX, passou-se a constituir um novo conceito denominado de *Nova Mulher* que abrangeria aquela que pretendia, “ser sexualmente independente, criticava a insistência da sociedade no casamento

---

<sup>107</sup> Presciliania Duarte de Almeida foi a primeira mulher a integrar o grupo de letrados da Academia Paulista de Letras, juntamente com seu esposo, Silvio Tibiriça de Almeida (1867-1924). Ocupou a cadeira de nº 8 e escolheu como patrona sua bisavó, a poetisa Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira Bueno (1759-1819). Ver Academia Paulista de Letras. Disponível em: <http://www.academiapaulistadeletras.org.br/osacademicos.asp?ano=anteriores>. Acesso em 25 de mar. de 2017.

<sup>108</sup> Narcisa Amália de Campos (1852-1924) nasceu em São João da Barra (RJ) em 3 de abril e era filha de Narcísia Inácia de Campos, professora primária, e do poeta Jacome de Campos. Ainda criança, mudou-se com a família para Resende (RJ). Com 14 anos de idade casou-se com o artista ambulante, João Batista da Silveira, porém, o casamento não durou muito. Conta-se que como era belíssima poetisa, D. Pedro II, em visita a Resende, manifestou o desejo de conhecê-la pessoalmente, para ouvir de sua própria voz alguns de seus poemas. Ver SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Op. cit.* p. 437.

<sup>109</sup> Francisca Júlia da Silva (1874-1920) nasceu em 31 de agosto na cidade de Xiririca (SP), atual Eldorado. Filha de Cecília Isabel da Silva e Miguel Luso da Silva, teve um irmão, Júlio César da Silva, que também foi poeta. Frequentou a escola normal e se formou professora primária. Ainda criança, mudou-se para a cidade de São Paulo e aos 20 anos começou a colaborar na imprensa paulistana. Na imprensa do Rio, escreveu para a revista *A Semana*, de grande repercussão. Em 1895 publicou o livro de poemas *Mármore*, que recebeu elogios de poetas contemporâneos e de escritores das gerações seguintes. Ver SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Op. cit.* p. 244.

<sup>110</sup> Auta de Souza (1876-1901) nasceu em 12 de setembro na cidade de Macaíba, sertão do Seridó (RN). Negra, era a única menina dos quatro filhos de Henriqueta Leopoldina e Eloi Castriciano de Sousa. Seu pai era um próspero comerciante local e líder político do Partido Liberal. Auta de Souza era culta e apreciava a leitura dos clássicos, como Jacques Bossuet (1627-1704), François Fénelon (1651-1715), François Chateaubriand (1768-1848), Victor Hugo (1802-1885) e Alphonse de Lamartine (1790-1869). No ano de 1894 iniciou a sua colaboração na revista *Oásis*, editada em Natal (RN) assinando seus versos com os pseudônimos de Ida Salúcio e Hilário das Neves. Ver SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Op. cit.* p. 94.

<sup>111</sup> Maria Inês Sabino Pinto Maia (1853-1911) nasceu em Salvador em 31 de dezembro e era filha de Gertrudes Pereira Alves Maciel e do médico Sabino Olegário Ludgero Pinho. Ainda menina, mudou-se com a família para Pernambuco, e depois, por desejo do pai, foi estudar na Inglaterra. Foi discípula do filósofo Tobias Barreto (1839-1889). Fez parte da sociedade abolicionista pernambucana *Ave Libertas*, composta somente por mulheres, fundada por Leonor Porto. Seu trabalho mais importante foi o livro *Mulheres Ilustres do Brasil* (1899), um pequeno dicionário biográfico publicado pela Editora Garnier, com ampla repercussão nacional. Ver SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Op. cit.* p. 274.

<sup>112</sup> Guiomar Delfina de Noronha Torrezão (1844-1898) foi uma escritora portuguesa feminista, figura central na emancipação das mulheres de classe média em Portugal. Ver OUTEIRINHO, Fátima. Guiomar Torrezão ou memória de uma mulher de letras oitocentista. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5922.pdf>. Acesso em 20 de abr. de 2017.

como única opção de vida. Tendo obtido maiores oportunidades de estudo e desenvolvimento fora do casamento, privilegiava as carreiras profissionais”.<sup>113</sup> De acordo com Norma Telles:

O discurso sobre a “natureza feminina,” que se formulou a partir do século XVIII e se impôs à sociedade burguesa em ascensão, definiu a mulher, quando maternal e delicada, como *força do bem*, mas, quando “usurpadora” de atividades que não lhe eram culturalmente atribuídas, como *potência do mal*. Esse discurso que naturalizou o feminino, colocou-o além ou aquém da cultura. Por esse mesmo caminho, a criação foi definida como prerrogativa dos homens, cabendo às mulheres apenas a reprodução da espécie e sua nutrição.<sup>114</sup>

No bojo dessas mudanças, além da luta pela independência da mulher nas diversas esferas da sociedade, as muitas manifestações ocorridas na Europa e América estavam diretamente ligadas ao sufrágio feminino. Neste complexo cenário da discussão dos sexos no espaço público, surgia, a partir de então, os primórdios do feminismo.<sup>115</sup>

#### **1.4 – Feminismo à brasileira: origem do termo, influências e o(s) movimento(s) sufragista(s) de mulheres no Brasil**

De acordo com Karen Offen a origem do termo feminismo é inexata. Alguns atribuem a Charles Fourier (1772-1837), socialista francês do século XIX, como o pai da expressão, embora não existam documentos que endossem tal assertiva. Ora, sabe-se que a palavra passou a ser utilizada amplamente no final do século XIX:

To complicate matters, historians of Europe discovered that the term “feminism” itself barely existed before the twentieth century and that, from the time of its introduction, it was controversial. As my own research on

<sup>113</sup> Ver TELLES, Norma. *Escritoras... Op. cit.* p.432.

<sup>114</sup> *Idem.* p.403.

<sup>115</sup> Tradicionalmente é comum adotar o padrão de vagas ou ondas feministas (esta pesquisa se orientou pela vertente do *Dicionário crítico de gênero*) para expor a atividade de luta feminina por direitos na história ocidental. Conforme o *Dicionário crítico de gênero*, a primeira vaga, localizada no século XIX, além da demanda por igualdade de direitos contratuais e de propriedade, de lutas contra a subordinação das mulheres ao casamento e aos maridos, empenhava-se na conquista pelos direitos de voto às mulheres. A segunda vaga, assinalada nas décadas de 1960 e 1970, foi caracterizada pela crítica ao etnocentrismo, em aliança com os movimentos norte-americanos pelos direitos civis e pelas lutas anticolonialistas, nos EUA e na Europa, e a emergência das feministas negras, entre elas Ângela Davis (1944-\_\_) e Alice Walker (1944-\_\_). Por fim, na terceira vaga, a partir dos anos 80 do mesmo século, foi o momento em que se pontuou a acentuação dos movimentos e do pensamento social na direção de uma radicalização da crítica ao racionalismo essencialista e às categorias da identidade, particularmente de sexo-gênero, raça-etnia e classe social. No entanto, Carla Cristina Garcia discorda dessa padronização e apresenta como primeira vaga, aquela datada de fins do século XVIII, em que houve as primeiras ideias ilustradas das mulheres oriundas da Revolução Francesa. A segunda, para ela, iniciou-se com as lutas do final do século XIX a fim de garantir o sufrágio feminino e, por fim, Garcia acredita que a terceira vaga feminista surgiu quando Simone de Beauvoir publicou a obra, *O segundo sexo* (1949), o que desestabilizou as bases teóricas ao abrir uma nova etapa de reflexão feminista. Ver COLLING, Ana Maria & TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados: Editora da Universidade Federal da Grande Dourados, 2015. p. 244-245 e GARCIA, Carla Cristina. *Breve... Op. cit.*

France developed, I became interested in the early history of the word *féminisme*. My inquiry revealed definitively that this word and its derivatives originated quite recently in France. Although invention of the word *féminisme* has often erroneously been attributed to Charles Fourier in the 1830's, in fact its origins are still uncertain. It only began to be used widely in France in the early 1890's and then principally as a synonym for women's emancipation.<sup>116</sup>

Além da origem da palavra ser incerta, ao se tentar definir o significado de feminismo, é impossível atribuir-lhe uma só abordagem. O termo, pois, comporta inúmeras acepções e, para uma melhor precisão e entendimento dessa gama variada de linhas, deve-se grafá-los por feminismo(s). Segundo o *Dicionário Crítico de Gênero*, o vocábulo caracteriza um:

Fenômeno social, cultural que assume feições específicas de acordo com o lugar e os sujeitos que dele ou nele falam. Uma das balizas históricas que informam esse fenômeno aparece com a reivindicação de igualdade, feita por Mary Wollstonecraft, na Inglaterra. Na *Vindication of the Rights of the Woman* (Reivindicação dos Direitos da Mulher) de 1792, o *feminismo liberal* ganha expressão na legislação que defende igualdade de educação, salário e oportunidade para as mulheres. Também chamado de *feminismo científico*, *empirismo feminista* ou feminismo da igualdade, foi princípio orientador da doutrina de ação afirmativa que possibilita o ingresso das mulheres nas profissões, com base na discussão que procurou estender os “direitos do homem” às mulheres, conforme pressupostos do liberalismo.<sup>117</sup>

Ainda nessa discussão, é preciso perceber que esse(s) feminismo(s) se entremeiam, dialogam, aliam-se e muitas vezes divergem. O movimento feminista não se organizou de forma centralizada, pois ele recusou-se a adotar uma disciplina única, imposta a todas as militantes. Na virada do século XIX, o termo feminismo era muito controvertido no Brasil. As mulheres que se definiam como feministas iam desde “feministas católicas”, cuja bandeira bradava que “sem Deus, Pátria Honra e Família” não há luta possível, até aquelas solteiras que buscavam modelos na Europa e nos Estados Unidos e consideraram que o emprego assalariado era o pré-requisito essencial para a emancipação feminina. Além delas, muitas

---

<sup>116</sup> Ver OFFEN, Karen. Defining Feminism: A Comparative Historical Approach. *Signs* vol. 14, nº 01 (Autumn, 1988), pp. 119 – 157. p. 126. Tradução nossa: Para complicar as coisas, os historiadores da Europa descobriram que o termo "feminismo" em si mal existia antes do século XX e que, a partir do momento da sua introdução, foi controverso. De acordo com a investigação que realizei na França, fiquei interessada na história inicial da palavra feminismo. Minha investigação revelou definitivamente que esta palavra e seus derivados originaram-se muito recentemente na França. Embora invenção da palavra feminismo, muitas vezes, erroneamente, tem sido atribuída a Charles Fourier na década de 1830, na verdade, suas origens ainda são incertas. Ela só começou a ser utilizada amplamente na França no início da década de 1890, principalmente como sinônimo de emancipação feminina.

<sup>117</sup> Ver COLLING, Ana Maria & TEDESCHI, Losandro Antonio (org.). *Dicionário... Op. cit.* p. (244-245).

mulheres, rotuladas pela sociedade como “feministas anárquicas e libertárias”, rejeitavam totalmente o rótulo de feministas por considerá-lo demasiadamente “burguês”.<sup>118</sup>

Mais do que a identificação da agenda feminista por parte dessas mulheres, é fundamental apontar o momento da inserção da palavra no dicionário, como fez Karen Offen. No caso brasileiro, a presente pesquisa aponta que o vocábulo apareceu no ano de 1899.<sup>119</sup> Segundo o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, o termo é definido como um “neologismo que se refere aos sistemas dos que preconizam a ampliação legal dos direitos políticos e civis da mulher, ou a igualdade dos direitos dela aos do homem- (do latim *femina*)”.<sup>120</sup>

A dicionarização da palavra evidencia que as discussões acerca do feminismo já haviam se tornado corriqueiras nos últimos anos do século XIX. Tais debates foram intensificados por meio de duas marchas: a primeira, externa, com as lutas feministas na Europa e Estados Unidos; e a segunda interna, momento em que surgiram as primeiras formas de manifestação feminista no Brasil. Ambas tiveram em comum a luta pelo reconhecimento de direitos e oportunidades para as mulheres, a igualdade de todos os seres humanos e, nesse mesmo grau de importância, a conquista do sufrágio. Em relação a este último, o quadro abaixo reúne informações importantes sobre como se deu tal processo em diferentes países:

**QUADRO 1 – A CONQUISTA DO SUFRÁGIO FEMININO INTERNACIONAL  
(1788-1934)<sup>121</sup>**

ANO	PAÍS	OBSERVAÇÕES
1788	Estados Unidos	Apenas candidatar-se à eleição
1893	Nova Zelândia	Apenas votar. Liderado por Kate Shepard (1847-1934)
1902	Austrália	Direito de voto sujeito à condições ou

<sup>118</sup> Ver BESSE, Susan K. *Modernizando a Desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914 – 1940*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. p.182.

<sup>119</sup> A pesquisa compreendida na Biblioteca Nacional, além de outras temáticas, pretendeu identificar o momento em que o termo “feminismo” encontrava-se dicionarizado nos vários dicionários à disposição do acervo. A respeito de Karen Offen, ver nota 116.

<sup>120</sup> Ver FIGUEIREDO, Candido. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso e Irmão, 1899. p. 607.

<sup>121</sup> As datas representam o ano em que as mulheres tiveram o direito de votar e de se candidatar à eleição. Cumpre lembrar, que no decorrer do século XX outros países também conseguiram o sufrágio feminino: **1935** – Myanmar (para votar), **1937** – Filipinas, **1938** – Bolívia e Uzbequistão, **1939** – El Salvador (para votar), **1941** – Panamá, **1942** – República Dominicana, **1944** – Bulgária, França e Jamaica. As informações encontradas nesta tabela podem ser conferidas em: *Women’s Suffrage – A World Chronology of the Recognition of Women’s right to vote and stand for election. Inter-Parliamentary Union (For Democracy, for Everyone)*. Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/suffrage.htm#Note1>. Acesso em: 15 de abr. de 2017.

		restrições
<b>1906</b>	Finlândia	-
<b>1907</b>	Noruega	Apenas candidatar-se à eleição
<b>1913</b>	Noruega	Ampliou o direito das mulheres votarem
<b>1915</b>	Dinamarca, Islândia	-
<b>1917</b>	Canadá e Países Baixos	Canadá (apenas votar). Países Baixos (apenas para candidatar-se à eleição)
<b>1918</b>	Áustria, Estônia, Geórgia, Alemanha, Hungria, Irlanda, Quirguistão, Letônia, Lituânia, Polônia, Federação Russa e Reino Unido	Áustria (apenas votar)
<b>1919</b>	Belarus, Bélgica, Luxemburgo, Países Baixos, Nova Zelândia, Suécia, Ucrânia	Belarus, Bélgica (apenas votar). Países Baixos (ampliou o direito das mulheres votarem). Nova Zelândia (apenas candidatar-se à eleição)
<b>1920</b>	Albânia, Canadá, República Tcheca, Islândia, Eslováquia, Estados Unidos	Albânia, Canadá (candidatar-se à eleição). República Tcheca, Islândia, Eslováquia (apenas votar). Estados Unidos (ampliou o direito das mulheres votarem)
<b>1921</b>	Armênia, Azerbaijão, Bélgica, Geórgia, Suécia	Armênia, Azerbaijão, Bélgica (candidatar-se à eleição)
<b>1924</b>	Cazaquistão, Mongólia, Santa Lucia, Tajiquistão	-
<b>1927</b>	Turcomenistão	-
<b>1928</b>	Irlanda e Reino Unido	-
<b>1929</b>	Equador, Romênia	-
<b>1930</b>	África do Sul, Turquia	África do Sul (apenas às mulheres brancas); Turquia (apenas votar)
<b>1931</b>	Chile, Portugal, Espanha e Sri Lanka	-
<b>1932</b>	Brasil, Maldivas, Tailândia e Uruguai	Brasil (instituído por meio do Decreto nº 21.076 instituído no Código Eleitoral

		Brasileiro)
1934	Cuba, Portugal, Turquia	Turquia (ampliou o direito das mulheres candidatarem-se à eleição)

Fonte: *Women's Suffrage – A World Chronology of the Recognition of Women's right to vote and stand for election. Inter-Parliamentary Union (For Democracy, for Everyone)*. Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/suffrage.htm#Note1>. Acesso em: 15 de abr. de 2017.

Ao analisar o quadro 1, percebe-se que o Brasil, juntamente com o Uruguai, foi o quarto país das Américas a conquistar direitos eletivos às mulheres, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, Canadá e Equador. Mais do que isso, as sufragistas norte-americanas tiveram um papel fundamental na história do feminismo no Brasil. Não foi à toa que a anuência ao voto feminino nessa nação ocorreu doze anos antes em relação ao Brasil, no ano de 1920. No entanto, não se pode esquecer que a influência cultural francesa no campo das ideias foi fundamental para nossa sociedade: sob a batuta de muitos intelectuais, que partilhavam da concepção de que a capital francesa era sinônimo de cultura e erudição, a educação de muitas moças brasileiras se dava nos moldes europeus.<sup>122</sup> Mais do que um estímulo às ideias, Paris apresentava-se como um refúgio intelectual além-mar,<sup>123</sup> que possibilitava a integralização dos estudos e naquele momento não era vista como palco das experiências de sufrágio feminino, que só ocorreriam por lá após doze anos do sufrágio brasileiro, em 1944. Desta forma, conclui-se que, apesar da França não estar no rol dos países pioneiros na conquista dos direitos de voto às mulheres, não deixou de ser um reduto importante para a formação intelectual da elite feminina brasileira.<sup>124</sup>

No que tange a influência norte-americana exercida no movimento feminista do Brasil, destaca-se o papel da *National American Woman's Suffrage Association (NAWSA)*,<sup>125</sup>

<sup>122</sup> Ver NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque... Op.cit.*

<sup>123</sup> No que diz respeito às escritoras que estudaram na capital francesa ou que estiveram lá a fim de se instruírem, ver notas de rodapé biográficas de Bertha Lutz (126) e Jerônima Mesquita (127) a seguir. No decorrer do presente texto, também se apresentará a vivência em Paris e as influências culturais francesas na formação intelectual de Júlia Lopes de Almeida.

<sup>124</sup> Needell esclareceu sobre a importância francesa na educação de moças na *belle époque*. Ver NEEDELL, Jeffrey D. Instituições domésticas da elite. In: \_\_\_\_\_. *Belle Époque tropical... Op.cit.*

<sup>125</sup> Formada em 1890, a *National American Woman Suffrage Association (NAWSA)* foi o resultado de uma fusão entre duas organizações discordantes sobre a causa feminista. A *National Woman Suffrage Association (NWSA)*, liderada por Elizabeth Cady Stanton (1815-1902) e Susan B. Anthony (1820-1906) e a *American Woman Suffrage Association (AWSA)*, liderada por Lucy Stone (1818-1893), Henry Blackwell (1825-1909), e Julia Ward Howe (1819-1910). Estes grupos opostos foram organizados no final da década de 1860, em parte como resultado de um desacordo sobre a estratégia a fim da conquista de direitos para as mulheres. NWSA acreditava na emancipação das mulheres por meio de uma emenda constitucional federal, enquanto AWSA aceitava que o sucesso poderia ser mais facilmente alcançado por meio de campanhas estaduais. A NAWSA combinou ambas as técnicas, assegurando a passagem da Décima Nona Emenda em 1920 por intermédio de uma série de campanhas de estado bem orquestradas sob a direção dinâmica de Carrie Chapman Catt (1859-1945). Como o objetivo primário da NAWSA era o de emancipar as mulheres, tornando-se então realidade em 1920, a



organização que coordenou uma reunião de mulheres latino americanas em Baltimore, no ano de 1922. Após quatro anos do fim da I Guerra Mundial, o evento foi realizado em um contexto de afirmação dos valores norte-americanos sobre o continente, à medida que a Inglaterra perdia a influência exercida até então. Para a prestigiada solenidade, mulheres de diversos países foram convidadas, como foi o caso de Bertha Lutz,<sup>126</sup> conforme explicou em entrevista a Branca Moreira Alves:

Foi a Liga de Mulheres Eleitoras que convocou. Mandou o convite para os governos e foi para o Ministério do Exterior. O Ministro mandou chamar o Embaixador americano e perguntou como era, se podia mandar um secretário. O Embaixador disse não, que era uma reunião de senhoras. E o Ministro disse: “Então, como é que vou fazer? Vou ter que mandar alguém de fora do Ministério!” E pediu ao Embaixador que procurasse alguém. Ele consultou D. Jerônima<sup>127</sup> [Mesquita], e ela que não queria ir, propôs a mim. Ele então me propôs ao Ministro. Aí ele disse: “Eu conheço o pai, ele tem trabalhado muito em São Paulo, se a moça é inteligente, boa, está certo!” Aí eu fui.<sup>128</sup>

O pai de Bertha Lutz era Adolf Lutz (1855- 1940), renomado cientista brasileiro e estudioso da malária silvestre no país, referência mais do que adequada para afiançar a entrada da filha na vida pública. Por conseguinte, não há dúvida de que o principal nome que levou o movimento feminista no país a ter maior visibilidade foi o de Bertha Lutz, cujos esforços permitiram equiparar, *pari passu*, a ação desenvolvida no Brasil aos rumos do que se fazia na Inglaterra e nos Estados Unidos. Desta forma, ainda conforme Alves:

Nosso movimento teria ido, por assim dizer, ‘beber na própria fonte’, quando Bertha Lutz, filha de inglesa, passa por um período de sua adolescência na Inglaterra, justamente nos anos anteriores à Primeira Guerra

---

organização foi transformada *League of Women Voters*. Ver *The National American Woman Suffrage Association*. Disponível em: <https://memory.loc.gov/ammem/naw/nawsa.html>. Acesso em: 20 de abr. 2017.

<sup>126</sup> Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976) nasceu em São Paulo (SP) no dia 2 de agosto, filha de enfermeira inglesa Amy Fowler e do cientista e pioneiro da medicina Adolf Lutz (1855-1940). Na adolescência completou sua educação na Europa e lá tomou contato com a campanha sufragista inglesa. Em 1918, em Paris, licenciou-se em ciências na Universidade de Sorbonne, voltando em seguida ao Brasil, onde ingressou, por meio de concurso público, como bióloga do Museu Nacional. Desde seu regresso, aos 24 anos, tornou-se uma defensora incansável dos direitos da mulher no país até a sua morte, no ano de 1976.

SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Op. cit.* p. (106-112).

<sup>127</sup> Jerônima Mesquita (1880-1972) nasceu em Leopoldina (MG), em 30 de abril. Era filha da Baronesa do Bomfim, Maria José Villas Boas de Siqueira Mesquita (1862-1953), e do barão do Bomfim, José Jerônimo de Mesquita (1790-1895) e a mais velha de cinco irmãos. Jerônima e seus irmãos foram educados por tutores e aperfeiçoaram seus estudos em colégios europeus. Aos 17 anos casou-se com um primo, por imposição da família e teve um filho. Após a separação, dois anos depois do matrimônio, nunca mais se casou. Viveu as primeiras décadas do século XX na Europa, na França e Suíça. Após a eclosão da I Guerra Mundial, ainda na Europa, ingressou como voluntária na Cruz Vermelha de Paris e, posteriormente, participou dos trabalhos de assistência promovidos pela Cruz Vermelha da Suíça durante os conflitos. SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Op. cit.* p. (290-291).

<sup>128</sup> Ver ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 130.

Mundial, em que Emmeline<sup>129</sup> atuava com toda a sua força. Mais tarde, tendo já começado suas atividades de liderança e organização aqui, vai representando o Brasil à *Conferência de Baltimore*, onde se impressiona com a figura da principal líder sufragista americana, Carrie Chapman Catt.<sup>130</sup> Seriam, portanto, as influências da Inglaterra e dos Estados Unidos que teriam agido sobre Bertha Lutz, membro da elite intelectual brasileira e, como tal, aberta às ideias formuladas pelas culturas centrais.<sup>131</sup>

Além da singularidade sufragista de Bertha Lutz, também se observou outras formas de expressão feministas na mesma época. Trata-se de um conjunto diverso de manifestações, umas organizadas, outras de vozes solitárias que se rebelaram contra as condições impostas a elas. De acordo com Celi Pinto, o feminismo do período esteve intimamente ligado a personalidades:

Mesmo quando apresentou algum grau de organização, esta derivava do esforço pessoal de alguma mulher que, por sua excepcionalidade, na maioria das vezes intelectual, rompia com os papéis para ela estabelecidos e se colocava no mundo público na defesa de novos direitos para as mulheres.<sup>132</sup>

Já para June Hahner, mais do que condicionado a uma classe de mulheres cultas, o feminismo aqui praticado se articulou a um fenômeno mais amplo:

O feminismo abrange todos os aspectos da emancipação das mulheres e inclui qualquer luta projetada para elevar seu status social, político ou econômico; diz respeito à maneira de se perceber da mulher e também à sua posição na sociedade.<sup>133</sup>

Deste modo, ao considerar os aspectos da emancipação das mulheres, Celi Pinto identificou diferentes vertentes do movimento. O mais forte e organizado, liderado por Bertha Lutz, tinha como questão central a incorporação da mulher como sujeito que usufruísse de direitos políticos. Entretanto, nessa orientação não se contestava a exclusão da mulher, visto essa ser resultante da ordenação “natural” do poder do homem. Logo, a luta feminina não abalaria as relações entre os sexos, pois seria apenas um complemento para o adequado

---

<sup>129</sup> Emmeline Pankhurst (1858-1928) foi uma das fundadoras do movimento britânico pelo sufrágio. O nome “Sra. Pankhurst” está associado à luta pelo direito de voto para mulheres de classe média alta no período anterior à Primeira Guerra Mundial. Ver Emmeline Pankhurst (1858-1928). Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/history/historic\\_figures/pankhurst\\_emmeline.shtml](http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/pankhurst_emmeline.shtml) Acesso: 10 de abr. de 2016.

<sup>130</sup> Carrie Chapman Catt (1859-1947) foi jornalista, professora e sufragista estadunidense. Conhecida líder feminista, destacou-se pela atuação a favor do direito de voto das mulheres nos Estados Unidos. Ver Womens History. Disponível em: <http://www.history.com/topics/womens-history/carrie-chapman-catt> Acesso: 10 de abr. de 2016.

<sup>131</sup> Ver ALVES, Branca Moreira. *Op. cit.* p.132.

<sup>132</sup> Ver PINTO, Celi Regina Jardim. *Op. cit.* p. 14.

<sup>133</sup> Ver HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p. 25.

desenvolvimento da sociedade, isto é, o grupo de Bertha Lutz lutava, precisamente, para que as mulheres fossem integradas como cidadãs de forma integral.

A segunda vertente, que para a pesquisadora caracterizava-se por um “feminismo difuso”, expressou-se nas diversas manifestações da imprensa feminista alternativa, cuja liderança ficava a cargo de mulheres cultas, professoras, escritoras e jornalistas. Dentre essas, pode-se identificar a escritora Júlia Lopes de Almeida como uma das representantes. Ainda que interessadas especialmente no direito político, elas tocavam num vasto campo de questões como na defesa da educação da mulher, na dominação dos homens, bem como outros temas delicados na época, a saber: a sexualidade e o divórcio.

A última vertente se manifestou no movimento anarquista e no partido comunista com a participação de mulheres ligadas à causa operária e militantes de esquerda que defendiam a radicalização dos costumes e questionavam a exploração do trabalho. Dessa gama, as representantes de destaque foram Maria Lacerda de Moura (1887-1945)<sup>134</sup> e Patrícia Galvão (1910-1962),<sup>135</sup> popularmente conhecida por Pagu.

O que houve em comum entre essas frentes descritas por Celi Pinto, ainda que seus propósitos seguissem rumos diferentes, foi o fato de que todos esses movimentos, desde o século XIX, lutaram pelo direito ao voto. Ainda segundo a pesquisadora, pode se perceber o desejo de fazer parte do processo eleitoral já no ano de 1885, quando a dentista gaúcha Isabel de Sousa Matos<sup>136</sup> solicitou o direito de se alistar para poder votar, com base em uma lei que

---

<sup>134</sup> Maria Lacerda de Moura (1887-1945) nasceu em Manhuaçu (MG) e era filha primogênita de uma família modesta. Aos cinco anos foi para Barbacena (MG), onde cursou a Escola Normal Municipal e lecionou pedagogia e higiene. Casou-se com Carlos Ferreira de Moura, adotando uma menina e depois um sobrinho, pois não podia engravidar. Começou a escrever ainda em Minas Gerais e seus livros revelaram grande interesse pelas lutas femininas quanto pelo sofrimento da população brasileira. Quando se mudou para São Paulo, ficou indignada com a condição do proletariado paulista, a partir daí, começou a defender essas causas. Ver SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Op. cit.* p. 399.

<sup>135</sup> Patrícia Rehder Galvão (1910-1962) nasceu no dia 9 de junho de 1910 em São João da Boa Vista (SP). Filha de Adélia Rehder Galvão e Thiers Galvão de França cursou a Escola Normal e, aos 15 anos de idade, já colaborava com o jornal do seu bairro, o *Jornal do Brás*. Colocou sua vida a serviço dos ideais e de justiça. Participou ativamente do movimento modernista, no qual se engajou aos 18 anos e, aos 19 anos, do movimento antropofágico, na ala dissidente, esquerdista, de Oswald de Andrade (1890-1954), Raul Bopp (1898-1984), Osvaldo Costa (1904-?) e Geraldo Ferraz (1905-?), oposta à ala católica de Mário de Andrade (1893-1945), Alcântara Machado (1901-1935) e Yan de Almeida Prado (1898-1991). Ver SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Op. cit.* p. 463.

<sup>136</sup> Isabel de Sousa Matos nasceu em São José do Norte (RS). Requereu seu alistamento eleitoral ainda no ano de 1885, na sua cidade, amparada pela Lei nº 3.029, de 09 de janeiro de 1881, também conhecida como *Lei Saraiva*. Esse princípio, baseado em projeto de Rui Barbosa, restabelecia o voto distrital uninominal e garantia o direito de voto aos portadores de títulos científicos. Isabel de Matos conseguiu ganhar a demanda judicial em segunda instância, o que lhe possibilitou o exercício do voto. Mudou-se para a capital federal por volta do ano de 1889. Ver SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Op. cit.* p. 280.

facultava o voto a portadores de títulos científicos. O mesmo ocorreu com a baiana Isabel Dillon<sup>137</sup> que também nos oitocentos fez tal pedido junto ao governo, porém, não obteve êxito.

Tais solicitações fizeram com que a discussão fosse examinada pela Constituinte de 1891, tendo políticos de prestígio como defensores, como Nilo Peçanha (1867-1924), Epitácio Pessoa (1865-1942) e Hermes da Fonseca (1855-1923), que seriam presidentes posteriormente. Vale destacar, que o artigo 70 da segunda Constituição Brasileira estabelecia:

Art.70. – São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma de lei.

§ 1º Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais, ou para dos Estados:

1º Os mendigos;

2º Os analfabetos;

3º As praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;

§ 2º São inelegíveis os cidadãos não alistáveis.<sup>138</sup>

Já ao examinar o artigo 72 do mesmo texto, tem-se uma lacuna constitucional, que possibilitou à requisição de algumas mulheres:

Art.72. – A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade nos seguintes termos:

§ 1º Ninguém pode ser obrigado a fazer, ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude da lei;

§ 2º Todos são iguais perante a lei.<sup>139</sup>

Se a referida Constituição não incluiu, ou melhor, não qualificou a mulher como possuidora do direito de voto, é porque, como bem esclareceu Celi Pinto, “simplesmente [esta] não existia na cabeça dos constituintes como um indivíduo dotado de direitos”.<sup>140</sup> Todavia, podia-se interpretar a constituição da seguinte maneira: se, de acordo com o art. 72, “todos são iguais perante a lei”, então, conforme o art. 70, que não vetava expressamente o voto das mulheres, podia-se pleitear tal direito.

<sup>137</sup> Isabel Dillon (séc. XIX) nasceu na Bahia. Com o advento da República, apresentou-se como candidata à deputada na Primeira Constituinte Republicana, argumentando que a lei eleitoral de fevereiro de 1890 não excluía as mulheres do processo eleitoral. Pelo contrário, estabelecia o voto direto para os maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever, sem referência explícita ao sexo do eleitor. Desse modo, pretendia candidatar-se pelo estado da Bahia, apelando para o civismo do povo baiano. Tornou pública a sua candidatura em uma carta publicada no jornal *A Família*, de Josefina Álvares de Azevedo, em 28 de agosto de 1890. Ver SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Op. cit.* p. 281.

<sup>138</sup> Ver BRASIL, Constituição (1891). *Op.cit.*

<sup>139</sup> Idem.

<sup>140</sup> Ver PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma história... Op.cit.* p.16.

Tal interpretação foi usada para alicerçar a primeira lei a favor do voto feminino, sancionada sob a batuta do presidente do estado do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine (1874-1956):

Eleito presidente do estado [Juvenal Lamartine] articulou para que os parlamentares estaduais elaborassem uma nova lei eleitoral que permitia o voto feminino. Coube ao seu antecessor, ainda em exercício do mandato, José Augusto Bezerra de Medeiros, sancionar a lei. Foi à porta aberta para que a avalanche de mulheres que recorreram à justiça do estado para garantir o seu direito de votar e serem votadas. A corrida pelo alistamento foi iniciada por Júlia Alves Barbosa e Celina Guimarães Viana, uma professora de Mossoró, que se tornou a primeira mulher eleitora do Brasil a partir do parecer favorável concedido pela justiça local a 25 de novembro de 1927.<sup>141</sup>

O feito ocorrido quase na terceira década do século XX atestou a pujança do movimento anterior. No entanto, a Constituição Republicana, promulgada em 1891, na qual pesava os princípios liberais, opunha-se à realidade brasileira. O país possuía uma oligarquia essencialmente rural, tinha abolido a escravidão recentemente e possuía uma população pobre e analfabeta, sem nenhuma tradição igualitária, o que acarretava um choque de valores diante desse novo contexto.

Para piorar a situação, nas primeiras décadas do século XX, algumas crônicas que tinham a intenção de menosprezar as conquistas femininas alastraram-se pela imprensa. Em um desses textos intitulado *O leilão das moças*, se contava a história do comércio de mulheres na Antiguidade e, ao evidenciar o cenário brasileiro, comparava-se de modo pejorativo as mulheres bonitas e as feias. Nas palavras do autor, nomeado apenas pelo pseudônimo de Jataenne, “tanta moça, neste Rio de Janeiro, graciosa e linda existe que, se houvesse leilões e se pudessem arrematar mais de uma, a gente empobrecia a custa de arrematar!”. Ao lembrar-se do capítulo cento e noventa e seis de *Clio*, livro escrito por Heródoto (século V a.C.), sobre os costumes dos venetos-illyrios, povos que habitavam na margem do mar Adriático e habituavam-se a leiloar as moças em estado de casar, o cronista indagou:

Quem sabe se não poderia pôr em prática uma lei semelhante, que teria o apoio de todas as feias, a maioria, e, se não tivesse também o apoio das beldades, pelo menos não despertaria oposição? Talvez fosse esse o único, excelente, maravilhoso meio de acabar de uma vez com as **sufragistas**, as literatas, as neurastênicas, as cochichadeiras e as beatas, horríveis espécies femininas nascidas da classe imensa, descontente, vingativa e audaz das *vieilles-filles*...<sup>142</sup> (grifos nossos).

---

<sup>141</sup> Idem.

<sup>142</sup> “O leilão das moças”. Fon-Fon, 05/01/1918, p.4.

Cumprer lembrar, que a construção do estereótipo de *vieille-fille*, “solteirona” na tradução da língua francesa, foi estudada por Claudia de Jesus Maia. A pesquisadora explicou, ao se basear no estudo de Cecile Dauphin, *Histoire d’un stéréotype*, que o termo teve sua origem no século XVII, na França, e cristalizou-se nos processos de urbanização e industrialização, que teriam desestabilizado a economia doméstica e forçado às moças a entrarem de forma mais efetiva no mercado de trabalho, a fim de garantir sua própria sobrevivência. Em períodos anteriores, nas regiões rurais francesas, o celibato feminino e a viuvez funcionavam como uma regra não escrita, mas que estava interiorizada na consciência social, auxiliando no controle demográfico e na não dispersão patrimonial. No entanto, essa situação alterou-se no momento em que houve uma decadência da produção artesanal doméstica, o que provocou a imigração de mulheres solteiras para as cidades onde foram obrigadas a suportar todos os riscos para sobreviverem sozinhas.<sup>143</sup>

Ainda ao investigar sobre a utilização do termo *vieille-fille*, Rachel Soihet concluiu que o deboche feito por Jataenne, pretendia atingir as mulheres que decidiram ir à luta ao expor suas ideias. Para menosprezá-las, o autor afirmou que sua intenção em ter voz ativa era pura frustração, já que como elas não foram privilegiadas pela beleza e na condição de *vieille-fille* (solteironas), procuraram se vingar ao questionar tal situação.<sup>144</sup>

Mesmo que houvesse uma campanha exaustiva contra as sufragistas, o fato de existirem lares, em que os pais prezavam pela instrução sem distinção de gênero de sua prole, abriu um leque de possibilidades no confronto de ideários da República tradicional. Esse ambiente, somado às propostas igualitárias dos variados grupos de mulheres, que tiveram efetiva participação na conquista de direitos plenos, só assevera como acertada a proposta elaborada por Christine Planté, sobre o conceito de “excepcionalidade da mulher”.<sup>145</sup> Para ela:

C’est une question diferente que je veux poser ici – ou du moins envisagée sous un autre angle: non pas celle de la pertinence du choix de ces femmes, et du discours tenu sur les femmes à partir d’elles, dont on mesurerait la validité em termes statistiques, historique, sociologique. Mais celle du sémantisme même du mot *exceptionnelles*, qui a son histoire propre et ses implications idéologique, et dont l’étude peut permettre de mieux saisir quels enjeux se nouent derrière la figure des femmes que nous étudions, et qu’on a si vite fait caractériser comme des exceptions. Car exceptionnelles, elles le

<sup>143</sup> Para maiores informações a respeito da origem do termo ver o subcapítulo 2.1.1 – *The Spinster e la Vieille-Fille*. MAIA, Cláudia de Jesus. *A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral* – Minas Gerais (1890-1948). Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2007. p. (46-53).

<sup>144</sup> Ver capítulo *Cem anos de violência simbólica* de: SOIHET, Rachel. *Feminismo e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

<sup>145</sup> Pode-se indicar as representantes de cada movimento apontado por Celi Pinto: Bertha Lutz (1894-1976), Julia Lopes de Almeida (1862-1934) e Maria Lacerda de Moura (1887-1945).

sont, semble-t-il, a l'évidence, et d'abord par cette simple raison que nous avons quelque chose à dire, qu'il existe suffisamment de documents pour qu'elles soient arrachées à l'anonymat et l'obscurité absolus. Elles échappent donc par là au sort de l'immense majorité silencieuse des femmes qui traversent l'histoire sans y laisser de traces, du moins de ces traces comptabilisables dans les institutions, les archives, les lieux publics de mémoire où elles attendent l'investigation rétrospective des chercheurs.<sup>146</sup>

Seguindo a linha da excepcionalidade, Michele Riot-Sarcey e Eleni Varikas, em *Reflexion sur la notion d'exceptionnalité* caracterizam três tipos de consciência feminista historicamente desenvolvida:

- a) La conscience des "femmes exceptionnelles" pour laquelle la fin de l'exclusion passe par l'assimilation aux valeurs dominantes qui excluent les femmes au nom de leur différence méprisée.
- b) Le féminisme subversif pour lequel la fin de l'exclusion passe par une mise en cause radicale de l'ensemble des valeurs sociales qui dénigrent la différence en divisant les êtres humains en individus privilégiés et non privilégiés.
- c) Le féminisme "du possible" qui inverse l'échelle hiérarchique des valeurs en faisant de la différence attribuée aux femmes une source de supériorité).

<sup>147</sup>

Apesar da análise de Riot-Sarcey e Varikas aludir ao movimento feminista europeu, em uma comparação entre Grécia e França, percebe-se certa proximidade das propostas de intervenção em relação ao movimento no Brasil, delineado por Celi Pinto. A convergência dessas ações demonstra como, no limiar do século XX, as conquistas pelo sufrágio feminino adensaram-se em várias partes do mundo.<sup>148</sup> No Brasil, de uma maneira geral, algo mais efetivo a fim de viabilizar esses avanços se deu por meio da imprensa, como já mencionado.

<sup>146</sup> Ver PLANTÉ, Christine. "Femmes exceptionnelles: des exceptions pour quelle règle?". *Les Cahiers du GRIF*, Paris, no 37-38, 1988. p. 91. Tradução nossa: É uma questão diferente que eu quero perguntar aqui - ou pelo menos visto de outro ângulo: não o da adequação dessas mulheres, o discurso sobre as mulheres a partir delas, que medem a validade dos termos estatísticos, históricos e sociológicos. Mas é a mesma semântica da palavra excepcional, com sua própria história e suas implicações ideológicas, e cujo estudo pode entender melhor quais questões estão vinculadas por trás da figura de mulheres que, antes de nós, puderam ser caracterizadas como exceções. Pois excepcional, elas são, ao que parece, a evidência das primeiras pela simples razão de que temos algo para dizer, que existem documentos suficientes para que elas possam fugir do anonimato e escuridão absoluta. Elas, portanto, caem, assim, no destino da imensa maioria de mulheres silenciosas que atravessam a história sem deixar rastro, ao menos vestígios registrados em instituições, arquivos, lugares públicos de memória onde elas atendem à investigação retrospectiva dos pesquisadores.

<sup>147</sup> Ver VARIKAS, Eleni et RIOT-SARCEY, Michèle. "Réflexions sur la Notion d'Exceptionnalité". *Les Cahiers du GRIF*, Paris, no 37-38, 1988. p.77. Tradução nossa: a) a consciência de "mulheres excepcionais" da qual o fim da exclusão passa pela assimilação dos valores dominantes excluindo as mulheres em nome do desprezo de sua diferença. b) O feminismo subversivo para o qual o fim da exclusão passa por um questionamento radical de todo o conjunto de valores sociais que denigram a diferença dividindo seres humanos em pessoas privilegiadas e não privilegiadas. c) O feminismo "possível" que inverte a hierarquia de valores pela diferença atribuído às mulheres uma fonte de superioridade.

<sup>148</sup> Ver Quadro I - A conquista do sufrágio feminino internacional (1788-1934).

Mas cabe destacar, que a partir de 1910 houve uma série de tentativas de institucionalizar o movimento,<sup>149</sup> a fim de se aumentar as bases de apoio necessárias para que cada vez mais signatários tivessem uma opinião pública favorável à causa feminina.

### 1.5 – O Partido Republicano Feminino (PRF) – (1910)

Com base na omissão da Constituição de 1891, no que se referia ao voto feminino e desejando fazer parte do processo eleitoral, Leolinda de Figueiredo Daltro (1860-1935)<sup>150</sup> requereu seu alistamento. Ao ver o seu pedido recusado, decidiu que quando houvesse oportunidade, iria tentar fazer algo que possibilitasse a conquista do sufrágio para as mulheres. A ideia de criação do partido surgiu a partir da organização de uma junta pró-Hermes da Fonseca, conforme Daltro relatou em entrevista concedida ao jornal *A Noite* em 1934:

Fui uma grande amiga de Pinheiro Machado. Aquele homem enérgico, ríspido e franco, recebia-me sempre em seu palacete com encantadora fidalguia. Estava ele no auge do seu prestígio político, mas eu nunca lhe solicitei favor nenhum. Era eu, também, amiga do marechal Hermes da Fonseca e, principalmente de sua boníssima esposa, D. Orsina da Fonseca.<sup>151</sup> Quando, creio que em 1910, foi agitada a candidatura do marechal Hermes à presidência da República, fiquei entusiasmada. A campanha que então se fez contra ele levou-me a pensar em lhe ser útil. Mas, como? As mulheres não tinham direito de voto e eram zero a esquerda na equação política. Foi então que tive de organizar a **Junta Feminil Pró-Hermes**, para fazer a propaganda da candidatura do Marechal, aliciando votos e defendendo de ataques que lhe eram feitos. Reuni um grupo de amigas e a Junta foi fundada. Trabalhamos muito, num ambiente eletrizado de paixões, sofremos alguns

<sup>149</sup> Trata-se aqui de movimentos objetivos que tinham, de certa maneira, alguma representatividade política. Dentre eles, pode-se mencionar o *Partido Republicano Feminino (PRF)* e *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF)*, organizações que se analisarão no decorrer do presente texto.

<sup>150</sup> Leolinda de Figueiredo Daltro (1860-1935) nasceu na Bahia e mudou-se para o Rio de Janeiro (RJ), onde morou a maior parte de sua vida desempenhando um papel político como precursora do feminismo e do movimento em prol dos índios no Brasil. Teve cinco filhos e criou-os separada do marido. Foi bem próxima do republicano Quintino Bocaiúva (1836-1912), amiga de Orsina da Fonseca (1859-1912), primeira mulher do presidente Hermes da Fonseca (1855-1923). SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário ...Op. cit.* p. (318-320). Ainda segundo Monica Karawejczyk, o nome de Leolinda também aparece grifado como Deolinda em vários textos, possivelmente devido ao trocadilho feito por Lima Barreto (1881-1922), que em suas crônicas e artigos sempre se referia a Leolinda trocando-lhe o nome: ora tratando-a por D. Florinda, como em *Numa e a Ninfa* (1915), ora como Deolinda. Vale a pena mencionar que, desde 2004, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) homenageia mulheres que recebem o diploma *Mulher-Cidadã Leolinda de Figueiredo Daltro*. O prêmio tem o intuito de agradecer aquelas que contribuíram na defesa dos Direitos da Mulher e nas questões de gênero, e é entregue por ocasião das comemorações do Dia Internacional da Mulher. Ver nota de rodapé de nº 13 de: KARAWEJCZYK, Monica... *Op. cit.* p. 138.

<sup>151</sup> Orsina Francione da Fonseca (1858-1912) nasceu em 17 de dezembro e foi casada com seu primo-irmão, o marechal Hermes da Fonseca (1855-1923), presidente da República de 1910 a 1914. Era amiga de Deolinda Daltro, recebendo-a na casa presidencial e colaborou à causa feminista por ela sustentada. SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário ... Op.cit.* p. (461- 462).



desgostos, mas a nossa causa foi, afinal vitoriosa. Um dia, em conversa com o general Pinheiro Machado, disse-lhe que ia dissolver a Junta. O chefe gaúcho, depois de refletir um pouco, ponderou: - Por que não a transforma num partido político? Pode até dar-lhe o nome de Partido Republicano Feminino. E assim foi.<sup>152</sup> (grifos nossos)

A mobilização para a criação do Partido Republicano Feminino começou em dezembro de 1910, quando Leolinda Daltro se reuniu na cidade do Rio de Janeiro com um grupo de 27 mulheres do qual faziam parte professoras, escritoras e donas de casa. No fim do encontro, as participantes concordaram em assinar a ata de fundação de um partido político que tinha o objetivo de integrar as mulheres no espaço público. A organização<sup>153</sup> que ali se formava tinha como propósito representar as mulheres brasileiras na capital federal e em todos os estados do Brasil, favorecendo a cooperação entre elas na defesa das causas relativas ao progresso do país e de sua cidadania. Dentre as que fizeram parte da agremiação, destaca-se a poetisa Gilka Machado (1893-1980),<sup>154</sup> que consta ter ocupado o cargo de segunda-secretária no PRF.

A proximidade entre Pinheiro Machado (1851-1915) e Leolinda Daltro revela que esta tinha plena consciência da importância de ter boas relações para que sua causa tivesse êxito. Machado era político conhecido na República e exercia o cargo de vice-presidente do Senado, atribuição de elevada honra no cenário político, já que a função de presidente do Senado pertencia ao vice-presidente da República e, portanto, não estava acessível a um senador. Outra atribuição deste posto era comandar o julgamento da regularidade e licitude das eleições.<sup>155</sup> Portanto, apesar do partido idealizado por Daltro ser composto exclusivamente por mulheres, a aproximação de figuras públicas masculinas tenderia a aumentar sua visibilidade.

Desse modo, o fato de Pinheiro Machado possuir considerável poder no que dizia respeito às questões eletivas na República, encetaria possíveis ganhos ao movimento

<sup>152</sup> *A Noite* (RJ), 03/08/1934, p.2.

<sup>153</sup> Destacam-se algumas dessas mulheres representantes da diretoria provisória do partido. Presidente: Leolinda de Figueiredo Daltro; 1ª vice-presidente: D. Maria Calota Vaz de Albuquerque, 2ª vice-presidente: D. Emília Torterolli Araldo; 1ª secretária: D. Hermelinda Fonseca da Cunha e Silva; 2ª secretária: Gilka da Costa Machado; Tesoureira: D. Goldemira Moreira dos Anjos; Arquivista: Sra. Áurea Daltro; Procuradora: Srta Alice Esperança Arnosa; Zeladora: Sra. Vitalina Faria Senna. Ver **Anexo B** - Estatutos do *Partido Republicano Feminino* (PRF).

<sup>154</sup> Gilka da Costa de Melo Machado (1893-1980) nasceu no Rio de Janeiro no dia 12 de março. Era filha da atriz de teatro Teresa Costa e do poeta Rodolfo de Machado. Também seus avós e bisavós haviam sido artistas, e sua filha, Eros Volúcia (1914-2004), tornou-se bailarina de sucesso. Gilka foi pioneira na utilização do erotismo na poesia feminina brasileira. SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário ... Op.cit.* p. (249-250).

<sup>155</sup> As informações foram extraídas da entrada alocada no site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC – RJ): : <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MACHADO,%20Pinheiro.pdf>. Acesso em: 10 de abr. 2017.

sufragista. Como observa Elaine Pereira Rocha, a utilização dessa estratégia baseada em razões abertamente particulares foi característica marcante das primeiras ações de Leolinda Daltro na luta pelo direito das mulheres.<sup>156</sup> Também convém destacar a proximidade em relação a D. Orsina da Fonseca, esposa do Marechal Hermes. Do fruto dessa amizade surgiu o apoio de Daltro à Junta Feminil Pró-Hermes, que ao auxiliar a candidatura do militar, visava ter as demandas do *Partido Republicano Feminino* endossadas, caso Fonseca fosse eleito.



**Fig. 1 – Sessão solene de inauguração da *Escola de Ciências e Artes Orsina da Fonseca* (da esquerda para a direita Leolinda Daltro é a segunda mulher. No centro da imagem, o presidente Hermes do Fonseca e sua esposa, Orsina da Fonseca) (Fonte: *O Malho* 24/06/1911, p.15).**

Como já observado por Mônica Karawejczyk, na figura 1 “chama a atenção o uso de faixa cruzada no peito das mulheres, onde está escrito o nome do partido”.<sup>157</sup> A atitude fazia parte do projeto de visibilidade da entidade, comprovado ainda pela exposição de objetos na casa *Palais Royal*, localizada na Rua do Ouvidor 128,<sup>158</sup> como a bandeira, a faixa, o gorro e os distintivos do Partido Republicano Feminino, numa época em que a instituição ainda não existia formalmente.

Após a institucionalização do partido, houve uma grande ruptura em relação ao apoio dado pelos integrantes dos partidos políticos (majoritariamente masculinos) presentes desde

<sup>156</sup> Ver ROCHA, Elaine Pereira. *Entre a pena e a espada: a trajetória de Leolinda Daltro (1859-1935) – patriotismo, indigenismo e feminismo*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. p. 272.

<sup>157</sup> KARAWEJCZYK, Monica... *Op. cit.* p. 143.

<sup>158</sup> *O País*, 21/10/1910, p.2.

então. O Partido Republicano Feminino configurava um órgão político no qual suas representantes, isto é, as mulheres que participavam da entidade, não possuíam esses direitos.

Celi Pinto esclareceu muito bem este novo cenário:

Devemos ter presente que um partido político é a organização de um grupo de pessoas que propõe à sociedade um programa para chegar ao governo por meio de eleições. Daí ser muito significativa a estratégia das mulheres não detentoras de direitos políticos de criar um partido e, dessa forma, se colocarem em uma arena onde suas manifestações eram colocadas como ilegítimas por não serem cidadãs dotadas de direitos. As fundadoras do partido poderiam criar um clube ou uma associação, mas preferiram organizar um partido, tomando assim uma posição clara em relação ao objetivo de sua luta, isto é, se tornarem representantes dos interesses das mulheres na esfera pública.<sup>159</sup>

June Hahner reiterou a afirmação ao entender que após a criação do partido levou-se a “questão do sufrágio para dentro do Congresso, onde não tinha mais sido tratada desde o Congresso Constituinte de 1891”.<sup>160</sup> Mais do que expressar de maneira clara e objetiva o lugar da mulher no espaço público, o estatuto do partido, esclareceu com exatidão a proposta em pauta: não apenas dar direito ao voto à mulher, e sim, dar-lhes independência e emancipação. O documento, publicado no Diário Oficial de 17 de Dezembro de 1910, explicitava os seguintes termos:

Art. 1º De acordo com o art. 72, §8º da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, fica fundado o Partido Republicano Feminino, que obedecerá ao seguinte programa: §1º Congregar a mulher brasileira na capital e em todos os estados do Brasil, a fim de fazê-la cooperar na defesa das causas relativas ao progresso pátrio. §2º Pugar pela emancipação da mulher brasileira, despertando-lhe o sentimento de independência e de solidariedade patriótica, exaltando-a pela coragem, pelo talento e pelo trabalho, diante da civilização e do progresso do século. §3º Estudar, resolver e propor medidas a respeito das questões presentes e vindouras relativas ao papel da mulher na sociedade, principalmente no Brasil, pleiteando as suas causas perante os poderes constituídos, baseando-se nas leis em vigor. §4º Pugar para que sejam consideradas extensivas à mulher as disposições constitucionais da República dos Estados Unidos do Brasil, desse modo incorporando-a na sociedade brasileira. §5º Propagar a cultura feminina em todos os ramos do conhecimento humano. §6º Estabelecer entre as congregadas o interesse pelas questões, progressivamente, desde o lar até a agricultura, o comércio, a indústria, a administração pública e as questões sociais. §7º Combater, pela tribuna e pela imprensa, a bem do saneamento social, procurando, no Brasil, extinguir toda e qualquer exploração relativa ao sexo. §8º Fundar, organizar e regulamentar, dirigir e manter instituições de utilidade geral e outras de proveito exclusivo, cujos cargos sejam preenchidos, tanto quanto possível, pelas sócias do partido, podendo-se

<sup>159</sup> Ver PINTO, Celi Regina Jardim. *Op. cit.* p. 18.

<sup>160</sup> Ver HAHNER, June. *Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Mulheres, Santa Cruz: EDUNISC, 2003. p. 280.

desde já mencionar as de instrução, de educação, de beneficência, de assistência geral, de crédito mútuo, de cultura física, de diversões etc. <sup>161</sup>

Para além das normas do estatuto, como já exposto anteriormente, fazia parte da estratégia do Partido Republicano Feminino estar em evidência no debate público. Por isso as representantes do partido compareceriam a todos os eventos que pudessem causar repercussão na imprensa.<sup>162</sup> Em setembro de 1911, com o presidente Hermes da Fonseca já exercendo as suas atribuições legais como chefe do executivo, Leolinda Daltro liderou a comissão do PRF, juntamente com as professoras da *Escola de Ciências e Artes “Orsina Fonseca”*, que se dirigiram ao palácio do Catete a fim de discutir questões pertinentes à instituição.



**Fig. 2 – Marechal Hermes da Fonseca e sua esposa, Orsina da Fonseca, ao receberem no Catete Leolinda Daltro e representantes do Partido Republicano Feminino. (Fonte: Revista da Semana, 30/09/1911, p.9).**

Apesar dos esforços de Leolinda Daltro, em fins da década de 1910, o partido não teve vigor suficiente para se manter nos quadros políticos brasileiros e acabou por desaparecer. Todavia, vale mencionar o empenho de Daltro a fim de conseguir colocar na pauta da imprensa fluminense a questão do voto. Para começar, seu pedido de atestação de identidade foi publicado numa pequena nota no jornal *O Imparcial*, mas trazia um título que possivelmente deve ter chamado à atenção dos leitores naquela data:

<sup>161</sup> As informações foram extraídas da entrada alocada no site do *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil* (CPDOC – RJ): <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20FEMININO.pdf> Acesso em: 10 de abr. 2016 e ver **Anexo B** - Estatutos do *Partido Republicano Feminino* (PRF) nos anexos desta tese.

<sup>162</sup> Ver SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário ... Op.cit.* p. 319.



Fig. 3 – Destaque do jornal à professora Leolinda Daltro  
(Fonte: *O Imparcial* 10/02/1917, p.4)

Convém notar, que a expressão contida no anúncio como “remédio do ‘*habeas corpus*’” soa um pouco debochada, mas faz sentido se se perceber o contexto da época em que a liberdade para as mulheres votarem era proibida por um abuso de autoridade masculino. Outra ação importante, ocorrida em novembro de 1917, foi a promoção de uma marcha organizada pelas fundadoras do PRF, no centro do Rio de Janeiro, com a participação de cerca de 90 mulheres.<sup>163</sup> Apesar de o número parecer diminuto em relação aos dias de hoje, para a época, e por se tratar de mulheres, o surgimento de uma passeata já revela em si o complexo cenário que a militância feminista se confrontava. Por fim, como afirmaram Hilda Pereira de Melo e Teresa Novaes Marques, o nome de Leolinda Daltro tornou-se ainda mais conhecido no Brasil pela:

[...] defesa intransigente dos direitos dos índios. Apaixonada pela ideia de incorporar os índios brasileiros à sociedade por meio da alfabetização sem conotações religiosas, usou de todos os artifícios ao seu alcance, inclusive o contato com pessoas influentes para iniciar no ano de 1896 o ambicioso projeto de percorrer o interior do Brasil promovendo a alfabetização de tribos indígenas.<sup>164</sup>

Conhecida pela causa indigenista ou pela luta sufragista, como atesta a manchete do jornal *A Noite*, publicada no ano de 1919, “a **Sra. Daltro**, a **miss Pankhurst** brasileira,

<sup>163</sup> Ver PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma história...* Op.cit. p. 19.

<sup>164</sup> Ver MELO, Hilda Pereira de; MARQUES, Teresa Novaes. Partido Republicano Feminino – A construção da cidadania feminina no Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2000. p.72.

apresenta-se candidata a um lugar de intendente”<sup>165</sup> (grifos nossos), Leolinda Daltro e seu partido perderam força à medida que foram identificados com a radicalidade semelhante àquela observada pela sua companheira inglesa em Londres.<sup>166</sup>

Diante deste cenário, percebe-se uma nova fase do movimento feminista. As posições extremas de algumas mulheres se tornaram motivo de zombaria e escárnio por grande parte da imprensa, já desde a segunda metade do século XIX. Assim, mulheres cultas e ricas, que não agiam de uma maneira radical, mas apoiavam a causa eram vistas, geralmente, com bons olhos por esses setores e pela sociedade como um todo. Foi quando em meados de 1920,<sup>167</sup> Bertha Lutz fundou a *Liga para Emancipação Intelectual da Mulher* (LEIM), cuja proposta era viabilizar a promoção do progresso intelectual entre as mulheres. Objetivava ainda mostrar às brasileiras a importância de expandir seus horizontes para poder melhorar a condição social de todos.<sup>168</sup> Entre as mulheres que fizeram parte da fundação da liga, conforme destacou Yolanda Lôbo, havia aquelas “cultas e ricas”<sup>169</sup> representadas por Isabel Imbassahy Chermont,<sup>170</sup> Stella Guerra Durval (1879-1971),<sup>171</sup> Julia Lopes de Almeida (1862-1934), Jerônima Mesquita (1880-1972), Valentina Biosca,<sup>172</sup> Esther Salgado Monteiro e Corina Barreiro.

A fim de se diferenciar das ações do Partido Republicano Feminino, o grupo de mulheres em torno de Bertha Lutz apresentou-se como um movimento sem radicalidade, como esclareceu o articulista do jornal *O País*, ao relatar sobre os rumos do feminismo no Brasil. Segundo o autor, que se posicionava a favor de Lutz, o “nosso feminismo é

---

<sup>165</sup> *A Noite* (RJ), 24/09/1919.

<sup>166</sup> A manchete do jornal faz referência à Emmeline Pankhurst, conhecida sufragista inglesa. Ver biografia desta feminista na nota de número 129.

<sup>167</sup> Há certa discordância na historiografia no que diz respeito ao ano de fundação da LEIM. Neste trabalho optou-se pela versão de June Hahner (1981 e 2003). A respeito do tema, ver KARAWEJCZYK, Monica... *Op. cit.* p. 175.

<sup>168</sup> *Idem.* p. 170.

<sup>169</sup> Ver LÔBO, Yolanda. *Bertha Lutz*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010. p.23

<sup>170</sup> Isabel Imbassahy Chermont, como uma das fundadoras da *Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher* (LEIM), talvez tenha motivado seu marido a apresentar um projeto a fim de conceder direitos políticos ao sexo feminino. Ver KARAWEJCZYK, Monica... *Op. cit.* p. 199.

<sup>171</sup> Stella de Carvalho Guerra Duval (1879-1971) nasceu em 1º de dezembro. Era filha de Simy Anzalak de Carvalho e do almirante José Carlos de Carvalho. Casou-se com Fernando Guerra Duval, com quem teve uma filha, Ana. Fez parte das Damas da Cruz Verde, que fundou no Rio de Janeiro, em 1918, a Pró-Matre, entidade de assistência à maternidade e à infância da qual foi tesoureira por quase duas décadas. SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário ... Op.cit.* p. 502.

<sup>172</sup> Valentina Biosca durante o I Congresso Internacional Feminista, realizado no Rio de Janeiro, em dezembro de 1922, apresentou uma tese sobre o *Trabalho Feminino nas Fábricas*, que criticava de maneira contundente a realidade vivenciada pelas mulheres e menores nas indústrias. SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário ... Op.cit.* p. 518.

essencialmente pacífico, mesmo com as hostes belicosas da linha de tiro feminina, dirigida pela professora Daltro”.<sup>173</sup>

As hostes belicosas mencionadas no excerto referiam-se à criação, por Leolinda Daltro, da Linha de Tiro Feminino, organização na qual as mulheres poderiam receber treinamento com armas de fogo. Esse grupo ofereceu seus serviços para o então presidente da República, Venceslau Brás (1914-1918), na ocasião da Primeira Guerra Mundial.<sup>174</sup> Mais do que isso, a ação política de Daltro e das mulheres em seu entorno era caracterizada pela invasão de espaços exclusivamente masculinos, exposição pessoal por meio de críticas ferrenhas, que tinham o intuito de chamar a atenção da sociedade para as desigualdades e injustiças.<sup>175</sup>

Ademais, embora a posição das mulheres da *Liga para Emancipação Intelectual da Mulher* fosse a de se distanciar das práticas incisivas da turma de Leolinda Daltro, as estratégias para estar em evidência eram as mesmas. Tendo em vista que o grupo de Lutz procurava dar visibilidade à instituição, sem a utilização do confronto direto ou da invasão de lugares, apresentava-se de maneira conciliatória no cenário público e, conseguia desse modo, garantir respeito de vários setores da imprensa. Conforme apontou Branca Moreira Alves, devido ao fato da LEIM ser composta por um pequeno grupo de mulheres que se conheciam e que pertenciam à burguesia, fosse na condição de esposas, filhas e amigas de homens da classe dominante, estas acabavam por ter acesso aos centros de poder. Desta forma, essas mulheres poderiam dialogar com o Congresso, a Presidência e outros setores da sociedade com mais facilidade.<sup>176</sup>

Assim a *Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher* decidiu lançar sua pauta em outros estados com o intuito de criar núcleos de defesa do interesse feminino. Para além dessas demandas, o ponto principal da LEIM era a concessão do sufrágio. Na referida entrevista dada à Branca Moreira Alves, Bertha Lutz comentou o contato com Justo Chermont (1857-1926),<sup>177</sup> senador que propunha um projeto para a concessão do voto:

---

<sup>173</sup> *O País*, 08/12/1920, p.3.

<sup>174</sup> Ver SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário ... Op.cit.* p. 319 e *A Época*, 28/04/1917, p.2.

<sup>175</sup> Ver MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Elas também desejam participar da vida pública: várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932. *Gênero*, Niterói, v.4, n.2, p. 149-169, 1. sem. 2004.p. 161

<sup>176</sup> Ver ALVES, Branca Moreira. *Op. cit.* p. 105.

<sup>177</sup> Justo Pereira Leite Chermont (1857-1926) nasceu em Belém do Pará no dia 27 de junho. Seu pai recebeu o título de Visconde de Arari e distinguiu-se como o primeiro vice-presidente da província do Pará no período de 1866 a 1868. As informações foram extraídas da entrada alocada no site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC – RJ): <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CHERMONT,%20Justo.pdf>. Acesso em 12 de abr. 2017.

O Senador Chermont apresentou no Senado projeto de voto para a mulher. Na Câmara havia uma lei, e dois deputados aqui do Distrito Federal apresentaram uma emenda que as mulheres podiam votar. Então já tinha esses dois projetos. Eu tinha conhecido em Paris D. Jerônima Mesquita, uma mulher extraordinária. Ela me disse: ‘Se você algum dia quiser fazer alguma coisa pelas mulheres no Brasil pode me chamar’. Então eu procurei D. Jerônima e disse: ‘Tem um projeto no Senado e acho que a gente deve tentar ajudar, porque senão podem derrubar’. Eu fui com ela ao Senado. Foi a primeira vez que nós começamos. E conversamos lá com o Chermont, cuja mulher era muito feminista, ajudava, convidava as pessoas para almoçar ou jantar, para fazer propaganda. Resolvemos também falar com o líder da maioria Sen. Bueno Brandão. Ele era da mesma zona de Minas que a família de D. Jerônima. A mãe dela tinha uma fazenda muito grande, ele contava muito com o eleitorado.<sup>178</sup>

Conforme a inserção nas esferas de poder e a aprovação pública do movimento, outros estados aderiram à causa e houve a conseqüente mudança do nome para *Liga pelo Progresso Feminino* (LPF) e, por fim, *Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino* (FBPF), sendo esta última destinada a projetar a instituição em escala nacional e internacional.<sup>179</sup>

Por fim, figuras como a de Joana Paula Manso de Noronha, Nísia Floresta, Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Velasco (primeira jornalista brasileira), Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, Maria Augusta Generoso Estrela (primeira médica brasileira), Josefa Águeda Felisbela Mercedes de Oliveira, Revocata Heloísa de Melo, Julieta de Melo Monteiro, Josefina Álvares de Azevedo, Presciliana Duarte de Almeida (primeira mulher eleita para a Academia Paulista de Letras), Áurea Pires, Narcisa Amália de Campos, Francisca Júlia da Silva, Auta de Souza, Inês Sabino, Isabel de Sousa Matos, Isabel Dillon, Leolinda Daltro, Gilka Machado (pioneira na utilização do erotismo na poesia feminina brasileira), Bertha Lutz, Maria Lacerda de Moura, Orsina da Fonseca, Isabel Imbassahy Chermont, Stella Guerra Durval, Valentina Biosca, Esther Salgado Monteiro, Corina Barreiro, Jeronima Mesquita entre outras, formaram uma inteligência feminina que objetivava garantir direitos iguais entre os sexos. Dentre esse grupo extenso de mulheres estava a escritora Júlia Lopes de Almeida.

### **1.5 – Julia Lopes de Almeida: aspectos gerais da vida e obra da escritora**

<sup>178</sup> Ver ALVES, Branca Moreira. *Op. cit.* p. 104.

<sup>179</sup> A análise do funcionamento da instituição, bem como o papel de Júlia Lopes de Almeida e suas relações com as outras sufragistas será tema do terceiro capítulo.



A escritora anatoliana<sup>180</sup> Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) faz jus a uma volumosa biografia devido a sua importância no quadro intelectual do país e sua influência literária que provinha do realismo-naturalismo. No início de sua vida literária, na década de 1880, suas produções apareceram assinadas apenas por “Júlia Lopes”,<sup>181</sup> já que nessa época, não havia ainda se casado com o escritor português Filinto de Almeida.

Seus pais, que faziam parte da elite portuguesa, foram o médico Valentim José da Silveira Lopes (1830-1915)<sup>182</sup> e a professora Antônia Adelina do Amaral Pereira (1830-1895),<sup>183</sup> formada em canto, piano e composição pelo Conservatório de Lisboa. O casamento de ambos ocorreu em 1849 e três de seus sete filhos nasceram em solo português, enquanto os outros quatro no Brasil, já que o casal decidiu após o oitavo ano de matrimônio embarcar para a América do Sul. A primogênita, Adelina Amélia da Silveira Lopes (1850-1923) foi conhecida poetisa, contista, dramaturga, tradutora, professora pública primária e regente de coral. Após se casar, adotou o nome do marido e passou a assinar Adelina Amélia Lopes Vieira. Anos mais tarde nasceu Maria José da Silveira Lopes, grande pianista com inúmeras apresentações públicas na cidade de Campinas. O último filho nascido em Portugal foi Valentim José da Silveira Lopes Júnior, que direcionou seus interesses às atividades agrárias, casando-se com Leonor Sampaio, filha de Antonio Carlos de Sampaio Peixoto, o “Sampainho”, um dos pioneiros e entusiastas da modernização na região de Campinas.

---

<sup>180</sup> Segundo Sergio Miceli, o grupo dos “anatolianos” não se enquadrou em quaisquer das categorias existentes na época, pois constituiu o produto de uma primeira forma de diversificação de papéis no âmbito do trabalho de dominação. Os integrantes desse grupo, também chamados de polígrafos, prefiguraram um tipo novo de intelectual profissional, assalariado ou pequeno produtor independente, vivendo dos rendimentos que lhes propiciam as diversas modalidades de sua produção, desde a assessoria jurídica, as conferências, passando pelas colaborações na imprensa, até a participação nos acontecimentos mundanos e nas campanhas de mobilização em favor do serviço militar, da alfabetização, do ensino primário, etc. Ver obras do autor MICELI, Sérgio. *Poder... Op. cit.* p. 71; *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979. p. 131; *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.p.57 e 71.

<sup>181</sup> O nome de batismo da escritora era Júlia Valentina da Silveira Lopes.

<sup>182</sup> Valentim José da Silveira Lopes (1830-1915) foi médico de diversos hospitais e fundador da Santa Casa de Misericórdia, da Beneficência Portuguesa e da Maternidade de Campinas. Foi ele, segundo Margarida Lopes de Almeida, quem trouxe da Alemanha o primeiro termômetro clínico que entrou no Brasil, introduzindo-o no uso de hospitais campineiros antes mesmo que a corte e São Paulo o conhecessem. Ver ALMEIDA, Margarida Lopes de. Biografia de Dona Júlia. IN: ALMEIDA, Júlia Lopes de. *O funil do diabo*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2015. p. (182-183).

<sup>183</sup> Antônia Adelina do Amaral Pereira (1830-1895) era descendente dos Pereira, isto é, da mesma família de Nuno Álvares Pereira (1360-1431), conhecido como o santo condestável. Seu pai, de ilustre família lisboeta se formou em medicina aos 20 anos. Adelina Pereira tinha uma bela voz e, juntamente com a filha Adelaide, cantava nos sarais literários da família Silveira Lopes em Campinas. Ver ALMEIDA, Margarida Lopes de... *Op. cit.* p. (181-182). Para maiores informações sobre o “santo condestável” ver *Nuno De Santa Maria Álvares Pereira* (1360-1431). Disponível em:

[http://www.vatican.va/news\\_services/liturgy/saints/2009/ns\\_lit\\_doc\\_20090426\\_nuno\\_po.html](http://www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/2009/ns_lit_doc_20090426_nuno_po.html). Acesso em: 27 de jun. de 2017.



**Fig. 4 – Em destaque, Julia Lopes de Almeida na época da infância. No centro da imagem, Doutor Valentim José da Silveira Lopes e à sua esquerda, Antônia Adelina do Amaral, [s.d]. (Fonte: Acervo Claudio Lopes de Almeida)**

Dos filhos nascidos no Brasil, Adelaide Elisa Silveira Lopes<sup>184</sup> foi cantora lírica e declamadora, enquanto o bebê seguinte, Augusto Silveira Lopes, faleceu com apenas 18 meses. Em 1862, foi a vez de Julia Lopes e por fim, a última filha do casal, Alice Luisa da Silveira Lopes, mais conhecida por seu nome de casada, Alice Luisa Campeão.

Ao considerar a genealogia de Júlia Lopes de Almeida, percebe-se que, com exceção de Valentim Junior, a família Lopes sempre se direcionou para o meio cultural e das artes, muito provavelmente pela influência intelectual dos pais que chegaram a ser proprietários de um “Colégio de Humanidades”, localizado na Rua do Lavrado, nº 53, onde nasceu a escritora.

Ao analisar a trajetória da família do Dr. Valentim, percebe-se que mudanças de cidade eram constantes, o que de certa forma possibilitou aos filhos terem contato com vários tipos de ambientes. E mesmo após seu casamento, Júlia Lopes continuou a se transferir dos locais com certa frequência, conforme mostra o quadro abaixo:

<sup>184</sup> O nome de casada era Adelaide Lopes Gonçalves.

**QUADRO 2 – CRONOLOGIA ESPAÇO-TEMPORAL DE JÚLIA LOPES DE ALMEIDA (1862-1934)**

<b>Período</b>	<b>Idade</b>	<b>Local de residência</b>
1862-1868	0 a 6 anos	Rio de Janeiro – RJ
1868-1869	6 a 7 anos	Nova Friburgo – RJ
1869-1876	7 a 14 anos	Campinas – SP
1876-1878	14 a 16 anos	Montevideú – Uruguai
1878-1886	16 a 24 anos	Campinas – SP
1886-1888	24 a 26 anos	Lisboa – Portugal
1888-1889	26 a 27 anos	Rio de Janeiro - RJ
1889-1895	27 a 33 anos	São Paulo - SP
1895-1925	33 a 65 anos	Rio de Janeiro - RJ
1925-1931	65 a 69 anos	Paris - França
1931-1934	69 a 72 anos	Rio de Janeiro - RJ

Apesar de ter nascido na cidade do Rio de Janeiro, a jovem Julia Lopes teve uma rápida passagem por Nova Friburgo, visto que Dr. Valentim acreditava que o clima dessa região seria favorável ao desenvolvimento físico e intelectual de seus seis filhos. Nesta mesma cidade, fundou uma escola que viria a se chamar “Colégio Anchieta”, pois, meses mais tarde, foi vendido a um grupo de padres jesuítas. Com o intuito de encaminhar seu único filho homem às lidas de lavrador que, segundo Margarida Lopes de Almeida (1896-1983),<sup>185</sup> possuía grande vocação,<sup>186</sup> a família mudou-se para a cidade de Campinas no ano de 1869, quando a escritora contava com 7 anos de idade. Até os 24, Julia Lopes permaneceu no

<sup>185</sup> Margarida Lopes de Almeida (1896-1983) nasceu na Rua Aprazível, bairro de Santa Tereza, na cidade do Rio de Janeiro. Filha de Júlia Lopes de Almeida e Filinto de Almeida, em sua casa, além dos pais, tias e irmãos eram artistas desde crianças. Margarida tomou gosto pela poesia e apresentou-se em público pela primeira vez ainda menina, declamando poemas durante uma conferência. Com o tempo tomou parte em vários saraus literários, realizados no salão do *Jornal do Commercio*, então muito em voga, e na Escola Nacional de Belas Artes. Nesta instituição na qual também estudou, ganhou um concurso de escultura, fazendo jus à Grande Medalha de Ouro e a um prêmio de viagem. Partiu para Paris, onde viveu sete anos e frequentou o ateliê do francês Paul Landowski (1875-1961), famoso escultor que colaborou com a construção do Cristo Redentor no Rio de Janeiro. Tem-se notícia ainda, de que Landowski confiou a sua aluna, Margarida Lopes de Almeida, a execução das mãos da estátua do Cristo Redentor. Ver SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Op. cit.* p. 361.

<sup>186</sup> Ver ALMEIDA, Margarida Lopes de... *Op. cit.* p. 178

interior de São Paulo, morando um curto período no Uruguai, devido a compromissos de seu pai.

Desta forma, foi na cidade de Campinas que a escritora começou as primeiras experiências literárias e uma grande amizade com uma escrava que tinha a mesma idade dela. Como explicou Margarida Lopes de Almeida:

Mulatinha, esperta, inteligente, levada e bem educada, foi a companheira, a amiga inseparável e o público de Júlia, com ela brincou, com ela cresceu, com sua família permaneceu até morrer, há poucos anos rodeadas de “seus” netos – que eram todos os netos da prole dos Silveira Lopes - e da ternura e do respeito de todos nós, filhos e sobrinhos da sua “nhan fujá”, como sempre chamou sua doce companheira de travessuras. “Iá” Joana, para nós, os mais velhos, e “vó” Joana para os pequeninos, terá forçosamente de figurar em quantas biografias se venham a fazer da romancista.<sup>187</sup>

Mais do que a amizade verdadeira, foi nessa época que Júlia Lopes ensaiou seus primeiros passos literários. Ainda segundo Margarida, Júlia e Joana, ambas gulosas:

Saíam pelas ruas da vizinhança, quando minha avó ou minhas tias mais velhas as incumbiam de ir ao armazinho comprar um carretel de linha, ou pedir amostras de fitas ou de rendas para lhes enfeitarem os vestidinhos novos. E, à maneira dos rapsodos medievais, entravam na padaria do lusitano, fornecedor da família, e ora Joana cantando uma doce cantiga cuja letra era sempre de autoria de Júlia, numa voz melodiosa e afinadíssima, ora Júlia fazendo um discurso poético ou recitando uns versinhos encarapitada numa cadeira, tendo a aplaudi-las o próprio padeiro e um ou outro freguês eventual, faziam o seu ingênuo recitalete e, recebido os aplausos, saíam a correr em busca do carretel encomendado, levando cada uma, na mão, um doce, uma cocada ou uma bolacha gostosa.<sup>188</sup>

No que diz respeito à educação de Júlia Lopes, por não ser uma criança saudável, fato que a impedia de frequentar regularmente escolas, aprendeu a ler e a escrever com sua irmã, Adelina Amélia da Silveira Lopes. A experiência intelectual dos pais também lhe propiciou a leitura dos grandes mestres da literatura (ingleses, portugueses e franceses). Inclusive, o Dr. Valentim deu-lhe uma coleção completa de William Shakespeare (1564-1616), em uma rica edição ilustrada e com dedicatória do pai. Houve, ainda, um instigante interesse pelo estudo do piano, aperfeiçoado com o conhecido professor do Colégio Florence, o italiano Emílio Giorgetti. Também aprendeu inglês com um instrutor particular, o escocês Mr. Jonh H. Bryan. Outro fato relevante que pode indicar o gosto de Júlia Lopes pelo teatro foi a localização da residência de sua família na cidade de Campinas. Conforme contou a filha da escritora:

---

<sup>187</sup> Idem. p.179.

<sup>188</sup> Idem. p.179 e 180.

Sendo o Dr. Silveira Lopes médico de fama, era o médico do teatro mais importante da cidade. Tinha vizinho a sua residência e, a ela ligado por uma passagem direta de uma de suas salas ao seu camarote privativo. Com essa facilidade, começou a menina a frequentar teatro sério, tendo oportunidade de ver e ouvir artistas de fama mundial. Devo dizer que Campinas era então visitada pelos elencos mais famosos da Europa. Vinham à “corte” e à Campinas, ao tempo mais votado a coisas de espírito do que a capital da província. Isso, e o fato de ser o salão dos viscondes de S. Valentim o mais luzido da cidade sob o ponto de vista artístico e cultural, facilitou à jovem Júlia a possibilidade de suprir, pela convivência e pelo meio, a cultura que lhe faltava.<sup>189</sup>

Ainda sobre sua amiga de infância, era a primeira que lia e opinava sobre os escritos de Júlia Lopes. Assim, foi Joana que contou à Adelina, irmã mais velha, que a escritora produzia textos e os escondia: “Nhá Adelina, Nhá Fujá escreve umas coisas e esconde tudo em uma gaveta!”<sup>190</sup> Foi quando Adelina, certa vez, após vigiar os sumiços da jovem irmã, exclamou: “Peguei-te menina!”<sup>191</sup> Estava certa que iria mostrar ao pai. Este, ao ler os escritos da jovem filha, sugeriu que fizesse um artigo sobre a apresentação da atriz italiana Gemma Cuniberti (1872-1940), um espetáculo que haviam assistido há pouco tempo:

Que achas da Gemma? – Um grande talento imagina! O Castro pediu-me um artigo a respeito. Ando tão ocupado agora! Mas o homem insistiu, filha, insistiu tanto que não houve remédio. Disse-lhe: não faço eu, mas faz a Júlia...<sup>192</sup>

Fato importante do acontecimento foi a constatação, tempos depois, que o amigo de Dr. Valentim, Dr. Castro, não havia encomendado nenhum artigo. Conforme explicou Júlia Lopes, “[...] só mais tarde, muito mais tarde, é que vim saber a doce invenção de meu pai. O Castro nunca exigira um artigo a respeito de Gemma”.<sup>193</sup> Com a publicação do artigo, em 07 de dezembro de 1881, na *Gazeta de Campinas*, Júlia Lopes tornou-se, aos 19 anos de idade, colaboradora regular e efetiva do jornal. Assim, nas próximas cinco décadas, com sua pena Mallat nº 3 de aço pontiagudo,<sup>194</sup> colaborou com diversos jornais e revistas no Brasil e no exterior como se pode observar no presente levantamento. Cabe destacar, ainda, além da referência ao objeto de escritura, informado por sua filha, a imprensa registrou o vestuário da

<sup>189</sup> Idem. p.181.

<sup>190</sup> Idem. p. 183.

<sup>191</sup> RIO, João do. *Op cit.*, p. (28 – 37).

<sup>192</sup> Idem.

<sup>193</sup> Idem.

<sup>194</sup> Margarida Lopes de Almeida comentou, em biografia, sobre a pena que sua mãe gostava de escrever. Ver ALMEIDA, Margarida Lopes de... *Op. cit.* p. 186.

escritora em muitas de suas aparições públicas. Algumas vezes foi vista com uma “*toilette azul*”,<sup>195</sup> em outras, com um “*robe de tulle noire*”.<sup>196</sup>

**QUADRO 3 – COLABORAÇÃO EM JORNAIS E REVISTAS**

<b>Jornais e Revistas</b>	<b>Período</b>	<b>Outras informações</b>
<i>Gazeta de Campinas</i>	1881	-----
<i>Correio de Campinas</i>	Década de 1880	-----
<i>Diário de Campinas</i>	Década de 1880	-----
<i>Almanaque Literário de São Paulo</i>	1884	-----
<i>A Semana</i>	1885-1887, 1894	-----
<i>A Família</i>	1888-1889	São Paulo e Rio de Janeiro (revista feminina)
<i>A Estação</i>	1888-1891	-----
<i>Gazeta de Notícias</i>	1888-1894	-----
<i>Almanaque – Gazeta de Notícias</i>	1897-1898	-----
<i>A Mensageira</i>	1898-1900	São Paulo (revista feminina)
<i>Estado de S. Paulo</i>	Década de 1900	-----
<i>Revista dos Novos</i>	1895-1896	São Paulo
<i>Tribuna Liberal</i>	1888-1889	Rio de Janeiro
<i>A Bruxa</i>	1897	-----
<i>Ilustrada Brasil-Portugal</i>	1899-1914	Revista quinzenal ilustrada
<i>O Mundo literário</i>	Década de 1900	-----
<i>Jornal do Commercio</i>	Década de 1900-1910	-----
<i>Kosmos</i>	Década de 1900-1910	-----
<i>O País</i>	Década de 1890-1910	Grande parte dos textos da escritora foi destruída pelo

<sup>195</sup> *A Noite*, 11/05/1931, p.1.

<sup>196</sup> *O Imparcial*, 28/05/1916, p.8.

		incêndio nas dependências do jornal. Nele Julia Lopes de Almeida teria publicado durante 30 anos.
<i>Revista Feminina</i>	1915-1917	São Paulo (revista feminina)
<i>Revista do Brasil</i>	1917	-----
<i>Nosso Jornal</i>	1919-1920	Rio de Janeiro (revista feminina)

Ao analisar o quadro 3, percebe-se a diversidade de jornais e revistas em que colaborou e a longa periodicidade de sua atuação, tendo em vista toda sua trajetória intelectual. Ao se considerar a estreia literária da escritora, ocorrida em 1881 e a última publicação, no ano de sua morte, em 1934, Júlia Lopes de Almeida escreveu exaustivamente durante 53 anos. Nas três cidades em que ela permaneceu mais tempo, - Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro -, colaborou em ao menos 03 periódicos em cada um desses lugares. Destaca-se aqui a participação na revista *A Ilustração Brasileira*, fundada em 1901, nos mesmos moldes de sua congênere francesa, que tinha como característica a predominância da fotografia sobre o desenho. O impresso pretendia tornar-se um instrumento de comunicação íntimo entre o Brasil e a Europa e por isso, a parte literária, ficava a cargo de colaboradores brasileiros e portugueses. Como Paris era considerada o maior centro de elegância do mundo, a revista se encarregava de oferecer, em primeira mão, as últimas novidades em matéria de modas femininas e infantis. Além disso, reunia um elenco consistente de colaboradores estrangeiros e nativos que incluíam Medeiros e Albuquerque, Eduardo Salamonde, Olavo Bilac, Eurycles de Mattos, Paulo Barreto, Dr. Pires de Almeida, Eloy Pontes, Augusto de Lima, Barão Homem de Mello, Agenor de Houre, Manuel Bonfim. Dentre tal conjunto, ao que consta, a única mulher a colaborar com a revista foi Júlia Lopes de Almeida.<sup>197</sup>

No que diz respeito à vida amorosa, o primeiro e único namorado da escritora fluminense foi o poeta Filinto de Almeida. O primeiro contato entre ambos se deu no ano de 1885, a partir de uma visita realizada à casa de sua irmã Adelina Vieira, que morava na cidade do Rio de Janeiro, local onde exercia o magistério público. Almeida era então diretor, juntamente com Valentim de Magalhães (1859-1903), do primeiro semanário literário do país, *A Semana*, fundado por ambos. Ao saber que Julia Lopes estava no Rio de Janeiro,

<sup>197</sup> Ver BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 3ªed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1975. p. 228.

Magalhães, além de convidá-la para colaborar com a folha, resolveu também que deveria apresentá-la ao seu amigo de jornal. O namoro então se iniciou, mas a família da escritora não via o romance com bons olhos.

Doutor Valentim José da Silveira Lopes, de viagem marcada para a Europa, não escondia o temor do namoro, como informa Margarida Lopes de Almeida: “Filinto fazia parte da roda de Bilac, Paulo Ney, Artur e Aluízio de Azevedo, roda boêmia que não oferecia a um conspícuo titular as garantias de vir a ser um genro ideal”.<sup>198</sup>

Desta forma, segundo o relato do Dr. Claudio Lopes de Almeida,<sup>199</sup> neto da escritora, o pai de Júlia Lopes, desconfiado das reais intenções do pretendente da filha, deixou claro que o casamento só aconteceria caso Filinto de Almeida concordasse em ir à Portugal e lá se casasse com sua amada. Tal ato seria considerado pela família uma prova real de seu sentimento pela escritora. Como Júlia Lopes partiu para o país em 26 de março de 1886, o poeta publicou o soneto abaixo, no livro *Lyrical* (1887):

Foi-se minha alma! Em triste soledade,  
De crua dor as lágrimas vertendo,  
Quase sem vida aqui fiquei vivendo,  
No manto envolto negro da saudade.  
Áurea ilusão da minha mocidade!  
Partiu! Aquele grande monstro horrendo,  
Das asas de ferro e de braços tremendo,  
Pôs-nos, entre nós dois, a imensidade!  
Em vão da praia, agito o branco lenço!  
O céu abraça o luar ao longe, e vejo  
Só através do pranto o nada imenso.  
Aplaca o vento e o mar sol benfazejo!  
Protege aquela por quem vivo e penso,  
Único bem da terra que eu desejo!<sup>200</sup>

Com a publicação da obra, Filinto de Almeida notabilizou-se como um dos grandes poetas do período, o que lhe facilitou sua indicação para acompanhar, em Lisboa, a impressão dos *Anais da Câmara dos Deputados de São Paulo*.<sup>201</sup> Tal atividade, naquela época, não podia ser realizada no Brasil e por isso partiu para Portugal a fim de cumprir dois compromissos: acompanhar a produção dos anais e, finalmente, se casar com Júlia Lopes. Ainda a bordo do navio, já próximo de sua terra natal, teria escrito os versos abaixo:

O minha estrela, o meu amor.

<sup>198</sup> Ver ALMEIDA, Margarida Lopes de... *Op. cit.* p. 190.

<sup>199</sup> A entrevista foi realizada na casa do neto de Júlia Lopes de Almeida, Dr. Claudio Lopes de Almeida, em 11 de janeiro de 2016. ALMEIDA, Claudio Lopes de. *Júlia Lopes de Almeida*. [jan. 2016]. Entrevistador: Deivid Aparecido Costruba. Rio de Janeiro, janeiro de 2016.

<sup>200</sup> Ver ALMEIDA, Margarida Lopes de... *Op. cit.* p. 190.

<sup>201</sup> Idem. p. 193.



Vai se aclarando a minha sorte escura.  
 Venço o atlântico, sim,  
 Mas a rigor só me dá treze milhas de ventura  
 em cada hora que passa, este vapor.<sup>202</sup>

Assim, no dia 28 de novembro de 1887, na Igreja de São Domingos, em Lisboa, Júlia Lopes e Filinto de Almeida se casaram. Terminada a missão profissional de Filinto de Almeida em terras portuguesas e depois de viajar alguns meses pelos países europeus em lua de mel, os cônjuges voltaram ao Brasil. Em seguida, no dia 21 de dezembro de 1888, nasceu o primeiro filho do casal, Afonso Lopes de Almeida (1888-1953) em um casarão da Rua Hadock Lobo, nº 27, na cidade do Rio de Janeiro. Cumpre destacar que entre 1888 e 1899 Júlia Lopes teve seis filhos, nascidos no Rio de Janeiro e em São Paulo, conforme o quadro abaixo:

#### QUADRO 4 – FILHOS DE JÚLIA LOPES DE ALMEIDA E FILINTO DE ALMEIDA

<b>NOME</b>	<b>PERÍODO DE VIDA</b>	<b>ENDEREÇO DE NASCIMENTO</b>	<b>IDADE DO ÓBITO</b>
<b>Afonso Lopes de Almeida</b>	1888-1953	Rua Hadock Lobo, nº 27, RJ	64 ANOS
<b>Adriano Lopes de Almeida</b>	1890-1891	Rua da Liberdade, nº 14, SP /morto aos dez meses	10 MESES
<b>Valentina Lopes de Almeida</b>	1891-1893	Rua da Liberdade, nº 14, SP /morta aos dezoito meses	18 MESES
<b>Albano Lopes de Almeida</b>	1894-1990	Rua Hadock Lobo, nº 27, RJ	96 ANOS
<b>Margarida Lopes de Almeida</b>	1896-1983	Rua Aprazível, nº 7, RJ	87 ANOS
<b>Lúcia Lopes de Almeida</b>	1899-?	Rua do Curvelo, RJ	?

A permanência da família no Rio de Janeiro se deu por um curto período de tempo, pois, com a proclamação da República, Júlio de Mesquita (1862-1927), diretor e responsável pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, tendo sido eleito deputado federal, convidou o poeta para

<sup>202</sup> Idem. p. 194.

assumir a direção do matutino. A partir disso, o casal e os filhos se transferiram para a cidade de São Paulo. Além dessa missão, explicou Roberto Simonsen,<sup>203</sup> Filinto de Almeida teve a iniciativa da criação do atual Museu do Ipiranga, conhecido oficialmente por Museu Paulista da Universidade de São Paulo, cujo contexto de fundação tem-se vasta bibliografia a respeito.

204

Diante da trajetória intelectual de Filinto de Almeida, convém discordar, da análise de Machado Neto<sup>205</sup> que considerou a indicação do poeta para a Academia Brasileira de Letras, em detrimento de Júlia Lopes, como um “falso prestígio”, isto é, devido à impossibilidade de uma mulher assumir a cadeira na instituição naquele momento, seu marido foi escolhido para suprir essa ausência. Tal análise suscitou trabalhos que atribuíram e endossaram a alcunha de “acadêmico consorte” a Almeida. Contudo, além das menções aos cargos importantes que o poeta<sup>206</sup> ocupou no período, seja na vida política ou cultural do país, deve-se destacar que a direção de um dos maiores jornais da cidade de São Paulo e a participação do poeta na discussão sobre a construção de um monumento/museu em memória da Independência do Brasil, evidencia que, infelizmente, sua carreira não foi analisada com profundidade e seriedade como se deveria.

Ao voltar-se para a trajetória de Júlia Lopes, ainda na capital paulista, na década de 1890, sabe-se que a escritora conheceu a desenhista e professora Berthe Worms (1868-1937) que, em homenagem a literata, pintou seu retrato que chegou a receber prêmios por sua composição.<sup>207</sup>

---

<sup>203</sup> De acordo com o discurso de posse de Roberto Simonsen (1889-1948), sucessor de Filinto de Almeida na ABL, Filinto de Almeida nunca deixou de estar presente nos debates da ABL e teve contribuição importante na história cultural de São Paulo, ao engendrar a discussão sobre a criação do Museu do Ipiranga. Ver ALMEIDA, Margarida Lopes de... *Op. cit.* p. 190.

<sup>204</sup> Cito algumas delas: ALVES, Ana Maria de Alencar. *O Ipiranga apropriado: ciência, política e poder* (o Museu Paulista, 1893-1922). São Paulo: História Social USP/ Humanitas, 2001; AMARAL, Antonio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1980; BARBUY, Heloisa. O campus do Ipiranga. In: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL. *Cidades Universitárias: patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP*. São Paulo: EDUSP/IMESP, 2005 (Cadernos do CPC, 7); \_\_\_\_\_. Museus, exposições e cidades: cultura visual no século XIX. In: *Imagem e Produção de Conhecimento*. São Paulo: Museu Paulista, 2002; BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *Um lugar de memória para a nação: o Museu Paulista reinventado por Affonso d'Escragonle Taunay (1917-1945)*. 1999. Tese (Doutorado em História)- Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 1999. \_\_\_\_\_. *O Museu Paulista: Affonso Taunay e a memória nacional*. São Paulo: Editora de Unesp; Museu Paulista, 2005.

<sup>205</sup> Ver MACHADO NETO, Antonio Luís. *Estrutura social da república das letras: sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930*. São Paulo, Grijalbo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973. p. 189.

<sup>206</sup> Dr. Claudio Lopes de Almeida, ao mencionar as lembranças da tia, Margarida Lopes de Almeida, afirmou que muitos intelectuais do período se reuniam ao lar do casal, para pedir conselhos políticos e intelectuais a Filinto de Almeida.

<sup>207</sup> Anna Clémence Berthe Abraham Worms (1868-1937) nasceu em Uckange, França. Pintora, desenhista e professora, no ano de 1881, ingressou na Escola de Belas Artes em Paris. Quatro anos depois, na *Académie Julien*, estudou com Jules Joseph Lefèbvre (1836-1912), Gustave Boulanger (1824-1888) e Jean Joseph



**Fig. 5 – Retrato de Júlia Lopes de Almeida (1895). Obra de Berthe Worms (1868-1937). (Fonte: Acervo Claudio Lopes de Almeida)**

A produção de um retrato é, antes de tudo, como esclarece Sergio Miceli fruto de uma complexa negociação entre o artista e o retratado, ambos imersos nas circunstâncias em que se processou a finalização da obra, moldados pelas expectativas de cada agente quanto à sua imagem pública, quanto aos ganhos de toda ordem trazidos pelas diversas formas e registros de representação visual, por fim, pelo manejo dos sentidos que retratistas e retratados pretendem infundir, seja na própria obra, seja nos parâmetro de sua leitura e interpretação.<sup>208</sup>

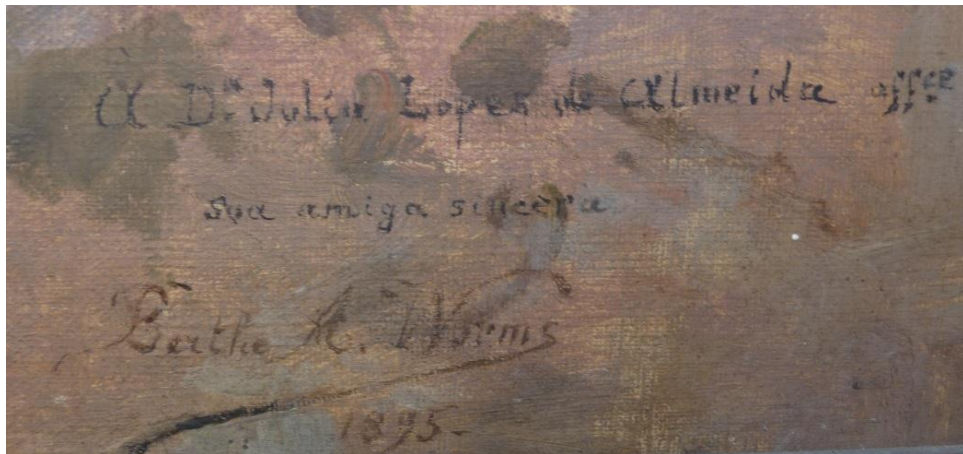
Entretanto, a escritora estava nessa época empenhada na constituição de sua família. Foi também na capital paulista que nasceram Adriano Lopes de Almeida (1890-1891) e Valentina Lopes de Almeida (1891-1893), quando a família residia na Rua da Liberdade, nº 14, porém ambos os filhos tiveram poucos meses de vida. A partir de alguns conselhos médicos em relação à saúde de D. Júlia, a família decidiu mudar novamente para a capital federal. Desse modo, a família de Júlia e Filinto se juntou à do Doutor Valentim na casa onde funcionava uma Escola Pública, dirigida por Adelina Lopes Vieira. Nesta mesma casa, onde

---

Benjamin Constant (1845-1902), tornando-se professora de desenho. Em 1892, casou-se com o cirurgião dentista brasileiro Fernando Worms e transferiu-se para o Brasil, fixando residência na cidade de São Paulo. Em 1895, participou da 2ª Exposição Geral de Belas Artes, com os trabalhos *Lição Difícil*, *Júlia Lopes de Almeida* (ver figura 5) e *Cabeça de Cardeal*, obtendo a medalha de ouro. Ver Berthe Worms (1868-1937). Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22646/bertha-worms>. Acesso em 15 de jun. de 2017.

<sup>208</sup> MICELI, Sergio. *Imagens negociadas: retratos da elite brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. p.18

já havia nascido Afonso Lopes, nasceu também Albano Lopes de Almeida (1894-1990), o quarto filho do casal.



**Fig. 6 – Dedicatória encontrada no verso da obra *Retrato de Júlia Lopes de Almeida*, que exibe as palavras de Worms: “À D. Júlia, sua amiga sincera Berthe A. Worms, 1895”. (Fonte: Acervo Claudio Lopes de Almeida)**

Devido a problemas de espaço físico, a instituição de ensino precisou mudar de endereço, fixando-se, a partir de então, em Santa Tereza. Foi neste local que nasceram as duas últimas filhas do casal: Margarida Lopes de Almeida (1896-1983) e Lúcia Lopes de Almeida. Além disso, como revelou a primeira em suas memórias, foi o momento da realização do maior sonho de sua mãe: ter finalmente sua própria casa. A tal propriedade veio quando se adquiriu um vasto terreno do Dr. Joaquim Murinho (1848-1911), onde “construíram aí meus pais o lar em que havíamos de crescer, de estudar, de nos fazermos, todos artistas. A nossa casa! Minha mãe incutiu em nós quatro um verdadeiro culto por ela”.<sup>209</sup> As fotos de Julia com seus filhos são emblemáticas, nesse sentido, em especial a figura 7.

<sup>209</sup> Ver ALMEIDA, Margarida Lopes de... *Op. cit.* p. 190.



**Fig. 7 – Julia Lopes de Almeida com seus filhos Afonso Lopes de Almeida (1888-1953) e Margarida Lopes de Almeida (1896-1983) (sentados) e Albano Lopes de Almeida (1894-?) e Lúcia Lopes de Almeida (1899-?) (em pé), [s.d]. (Fonte: Acervo Claudio Lopes de Almeida)**

Ao se analisar a imagem acima, pode-se perceber que Júlia Lopes teve a intenção de ser registrada juntamente com os filhos, o que evidenciaria sua preocupação com a prole e o papel da mulher no seio doméstico.<sup>210</sup> Nesse sentido, mais uma vez Miceli demonstra como era a execução de uma “imagem negociada de letrados” nas décadas de 1920 e 1930. Ao ilustrar o caso de Mario de Andrade, representado por Candido Portinari, Miceli explica que as composições, de acordo com o gosto do modelo, eram feitas para caracterizar a imagem pública e institucional do representado, o que pode ser tributado ao caso acima.

A casa de Santa Tereza, famosa quando João do Rio, ao publicar a entrevista do casal Almeida, a nomeou como um “lar de artistas”<sup>211</sup> tornou-se uma referência memorial em diferentes sentidos. Foi nesta casa, portanto, que a escritora passou a maior parte de sua vida. Ainda segundo Margarida Lopes, sua mãe “teve seis filhos que criou ao seio sem interromper, nunca, a sua obra. Costumo dizer que cada um de nós tem um irmão gêmeo na obra da romancista. De uma doçura extrema não alterava nunca a voz para censurar um filho ou um

<sup>210</sup> MICELI, Sergio. *Imagens ...Op. cit.* p.57.

<sup>211</sup> A sociabilidade intelectual e as tertúlias literárias da residência serão um dos temas do terceiro capítulo. Sobre o termo “lar de artistas” ver capítulo homônimo em RIO, João do... *Op. cit.*

serviçal”.<sup>212</sup> Foi também na residência em Santa Tereza que a escritora passou a ter um amplo espaço para suas atividades intelectuais, como se observa na figura 8.



**Fig. 8 – Julia Lopes de Almeida em seu ambiente intelectual [s.d]. (Fonte: Acervo Claudio Lopes de Almeida)**

A imagem acima ilustra muito bem o que Boris Kossoy entende como prática que todo historiador que trabalha com imagens deve ter presente quando diante da massa de documentos. Para ele, “as reconstruções históricas deste meio não alcançarão sua verdadeira significação se desvinculadas da trama histórica particular, do contexto cultural a que se referem”.<sup>213</sup> Dessa forma, Julia Lopes de Almeida tenta mostrar-se como aquela mulher que não só cuidava da casa e dos filhos, mas também tinha seu espaço intelectual para compor suas narrativas. Além disso, o legado cultural que os pais de Júlia Lopes proporcionaram para ela é outra chave interpretativa para a análise da imagem.

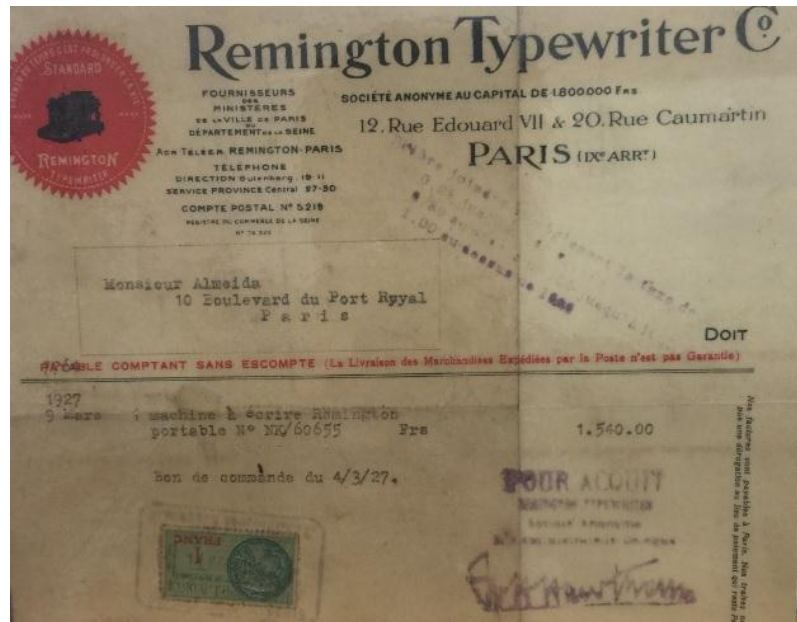
A família Lopes de Almeida passou um tempo significativo no famoso “lar de artistas” até que em 1924, a filha Margarida recebeu um prêmio da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, que oferecia ao vencedor uma temporada de estudos artísticos em Paris.<sup>214</sup> Dessa forma, se decidiu que todos deviam acompanhá-la. Antes de partir, a escritora se encontrou com o presidente da República, Artur Bernardes (1875-1955), para se despedir, conforme

<sup>212</sup> Ver ALMEIDA, Margarida Lopes de... *Op. cit.* p. 199.

<sup>213</sup> KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Editora Ática, 1989. p. 91.

<sup>214</sup> Ver SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Op. cit.* p. 361.

atesta o jornal *O Paiz*: “Esteve ontem no palácio do Catete, em visita de despedida ao Sr. Presidente da República, por ter de partir para a Europa, a Sra. D. Júlia Lopes de Almeida”.<sup>215</sup>



**Fig. 9 – Recibo da máquina de escrever comprada pelo casal na época em que moravam em Paris. (Fonte: Acervo Claudio Lopes de Almeida)**

De acordo com o recibo de compra da máquina de escrever *Remington portable* n° NK/60655 (ver figura 9), pertencente ao *Monsieur Almeida*, pôde-se localizar o endereço de residência do casal na capital francesa. A família morou no *Boulevard du Port-Royal* e foi neste mesmo período, que Julia Lopes aproveitou para divulgar algumas de suas obras traduzidas para a língua francesa.<sup>216</sup> Além disso, participou dos círculos literários europeus, retornando ao Brasil seis anos depois, a bordo do navio *Lipari*.<sup>217</sup>

<sup>215</sup> *O Paiz*, 03/09/1925, p. 3.

<sup>216</sup> Trata-se de *Les Porcs*. Revue de l’Amerique Latine, tome XVII, n° 87. Paris, Mars 1929 e *Les Roses*. In: Deux Nouvelles Brésiliennes (tradução de Jean Duriau). Dunkerque: Imprimerie du Commerce (G. Guilbert), 1928.

<sup>217</sup> *A Noite*, 07/05/1931, p.3



**Fig. 10 – Foto do casal Julia Lopes de Almeida e Filinto de Almeida na maturidade [s.d]. (Fonte: Acervo Claudio Lopes de Almeida)**

De volta ao país, em 1931, Julia Lopes e Filinto de Almeida fixaram residência na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 466, no Rio de Janeiro, enquanto dois de seus filhos permaneceram no exterior: Afonso Lopes mudou-se para Xangai, pois era cônsul e Margarida Lopes continuou na Europa realizando espetáculos como declamadora.



**Fig. 11 – Foto da residência do casal Almeida situada à Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 466 [s.d]. (Fonte: Acervo Claudio Lopes de Almeida)**



Nos últimos anos de vida, a escritora continuou produzindo, alternando sua vida de “mulher de letras”, ora ao finalizar o *canevas*<sup>218</sup> idealizado à época em que ela morava em Paris, ora cuidando da casa, dos filhos e netos.



**Fig. 12 – Julia Lopes de Almeida com os netos na praia de Copacabana [s.d]. (Fonte: Acervo Claudio Lopes de Almeida)**

No ano de 1934, mesmo com a saúde debilitada, Julia Lopes foi até a África Oriental buscar uma de suas filhas que lá adoecera. Oito dias após a chegada ao Brasil, faleceu na tarde de 30 de maio, aos 72 anos, devido a uma doença infecciosa adquirida na viagem. Foi sepultada no cemitério de São Francisco Xavier, localizado no Rio de Janeiro, no jazigo do pai. Para homenageá-la, Filinto e um dos filhos do casal escreveram, em épocas distintas, obras destinadas integralmente a celebrar a memória da escritora.<sup>219</sup>

Cumpre ainda lembrar, que das muitas reverências prestadas em vida à literata, tanto por familiares como pela imprensa e outros intelectuais, destaca-se aqui, uma realizada antes de sua morte, ocorrida em 1913.<sup>220</sup> Nela alguns escritores franceses, tendo a frente Madame Jeanne Catulle-Mendès (1867-1955), promoveram-lhe um banquete em Paris ao qual compareceram Sibyle Riqueti de Mirabeau (1849-1932), mais conhecida pelo seu pseudônimo, Gyp; Daniel Lesueur (1860-1920), pseudônimo de Jeanne Lapauze; Séverine (1855-1929), heterônimo para Caroline Rémy de Guebhard; Rachilde (1860-1953), cujo nome oficial era Marguerite Vallette-Eymery; Edmond Rostand, autor do aclamado *Cyrano de Bergerac* (1897), dentre outros nomes de prestígio. Em 1914, Olavo Bilac, em entrevista ao

<sup>218</sup> A palavra de origem francesa significa esboço/roteiro. Na entrevista ao escritor João do Rio, D. Júlia mencionou o termo ao se referir aos roteiros que entregava ao seu esposo, a fim de receber um primeiro parecer. Ver RIO, João do. *Op cit.*, p. (28 – 37).

<sup>219</sup> Trata-se de *Dona Júlia e Mãe*. Ver ALMEIDA, Filinto de. *Dona Julia*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1938 e ALMEIDA, Afonso Lopes de. *Mãe*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1945.

<sup>220</sup> Tendo conhecimento desta homenagem francesa, Emílio de Menezes (1866-1918) e Coelho Neto (1864-1934) organizaram um evento nacional para a escritora, que será exposto a seguir. Ver *A Época*, 11/04/1914, p.4.

jornal *A Época*, ao responder a pergunta “E o banquete a Júlia Lopes, que tão extraordinário eco produziu entre nós?”, disse:

Foi um acontecimento notável neste último inverno em Paris. Mais de quatrocentos convivas, discurso da romancista Daniel Lesueur – vice-presidente da *Societe des Gens de Lettres*, de Jeanne Catulle Mendès, a apologista ardente das belezas do Rio que ela chama “La ville merveilleuse”<sup>221</sup> de madame Séverine, com magnífico improviso que encantou a assistência. Estiveram presente a essa festa a grande romancista Rachilde, muitos homens de letras, e redatores de *Le Temps*, *Journal*, *Figaro* e *Matin*.<sup>222</sup>

Apesar da presença de célebres intelectuais franceses, Bilac creditou o sucesso do evento à fala da homenageada que com um “discurso sóbrio, elegante, escrito em puríssimo francês, pronunciado adoravelmente sem sotaque e revelando um perfeito conhecimento da língua francesa” deixou a todos impressionados.<sup>223</sup> O evento foi a oportunidade da escritora conhecer o pintor Richard Hall (1860-1942), que a convidou para posar para um retrato (figura 13).

---

<sup>221</sup> O epíteto para a cidade do Rio de Janeiro foi cunhado por Jeanne Catulle Mendès, quando se referiu à cidade carinhosamente em seu livro *La Ville Merveilleuse* (1913), obra que homenageava as belezas naturais da então capital federal. Ver DINIZ, André. *Almanaque do Samba: a história do samba, o que ouvir, o que ler, onde curtir*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2006. p. 50.

<sup>222</sup> *A Época*, 19/05/1914, p.1.

<sup>223</sup> Idem.



**Fig. 13 – Retrato a óleo de Júlia Lopes de Almeida, pintado por Richard Hall (1914). (Fonte: Acervo Claudio Lopes de Almeida)**

No que concerne às homenagens nacionais, a de maior vulto foi realizada em 1915, no salão do *Jornal do Comercio*, organizada por Olavo Bilac (1865-1918), Alberto de Oliveira (1857-1937), Augusto de Lima (1859-1934), João Luso, Ramiz Galvão (1846-1938), Lindolfo Xavier, Hermes Fontes (1888-1930), Osório Duque Estrada (1870-1927) e Ernani Bilac.<sup>224</sup> Nessa oportunidade, alguns intelectuais ofereceram a escritora um álbum com poesias, louvores e autógrafos. Inclusive o escritor Humberto de Campos em um dos sonetos devotava:

A Dona Júlia Lopes de Almeida.  
 Feliz da ave que à margem do caminho  
 Sob arcarias recordando naves,  
 Entre cantigas joviais ou graves  
 Tranquilamente suspendeu seu ninho.  
 Mais feliz ainda se entre orquestras suaves,  
 Livre do insulto de um pequeno espinho  
 Viu toda prole com fidalgo alinho,  
 Cantando em coro como as outras aves.  
 A essa, riçando a trêfega plumagem,  
 Pássaros foram, sob o céu mais rico  
 Certo dia render alta homenagem.  
 E um houve, entre mil pássaros diversos,  
 Que apareceu a conduzir o bico

<sup>224</sup> Ver ALMEIDA, Margarida Lopes de... *Op. cit.* p. 203.

A modesta violeta desses versos.<sup>225</sup>

A obra de Júlia Lopes de Almeida, conforme escreveu Margarida Lopes de Almeida, pode ser subdividida em três grupos distintos: a imaginosa, a qual pertence todos seus romances, a educativa, destinada à instrução e a pacifista, que se refere a um conjunto de conferências reunidas na obra *Maternidade* (1925).<sup>226</sup> Apesar da divisão plausível sugerida pela filha da escritora, cumpre lembrar que as obras *A herança* (1909), *Quem não perdoa* (1912) e *Teatro* (1917) foram aclamadas pelo público e crítica e, por isso, merecem destaque. Sabe-se que a peça *Quem não perdoa* foi escolhida para a estreia da 1ª Temporada Oficial do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, o que ocasionou uma grande discussão entre a escritora e o dramaturgo Oscar Guanabario (1851-1937), que não aceitou a indicação do júri, uma vez que sua peça não figurou na lista das cinco melhores apresentadas.<sup>227</sup> Diante da questão e dos novos estudos de outros pesquisadores no que diz respeito à possibilidade de Júlia Lopes de Almeida ser uma teatróloga,<sup>228</sup> sugere-se adicionar tal subgrupo na divisão acerca de sua produção bibliográfica.

Ao examinar toda a obra de D. Júlia,<sup>229</sup> percebe-se a quantidade e variedade de editoras que se ocuparam em imprimir as obras da escritora. Dentre as diversas casas livreas, destacam-se seis portuguesas, a saber: Cia. Editora, Typografia Castro e Irmão, Typographia da Companhia Nacional Editora, Antonio Maria Pereira Editor, Simões Lopes, Renascença Portuguesa; além também de uma francesa, Livraria Francesa Truchy-Leroy. Dentre os 13 nomes do mercado brasileiro que a publicaram, têm-se casas como a H. Garnier, a Francisco Alves, a Leite Ribeiro e a Editora Nacional. Ainda no que diz respeito a Francisco Alves, sabe-se que o editor, como esclareceu Hallewell, tendia a avaliar uma possível impressão da obra conforme a diligência e dedicação apresentadas. Tanto que, ao seguir esses critérios, seus autores contemporâneos favoritos foram Olavo Bilac e Júlia Lopes de Almeida.<sup>230</sup> Destacam-se também os livros que foram sucesso e, portanto, tiveram várias reedições, caso de *Contos Infantis* (1886), com um total de 17 e que foi de uso obrigatório em escolas públicas da capital

---

<sup>225</sup> Idem. p. 204.

<sup>226</sup> Idem. p. 205.

<sup>227</sup> Idem. p. 200.

<sup>228</sup> Pode-se citar o estudo de [FANINI, Michele Asmar](#), A dramaturgia inédita de Júlia Lopes de Almeida: considerações sobre as peças 'O Caminho do Bem' e 'A Última Entrevista'. In: XI International Congress of the Brazilian Studies Association. University of Illinois, 2012, Urbana-Champaign. The unpublished writings of Júlia Lopes de Almeida: some notes on the plays 'Path to the Goodness' ['O Caminho do Bem'] and '(Dis)Appointment' ['A Última Entrevista'], 2012. v. 1. Disponível em: [http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA\\_XI/Michele-Fanini.pdf](http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_XI/Michele-Fanini.pdf). Acesso em 07 jul. 2017.

<sup>229</sup> Ver **Anexo A** desta tese.

<sup>230</sup> HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.* p. 322.

federal.<sup>231</sup> Ao passo que *Histórias da nossa terra* (1907), obra que também se destinava à instrução de crianças em fase escolar, teve 21 reimpressões.

Assim sendo, ao identificar o número daqueles dispostos a publicar os textos de Júlia Lopes, concorda-se com a análise de Laurence Hallewell, sobre o cenário editorial brasileiro: além de nomes consagrados da literatura brasileira, como Machado de Assis (1839-1908) e José de Alencar (1829-1877), os únicos romancistas brasileiros vivos a conseguir sucesso de forma contínua foram Coelho Neto, Afrânio Peixoto e Júlia Lopes de Almeida. Os demais que quisessem ver impressa sua obra, deveriam encomendá-la diretamente aos impressores, por conta própria.<sup>232</sup>

Ainda sobre a produção literária da escritora, tem-se uma tipologia variada de textos (Gráfico 1)<sup>233</sup> escritos como: coletâneas (escolares, de contos, de crônicas, de novelas), romances, manuais de civilidade, peças para o teatro, monografias descritivas, conferências, livro de jardinagem e ensaios pacifistas. Uma análise apurada de sua produção demonstra que, 36% de sua vida intelectual foram destinadas à escritura de romances, 13% na elaboração de coletâneas escolares e 20% foram divididos entre a redação de conferências e desenvolvimento de peças teatrais.

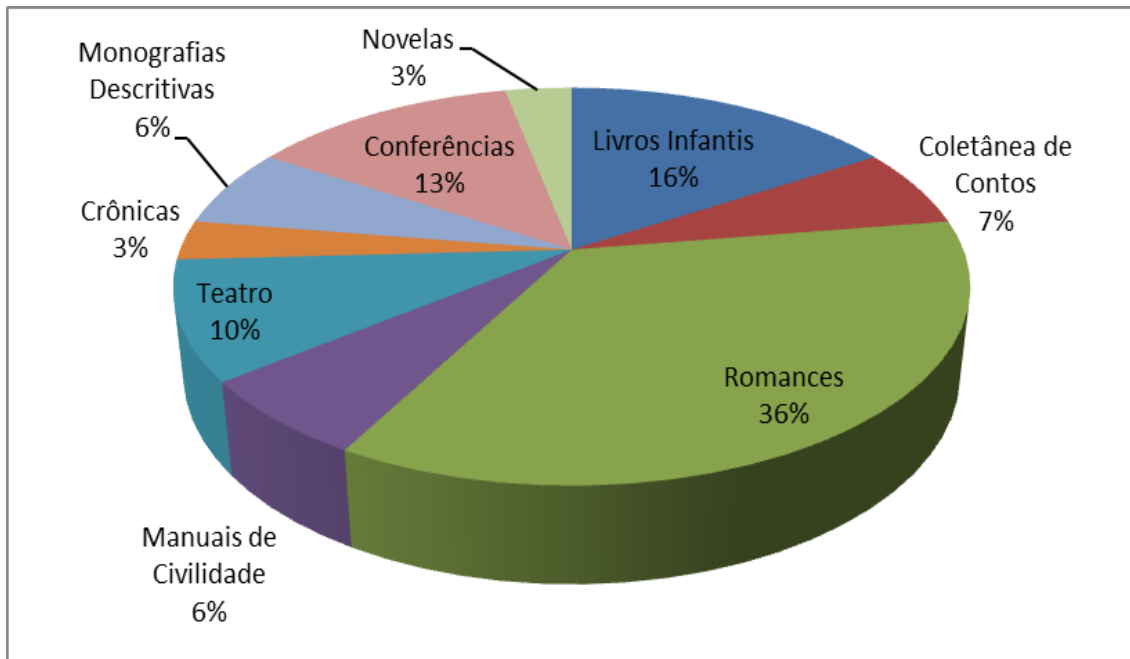
---

<sup>231</sup> No dia 14 de abril de 1891, de acordo com a Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária da Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil, a coletânea de contos foi aprovada para o uso nas escolas de ensino primário. Ver prólogo da segunda edição em: VIEIRA, Adelina Lopes; ALMEIDA, Júlia Lopes de Almeida. *Contos Infantis*. São Paulo: Livraria Francisco Alves. 17ª edição. 1927.p. 12.

<sup>232</sup> HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.* p. 348.

<sup>233</sup> Diante das 31 principais obras de Júlia Lopes de Almeida, elaborou-se um quadro para tipificar toda a sua produção. Ver Anexo A.

### GRÁFICO I – TIPOLOGIA DOS ESCRITOS DE JÚLIA LOPES DE ALMEIDA



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir das 31 principais publicações da escritora. Ver ANEXO A.

A tipologia diversa de textos e a quantidade de livros publicados pela escritora exigiu a seleção de algumas obras em detrimento de outras. Dessa forma, ao seguir o critério de escolha dos livros relativos à temática da pesquisa, centrada na questão feminina e no feminismo, tem-se o quadro 5.

### QUADRO 5 – FONTES DA PRESENTE PESQUISA

Ano de Publicação	Obra	Tipologia
1896	<i>Livro das Noivas</i>	Manual de civilidade
1906	<i>Livro das Donas e Donzelas</i>	Manual de civilidade
1910	<i>Eles e Elas: monólogos e diálogos</i>	Coletânea de Crônicas
1913	<i>Correio da Roça</i>	Romance
1916	<i>A árvore</i>	Livros infantis
1922	<i>Jardim Florido</i>	Livro de Jardinagem
1922	<i>Brasil</i>	Conferência
1923	<i>Oração à Santa Doroteia</i>	Conferência

Diante da vida e obra de Julia Lopes de Almeida, no que diz respeito ao feminismo praticado pela escritora, esta pesquisa identificou como primeiro ponto de inflexão sua entrada como colaboradora do jornal *O País*, sob o pseudônimo de Ecila Worms. A folha ofereceu à D. Júlia grande visibilidade intelectual, oportunidade que ela aproveitou para defender sua pauta. Além desses textos, os manuais de ciências domésticas, denominados *Livro das Noivas* (1896) e *Livro das Donas e Donzelas* (1906) também foram importantes. Esses compêndios, escritos sob a égide do positivismo no Brasil e com o intuito de se associarem à moderna sociedade europeia, funcionaram como um veículo de transmissão e normatização das regras que se direcionavam a reger e reordenar o espaço privado das famílias da elite do Rio de Janeiro. É o que se verá a seguir.

## CAPÍTULO 2 – O CULTO DA SANTA MÃE: Os manuais de civilidade e a filantropia nas páginas e ações de Julia Lopes de Almeida (1896-1906)

“Ser mãe é renunciar a todos os prazeres mundanos, aos requintes do luxo e da elegância; é deixar de aparecer nos bailes em que a vigília se prolonga, o espírito se excita e o corpo se cansa no gozo das valsas; é não sair sem temer o sol, o vento, a chuva, na desgraçada dependência do terror imenso de que sua saúde sofre e reflita o mal na criança; é passar as noites num cuidado incessante, em sonos curtos, leves, com o pensamento sempre preso à mesma criaturinha rósea, pequena, macia, que lhe suga o sangue, que lhe magoa os braços, que a enfraquece, que a enche de sustos, de trabalho e de prevenções – mas que a faz abençoar a ignota Providência de tê-la feito mulher, para ser mãe!” (Julia Lopes de Almeida)

A caracterização do papel desempenhado pela mãe, esboçada por Julia Lopes de Almeida, na epígrafe do presente capítulo, ilustra muito bem a posição em que a mulher era alocada na sociedade no início do período republicano, momento em que o positivismo ganhou forte destaque no país.<sup>234</sup> A especificidade dessa doutrina, no que diz respeito à posição feminina, considerava a mulher como a responsável pela manutenção moral da família e pela educação de sua prole. Julia Lopes de Almeida, que na época tinha 34 anos de idade, se imbuíu na tarefa de nortear a educação das famílias de elite do Rio de Janeiro, como se pode constatar com o lançamento de seu primeiro manual de civilidade intitulado *Livro das Noivas* (1896). Outra tarefa a qual se dedicou dizia respeito ao debate em torno de temas relativos à proteção da criança, da mulher e dos mais necessitados. Sua experiência de 15 anos como escritora,<sup>235</sup> somada à sua posição de mulher de letras que optou por não afrontar o modelo estabelecido, amealhou desde meados da década de 1880, grande prestígio entre seus pares, caminho frutífero pelo qual postulou suas críticas, aumentando gradativamente, seu capital social.<sup>236</sup>

No presente capítulo, portanto, mostrar-se-á como Julia Lopes de Almeida assumiu o papel de intelectual-educadora e preocupou-se com a condição dos mais necessitados e com as mazelas sanitárias que as famílias do Rio de Janeiro passaram a enfrentar. Cabe lembrar que se tratou de uma época repleta de reformas sanitárias, um processo acelerado de

<sup>234</sup> Ver LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

<sup>235</sup> Cumpre lembrar que sua estreia literária ocorreu em 07 de dezembro de 1881, com uma crônica publicada na *Gazeta de Campinas*.

<sup>236</sup> Aqui, capital social deve ser entendido como um “conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão vinculados a um grupo, por sua vez constituídos por um conjunto de agentes que não só são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por relações permanentes e úteis”. Ver BOURDIEU, Pierre. O capital social – Notas provisórias. IN: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (org.) *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 67.



urbanização da capital federal, bem como da assimilação de valores europeus como sinônimos de cultura, *status* e refinamento. O contexto era propício para que os manuais viessem a público como aqueles destinados a um público específico: moças, mulheres, noivas e mães. Desta forma, a vida da mulher, segundo a tradição positivista, deveria estar alinhada à retidão e à obediência, tendo em vista o aspecto amoroso e maternal da mulher.<sup>237</sup> Seguindo este fito, Julia Lopes acreditava na superação dos males sociais, na regeneração da sociedade e no fortalecimento da nação, por meio da ação privilegiada da mulher. Apesar de algumas propostas moralistas e eurocêntricas da escritora, no que diz respeito à educação popular,<sup>238</sup> vale destacar o importante papel que assumiu como uma das intelectuais educadoras que se preocupou com a afirmação de uma nova realidade nacional, pautada em bases modernas, que via importância na veiculação de lições relativas a valores, atitudes e comportamentos a fim de que penetrassem nos recônditos da privacidade individual.<sup>239</sup> Para além desta configuração, a escritora também atuava na perspectiva da liberdade individual da mulher e discordou da completa separação de atuação social para os sexos: homem/espço público e mulher/ espaço privado.

Sobre a conquista da notoriedade no universo de letras, vale mencionar, que Julia Lopes, a partir de 24 de fevereiro de 1892, usando o pseudônimo de Écila Worms, passou a assinar coluna de modas em *O País*, contribuição que duraria trinta anos. O jornal que trazia em seu cabeçalho a menção de “a folha de maior tiragem e de maior circulação na América do Sul”,<sup>240</sup> proporcionou visibilidade nacional para a cronista. No dia anterior à sua estreia, *O País* divulgou:

Écila Worms é um pseudônimo que desde amanhã adota gloriosa escritora brasileira nas suas crônicas de modas, para *O País*. Não nos houvesse ela proibido que aqui escrevesse o verdadeiro nome, e dar-nos-ia pressa em deixá-lo inscrito nesta coluna, exposto de novo aos aplausos que já o tem por diferentes vezes saudado. Temos a certeza de que as suas crônicas vão obter

<sup>237</sup> June Hahner analisou essa classificação da mulher sob a ótica positivista. Ver capítulo 10 - *O culto da Santa Mãe: A versão positivista* In: HAHNER, June. *A mulher no Brasil... Op. cit.* p. (85-87). Cumpre ainda lembrar, que o título do presente capítulo traz clara referência ao texto de Hahner.

<sup>238</sup> Júlia Lopes de Almeida, imbuída dos valores de uma classe social branca e em ascensão, criticou a posição dos criados, pois eles, “mal educados como são, não vacilam em se aproveitar os guardanapos de linho adamascados para o serviço da copa, se não lhe metermos nas mãos os panos apropriados” (p. 25). No entanto, Julia Lopes reconheceu à importância de tratá-los bem, afinal, esses criados eram ex-escravos e de “um torrão inculto não nasce uma rosa fina”. (p. 120). ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das noivas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1905.

<sup>239</sup> Ana Magaldi estudou a trajetória de muitos desses intelectuais educadores que se destacaram no período, caso de Amanda Alvaro Alberto e Cecília Meireles, educadoras vinculadas à chamada “Escola Nova”; Pe. Leonel Franca, importante representante da Igreja Católica nos debates educacionais no período e Júlio Porto-Carrero, médico psiquiatra e eugenista, um dos introdutores da psicanálise no Brasil. Ver MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. *Lições de casa: Discursos pedagógicos destinados à família no Brasil*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

<sup>240</sup> *O País*, 24/02/1892. p. 01.

o mesmo sucesso que tem obtido os seus outros trabalhos literários. E por isso nos limitamos, a chamar atenção do público para a elegante escritora, que se vem juntar as distintas colaboradoras d' *O País*, oferecendo às nossas leitoras notícia do que vai pelo mundo onde se veste bem.<sup>241</sup>

Assim, foi nas páginas de *O País*, ao escrever sobre moda, que D. Júlia aproveitou para trazer a lume, discussões relativas ao tema, em um primeiro momento, para depois escrever sobre diversos assuntos. Já no primeiro texto, para ganhar a credibilidade das leitoras mencionou de onde tiraria as informações que pretendia compartilhar:

[...] para que a leitora tenha confiança em mim, quero dizer-lhe que não escrevo de modas superficialmente, por *bavardage* de moça ociosa. Tenho os melhores jornais, correspondência assídua com duas elegantes parisienses e certa facilidade ou tática para discriminar o que é rude do que é mimoso, o que é belo do que é grotesco.<sup>242</sup>

Fica claro no excerto que para legitimar o trabalho a ser desenvolvido nas páginas do jornal e, da mesma forma, mostrar sua experiência como mulher intelectual oriunda da classe alta, a escritora recorria a expressões em francês como *bavardage*, de modo a demonstrar o domínio da língua francesa e das questões que tratava.

Quanto ao uso de pseudônimos, constante na imprensa da época, Brito Broca esclareceu que a proliferação deles tinha relação com a condição de trabalho de muitos intelectuais que “obrigados a escreverem em várias folhas ao mesmo tempo – já que só assim poderiam reunir um ordenado razoável – tinham [...] de mascarar a personalidade a fim de evitar os possíveis inconvenientes dessa atuação simultânea”.<sup>243</sup> A presente pesquisa não credita o seu uso a esse contexto, talvez mais bem delineado nas primeiras décadas do século XX. Acredita-se que a opção pelo pseudônimo por parte da escritora teve uma razão mais propriamente política, uma vez que podia inserir uma gama de assuntos mais polêmicos na coluna sem ter seu nome vinculado diretamente aos mesmos.<sup>244</sup>

Sabe-se que *O País* não foi o primeiro periódico em que D. Julia contribuiu, mas cabe destacar que por ser uma folha de grande circulação, foi importante por abrir suas portas não só à escritora, mas também a um seleto grupo de cronistas mulheres. Em meio a esse rol, pode-se dizer que sua ascensão literária na folha se deu quando sua coluna passou a se

<sup>241</sup> Idem.

<sup>242</sup> *O País*, 23/02/1892. p. 01

<sup>243</sup> BROCA, Brito. O anonimato e o pseudônimo na Literatura Brasileira. IN: \_\_\_\_\_. *Horas de leitura*. Rio de Janeiro: MEC-INL, 1957, p.107.

<sup>244</sup> A professora alemã Ina Von Binzer, em vários de seus textos, mostrou a situação da educação e do trabalho no Brasil no contexto da segunda metade do século XIX, sendo um desses temas a questão do pseudônimo na escrita feminina. BINZER, Ina Von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 6ª ed., 1994. p. 14.

preocupar com conteúdos que estavam além do propósito inicial de sua contribuição e que incidiam na defesa da cidade do Rio de Janeiro, na educação da mulher, na possibilidade do divórcio, entre outros temas.<sup>245</sup>

No que diz respeito ao jornal, *O País* teve como redator chefe Rui Barbosa. No entanto, foi com o jornalista Quintino Bocaiuva que a publicação se tornou um dos jornais mais importantes da época. De acordo com Nelson Werneck Sodré “à Rua do Ouvidor, junto ao *Jornal do Comércio*, em um velho prédio, fica *O País*, de que é mentor Quintino Bocaiuva”.<sup>246</sup>

Averiguou-se também nas páginas d’O País, hábito comum entre os literatos, de publicar trechos de textos e, posteriormente, reuni-los em uma única obra. Foi o caso de algumas das crônicas do *Livro das Noivas* (1896) e do *Livro das Donas e Donzelas* (1906).

O aparecimento desses manuais de ciências domésticas, na segunda metade do século XIX, marcou o momento de grande transformação da história brasileira. Apesar do caráter fortemente conservador do Império, que tinha terminado há pouco tempo, o país se modernizava e se esforçava para sincronizar sua atividade com a do mundo capitalista contemporâneo. No entanto, ancorados na polifonia das novas correntes filosóficas europeias, e notadamente, o positivismo, não parecia exato dizer que o revoar de ideias novas, que marcou a inteligência brasileira naquele momento, tivesse como representante uma fulgurante plebe.<sup>247</sup> As camadas populares ainda não se encontravam em condições capazes de galgar as barreiras que as separavam das elites e por isso mesmo que essas iriam ingressar em instituições de prestígio como no Colégio Pedro II, a Escola Militar, a Escola da Marinha, a Escola de Medicina, além da Politécnica e das Faculdades de Direito. O aparecimento dessa nova burguesia tornaria mais nítido o antagonismo de interesses entre o agrarismo fundiário e o nascente comercialismo em marcha para a indústria.<sup>248</sup>

Graças a esse novo espírito, voltaria a vigorar os sentimentos democráticos, visto que a educação e a instrução guiariam os novos burgueses a outros caminhos, diferentes dos que almejava a elite agrária tradicional. A nova burguesia, então, teve grande importância no campo intelectual e era formada por militares, médicos, engenheiros e intelectuais-educadores, que iriam corroborar no movimento que privilegiava o progresso do país.

---

<sup>245</sup> SILVA, Nahete de Alcantara. *Júlia Lopes de Almeida e sua trajetória de consagração em O País*. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

<sup>246</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1966. p.325.

<sup>247</sup> COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956. p.139.

<sup>248</sup> Idem. p. 140.

Deste modo, os ideais da filosofia positivista, examinadas de uma maneira mais ampla, estimularam movimentos de caráter republicano e abolicionista, em oposição à monarquia e ao escravismo dominantes no Brasil. Além disso, surgiu o desejo comumente partilhado pela intelectualidade de tornar o Brasil um país cada vez mais “civilizado”.

Após a concretização desses movimentos, somados à tendência de implantação de novos moldes de vida urbana, os quais foram associados à imagem da moderna sociedade europeia (leia-se inglesa e francesa), percebe-se uma mudança na dinâmica da sociabilidade dos segmentos de elite, o que afetou diretamente a família, sobretudo, a mulher.

Anteriormente presa ao círculo doméstico, a partir de então esta ocuparia um lugar de destaque na nova sociabilidade. Seja como partícipe dos clubes sociais que a *Belle Époque* lhe proporcionou,<sup>249</sup> seja como consumidora de produtos, do crescente mercado que se ampliava endereçados a ela.

Deste modo, como se dariam as mudanças operadas na sociabilidade urbana que, até então, restringia à mulher ao círculo familiar? Se a mulher ainda era considerada vital e sinônima de excelência no universo da casa, qual seria a sua missão nesta nova reordenação de valores?

A argumentação científica, bem condizente com a modernidade então apresentada, e mais particularmente, com o discurso dos médicos, via na figura feminina, um instrumento para uma extensa teorização da ciência médica e um veículo de transmissão e normatização de suas regras. A partir desse contexto, Júlia Lopes de Almeida se sentiu encorajada em, ela própria, redigir manuais que expressassem sua visão particular do reordenamento do recinto privado e pudessem assim contribuir para a sistematização do espaço público das famílias.

## **2.1 O Livro das Noivas (1896)**

Em fins do século XIX e começo do XX, em uma sociedade cada vez mais urbanizada, na qual a mulher ganhava destaque e importância segundo a ótica positivista, os manuais de civilidade surgiram como uma forma prática e rápida de alavancar as vendas nas editoras. Tendo em vista que as temáticas discutidas nestes compêndios relacionavam-se aos

---

<sup>249</sup> Aqui se pode mencionar, de acordo com Jeffrey Needell, os diversos salões da alta sociedade, cuja participação feminina era constante, analisadas no capítulo *O salão e o surgimento da alta sociedade*. Vale frisar também, que o conceito de *Belle Époque* aqui empregado, de uma maneira mais ampla, se insere no período compreendido de 1898 e 1914, no qual a “cultura e a sociedade de elite do Rio de Janeiro serviram para manter e promover os interesses e a visão da própria elite, e que paradigmas culturais derivados da aristocracia europeia” foram adaptados ao meio fluminense com esta finalidade. Ver NEEDELL, Jeffrey. *Op. cit.* p.11.

novos valores progressistas da então capital federal, os textos se tornaram bastante procurados pelos segmentos médios e altos da sociedade fluminense.

Assim, a venda deste material estava atrelada à nova vida na cidade, que se urbanizava e que exigia que as mulheres se adaptassem às novas relações sociais, bem como aos desafios da educação e formação profissional. Sob a égide da República que alvorecia e preocupada com a reviravolta que ocorria no universo feminino a partir de então, Júlia Lopes de Almeida escreveu seu primeiro livro voltado para as moças inexperientes que tinham a intenção de se casar.

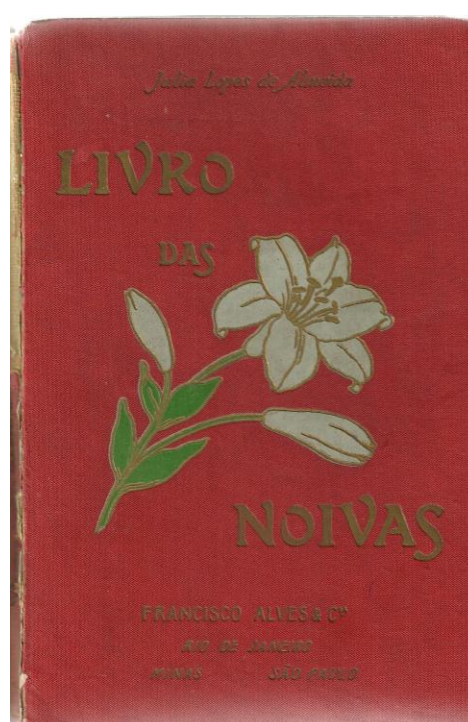


Fig. 14 – Capa do Livro das Noivas (1896) (Fonte: Arquivo Pessoal)<sup>250</sup>

A primeira edição da obra coube a Companhia Nacional Editora, localizada na cidade de Lisboa. O pesquisador Laurence Hallewell esclareceu que a prática de publicar livros em terras lusas era comum no Rio de Janeiro, já que se constatou um “grande número de obras brasileiras produzidas nesse país [Portugal] durante os trinta primeiros anos da República”.<sup>251</sup> Deste modo, a Companhia Editora Nacional, fundada por Pedro Correia<sup>252</sup> e depois vendida para Justino Guedes e David Corazzi, tinha o compromisso social de divulgar as obras à

<sup>250</sup> A presente pesquisa não conseguiu localizar a imagem de capa da primeira edição da obra, sendo analisada, portanto, a segunda edição impressa por Francisco Alves.

<sup>251</sup> HALLEWELL, Laurence. *Op.cit.* p. 290.

<sup>252</sup> Segundo Laurence Hallewell, Pedro Correia figura no rol dos mais distinguidos editores que em Portugal teve. Ver HALLEWELL, Laurence. *Op.cit.* p. 322.

população em geral, a partir de um projeto editorial intitulado “Biblioteca do Povo”, no qual se pretendia produzir e vender obras baratas para quem desejasse adquiri-las.

Percebe-se, portanto, a que lugar era destinado esses manuais de civilidade no catálogo da editora: a um público mais amplo, no qual os textos seriam consumidos por outras esferas sociais e que abririam a possibilidade de se aumentar às vendas. Francisco Alves, também editor de *Livros das Noivas*, foi o responsável pela compra da livraria lisboeta, no ano de 1913, que se tornaria uma filial do Rio de Janeiro conhecida pelo nome de “A Editora”.<sup>253</sup> No entanto, a sua história começou no século XIX, quando a firma originalmente denominada de Livraria Clássica, foi aberta na Rua dos Latoeiros (atual Gonçalves Dias), nº54 (alterado mais tarde para 48), no dia 15 de agosto de 1854, por um tio, que tinha chegado ao Brasil em 1839, aos quinze anos de idade. De rara habilidade nos negócios, Francisco Alves conseguiu a generosa contribuição dos intelectuais até para emprestarem-lhe recursos necessários para ampliar sua livraria.

Não se sabe quais amigos lhe concederam o dinheiro, porém, nota-se que tinha boas relações com vários nomes de prestígio como Silvio Romero, Barbosa Romeu, Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Carlos de Carvalho, Felisbelo Freire, Olavo Bilac, Julia Lopes de Almeida, entre outros. Hallewell salienta, ainda, a proximidade da escritora fluminense com Francisco Alves e sua singular história editorial:

Seus *Contos Infantis* (1886) e *Viúva Simões* (1897) foram publicados em Lisboa. *Ânsia Eterna* (1902) foi impresso pela Garnier, e *Histórias da nossa Terra* (para crianças, 1907), *A Intrusa* (1908), *Eles e Elas*, a história infantil *Era uma vez* (1910), *Alma Infantil* (1912)<sup>254</sup> e *Correio da Roça* (1913) saíram pela Alves, que continuou a reeditar suas obras anteriores até a terceira edição de *Cruel Amor* (1928), apesar de Leite Ribeiro ter publicado *A Isca* (1922).<sup>255</sup>

No que se refere aos aspectos físicos da obra, como bem mostrou Tania Regina de Luca, é importante estar atento aos aspectos que cercam a materialidade dos impressos e seus suportes. Também é preciso perceber as circunstâncias técnicas de produção vigentes. Ao manusear o primeiro manual de ciências domésticas de Júlia Lopes de Almeida, notou-se a clara função social desses impressos,<sup>256</sup> visto que eram endereçados às moças leitoras das famílias da elite fluminense, mas que, no entanto, também estavam atrelados a um projeto

---

<sup>253</sup> Idem.

<sup>254</sup> Possivelmente Laurence Hallewell tenha se equivocado, pois esta pesquisa não encontrou nenhuma referência deste livro como sendo da escritora Julia Lopes de Almeida.

<sup>255</sup> Ver HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.* p. 317.

<sup>256</sup> LUCA, Tania Regina de. *História... Op. cit.* p.132.

editorial antigo, como o da Companhia Nacional Editora, que se propunha a divulgar as obras à população em geral. Deste modo, pode-se supor que tal prática explique o sucesso de quatro edições da obra.

Conforme se pode constar em vários exemplares, o *Livro das noivas*, editado pela Francisco Alves, foi confeccionado com uma grande riqueza de detalhes a começar pela capa dura na cor vermelha, adornada com um lírio branco e com o título grafado em dourado. Vale destacar que tal flor é citada com frequência na Bíblia, como na seguinte passagem: “olhai os lírios do campo, como eles crescem; não trabalham nem fiam”.<sup>257</sup> Segundo a tradição bíblica, o lírio é sinônimo de escolha feita, de um eleito. Ele simboliza o abandono místico à graça de Deus.<sup>258</sup> Deste modo, a elaboração de uma capa, com claros valores cristãos, demonstrava a linha da moral e dos bons costumes que seria seguida e que era a esperada pela burguesia do Rio de Janeiro em ascensão.

No que diz respeito às ilustrações internas, Enrique Casanova (1850-1913), Roque Gameiro (1864-1935) e Julião Machado (1863-1930) contribuíram com seus desenhos para ilustrar os capítulos do manual. Este último foi considerado por muitos o “pai da caricatura no Brasil” devido à colaboração em periódicos como o *Jornal do Brasil* e *Gazeta de Notícias*, o que o tornou um dos mais influentes ilustradores na virada do século XIX para o XX.

O *Livro das Noivas* também foi distribuído por alguns periódicos como prêmio, caso de *Gazeta de Magé* (RJ), que ofereceu a obra à segunda colocada em um concurso de beleza:

Haverá três prêmios. Da mais votada, publicaremos o retrato da nossa primeira página, acompanhado de traços biográficos. A que se seguir na votação ofereceremos a linda obra de Júlia Lopes de Almeida, *Livro das noivas* e a 3ª a excelente obra de Ed. Amicis, *Coração*.<sup>259</sup>

Dessa forma, o manual da escritora apareceu inserido dentro de uma prática que era comum na imprensa da época: distribuir livros como forma de brindes para os assinantes que participassem ou ganhassem concursos promovidos pelos jornais. O intuito em despertar o interesse do leitor em manter sua subscrição, como no caso da *Gazeta de Magé*, que informou que “poderão ser votadas quaisquer senhoritas, mas serão apurados somente os votos de assinantes do nosso periódico”.<sup>260</sup> Mais do que analisar esse tipo de premiação, convém notar que a escolha da obra demonstra que D. Júlia figurava na lista daquelas que deviam ser lidas a fim de nortear o comportamento que a jovem vencedora do concurso deveria conhecer.

<sup>257</sup> Ver Mt 6:28 em A BÍBLIA sagrada. Rio de Janeiro: Gamma, 1980.

<sup>258</sup> A história do Lírio. Disponível em: <http://refletiresentir.blogspot.com.br/2012/04/historia-do-lirio.html>. Acesso em 15 de ago de 2017.

<sup>259</sup> *Gazeta de Magé* (RJ), 01/01/1903. p. 3

<sup>260</sup> Idem.

Percebe-se que tais manuais foram amplamente divulgados e recomendados pela imprensa, como comprova o excerto abaixo de *O País*:

É em suma um livro para estar na casa de família, desde o *boudoir* das palestras femininas até a cozinha; livro que faz bem a alma e, aproveitados os seus conselhos, até à saúde. Agora, os leitores que o compreem e o leiam. É, além de tudo, bem impresso e recheado de belas gravuras de Casanova, Roque e Julião Machado.<sup>261</sup>

Muitos afirmavam ainda que a opção de se utilizar ou editar as publicações de Júlia Lopes ocorriam pelo fato da escritora ser considerada como sinônimo de aumento nas vendas. Conforme João do Rio:

A colaboração da Sra. D. Julia nos jornais aumenta a edição dos mesmos. Que importa à D. Julia um crítico, dois críticos, três, uma dúzia mesmo contra ela? A sua marca é boa, é vendável; e como acontece a outros produtos, os próprios críticos, forçados pela corrente, fazem-lhe o reclamo com o instinto, aliás, muito humano, que tem toda a gente de aclamar os que a multidão aclama.<sup>262</sup>

Talvez o fato de ser considerada como uma “marca boa”, se devia ao tipo de escrita empregada por D. Júlia, que em tom de intimidade com suas leitoras, conduzia sua narrativa. Tal recurso era utilizado para seduzir o público leitor e como lembrado por Lajolo e Zilberman, auxiliou na formação de uma sociedade que se interessava cada vez mais pela leitura por volta da segunda metade do século XIX. Tal colaboração se consubstanciava em mecanismos mínimos para a produção e circulação da literatura, como as tipografias, livrarias e bibliotecas. Observa-se que a escolarização ainda era precária, mas manifestava-se um movimento que visava à melhoria do sistema, tendo como plano de fundo a expansão da cafeicultura.<sup>263</sup>

Em capítulo intitulado *A construção do Leitor*, Lajolo e Zilberman dão exemplos de como era a estratégia de sedução do público leitor ainda em formação e a consolidação do espaço para que suas obras nascessem, crescessem e se multiplicassem. Ao publicar *Memórias de um sargento de milícias* (1852-1853), por exemplo, Manuel de Antonio de Almeida tomou cuidado diante da formação de tal público, sendo representativo seu empenho em tratar o mesmo como frágil e despreparado. O escritor parecia conduzir o leitor pela mão, como se o caminho a percorrer – leia-se a interpretação autônoma da obra – fosse difícil.<sup>264</sup>

<sup>261</sup> *O País* (RJ), 08/07/1896. p. 2

<sup>262</sup> RIO, João do... *Op. cit.* p. 293.

<sup>263</sup> LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil* 2ªed., São Paulo: Editora Ática, 1998.

<sup>264</sup> Idem. p.19.



Júlia Lopes, por sua vez, conduziu uma narrativa íntima com suas leitoras, expressa no fato da escritora chamar seu público leitor de “amigas” e se apresentar no livro como uma “velha conhecida”. Sua intenção era partilhar várias experiências que seriam comuns a todas as outras mulheres, entre elas, mães, moças, senhoras e noivas com quem D. Júlia procurou dialogar e ter uma ligação próxima. Tal propósito fica claro nas palavras “as minhas leitoras que me desculpem, lembrando-se que isto não é literatura, mas uma palestra apenas”.<sup>265</sup>

O manual foi dividido em três partes, sendo que o conselho foi dirigido às donzelas nubentes, que aspiravam ensinamentos referentes ao grande dia de suas vidas, o casamento. Dessa fazem parte os ensaios *O dia do casamento*, *Saber ser pobre*, *A roupa branca*, *A poesia da vida*, *Os doentes*, *Os livros*, *Belas artes*, *Concessões para a felicidade*, *Os bailes*, *As joias*, *Os pobres*, *Falta de tempo* e *Carta a uma noiva*. Nota-se que esses textos pretendiam instruir à noiva em relação à convivência social, a saber: se portar em situação de pobreza, com observações referentes ao altruísmo e sempre incentivando à leitura. Percebe-se nas narrativas uma preocupação em prepará-las para os conflitos que envolvem o casamento, e os primeiros anos de convivência com o futuro marido.

Já em segundo momento os ensinamentos destinam-se às mulheres que já se encontravam casadas. As instruções recaíam no aperfeiçoamento da mulher em relação aos seus afazeres de *ménagère*: como se portar em determinadas situações domésticas, de que maneira organizar e disponibilizar os vários recintos da casa, qual deveria ser a relação entre uma *ménagère* e um criado, além de sugestões para as mulheres aperfeiçoarem-se em floricultura e horticultura. Desse conjunto fazem parte os textos *A mesa*, *A cozinha*, *Os animais*, *As aves*, *Os criados*, *Notas de uma ménagère*, *Floricultura*, *Horticultura*, *Da sala à cozinha*.

Por fim, o derradeiro eixo apresentado encerra o ciclo, segundo o qual a mulher já se preparou para o matrimônio; tem conhecimento de como administrar um lar - tanto do ponto de vista físico, como arrumar e dispor os móveis pela casa - bem como tratar dos seus criados. Porém, ainda há uma última preocupação, que remete ao ato de instruir as damas para serem mães. Por isso, os ensaios que compõe essa parte incluem: *Uma carta*, *Ser mãe*, *Entre dois berços*, *As crianças*, *Educação*, *Carinhosa hospitalidade* e *Carta de uma sogra*. As questões ponderadas ali esmiuçadas ponderam sobre como uma mãe deve se portar? Como educar seus filhos? E como, às vezes, uma sogra pode representar o papel de mãe para uma nora?

---

<sup>265</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das Noivas... Op. cit.*, p.178.

Os temas expostos no livro giravam em torno do papel da mulher nas esferas privada e pública que, vale lembrar, se alteraram no final do século XIX. Com a proliferação de sociedades beneficentes, criadas por mulheres de classes abastadas, houve uma crescente aparição da mulher no espaço público. Sabe-se que as práticas de caridade, a partir de um modelo incentivado pela Igreja Católica, para promover um padrão feminino de resignação e sacrifício, ganharam destaque. Diante da questão, cabe primeiro, entender como era, segundo a ótica de Julia Lopes Almeida, a vida cotidiana de uma mulher, branca, da classe alta do Rio de Janeiro.

### 2.1.1 – A higienização no âmbito familiar

Segundo Jurandir Freire Costa, a família da elite oitocentista que, por meio de uma política higienista, passou a ser amplamente implantada, foi reduzida a um determinado estado de dependência, que supunha que esta fosse incapaz de proteger a vida de crianças e adultos sem uma intervenção externa. Devido a altos índices de mortalidade infantil e as precárias condições de saúde dos adultos, a prática de higiene foi vista como fundamental para nortear à família outros princípios como educação física, moral, intelectual e sexual, sempre inspirados nos preceitos sanitários da época.<sup>266</sup>

Deste modo, o Estado elaborou dois tipos de intervenção normativa nas famílias, sendo a primeira, a medicina doméstica, dirigida à burguesia, e a segunda, cujo foco era às famílias pobres, sob a forma de campanhas de moralização e higiene da coletividade. Nicolau Sevcenko esclareceu bem tal normatização em seu livro *A Revolta da Vacina*:

Os alvos da perseguição policial não eram aqueles indivíduos que se poderia comprovar terem tido alguma participação nos distúrbios, mas sim genericamente, todos os miseráveis, carentes de moradia, emprego e documentos, que eram milhares, e cuja única culpa era viverem numa sociedade caótica e serem vítimas de uma situação crônica de desemprego e crise habitacional que a própria administração havia desencadeado. A rigor, no contexto do processo de Regeneração, tratava-se de livrar a cidade desse entulho humano, como uma extensão da política de saneamento e profilaxia definida pelo projeto de reurbanização.<sup>267</sup>

Por sua vez, as mulheres burguesas tornaram-se responsáveis pela instrução da família, já que desde sempre estavam a serviço do marido, da casa e da propriedade familiar.

<sup>266</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Op. cit.*.

<sup>267</sup> SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Editora Scipione, 1993. p. 70.

A partir das concepções higienistas, passaram a ser vistas como mediadoras entre os filhos, o marido e o Estado. Essas questões podem ser percebidas nos textos de Júlia Lopes, em diferentes situações. A roupa branca, sinônimo de pureza, inocência e *status*<sup>268</sup>, alusiva à figura do médico e, conseqüentemente, da higiene, foi objeto de interesse da escritora:

Uma gaveta denuncia fatalmente a dona; se ela for esmerada, lá terá dividido em rumas, de grandes ou pequenas dimensões, todos os objetos de uso. Seria intolerável surpreender a roupa branca no *pèle-mèle*<sup>269</sup> em que às vezes descaem as fitas e as rendas com outras miudezas. Não; a roupa branca deve ter um lugar seu, onde deitemos de vez em quando um ramo de flores frescas.<sup>270</sup>

A escritora ainda desaprovava como a roupa era lavada nos cortiços:

Detestei sempre as roupas lavadas em tanques e nas tinas dos cortiços ou dos quintais apertados da cidade. Ali, com o mesmo sabão e na mesma água as lavadeiras misturam a roupa de toda gente, sem distinção, estendendo-a depois a secar sobre pedras ou sobre zinco, em um ar viciado e doentio. A noite recolhem e guardam a roupa no mesmo quarto em que dormem com a filharada, entre o amontoado dos trastes e dos trapos.<sup>271</sup>

Para uma melhor limpeza, a roupa deveria ser lavada em casa, desde que o quintal tivesse bastante sol e muita limpeza, pois:

Assim, a roupa de seus filhos não se misturará com outras menos cuidadas e de cujo contato possa advir qualquer mal. Agora, só poderá fazer isso quem dispuser de um quintal onde bata o sol e haja muita limpeza. Conheço um médico que afirma serem muitas vezes provenientes dos quintais as moléstias das crianças.<sup>272</sup>

A medicina higienista não só teve um papel importante na revitalização da intimidade familiar, como também reorganizou a distribuição dos móveis no interior das casas, a relação homem/mulher no âmbito doméstico, o número de pessoas em cada recinto, bem como a concepção de que o banheiro deveria estar situado fora da casa.

Em *Notas de uma ménagerie*, a preocupação central se voltou em como deveria ser escolhida a residência da família e também como se daria a desinfestação da casa recém-adquirida, quando já habitada por outras pessoas. Como seria o procedimento de higienização? Segundo Almeida, as ações já deveriam começar no momento em que se decidiu pela aquisição do imóvel, pois, devia-se procurar uma "... habitação arejada, clara, seca e, se pode ser, perto do arvoredo. Antes da mudança mandaria desinfetar a casa com todo

<sup>268</sup> LURIE, Alison. *A linguagem das roupas*. RJ: Rocco, 1997. p.198.

<sup>269</sup> Palavra francesa que significa "de qualquer jeito".

<sup>270</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das Noivas...*, *Op. cit.* p. 20.

<sup>271</sup> Idem. p.20

<sup>272</sup> Idem (p. 20-21).

o rigor, desde a porta da rua a do quintal”<sup>273</sup>. E ainda ressaltou que “... procura saber se na casa morreu alguém e de que morreu. Nem é preciso ter morrido, basta ter havido algum doente de moléstia contagiosa para o perigo ser enorme”.<sup>274</sup> Certa vez, relatou a escritora, conheceu uma pessoa que havia sido acometido com uma doença na bexiga, ficando bom, tempos depois. Anos mais tarde, outro morador da casa havia falecido da mesma doença. Nas palavras de D. Júlia, “apesar do meu aviso, a casa não fora convenientemente desinfetada. Entre tantas moléstias que de todos os lados nos assaltam, nunca são demais as precauções”.

275

Além dessas práticas, Júlia também indicou alguns produtos importantes para os cuidados que uma família higienista deveria ter:

É bom deitar algumas gotas de *Phenol Bobeuf* na água que lavamos a boca, e presidir a *toilette* das crianças para que não esqueçam isso. O phenol é um excelente preservativo para moléstias da garganta e dos dentes. Só depois da lavagem da boca é que se deve beber o café da manhã, coisa que, por um hábito preguiçoso, muita gente toma ainda na cama.<sup>276</sup>

Cabe salientar, que este fármaco foi patenteado em 1861 pelo senhor M. Bobeuf,<sup>277</sup> e era um composto formado por uma solução alcalina de ácido carbólico, com o objetivo de ser um novo agente hemostático e antisséptico, que impedia a proliferação de micróbios no organismo.

Ainda no que diz respeito à mudança da família, era necessário que toda a casa tivesse uma profilaxia adequada, principalmente a cozinha, lugar no qual o cuidado deveria ser redobrado com a higiene. A mesa deveria estar disposta com “linho alvo, flores frescas, cristais límpidos, porcelana e talheres bem tratados” e o saber culinário devia-se equiparar ao saber médico, visto que ambos cuidam da saúde da família:

Ai está uma coisa, para a qual, na minha opinião, deveria haver uma escola, onde se aprendesse a cozinhar com limpeza, por condimentos que tornassem saboroso o alimento sem o prejudicar na leveza, fazendo-o conforme as exigências do clima e a natureza dos indivíduos. Essa escola formaria cozinheiros, como uma academia de doutores, reclamando exames e conferindo cartas.

<sup>273</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das Noivas... Op. cit.*, p.127.

<sup>274</sup> Idem.

<sup>275</sup> Idem. p.128.

<sup>276</sup> Idem.

<sup>277</sup> Ver. NOTICE of Patents. *Chemical News and Journal of Industrial Science*, Londres, vol. 13. 1866. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=Np8EAAAAAYAAJ&pg=RA1-PA130&dq=Phenol+Bobeuf&hl=pt-br&ei=ThUCTYiOKML-8AaS85HnAg&sa=X&oi=book\\_result&ct=book-preview-link&resnum=7&ved=0CEIQwUwBg#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=Np8EAAAAAYAAJ&pg=RA1-PA130&dq=Phenol+Bobeuf&hl=pt-br&ei=ThUCTYiOKML-8AaS85HnAg&sa=X&oi=book_result&ct=book-preview-link&resnum=7&ved=0CEIQwUwBg#v=onepage&q&f=false)>, Acesso em: 30 nov. 2016.

E nós, que exigimos de um médico o diploma que nos garanta a autenticidade do seu ofício, porque não exigiríamos do cozinheiro, quando de ambos pode depender, e evidentemente depende nossa saúde?<sup>278</sup>

Já que para Júlia Lopes o saber médico era tão considerável quanto o culinário, nada melhor do que a própria dona de casa encarregar-se da escolha dos alimentos para uma mesa saborosa, salubre e adequada ao clima tropical:

Um cozinheiro muitas vezes vacila na compra de uma ave mais cara, de uma caça esquisita, receando desagradar aos patrões e entrar a fundo nas despesas estipuladas; a dona de casa não; conhece os gostos do marido, os dos filhos, e procura satisfazê-lo com afã. Trajada com uma *toilette* matinal e simples, ela segue, acompanhado pelo criado, por entre as alas de verdura, de frutas, de peixes, etc., parando aqui, ai e acolá, provendo-se dos ovos mais frescos, da hortaliça a mais tenra e nova, da carne mais sã. De carteira na mão, faz as suas contas, comprando por junto, examinando com atenção todas as coisas, sem medo de que olhos curiosos a tachem de impertinente ou ridícula! Tem consciência de que anda a cumprir um dever de *ménagère* e continua placidamente a soprar as penas das galinhas, verificando se estão gordas, a erguer as guelras dos peixes, para saber se estão frescos, a revirar entre os dedos os pêssegos maduros para os não levar bichados ou podres para a sua mesa!<sup>279</sup>

Na ótica de Jurandir Freire, a refeição constitui um momento de encontro e percepção da família sobre ela mesma, uma vez que possibilita aos indivíduos exercerem controles recíprocos sobre as suas condutas. Na família moderna, a mesa era o lugar onde os cônjuges relatavam os acontecimentos diários, onde se ensinava a maneira correta ao comer, o bom gosto na escolha de pratos e bebidas e, finalmente, tudo o que era proibido fazer numa refeição civilizada.<sup>280</sup>

Mesmo utensílios como os talheres requeriam uma devida atenção, pois para Júlia Lopes eles “dão um gosto especial à carne, à sopa, à fruta, ao doce, ao queijo, a tudo! Devem ser bem zelados”<sup>281</sup>. No manual de civilidade de J. I. Roquette, esses são peças chave na refeição, uma vez que “em nossas boas mesas e nas inglesas come-se com mais asseio e decência. Entre nós, ainda em casas pouco abastadas, muda-se de garfo e faca quando se muda de prato; e na França, ainda nos banquetes de mais aparato e nas maiores casas, não se muda nem de garfo nem de faca senão à sobremesa...”.<sup>282</sup>

<sup>278</sup> Idem. (p.95-96).

<sup>279</sup> Idem. p. 90.

<sup>280</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Op. cit.*.p.88.

<sup>281</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das Noivas... Op. cit.*, p.93.

<sup>282</sup> ROQUETTE, J. I. *Código do Bom-Tom, ou Regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.p.194.

Uma determinada casa seria o sinônimo de habitável e higiênica, caso ela tivesse ao menos duas condições: qualidade na construção e a uniformidade na concepção. Além disso, não se podia desprezar a questão dos miasmas,<sup>283</sup> cuja contaminação proviria do solo, sendo que este era o causador de mais precauções no caso de haver algum galinheiro no quintal. A posição de D. Júlia quanto à sua presença era a de que:

Devem-se empregar, portanto, as maiores precauções para que o galinheiro, tão útil numa casa de família, não possa constituir um perigo. É indispensável a maior limpeza, muita água corrente, e será sempre preferível separá-lo do resto do quintal, o mais longe possível da casa, por uma grade dupla, de modo a impedir as crianças de meterem os bracinhos para afagar as galinhas.<sup>284</sup>

Não só devido à higiene que a dona de casa deveria organizar o quintal para que o galinheiro distasse da habitação. Como bem lembrado por Maria Martha de Luna Freire, a puericultura passou a ser praticada a partir da iniciativa de alguns intelectuais e médicos que alertavam as mães sob as precauções necessárias, a fim de conter a mortalidade infantil, percebida como uma ameaça catastrófica ao futuro da nação. Deste modo, houve a:

[...] necessidade de se destinarem cuidados especiais aos seus “corpos frágeis” e “espíritos vulneráveis”. A partir do pressuposto que tomava por causa da mortalidade infantil a ignorância ou negligência das mães – ainda que se percebesse a influência da má qualidade de vida especialmente das classes trabalhadoras -, a solução preferencial para o grave problema de tal “desperdício de vidas” seria a difusão dos princípios da puericultura, que ensinariam todas as mulheres a cuidar adequadamente de seus filhos.<sup>285</sup>

Júlia Lopes, ao mencionar como deveria ser a disposição do galinheiro, também abordou o mesmo tema, ao alertar sobre as moléstias oriundas das galinhas:

Mas é necessário muito cuidado com ele, sobretudo nas casas onde haja crianças. Estas devem ser absolutamente proibidas de lá entrar, porque, dizem médicos notáveis, a terrível difteria vem principalmente das galinhas, da sua gosma ou gogo.<sup>286</sup>

Mesmo com devido zelo com a higiene no quintal da casa, todo este esforço seria em vão se não houvesse um comprometimento com a higiene dos pequenos:

---

<sup>283</sup> Ver COSTA, Jurandir Freire. *Op. cit.*.

<sup>284</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das Noivas... Op. cit.*, p.117.

<sup>285</sup> FREIRE, Maria Marta de Luna. *Mulheres mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2006. (p.186-187).

<sup>286</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das Noivas... Op. cit.*, p.116.

A higiene das crianças é sabido no que consiste: ar puro e renovado, passeio a jardins, muito asseio, banhos diários com água fresca, seguidos de brandas fricções com uma esponja ou toalha seca; cabeça bem lavada, esfregada com uma escova macia, a fim de auxiliar o nascimento do cabelo e de não deixar a caspa acumular-se sob a forma de crosta, como a dos tinhosos, que as mães ignorantes ou pouco limpas respeitam como uma erupção inevitável!<sup>287</sup>

Contudo, a dona de casa não deveria ser a única atenta na reorganização e manutenção da casa higienista. Criados e copeiros também participariam na conservação do ambiente e por isso, haveria de ter em toda casa, uma tabela com a distribuição do serviço. Sempre citando exemplos próximos a sua experiência, Júlia Lopes relatou que certa vez, conhecera uma moça, que estipulou três tabelas para que a casa fosse objeto de atenção continuamente:

[...] uma para a cozinheira, com os *menus* determinados, dias de lavagem do assoalho, de portas e de janelas, polimento do fogão torneiras etc. Esta é, naturalmente, a tabela mais sujeita a alterações, porque nem sempre no mercado se encontra o gênero procurado. Em todo caso, poupa o trabalho de pensar, ou de repetir muito um prato qualquer.

A segunda tabela é para o copeiro. Além do serviço da copa, limpeza de botas, etc., que é todos os dias o mesmo, estão nela marcados também os dias de lavagem destes ou daqueles compartimentos, de vidros, lampiões, armários, de passar óleo nos móveis e arear os metais, tendo ainda a obrigação de regar todas as tardes o pequeno jardim de que a própria dona trata.

A terceira tabela pertence à criada e determina, além do serviço diário da limpeza do quarto, da *toilette*, e do passeio matinal com as crianças, o seguinte método: segunda e terça feira lavagem da roupa das crianças; quarta feira examinar e consertar roupa branca, por ao sol fatos de casimira, botinas, tudo que for sujeito ao mofo: quinta feira passear com as crianças, sexta e sábado passar roupa branca e engomar. Domingo livre.<sup>288</sup>

Cabe destacar que os conselhos higiênicos propostos por Júlia Lopes estavam atrelados às propostas de médicos e higienistas do período. Ao se comparar as precauções apontadas pelo médico Felipe Neri Collaço, percebe-se que eram os mesmos ensinamentos que a escritora destacava em seu manual doméstico:

- A habitação (limpeza, asseio, construção, decoração, destruição de insetos, iluminação, escolha de lustres, sofás, papel de parede);
- Os vestidos e a roupa da casa (como lavar, engomar, tirar nódoas, marcar roupa, arrumá-las nos armários, escolher linhas e máquinas de costura, etc.);
- Alimentação;

---

<sup>287</sup> Idem. p.190.

<sup>288</sup> Idem. p. 76.

- A higiene em geral;
- A educação das crianças;
- Usos e deveres da sociedade (da polidez, da recepção de visitas, das cartas formais e informais, dos bailes e reuniões, das palavras e frases proscritas e informais, dos bailes e reuniões, das palavras e frases proscritas e admitidas diante de estranhos) e também várias receitas culinárias.

Neste sentido, percebeu-se até aqui que a escritora de o *Livro das Noivas* empenhou-se na tarefa de convencer a família burguesa em fins do século XIX, de transformar seu lar numa casa que correspondesse à maioria dos preceitos higienistas. Além disso, notou-se também, que a ordem médica se esforçou em produzir uma norma familiar capaz de formar cidadãos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade,<sup>289</sup> perspectiva que também passava pelo crivo de Júlia Lopes.

### 2.1.2 – A educação feminina

Na segunda metade do século XIX o Rio de Janeiro experimentou melhorias na alfabetização e na escolarização em geral. Famílias da elite fluminense viam com bons olhos a instrução feminina, apesar da educação de mulheres, em grande parte, estar centrada na preparação para a mulher naquela conjuntura ocupar o papel de esposa e mãe. No entanto, cumpre lembrar, que desde meados dos oitocentos houve uma constante promoção de eventos na sociedade, cuja expectativa em relação às mulheres das classes abastadas recaía na demonstração de “habilidades sociais adequadas e talentos que promovessem o nome da família – como entreter os convidados, conversar polidamente, tocar instrumentos, cantar de modo agradável, demonstrar maneiras refinadas e falar línguas”.<sup>290</sup>

Desta forma, um dos propósitos do *Livro das Noivas*, escrito por Julia Lopes de Almeida, foi o de incentivar a leitura das jovens. Para sustentar sua tese de que a instrução das moças era necessária, ainda que se corresse o risco das mesmas procurarem textos que poderiam fugir do padrão aceito como confiável pela sociedade, a escritora afirmou:

Os pais antigos proibiam a leitura às filhas, afirmando que os livros eram os piores inimigos da alma. Para livrarem então as pobres inocentes de, por qualquer casualidade, entrarem um dia em contato com tão perigosos conselheiros, faziam uma coisa que lá consigo julgavam muito acertada – não as ensinavam a ler! Era, evidentemente, o meio mais coercitivo. Hoje em dia o não saber ler é, felizmente, considerado uma vergonha, e não há uma

<sup>289</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Op. cit.* p. 48.

<sup>290</sup> HAHNER, June. *Mulheres de elite: honra ... Op. cit.* p. 55.



peessoa que propositalmente condene os filhos a tamanha desgraça; agora o que ainda há são chefes de família que abominam os livros, ordenando às filhas que não toquem nunca em semelhante coisa.<sup>291</sup>

Além de recomendar o contato com os livros, percebe-se que a escritora fazia questão de demonstrar o grau de importância para uma família de ter em seu seio mulheres cultas. Para viabilizar o projeto, era preciso que a casa possuísse uma estante adequada às demandas de então. Inclusive, a obra trazia sugestões de textos escritos em outras línguas, como o francês e o inglês. Também lembrado por Eleonora de Luca,<sup>292</sup> é interessante observar como essas sugestões são realizadas de forma a dar uma ideia bastante física, pelo uso da imagem da “estante”, daquilo que deveria ser uma “biblioteca feminina”:

A estante de uma mulher de espírito e de coração, isto é, de uma mulher habilitada a aprender e conservar o que ler; que souber que isso a instrui, a torna apta para dirigir a educação dos filhos, dando-lhe superioridade e largueza de vistas; a estante de uma mulher inteligente e cuidadosa, que ama os seus livros, não como um mero adorno de gabinete, mas como a uns mestres sempre consoladores e sempre justos, essa estante é um altar onde o seu pensamento vai, cheio de fé, pedir amparo numa hora de desalento, e conselho num momento de dúvida.

E o doce Michelet, o santo Michelet virá iluminar a sua ideia escura; ele lhe dirá: *La femme est une autel; la femme est une école*; e mostrar-lhe-á como e porque é um altar, como e porque é uma escola (...) Spencer, Edgar Quinet, todos os que se curvaram para as crianças com um beijo ou uma esmola; todos os que apontaram à mulher o caminho da justiça, do amor e do bem, daí a guiarão através dos labirintos traidores da vida, sem hesitações nem temores.<sup>293</sup> (grifos da autora)

Quanto à citação dos autores, *Edgar Quinet* (1803-1875) foi um escritor, historiador e político francês conhecido por suas ideias anticlericais e pela defesa do republicanismo; conviveu com *Michelet* e com o filósofo *Victor Cousin* (1792-1867). Entre suas obras de grande importância destaca-se *La création* (1870), compêndio inspirado nas ideias de *Darwin*.

Já as frases alusivas a *Jules Michelet* (1789-1879), merecem uma citação integral, pois se encontram em *La femme* (1859),<sup>294</sup> obra que privilegia a educação feminina. Nesta, o autor também teorizava acerca dos atributos altruístas do sexo feminino em geral. Assim:

Educar uma filha é educar a própria sociedade. A sociedade precede da família, cuja harmonia é a mulher. Educar uma filha é uma obra sublime e desinteressada. Pois tu só crias, ó mãe, para que ela possa deixar-te e fazer-te sangrar o coração. Ela está destinada *a outro*. Viverá *para os outros*, não para ti e não para ela. É esse caráter relativo que a põe acima do homem e

<sup>291</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das Noivas... Op. cit.*, p.35.

<sup>292</sup> Ver DE LUCA, Leonora. *Amazonas... Op. cit.* p.186.

<sup>293</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das Noivas... Op. cit.*, (p.38-39).

<sup>294</sup> Há a tradução brasileira feita por Maria Ermantina Galvão G. Pereira, pela editora Martins Fontes Ver MICHELET, Jules. *A mulher*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

faz dela uma religião. Ela é a chama do amor e a chama do lar. É o berço do futuro, é a escola, outro berço. Em uma palavra: *Ela é o altar*.<sup>295</sup> (grifos do autor).

O historiador francês ainda aparece na crônica da escritora intitulada “As Aves”, na qual foi lembrado como o “consolador”:

Michelet, o consolador, o justo, o bom Michelet, que tantos e tão bons conselhos deu aos homens, voltou um dia o seu olhar de pai para os pássaros e escreveu-lhes a história, longa e ternamente, mostrando a sua superioridade, o seu mérito, o seu grande valor. *L’oiseau* é um livro delicioso, inocente, casto e bom. Ensina a amar, a ver nessa legião que chilreia nas árvores, nos telhados, nas florestas, sobre o manto fofo das grammas ou sobre águas profundas do mar, exemplos de firmeza, de amor e de abnegação.<sup>296</sup>

No entanto, de não menos importância, no segmento intitulado *Educação*, há a citação de Spencer. Segundo a escritora:

O povo já começa a ver que a condição principal para o bom êxito da vida, ‘é ser um bom animal’. Diz isto Spencer, no seu utilíssimo livro – *Educação*. Dar força ao corpo, eis aí, portanto, minhas amigas, o primeiro cuidado que devemos ter para com os nossos filhos. Deixá-los correr, saltar, fazer ginástica, rir, encher os pulmões de ar livre, perder inteligentemente o tempo. O que nos compete, acima de tudo, é olhar pela sua boa higiene e, sem que eles deem por tal, como todo o jeito, irmos guiando tenazmente a sua educação através dos folguedos infantis.<sup>297</sup>

É oportuno lembrar novamente aqui, que as obras de Herbert Spencer (1820-1903) eram leitura obrigatória nos círculos médicos. Pode-se supor que o pai de Júlia Lopes, o médico Dr. Valentim, tenha aconselhado a literata a ler tais livros. Esses foram de suma importância para as mães brasileiras, pois incentivavam o desenvolvimento de uma prática de exercícios físicos para as crianças.

Outro aspecto importante a ser destacado a respeito do *Livro das Noivas* é a concepção de trabalho da mulher. Ao se projetar uma situação futura, próxima ou distante, em que pai ou marido fosse acometido de morte, sublinhou a escritora:

Convenci-me hoje de que todas as mulheres devem ter uma profissão. Conheço duas senhoras desgraçadas. Uma ficou órfã, a outra viúva, e nenhuma está habilitada a bem ganhar a vida. Lembrei-lhes o comércio. Não sabem contabilidade. Lembrei-lhes a tipografia, a telegrafia, a gravura, a farmácia, mas de que expedientes se hão de valer para sustentar a família enquanto estudem? Este exemplo fez-me tremer. Se eu tiver filhas... por Deus! Que hei de prepará-las para poderem vencer estas dificuldades!<sup>298</sup>

<sup>295</sup> Idem. p. 84.

<sup>296</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das Noivas... Op. cit.*, p. 105.

<sup>297</sup> Idem. p. 115.

<sup>298</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das Noivas... Op. cit.*, p. 128.

Cabe lembrar, no que tange à lei e aos costumes, desde o Código Filipino, agrupado em 1603 em Portugal e que ditava as regras no Brasil até a promulgação do Código Civil de 1916, o marido era o ponto central na vida conjugal e, apenas após a morte deste, a mulher ocuparia a condição de “chefe da casa”. Assim, conforme esclareceu Hahner, a lei negava à mulher, portanto, o “direito de comercializar, alienar propriedade imóvel por venda ou arrendamento, ou mesmo administrar propriedade sem o consentimento do marido”.<sup>299</sup> Exceção apenas para as viúvas que podiam assumir os negócios, pois estavam protegendo o patrimônio familiar. Portanto, pode-se concluir que ainda no final do século XIX, Julia Lopes já trazia luz à questão da profissionalização das mulheres, sobretudo, para àquelas que não teriam uma renda caso ficassem viúvas ou órfãs repentinamente.

Ainda assim, mesmo com todo o incentivo às práticas pelo progresso intelectual e profissional da mulher, percebe-se neste momento em certos trechos produzidos pela escritora, uma posição de reverência e obediência à figura do marido:

Com as mãos sujas de carvão, na cozinha, acendendo o fogo para fazer o almoço do marido, cosendo-lhe a roupa, amamentando os filhos, varrendo a casa ou interpretando Chopin; pintando uma aquarela ou amarrando um *bouquet*, a mulher tem sempre a mesma poesia: a de trabalhar para ser agradável, útil e boa, para satisfazer uma necessidade moral ou intelectual do esposo e da família, revelando-se amorosa e digna do doce e pesado encargo que a sociedade lhe destinou.<sup>300</sup>

Deve-se destacar que a posição de clara submissão e diligência ao marido, apresentados no excerto, representava o quadro socialmente aceito à mulher de elite nas últimas décadas do século XIX. Tal ponto de vista se alterou a partir do século XX, época em que Julia Lopes passou a ser conhecida como a grande cronista da *belle époque* e começou a inserir em seus textos uma explícita negociação com os valores da cultura patriarcal burguesa. No que diz respeito à condição de escritora, vale frisar que D. Júlia possuía experiências que, muitas vezes, contrastavam com aquelas vividas pela maioria das mulheres, isto é, dominava saberes que suas leitoras não tinham e assumia a missão de transmiti-los.<sup>301</sup>

Por fim, o segredo da boa recepção do *Livro das Noivas* por parte do público leitor, vem do fato, de que a escritora não ia contra as regras impostas e estabelecidas pela moral burguesa em relação à mulher. Pelo contrário, ela usou as mesmas normas que lhe foram

<sup>299</sup> HAHNER, June. Mulheres de elite: honra ... *Op. cit.* p. 50.

<sup>300</sup> Idem, p. (76-77)

<sup>301</sup> MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Assim falou D. Júlia. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, nº38, p.82-85, 2008.

determinadas para reivindicar direitos às mulheres que lhes propiciariam reconhecimento e respeito social de maneira progressiva.

## 2.2 O Livro das Donas e Donzelas (1906)

Neste novo guia a instrução feminina continuou a ser uma das grandes questões apontadas, mas não se centrou exclusivamente no âmbito doméstico, uma vez que os conselhos abordavam vários temas que incluíam notícias em relação à luta feminina.

Vale frisar que Julia Lopes, intencionalmente, escolheu para figurar no título o termo “donzelas”. Este, caracterizado pelo estado em que a mulher ainda não teve relações sexuais, mostra o lado conservador, do ponto de vista moral da obra, que vai ao encontro dos princípios defendidos em o *Livro das Noivas*, a castidade. Desta forma, como bem explicou Yvone Knibiehler, “donzela” era uma referência pertencente a tradição cristã, vinculada ao apogeu da ideia de virgindade feminina no Ocidente. Ao examinar a vida e obra de Joana D’arc, a autora explicou:

Quando lhe perguntavam quem era, Joana D’arc respondia: “Sou Joana, a Donzela”, como se seu estado de donzela constituísse a parte essencial de sua identidade, antes mesmo do nome de seus pais ou do local de seu nascimento. No início do século XV, ser “donzela” constituía, portanto, uma espécie de *status* não codificado, mas conhecido por todos. A palavra havia se difundido no século XII para indicar uma jovem que ignora as práticas sexuais... [...] agora é necessária uma palavra mais humilde para designar as jovens simples. Entretanto, elas parecem dotadas de poderes mágicos, como se o mistério sagrado da virgindade, esperança de vida, jorrasse sobre elas.  
302

Se por um lado, a proposta da segunda obra era incentivar gradativamente a entrada da mulher no espaço público, de outro, reforçava os valores adequados a uma jovem de boa família. Assim, no que diz respeito à subjetividade literária, conforme Magaldi,<sup>303</sup> enquanto o *Livro das Noivas* era definido pela própria D. Júlia como “um livro sentido, a que segredei todas as minhas alegrias e tristezas”<sup>304</sup>, expressão de uma literatura confessional, o *Livro das Donas e Donzelas* pode ser destacado como uma carta-dedicatória.

Portanto, percebe-se uma alteração na dinâmica dos conselhos propostos na obra. A intenção se direcionaria para a mulher no espaço público e sua relação com este, ainda que o diálogo construído com suas leitoras igualmente se baseasse na ideia de intimidade e de troca

<sup>302</sup> KNIBIEHLER, Yvone. *História da virgindade*. São Paulo: Contexto. 2016. p. 95.

<sup>303</sup> MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. *Lições de casa... Op. cit.*, p. (48-49).

<sup>304</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das Noivas... Op. cit.*, p.05.

de experiências: “Minhas boas amigas, donas e donzelas, velhas e meninas, perdi o endereço de algumas de vós; outras... rezemos-lhes por alma, estão mortas; de sorte que esta carta, de incerta direção, pretende ir até as portas do céu, na ondulação do acaso e da saudade.” Neste sentido, ao utilizar desse recurso textual, a escritora homenageou muitas amigas, algumas inclusive citadas pelo nome, parecendo que desejava representar o séquito geral de mulheres leitoras, mesmo as anônimas que jamais viria a conhecer: “Entre todas, não sois vós, amigas desconhecidas e minhas leitoras, cujo influxo tantas vezes me alento, a quem menos se lança o meu pensamento de mulher, num desejo de felicidade perfeita”.<sup>305</sup>

Por se dirigir a um público feminino mais amplo, percebeu-se uma construção diversa de sua obra precedente. Agora composto por capítulos e não mais por temas, se desenvolvia reflexões sobre o universo da mulher, sem a preocupação de se concentrar estritamente no âmbito doméstico. Deste modo, os assuntos vistos como de interesse da mulher, são abordados de diversos ângulos.

No *Livro das Donas e Donzelas* (1906) nota-se o mesmo aparato técnico com que foi impresso o primeiro manual de sua carreira. A obra possuía a capa em duas cores, com o mesmo lírio utilizado anteriormente e ilustrações no interior, cujos desenhos ficaram a cargo de Jeanne Mahieu.

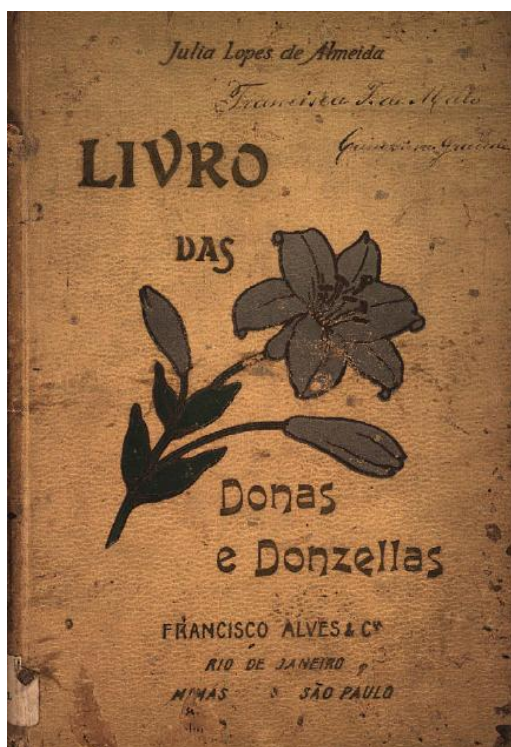


Fig. 15 – Capa do *Livro das Donas e Donzelas* (1906). (Fonte: (IEB/USP))

<sup>305</sup> Idem, p. 09.

A escrita mais uma vez vinha repleta de laços de intimidade por meio de um contínuo diálogo, com o uso corrente do pronome “nós”. Na busca de uma identificação entre escritora e leitora, referia-se a certas características por elas compartilhadas, como as de fragilidade e inferioridade em relação ao homem, reconhecida erroneamente como naturais:

Nós, as mulheres, não temos sempre facilidade de bem exprimir os sentimentos por palavras; eles parecem-nos por demais sutis e complexos; elas insuficientes e fraquíssimas. Dizem que há para todas as coisas expressões precisas, de inquestionável exatidão; a língua modula no som, e inalterada, a essência da mais rara alegria ou do mais terrível desespero. Mas essa é a interpretação dos fortes; a nossa dilui-se, numa gota incolor e inodora, que é como um chuveiro em uma rosa, se nasce da alegria; ou, se vem da dor, como um floco de neve em uma brasa, que apaga a luz e deixa a nu o carvão.<sup>306</sup>

Deste modo, como observou Magaldi, “ao se identificar com uma “natureza feminina” frágil, a autora parecia lançar mão de um recurso de aproximação com suas leitoras, importante para sua finalidade pedagógica”.<sup>307</sup>

O pronome “nós”, também destacado na presente pesquisa, reaparece na crônica que inaugura o livro, porém soma-se a este, um tom existencialista que conduzirá o texto do início ao fim. Pode-se supor que o tratamento na primeira pessoa do plural, somado a este tom melancólico, induz à reflexão tanto da autora como das leitoras, o que possibilita a união e uma maior cumplicidade narrador-leitor:

Este lindo mês, em que o ano morre engalanado de cores e de sons, obrigamos a volver o olhar para o passado, numa inquirição pensativa e saudosa... e logo a querer sondar o futuro impenetrável com a frouxa luz de uma esperança. Nada se descortina bem, visto de longe, e é melhor assim... O que torna a vida encantadora é o imprevisto; e a prova é que ninguém desejaria recomeçá-la da mesma forma porque a já viveu; nem creio que se tal milagre pudesse cumprir, houvesse alguém, por mais venturosa que houvesse corrida a curta vida, que tivesse coragem de recomeçar! Cerre alguém os olhos, pense, siga o curso da sua existência, e ficará convencido que só alguns dias lhe merecem o desejo de serem revividos. Dias? Nada mais que momentos, de inolvidável doçura...<sup>308</sup>

Em outro diapasão, é usado o pronome “eu”. Diferente da palavra “nós”, que aumenta o sentimento de cumplicidade entre autor-leitor, o recurso do “eu”, além de aumentar tal característica, possibilita uma autolegitimação do narrador. A escritora, sendo este indivíduo único e dotado de uma biografia particular, conhecido e respaldado nos círculos literários, ancora-se na sua posição social como forma de seduzir suas leitoras.

<sup>306</sup> Idem, p.08.

<sup>307</sup> MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. *Op. cit.* p. 51.

<sup>308</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. Livro das donas e... *Op. cit.* p. (07-08).

Neste sentido, ao usar o pronome “eu” repetidas vezes, seja para exemplificar uma situação vivida ou para planejar um acontecimento futuro, Júlia Lopes de Almeida lança mão da autobiografia. Assim, o texto de Verena Alberti é importante para perceber que o “que caracteriza a autobiografia é a identidade entre narrador e autor, expressada através do *pacto autobiográfico* estabelecido com o leitor, espécie de declaração do tipo isto é autobiografia”.

309

O presente “pacto” pode ser mais bem detalhado ainda nas crônicas do *Livro das Noivas*. Na tessitura da narrativa é difícil identificar se é a mãe-Júlia ou a escritora-Júlia que chama a atenção do leitor. Para Jeffrey Needell, D. Júlia assumiu a posição avançada de que as mulheres (leia-se mulheres brancas dos segmentos altos e médios) deviam cuidar elas mesmas dos filhos.<sup>310</sup> Este penoso trabalho de criar os filhos tinha lá seus prazeres. Nas palavras da escritora:

Não sei que haja, para uma mulher de coração, prazer comparável ao de criar seus filhos! Eu, confesso, sinto um grande desvanecimento e um íntimo orgulho quando olho para o meu **filho, criança robusta**, que espalha por toda a casa o seu riso sonoro; e para a **minha filhinha**, que tem ainda o olhar inconsciente dos que principiam apenas a viver, e medito em que, tanto estes dois, como o meu adorador **filhinho, morto aos dez meses**, não tiveram nunca outra ama que não fosse eu!<sup>311</sup> (grifos nossos)

O relato da morte do filho, não é um mero recurso literário para chamar atenção do leitor, nem mesmo um ato sem propósito. A “criança robusta” de que menciona a escritora tratava-se de Afonso Lopes de Almeida (1890-1953), a “minha filhinha”, à época com meses de vida, era Margarida Lopes de Almeida (1896-1983) e a menção ao filho que faleceu, refere-se a Adriano Lopes de Almeida (1890-1891), morto aos dez meses de vida, no dia 19 de junho de 1891.<sup>312</sup>

Neste sentido, a perspectiva metodológica de Robert Darnton, no artigo intitulado *História e Literatura* é salutar.<sup>313</sup> Neste, o historiador norte-americano examinou a importância do escritor na própria obra, ao relatar o caso do pesquisador Jean Starobinski, que dedicou sua tese a Jean-Jacques Rousseau. Starobinski tentou encontrar os fios dispersos que cercam a biografia e a obra propriamente dita do filósofo. Aqui, o relato de Júlia Lopes sobre

<sup>309</sup> ALBERTI, Verena. “Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa” *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, V.4, nº7. 1991.

<sup>310</sup> NEEDELL, Jeffrey. *Op. cit.*, p.312.

<sup>311</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das Noivas... Op. cit.*, p.177.

<sup>312</sup> As informações e datas sobre o nascimento e morte dos filhos constam nos arquivos da família sob a curadoria de Dr. Claudio Lopes de Almeida, dos quais esta pesquisa teve amplo acesso.

<sup>313</sup> DARNTON, Robert. “História e Literatura”. In: \_\_\_\_\_. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura, Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

a morte de seu filho, passa de uma situação vivida para o plano literário, o que comprova que a biografia influencia na arte literária.

O *Livro das Donas e Donzelas* foi organizado em três partes. Porém, não há temas destinados a mulheres específicas, pois, abrange o universo feminino de uma forma geral, como se observa pelos títulos a seguir: *Minhas Amigas, Natal Brasileiro, Conventos, Vestuário Feminino, Arte de Envelhecer, A mulher brasileira, Uma Carta, A água, Em guarda, Por quê?, Formalidades, Para a Morte!, Folhas de uma carteira, Quiromancia, Arte Culinária, Amuletos, Os beijos, As árvores, As flores, Harmonias, Um testamento, Órfãos de Heróis, Carta, Brutos!, O último sonho e Predestinação.*

Como o *Livro das Donas e Donzelas* tinha em conta o universo feminino de uma forma mais abrangente, na análise se optou por abordá-lo a partir de temáticas.

### 2.2.1 – A situação dos conventos

O segundo compêndio além de instruir as mulheres dos médios e altos segmentos sociais do período, ampliou seu foco de instrução para fora do círculo familiar. Assim a primeira instituição a ser criticada foi a Igreja Católica, que, segundo a escritora estimulava apenas à clausura e não incentivava o desenvolvimento integral da mulher. Com base em teóricos como Edgar Quinet e Herbert Spencer, Júlia Lopes de Almeida condenou a clausura das ordens religiosas femininas. D. Júlia adaptou as ideias a respeito do ultramontanismo, elaboradas por Quinet que enxergava os conventos como verdadeiros “túmulos” da alma humana.<sup>314</sup> Para exemplificar a sua posição, a escritora apontou que houve um tempo na evolução das ordens religiosas:

[...] que o convento tinha, com todos os rigores, certos atrativos, como tudo que é forte e que domina. Tempos houve também em que ele era menos um lugar de reclusão que de galanteio; então bilhetes amorosos e versos dos torneios perpassavam por entre aquelas paredes severas, como revoadas das mariposas tontas; e havia freiras, como a freira Serafina, que, escrevendo a respeito da abadessa de Santo André, deixava transparecer a convicção de que não é o amor divino, mas o humano, a melhor e a maior preocupação de toda a gente, tanto de lá de dentro como de cá de fora. Dizem mesmo crônicas velhas e cronistas modernos que nem sempre os conventos foram santuários de castidade. Fossem lá o que fossem, a verdade é que tinham vida própria e o enorme prestígio que facilita e sugere os grandes

<sup>314</sup> Segundo o dicionário Aurélio o “ultramontanismo” refere-se à doutrina e política dos católicos franceses (e outros) que buscavam inspiração e apoio além dos montes, ou seja, nos Alpes, isto é, na Cúria Romana. Ver FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Para entender o “ultramontanismo” em Edgar Quinet Ver. DE LUCA, Leonora. Amazonas... *Op. cit.* p.195. Ver também SILVA, Arlenice da. Edgar Quinet e o romantismo. *Teresa* (USP), v. 12/13, p. 287-306, 2013.



devotamentos. Depois, a mulher não tinha outros destinos; ou ele ou o casamento. Hoje não é assim; o pulso paterno já não tem o poder de aferrolhar filhas insubmissas, e a poesia, que naqueles tempos o hábito pudesse ter, foi substituída no nosso tempo — por uma fúnebre ideia de mortalha. Hoje os conventos parecem túmulos.<sup>315</sup>

Ainda que no século XIX o convento raramente fosse uma alternativa ao casamento para mulheres da elite, muitas famílias abastadas, para evitar enlances desiguais, impediam que suas filhas se unissem a pretendentes indesejados, confinando-as nessas instituições ou até mesmo clausurando as esposas rebeldes.<sup>316</sup> A imagem taciturna desses espaços foi ressaltada por Julia Lopes no trecho a seguir:

Imagino a melancolia desses casarões enormes. Que silêncio de corredores, onde as sandálias já não batem de minuto a minuto; que ar de mofo nas celas sem dono, fechadas há anos e em que as aranhas tecem irreverentes a rede da sua prole; que abandono nos palcos, onde as fontes choram, sem o consolo de ver as suas lágrimas suspensas pelas mãos macias de umas freiras bonitas; que aspecto frio o do refeitório, onde na imensa mesa conventual meia dúzia de freiras sorumbáticas trocam receitas de pasteis e benzem distraidamente o pão, e o comem depois sem alegria, a bela alegria, que a tão citada Santa Tereza de Jesus aconselhava às freiras da sua comunidade, a par de trabalho ativo, vassouradas, costuras, roupas limpas e polimento de metais! Essa feição salutar da santa modificou a imundice do convento, mas não lhe tirou a grandeza austera e a soturnidade doentia.<sup>317</sup>

A respeito da institucionalização da clausura das ordens religiosas no Brasil, cumpre lembrar que a questão foi objeto de análise de Leila Mezan Algranti:

Desde o início da história do cristianismo, mulheres devotaram-se a Cristo e aceitaram consagrar suas vidas à oração, à humildade e ao serviço ao próximo. Durante o Império Romano, tanto no Oriente como no Ocidente, havia um espaço para as mulheres que desejassem dedicar-se a Deus e a uma vida de perfeição. Eram as virgens consagradas, que viveram isoladas em comunidades, ou em suas próprias casas. Não eram necessariamente virgens no sentido pleno da palavra. Muitas delas eram viúvas e renunciaram as segundas núpcias optando por uma vida ascética e distinguindo-se das demais mulheres pelo traje especial que usavam.<sup>318</sup>

Diante da questão das citadas “virgens consagradas”, não se pode esquecer, também da longa simbologia da virgindade feminina. Yvonne Knibiehler esclarece com lucidez que,

<sup>315</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. Livro das donas e... *Op. cit.* p. (18-19).

<sup>316</sup> HAHNER, June. Mulheres de elite: honra ... *Op. cit.* p. (49-50).

<sup>317</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. Livro das donas e... *Op. cit.* p.19.

<sup>318</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: Mulheres na Colônia. (Estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste – 1750-1822)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. p. 40.

durante os séculos cristãos um bom número de mulheres preservou sua castidade como forma de liberdade e fonte de poder, exprimindo com tal atitude sua parcela de autonomia e iniciativa e por que não, sua “virilidade”.<sup>319</sup> Por outro lado, na ótica masculina, a virgindade era preciosa aos olhos dos homens, porque assegurava a supremacia masculina: era o esposo que deflorava a nubente e a transformava em mulher e posteriormente quando da concepção, em mãe.<sup>320</sup>

Assim, pode-se compreender a menção a donzela no título da obra como carregada de simbolismo, pois tanto poderia se referir às mulheres no sentido do uso dessa “liberdade enquanto fonte de poder” e desse modo reivindicar aquilo que se adequava às convenções sociais, quanto no sentido estrito do termo.

Uma das estratégias apoiada por Julia Lopes era o estabelecimento das mulheres no cenário público pela via da caridade, prática que tinha a benção da Igreja e objetivava minimizar as desigualdades sociais. No entanto, apesar do apoio a causa, responsabilizava a religião pela derrocada das ordens eclesiásticas, ao enfatizar o contraste existente entre o altruísmo das irmãs de caridade, com a atuação direta no atendimento às populações mais necessitadas e o egoísmo das mulheres anacoretas que viviam isoladas:

Podemos ser úteis e ser religiosas sem fugir da sociedade; podemos amar o Senhor, sem desprezar os irmãos, que mais ou menos carecem do nosso amparo, ou da nossa presença.

Este egoísmo de esconder as feridas da paixão em lugar imperscrutável ao olhar humano não é digno deste tempo, em que as almas se desnudam para o combate, porque hoje não há santos, há heróis; não há milagres, há virtudes. Os eleitos de Deus são os eleitos da humanidade, somos nós, as mães, que criamos os filhos para a glorificação do mundo; são os homens, que cultivam a terra em paz abençoada, ou morrem por uma ideia generosa.

A religião tem com certeza melhores serviços nos hospitais, nos púlpitos, nas missões, em todas as suas formas de expansão, que nos conventos mudos, abafados pelo rumor que os cerca...

A irmã de caridade tem ao menos a sublimidade, a abnegação de viver para os outros. Essa é a sua doutrina. A freira para quem vive?<sup>321</sup>

Ao contextualizar a crítica de Júlia Lopes aos conventos, pode-se perceber que esta censura estava inserida num âmbito da educação diferenciada de homens e mulheres. Apesar de D. Júlia utilizar os princípios educacionais de Herbert Spencer num sentido mais genérico (leia-se educação de ambos os sexos), as ideias desse filósofo inglês tiveram um papel essencial na reformulação dos pressupostos relativos à instrução feminina. Como apontou Leonora de Luca, ao se partir da afirmação da necessidade de extensão da cultura física às

<sup>319</sup> KNIBIEHLER, *Op. cit.*, p. 25.

<sup>320</sup> *Idem.*

<sup>321</sup> *Idem.* p. 22.

meninas, Spencer insistiu no fato de que havia grande disparidade na educação de ambas as esferas. Enquanto nos colégios para meninos era comum encontrar condições para a realização de jogos e exercícios ao ar livre, nas escolas para meninas as oportunidades para a livre expressão corporal praticamente inexistiam.<sup>322</sup> Ao se deparar com tal inadequação, Spencer, em *Education: Intellectual, Moral, and Physical* (1861), se incumbiu de propor um sistema de educação igualitária entre os sexos:

Why this astounding difference? Is it that the constitution of a girl differs so entirely from that of a boy as not to need these active exercises? (...) Perhaps, however, we mistake the aim of those who train the gentler sex. We have a vague suspicion (...) that a certain delicacy, a strength not competent to more than a mile or two's walk, an appetite fastidious and easily satisfied, joined with that timidity which commonly accompanies feebleness, are held more lady like (...) It appears, on inquiry, that at 'Establishments for Young Ladies' noisy play like that daily indulged in by boys, is a punishable offence; and we infer that it is forbidden, lest unlady-like habits should be formed. The fear is quite groundless, however. For if the sportive activity allowed to boys does not prevent girls from growing up into ladies?<sup>323</sup>

Apesar da influência do pensamento de Spencer no Brasil, cabe destacar, como bem observado por Margareth Rago, que houve certa ambiguidade na apropriação das ideias do filósofo inglês no país. O uso de suas teorias se deu tanto num sentido reacionário quanto em uma perspectiva mais progressista. Para Rago, a grande parte das feministas brasileiras (leia-se também Júlia Lopes de Almeida), recorreu mais assiduamente a escritores como Auguste Comte (1798-1857), Charles Darwin (1809-1882) e Herbert Spencer (1820-1903) do que a pensadores claramente feministas como o londrino John Stuart Mill (1806-1873).<sup>324</sup>

Ao tratar da figura da intelectual, pode-se perceber que no segundo manual analisado, D. Júlia atribuiu a conquista dessa profissão exclusivamente a luta e perseverança das mulheres. Em contrapartida, a ideia presente entre os europeus, sobre as brasileiras, segundo a

<sup>322</sup> DE LUCA, Leonora. Amazonas... *Op. cit.* p.187.

<sup>323</sup> A tradução e as informações foram extraídas de Eleonora De Luca. Ver. Apud. DE LUCA, Leonora. Amazonas... *Op. cit.* p.188, ver também nota 182. "Porque esta espantosa diferença? Acaso a constituição de uma menina difere tão completamente daquela de um menino, a ponto de dispensar estes exercícios ativos? (...) Talvez, entretanto, nos enganemos quanto ao objetivo daqueles que ensinam o sexo amável. Temos a vaga suspeita (...) de que uma certa delicadeza, a força suficiente para não mais uma milha ou duas de caminhada, um apetite melindroso e facilmente satisfeito, acrescidos daquela timidez que normalmente acompanha a fraqueza, são considerados mais elegantes. (...) Parece, na nossa investigação, que nos "estabelecimentos para moças" brincadeiras barulhentas como aquelas diariamente permitidas aos meninos constituem falta passível de punição, e supomos que elas sejam proibidas devido ao receio de que possam gerar hábitos não femininos. Esse temor, entretanto, é praticamente infundado. Pois se a atividade esportiva permitida aos meninos não os impede de se tornarem cavalheiros, por que deveria a mesma atividade esportiva impedir as meninas de se tornarem damas?"

<sup>324</sup> Ver o segmento intitulado "O complicado sexo dos doutores" em RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1991.

escritora, era de que elas representavam um protótipo de nulidade, isto é, viviam apenas para idolatrar seus maridos:

O europeu tem a respeito da mulher brasileira uma noção falsíssima. Para ele nós só nascemos para o amor e a idolatria dos homens, sendo para tudo mais o protótipo da nulidade. Dir-se-ia que a existência para nós desliza como um rio de rosas sem espinhos e que recebemos do céu o dom escultural da formosura, que impõe a adoração. Nem uma nem outra coisa. Nem a mulher brasileira é bonita, se não nos curtos anos da primeira mocidade, nem tão pouco a sociedade lhe alcatifa a vida de facilidades. Ela é exatamente digna de observação elogiosa pelo seu caráter independente, pela presteza com que se submete aos sacrifícios, a bem dos seus, e pela sua virtude. A brasileira não se contenta com o ser amada: ama; não se resigna a ser inútil: age, vibrando à felicidade ou à dor, sem ofender os tristes com a sua alegria e sabendo subjugar o sofrimento. Parecerá por isso indiferente ou sossegada, a quem não a conhecer senão pelas exterioridades. Mas não tivesse ela capacidade para a luta e ainda as portas das academias não se lhe teriam aberto, nem teria conseguido lecionar em colégios superiores. A esses lugares de responsabilidade ninguém vai por fantasia nem chega sem sacrifícios e coragem.<sup>325</sup>

Cabe destacar que outros livros e escritores também figuraram nas exposições de Júlia Lopes, já que segundo sua visão havia “certos livros de educação e de higiene... indispensáveis numa biblioteca de senhoras”. Um deles era significativo, pois também debatia temas caros sobre colégios que, de forma intencional, se tornavam atrofiadores do pensamento, caso de Edmond Demoulin, indicado para a leitura:<sup>326</sup>

É um erro pensar que, hoje, o ensino deve ser ministrado como há cinquenta anos e entregar os nossos rapazes aos nossos colégios atrofiadores. Há tempos enviei um livro a minha filha: *L'Education nouvelle*, de Edmond Demoulin. Pois os meus netos já lucraram alguma coisa com a leitura da mãe. O livro é uma exposição claríssima da Escola Moderna, prática, que trata de aperfeiçoar ao mesmo tempo o corpo e o espírito dos rapazes. *L'École doit développer à la fois chez l'enfant la largeur de l'intelligence et la largeur de la poitrine.*<sup>327</sup>

Pode-se perceber, a partir do excerto, que a educação tinha assim como tudo na sociedade moderna um viés higiênico. A tradução do trecho citado transparece esse mote: “A escola deve desenvolver tanto a inteligência de uma criança como a largura de seu tórax”<sup>328</sup>. Deste modo, as orientações às crianças seguem a linha de um perfeito desenvolvimento intelectual e físico.

<sup>325</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. Livro das donas e... *Op. cit.* p. (35-36).

<sup>326</sup> Escritor francês conhecido por alguns intelectuais do período. Escreveu *A quoi tient la supériorité des anglo-saxons*, obra em que analisou a excessiva dependência do Estado no que chamou de “Política Alimentária”. Ver CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 30.

<sup>327</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. Livro das donas e... *Op. cit.* p. (81-82).

<sup>328</sup> A tradução é nossa.

Assim, entre o incentivo de autores e leituras, além do estímulo à prática de atividades físicas e a desaprovação da então situação das ordens religiosas, Julia Lopes de Almeida encontrou uma trilha para prosseguir com sua práxis feminista. Aproveitou-se da condição paradoxal da própria Igreja Católica, que desencorajava a participação feminina na esfera pública e do trabalho fora de casa, reforçando a hierarquia existente entre homens e mulheres, para, no entanto, valer-se desse mesmo ideal, que via com bons olhos o modelo de sacrifício pessoal e resignação da mulher. Esse era o caminho permitido para a inserção na esfera pública, ou seja, a partir da realização de atividades filantrópicas.<sup>329</sup> Essa trilha foi a passagem para um feminismo mais pragmático observado nas primeiras décadas do século XX.

### 2.2.2 – A visão de D. Júlia sobre o feminismo

A entrevista concedida a João do Rio, nos primeiros anos do século XX, pelo casal Júlia Lopes e Filinto de Almeida, quando o cronista fazia seu inquérito literário, esclarecia bem a posição da escritora quanto ao feminismo:

- E o feminismo, que pensa do feminismo?  
Parece-me ver nos olhos de D. Júlia um brilho de vaga ironia.
- Sim, com efeito, há algumas senhoras que pensam nisso. No Brasil o movimento não é contudo grande. Acabo de receber um convite de Júlia Cortines para colaborar numa revista dedicada às mulheres. Descanse! Há uma seção de modas, é uma revista no gênero da *Femina*...<sup>330</sup>

A dissimulação na resposta de D. Júlia, não foi uma réplica implicitamente negativa, como já afirmado por Jeffrey Needell.<sup>331</sup> Essa atitude ponderada de sua atuação fazia parte da estratégia de uma cidadã paradoxal,<sup>332</sup> como bem apontado por Scott, que dentre inúmeras formas de atuação do movimento, optou por uma vertente mais moderada e, neste sentido, titubeações e recuos faziam parte do jogo político-social. Essa moderação pode ser averiguada em suas palavras:

O que ele (o tempo) impõe hodiernamente à mulher é o desprendimento dos preconceitos, a luta, sempre dolorosa, pela existência, o assalto às culminâncias em que os homens dominam e de onde a repelem. Mas, seja qual for a guerra que lhe façam, o feminismo vencerá, porque não nasceu da vaidade, mas da necessidade que obriga a triunfar.<sup>333</sup>

<sup>329</sup> HAHNER, June. Mulheres de elite: honra ... *Op. cit.* p. 48.

<sup>330</sup> RIO, João do. *O momento literário*... *Op. cit.* p.36.

<sup>331</sup> Segundo Jeffrey Needell a atitude de Júlia Lopes “em relação ao feminismo é implicitamente negativa na entrevista”. Ver nota 121 de NEEDELL, Jeffrey. *Op. cit.* p. 334.

<sup>332</sup> SCOTT, Joan. *A cidadã* ... *Op. cit.* p. 46.

<sup>333</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. Livro das donas e... *Op. cit.* p.(72-73)

Além da prudência, Júlia Lopes também criticou posições extremistas de algumas militantes e, ao justificar seu ponto de vista, comentou a respeito de Emma Goldman (1869-1940), feminista anarquista conhecida por seu ativismo, escritos políticos e conferências que reuniam milhares de pessoas nos Estados Unidos:

A intenção de Emma, de bem fazer às classes oprimidas e de só abater os grandes para mais livremente fazer circular os pequenos; a sua fé divina em um futuro de pacificação e de harmonia, em que a fraternidade dos homens não seja uma palavra vã, toda a generosidade do sonho em que ela afoga a sua alma de alucinada, não lograram, ai de mim! Convencer-me de que há desculpa para uma mulher que só por via do mal procure fazer o bem!<sup>334</sup>

A escritora dirigia suas farpas a Goldman por discordar das posições extremistas desta, visto que também havia boatos que a anarquista havia instigado um assassinato em nome de seus ideais.<sup>335</sup> Defensora declarada de métodos não radicais e deveras pacíficos, Júlia Lopes externou sua opinião ao escrever que:

[...] na face serena da terra a inundação do sangue e das lágrimas não mudará nunca a essência das coisas nem a dos seres!  
Sim, a culpa é do tempo; é ele que obriga as mulheres a olharem para a vida com uma atenção tão rude e tão penosa. Sentem-se muito sós, precisam trabalhar, para elas e para as que nascem delas, porque a onda da miséria cresce, e mesmo as que não se afogam nela, sentem-lhe os respingos amargos e a sua sombra pavorosa.<sup>336</sup>

É interessante comparar aqui a posição de Emma Goldman, que diferentemente da escritora brasileira, pregava a ação violenta direta. Nos primeiros anos em que se declarou anarquista, momento em que também presenciou a morte de seus companheiros de luta, Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti, declarou em *Living in my life* (1931):

Algo novo e maravilhoso havia nascido em minha alma. Um grande ideal, uma fé ardente, uma determinação em me dedicar à memória de meus companheiros martirizados, em fazer sua casa a minha própria, em levar ao mundo o conhecimento da beleza de suas vidas e do heroísmo de suas mortes.<sup>337</sup>

Assim, pode-se perceber que as lições de feminismo apresentado por Júlia Lopes de Almeida, longe de apresentarem uma posição isolada, se inseriram no universo de ideias progressistas do período para aquele grupo de mulheres brancas, escolarizadas da classe alta do Rio de Janeiro que, em um primeiro momento, se dedicavam à prática da caridade.

<sup>334</sup> Idem, p.73-74.

<sup>335</sup> Ver MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. *Op. cit.* p. 39

<sup>336</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. Livro das donas e... *Op. cit.* p. 76.

<sup>337</sup> Apud. RICHTER, Liane Peters. *Emancipação feminina e moral libertária: Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura.* (Dissertação de Mestrado). Campinas: UNICAMP, 1998. p. (9-10).

### 2.3 – A filantropia de Julia Lopes de Almeida

Ao lançar mão da filantropia, prática herdeira da caridade, que historicamente representou a fé Católica, Júlia Lopes de Almeida criticou a avareza de alguns industriais que em meio a riqueza não faziam nada para ajudar os menos favorecidos. Para a escritora, era bem difícil fazer um testamento, “visto que é tão raro aparecer algum em que a justiça, a ternura e a humanidade transpareçam”.<sup>338</sup> Cabe mencionar que a filantropia era constantemente incentivada pelas revistas femininas como sugestão de reação ao ócio e à frivolidade – comportamentos que adquiriram conotação pejorativa, em uma sociedade que ambicionava ser moderna.

Muitos apontam que a crítica de Julia Lopes, portanto, era dirigida diretamente a Família Rotschild.<sup>339</sup> A escritora afirmava que este nome não era uma entidade, mas sinônimo de dinheiro e que fazia “tremer as nações, vê a seus pés os mais nobres governos e finca no mundo as suas garras formidáveis, encerrando-lhes até ao âmago, bem como o abutre enterra as suas na carne tenra de um cordeiro”.<sup>340</sup> Ao concluir, qualificou os Rotschild como os “senhores do ouro”:

É o nome de Rotschild que aos olhos do mundo se incarna a ideia da riqueza. A lâmpada de Alam, de que cada um de nós tem na imaginação uma cópia, arranca-lhe de cada sílaba uma chispa de pedra preciosa. Ele é o dístico de um tesouro acumulado com avidez judaica através dos tempos e de que só desabam catadupas de ouro quando solicitadas pela volúpia do negócio. Ele é a glória da raça, a ventosa terrível sugando energias de hebreus e submissões de cristãos, e é o senhor do ouro que, como o mar, recebe de todas as nascentes, e de água turva com água límpida faz a mesma onda que estrondeia em espumaradas de prata.<sup>341</sup>

<sup>338</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. Livro das donas e... *Op. cit.* p. 152.

<sup>339</sup> Segundo informações esparsas, a família Rothschild participou dos negócios mais dinâmicos entre os séculos XVIII e XIX, em especial a indústria têxtil, que florescia em plena Revolução industrial. As tecelagens mecanizadas da Inglaterra produziam tecidos de qualidade em grande quantidade. Os Rothschilds passaram a negociar também essa mercadoria. O comércio de algodão oriundo da América do Norte para as tecelagens da Grã-Bretanha permitiu que a Casa Rothchilds criasse vínculos, por meio do oceano Atlântico, com a florescente economia estadunidense. Os Rothschilds fizeram grande parte de sua fortuna no fim das guerras napoleônicas, quando tiveram conhecimento da vitória da Inglaterra e lançaram um rumor no mercado que Napoleão havia vencido a guerra. Com isto, a bolsa caiu quase a zero e os Rothchild praticamente compraram a economia inteira da Inglaterra. Quando foi divulgada a verdadeira notícia de que a Inglaterra havia sido vitoriosa, os Rothschild emergiram como a família mais rica da Europa. Ver GRAY, Victor; ASPEY, Melanie. “Rothschild, Nathan Mayer (1777–1836)”. *Oxford Dictionary of National Biography*. Oxford University Press: Oxford, 2004. Disponível em: < <http://www.oxforddnb.com/>> Acesso em: 14 ago. 2010.

<sup>340</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. Livro das donas e... *Op. cit.* p.151.

<sup>341</sup> Idem, p.149.

Do outro lado da escala social, ainda em *Livro das Noivas*, Julia Lopes de Almeida chamou atenção para a condição dos mais pobres. “Nenhum assunto pode ser mais próprio para a pena de uma mulher que a pobreza”.<sup>342</sup> Além da pública preocupação, os eventos sociais foram a experiência necessária para pautar suas análises em artigos na imprensa.

Assim, a partir década de 1890, a literata teve intensa participação em eventos sociais de cunho intelectual, artístico e político. Cabe destacar que essas aparições, de acordo com o bom tom da época, eram realizadas acompanhadas ou pela família ou pelo marido, como se observa nas notas a seguir. Dentre os encontros registrados pela imprensa, na exposição do amigo Antônio Parreiras:<sup>343</sup>

Foram vendidos anteontem os quadros *Claros de Sol* e *Navio Velho* de Antonio Parreiras. O estimado artista ofereceu, em sinal de amizade, ao Coronel Cotta o quadro *O Paisagista*. A exposição foi visitada por 902 pessoas, entre as quais vários artistas e literatos e as distintas **escritoras DD. Adelina Lopes Vieira e Júlia Lopes de Almeida**.<sup>344</sup> (grifos nossos)

Além desta exposição, nos primeiros anos do século XX registrou-se sua presença no aniversário da espanhola Eva Canel,<sup>345</sup> na festa realizada na casa do jornalista Baldomero Carqueja Fuentes; na vacinação para a antipestosa,<sup>346</sup> no funeral do coronel Manoel Cotta,<sup>347</sup> na Récita de moda,<sup>348</sup> na qual haveria a apresentação da comédia de Ambroise Javier e Marcel Ballot e na comédia em três atos de Delacour e Hennequin, intitulada *Os dominós cor de rosa*.<sup>349</sup>

Diante de tais eventos, pode-se conjecturar que a esfera pública não era mais um problema para D. Júlia. Na condição de cronista de *O País*,<sup>350</sup> posição que lhe dava destaque ao debater assuntos caros à sociedade fluminense, travou uma batalha a favor das crianças, do embelezamento da cidade e preocupou-se com a situação dos doentes acometidos com tuberculose.

---

<sup>342</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das Noivas... Op. cit.*, p.67.

<sup>343</sup> Antonio Diogo da Silva Parreiras (1860-1937) é conhecido como um dos principais paisagistas brasileiros entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Ver Antonio Parreiras, figuras e desenhos. Disponível em: <http://pinacoteca.org.br/programacao/antonio-parreiras-pinturas-e-desenhos/>. Acesso: 05 de set. 2017.

<sup>344</sup> *O País* (RJ), 06/06/1892. p. 2

<sup>345</sup> A escritora foi acompanhada do marido. Cabe destacar que Júlia Lopes de Almeida, anos depois, na obra *Ânsia Eterna* (1903), dedicou o conto *A Caolha* à sua amiga. Ver *Gazeta de Notícias* (RJ), 01/02/1900. p.2.

<sup>346</sup> A escritora foi em companhia de sua filha. Ver *O Paiz* (RJ), 18/06/1900. p. 2

<sup>347</sup> A escritora foi em companhia do marido. Ver *O Paiz* (RJ), 13/07/1900. p. 1

<sup>348</sup> A escritora foi em companhia do marido. Ver *O Paiz* (RJ), 28/07/1900. p. 3

<sup>349</sup> A escritora foi em companhia do marido. Ver *O Paiz* (RJ), 03/08/1900. p. 2

<sup>350</sup> O estudo de Nahete de Alcantara Silva merece atenção, pois um de seus objetivos foi entender a participação de Julia Lopes de Almeida na folha, delineados nas páginas do capítulo “As várias faces de Júlia Lopes de Almeida em *O País*”. Ver SILVA, Nahete de Alcantara. *Op. cit.* p. 105.



Assim, a frente da comissão na *Associação das Crianças Brasileiras*, Julia Lopes buscava recursos para ajudar a instituição, além de incentivar a construção de uma creche:

Aceitando um lugar na comissão de senhoras, na Associação das Crianças Brasileiras (associação que é por enquanto uma promessa, e mais belas), disse a organizadora e iniciadora dessa instituição que a minha pena estará inteiramente ao seu serviço, em todos os louvores que a sua ideia me merece.

351

Na mesma coluna, seu pedido, juntamente com a Associação era de uma “uma casa alegre e limpa, com uma ou duas salas para enfermaria, uma outra para os berços e ainda outra para a escola de bebês de três a sete anos, a escola intuitiva, o alegre jardim de infância”.<sup>352</sup>

Ainda neste campo da fase infantil, D. Julia incentivou a prática do aleitamento. No entanto, condenava a figura da ama de leite brasileira que, segundo ela, era “beijuda, sem *toilette*, de carapinha topetuda, parecia-nos animal indigno de sustentar o peso amado do nosso filho branco e macio”.<sup>353</sup> Cabe pontuar que esta avaliação discriminatória de D. Júlia contra as mulheres negras, não era tão pessimista em relação à ama europeia que, para ela, era “bonita e corada, com seu vestido de ampla romeira que tudo disfarça”.<sup>354</sup> Este exame que responsabilizava as amas-de-leite estava atrelado à interiorização da prática de aleitamento materno que, na virada do século XIX para o XX, condenava-se qualquer alimento que não fosse o leite da mãe, visto que já se tinha a noção de que o leite materno possuía muitos nutrientes. No entanto, destaca-se aqui a visão moralista da escritora ao preferir a ama negra.

Diante da questão, de acordo com as concepções do período, as amas-de-leite, consideradas como agentes de contaminação, poderiam não só trazer doença para dentro da casa, como causar danos morais e físicos aos bebês. Para se garantir uma boa saúde das mulheres, foi criado o serviço de inspeção das amas. De acordo com os ideais médicos e higienistas, muitas mulheres que se submetiam a tal exame, foram recusadas, pois eram portadoras de doenças como corrimento vaginal, infecção urinária, tuberculose, má qualidade do leite, anemia, infecção na pele, sífilis, etc.<sup>355</sup> Não se sabe se a escritora concordava se só a mãe poderia dar o leite ou se desde que o líquido viesse de uma ama branca, não haveria problemas.

---

<sup>351</sup> *O País* (RJ), 15/08/1901. p. 1

<sup>352</sup> *Idem*.

<sup>353</sup> *O País* (RJ), 09/07/1902. p. 1

<sup>354</sup> *Idem*.

<sup>355</sup> Ver MOTT, Maria Lúcia; MALUF, Marina. Recônditos do mundo feminino. IN: SEVCENKO, Nicolau (org.) *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 387.

Havia, ainda, outros temas que D. Júlia defendia em sua coluna. Como o embelezamento da cidade, ao se deparar com a reurbanização do Rio de Janeiro e pelo fato de que “exposições de flores fazem-se todos os anos em terras civilizadas”,<sup>356</sup> a ideia de uma cidade florida e apta para o convívio social animavam as mulheres de elite. Desta forma, D. Júlia incentivava o concurso de flores e convidava as mulheres, amantes de jardinagem e profissionais do ramo para participar do evento. Em sua coluna detalhou:

A todas as pessoas amantes de flores e donas de jardins, aos colecionadores, aos floricultores de profissão ou particulares, ousado pedir, do alto desta coluna de jornal, que se preparem para concorrer a uma grande exposição de flores, que a Associação das Crianças Brasileiras fará nesta melancólica cidade do Rio de Janeiro por toda a primeira quinzena do mês de setembro deste ano de graça de 1902. [...] a ideia de se realizar tal propósito não só o intento de proteger uma associação de caridade, tão humilde quanto esforçada, como a de por em evidência a infinidade de flores que por ai vivem e morrem sob a exuberante folhagem dos nossos jardins e das nossas hortas.<sup>357</sup>

No trecho citado percebe-se uma preocupação da escritora em aliar dois elementos que lhe eram caros: a jardinagem e a assistência aos mais necessitados. Contudo, apesar da veiculação da notícia sobre tal evento, não se conseguiu identificar o motivo de sua não realização na referida data, o que apenas ocorreu em 22 de outubro de 1902. Cabe salientar que na exibição houve uma tragédia que vitimou dois operários: João de Carvalho, que teve uma fratura no crânio; e Francisco Joaquim Pereira, que feriu sua espinha dorsal e costelas.<sup>358</sup> De acordo com apuração dos bombeiros, havia uma quantidade excessiva de telhas na montagem do pavilhão, número que a escritora julgava necessário. No entanto, apesar do desastre, D. Júlia não foi acusada formalmente por negligência por parte das autoridades.<sup>359</sup>

Pelo contrário, além de participar do velório dos finados, D. Júlia prometeu à viúva de um deles prestar todo o seu auxílio “e se encarregou do luto e da educação dos netos dela”.<sup>360</sup> O caso acarretou grande repercussão à época e Arthur Azevedo saiu em sua defesa:

Nunca o velho ditado “o barato sai caro” teve aplicação mais tópica. D. Júlia Lopes de Almeida foi vítima da falta de recursos, que deveria ter acendido de todos os lados ao seu primeiro apelo. O pavilhão desabou, causando mortes e ferimentos. Imagino como deve sangrar o coração afetuosos de D. Júlia, que pode ensinar a arte difícil de ser esposa e mãe. Enxergue a minha colega nestas linhas toda a respeitosa simpatia que me merece.<sup>361</sup>

<sup>356</sup> *O País* (RJ), 15/10/1903. p. 1.

<sup>357</sup> *O País* (RJ), 12/05/1902. p. 1.

<sup>358</sup> *O País* (RJ), 24/10/1902. p. 2.

<sup>359</sup> *O País* (RJ), 25/10/1902. p. 1.

<sup>360</sup> *Idem*.

<sup>361</sup> *O País* (RJ), 26/10/1902. p. 1.

As polêmicas das quais se envolvera D. Júlia, que defendia suas ideias e era criticada por isso, só aumentaram no decorrer de sua trajetória. Além de participar de vários eventos destinados ao progresso intelectual da mulher brasileira, se inserir no campo das questões ambientais e ter uma posição clara sobre o divórcio e os relacionamentos conjugais abusivos, foi em seu famoso casarão no bairro de Santa Tereza que a escritora se tornou a grande anfitriã de um dos salões literários mais festejados no Rio de Janeiro, conforme se verá no próximo capítulo.

### **CAPÍTULO 3 – A participação de Júlia Lopes de Almeida no debate público e nos círculos sociais fluminenses (1910-1934)**

“Não há meios de os homens admitirem semelhantes verdades. Eles teceram a sociedade com malhas de dois tamanhos – grandes para eles, para que seus pecados e faltas saiam e entrem sem deixar sinais; e extremamente miúdas para nós [...] e o pitoresco é que nós mesmos nos convencemos disto.” (Julia Lopes de Almeida)

A mudança no teor do discurso da escritora, epígrafe do presente capítulo, sugere uma alteração em sua visão de mundo até então, algo partilhado também por outros intelectuais. Como já apontado no primeiro capítulo, a segunda década do século XX foi o momento de um amplo debate sobre as questões relacionadas ao sexo feminino, juntamente com a crescente tentativa de se institucionalizar o movimento feminista no Brasil, via *Partido Republicano Feminino* (1910) e pelas entidades que vieram a originar a *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, criada posteriormente em 1922. Essa instituição esteve presente nas altas esferas de poder da República e conquistou a simpatia dos chefes de Estado a partir de sua fundação. Getúlio Vargas, por exemplo, enxergava com bons olhos essa vertente de um feminismo praticado por mulheres, letradas, brancas e da elite, sendo receptivo com as discussões no debate público sobre a conquista do sufrágio feminino, viabilizado finalmente no ano de 1934.

No presente capítulo, portanto, se destacará a progressiva radicalização no discurso de Julia Lopes de Almeida, ao tratar de temas relevantes como o divórcio, a independência da mulher e a conturbada relação entre os sexos em uma sociedade que se modernizava e discutia antigos valores que até então pareciam sacralizados. Mais do que isso, na condição de uma das escritoras mais respeitadas da República, Júlia Lopes de Almeida protagonizou um intenso debate sobre as questões ambientais e o embelezamento do Rio de Janeiro. Além disso, intensificou suas práticas caritativas, ao organizar festas literárias beneficentes, viajando pelo país.<sup>362</sup>

Para completar o espectro da análise, procurou-se estabelecer os vínculos sociais e afetivos adquiridos nas festas literárias no bairro de Santa Tereza, local onde se encontravam intelectuais, artistas e mecenas que participaram das grandes querelas intelectuais das

---

<sup>362</sup> Registrou-se na imprensa, a partir da década de 1910, diversos deslocamentos da escritora a fim de realizar palestras, como se observa na citação a seguir: “Parte amanhã para S. Paulo, onde vai fazer uma série de conferências literárias, a nossa brilhante colaboradora D. Júlia Lopes de Almeida. A primeira conferência será feita sábado, no salão *Steinway*, partindo depois D. Júlia para Santos e Campinas, fazendo ainda na volta mais duas conferências na capital do Estado”. (*O País*, 09/03/1910. p. 03).

primeiras décadas do século XX. Por fim, deve-se destacar também a participação de Almeida na *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, entidade que foi fundamental para a discussão do sufrágio. Ao voltar-se para as ações de D. Júlia no início da década de 1910, a primeira grande transformação de sua práxis pode ser identificada na obra *Eles e Elas*.

### 3.1 – O embate entre os sexos

A obra *Eles e elas: monólogos e diálogos* compõe-se de 37 crônicas publicadas primeiramente na coluna “Dois Dedos de Prosa” e veiculada pelo jornal *O País*, entre 1907 e 1909. Nela Julia Lopes de Almeida assinava seu próprio nome, não trazendo, portanto, nenhum pseudônimo. Cabe lembrar que D. Júlia, em entrevista concedida a João do Rio entre os anos de 1904 e 1905, afirmava ser extremamente importante a figura do jornal na trajetória do escritor e, conseqüentemente, no desenvolvimento da literatura:

Nós todos somos um resultado do jornalismo. Antes da geração dominante não havia bem uma literatura. O jornalismo criou a profissão, fez trabalhar, aclarou o espírito da língua, deu ao Brasil os seus melhores prosadores.<sup>363</sup>

As crônicas publicadas pela escritora foram divididas em três temáticas, a saber: *Reflexões de um marido*, *Reflexões de uma esposa* e *Reflexões de uma viúva*, que lograram êxito junto ao público, o que fez os textos serem reunidos em livro, em 1910. Doze anos depois, Almeida fez nova revisão e publicou novamente a edição, dessa vez pela casa Francisco Alves.

Nessa penúltima versão, como apontado por Nadilza Moreira, ocorreram mudanças ortográficas no que se refere aos nomes próprios. Cabe lembrar, que o ano de 1922 foi emblemático na reconsideração dos aspectos culturais da sociedade brasileira. Debatia-se entre a tradição e a modernidade, entre a afirmação dos valores da brasilidade ou o apego à cultura portuguesa, atrelada à ideia de atraso. Assim, na segunda edição de *Eles e Elas*:

Almeida imprimiu à língua portuguesa traços de brasilidade, além de atualizar a ortografia, como propunha o modernismo brasileiro, quanto os críticos da época que acusavam Almeida de lusitanismo por ela não pautar sua prosa pela língua portuguesa falada no Brasil. O fato é que, na 2ª. edição de *Eles e Elas* nomes próprios como, Magdalena, Martha, Izidora, entre outros, inicialmente grafados ao sabor do estrangeirismos, tomaram a grafia brasileira e foram escritos conforme a língua falada no Brasil: Madalena, Marta e Isidora.<sup>364</sup>

<sup>363</sup> RIO, João do. *Op. cit.* p. 33.

<sup>364</sup> MOREIRA, Nadilza Martins de Barros (org.). *Eles e elas: crônicas da belle époque carioca de Júlia Lopes de Almeida*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. p. 15.

Percebe-se que as observações cotidianas registradas nas páginas de *Eles e Elas* são estimuladas pelos problemas familiares que, para além do âmbito das relações de gênero, exprimem a relação conflituosa da vida em conjunto.

### 3.1.1 – A violência psicológica contra a mulher

Em vários quadros cotidianos que, tipicamente, retratam a vida de uma família burguesa da *belle époque*, D. Julia advertiu para a dependência financeira da mulher em relação ao homem e o embaraço que isso causava ao sexo feminino:

Cada vez que peço dinheiro a meu marido e que ele acompanha o gesto de tirá-lo da algibeira com estas palavrinhas: - Oh, já acabaste com todo o dinheiro que te dei ontem? – sinto um calafrio subir-me dos calcanhares à nuca. Devo corar, porque ele modifica logo o tom em que o espanto envolve uma censura e sorri, magnânimo, pondo-me nos dedos trêmulos as notas requisitadas, como se desse-me para comprar balas e bonecas!(...) eu me sentiria mais gloriosa, por mais independente (...).<sup>365</sup>

Se por um lado, para a mulher, o desacordo no interior das relações conjugais baseava-se na luta pela independência, de outro, o homem com as “malhas sociais” mais folgadas tinha a tarefa de conciliar a rotina do casamento oficial, simultaneamente a outros relacionamentos extra-conjugais. “Para a mulher, o marido talvez seja alguma coisa mais complexa; para o marido, porém, a mulher é sobretudo um hábito... Cá por mim não posso viver sem a minha, nem quando penso nas outras”.<sup>366</sup>

Como bem esclareceu Nadilza Moreira, a construção dos personagens “apresenta a maneira pela qual homens e mulheres compreendem o entorno e se auto percebem na performance de seus papéis sociais dentro da família”. Dessa forma, é a partir das “reflexões dos protagonistas que fica bem marcada a emissão e a defesa de pontos de vista masculinos e femininos, de modo que o/a narrador/a delinea o perfil das personagens femininas como capazes de pensar, analisar e construir argumentos”,<sup>367</sup> caso da crônica *Se eu fosse outra...*

Se eu fosse outra... quando ainda agora ele me chamou idiota com todas as letras bem escarrapachadas, ter-lhe-ia dado uma resposta digna de ofensa. “Idiota”, pois sim! Sempre queria ver onde havia de encontrar outra mulher como eu, paciente, bonita e trabalhadeira... É assim mesmo, pensa que eu só vim ao mundo para servi-lo, e abusa...<sup>368</sup>

<sup>365</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Eles e elas*: monólogos e diálogos. 2ª. Ed. Livraria Francisco Alves, 1922. p. 21.

<sup>366</sup> Idem. p. (73-74).

<sup>367</sup> MOREIRA, Nadilza Martins de Barros (org.). *Eles ... Op. cit.* p. (10-11).

<sup>368</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Eles e elas...Op. cit.* p. 64.

A cena retratada por Almeida mostra, de forma cristalina, uma situação de violência psicológica praticada contra a mulher. A personagem continua: “Ah! Se os maridos tão irritadiços soubessem quantos essas palavras a esmo no ardor irreprimível da cólera magoam o coração das mulheres e comprometem a felicidade do casal!”.<sup>369</sup> Mesmo que não tipificada no Código Penal de 1890,<sup>370</sup> então em vigor, D. Julia denunciou a conduta abusiva masculina, que, apesar de enquadrada como crime contra a liberdade individual apenas no Código Penal Brasileiro de 1940,<sup>371</sup> só foi realmente categorizada como crime contra o sexo feminino na Lei Maria da Penha (2006). Em seu artigo sétimo, esta caracterizava violência psicológica como:

[...]qualquer conduta que lhe cause dano emocional ou diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise desagradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.<sup>372</sup>

Dessa maneira, Júlia Lopes antecipou em quase um século, aquilo que só posteriormente foi considerado como violência psicológica contra a mulher. Nessa mesma práxis feminista, a escritora também se utilizou da ironia para criticar a ideia de atuação pública de ambos os sexos na sociedade. Assim, mostrou uma total inversão de papéis entre homens e mulheres, ao escrever o texto intitulado *Ah! Os senhores feministas!*, no qual um homem narrou a frustração de chegar em casa e não ver sua mulher com o jantar pronto, além de não ter nenhuma informação de seu paradeiro:

Ah! Os senhores feministas! Pudesse eu enforcá-los a todos com uma só corda... São as suas teorias desordenadas, subversivas, é a tragédia burlesca das suas justas reivindicações, que tem posto a sociedade neste estado. Pois quando é que se viu nunca uma senhora casada e mãe de filhos, como é a minha, não estar em casa a hora em que o marido entra para o jantar! De mais a mais, nem deixou dito para onde ia.<sup>373</sup>

<sup>369</sup> Idem. p. (65-66).

<sup>370</sup> Ver BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d847.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm). Acesso: 10 de set. 2017.

<sup>371</sup> Ver BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Prevê penalidades para diversos crimes praticados contra mulheres. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm#art361](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm#art361). Acesso: 10 de set. 2017.

<sup>372</sup> Ver BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso: 10 de set. 2017.

<sup>373</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Eles e elas...Op. cit.* p. 73.

Pode-se entender que a obra *Eles e Elas: monólogos e diálogos* aludia a um momento de inversão dos papéis masculino/feminino e/ou “homem/público” e “mulher/privado” dissonantes com as propostas conservadoras de Auguste Comte, que corroborou com o conceito de esferas separadas de atuação para os homens e mulheres. Tal pensamento permitia a “eles” agir no espaço público, enquanto “elas” deviam se limitar ao círculo privativo e, dessa forma, a uma suposta “divisão natural” entre atributos masculinos e femininos.<sup>374</sup> O homem, inconformado com a situação, ainda indagou:

Se eu aventurar qualquer observação, ela já deve estar suficientemente instruída para me responder: - Não me fizeste esperar ontem até as oito horas da noite, para o jantar? Pois então! E eu queixei-me? De modo nenhum; **logo... os direitos são iguais...**<sup>375</sup> (grifos nossos)

Assim sendo, se desde a segunda metade do século XIX, com raras exceções, a instrução das mulheres foi a principal pauta no que diz respeito aos avanços possibilitados ao sexo feminino, foi a partir do XX que o debate sobre a independência da mulher em relação ao homem e a possibilidade desta divorciar-se do marido se intensificou, como se verá a seguir.

### 3.1.2 – O divórcio

Segundo o decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890, em seu artigo 93 esclarecia se que: “O casamento válido só se dissolve pela morte de um dos cônjuges, e neste caso proceder-se-á a respeito dos filhos e dos bens do casal na conformidade do direito civil”.<sup>376</sup> Somente a morte de um dos cônjuges rompia o vínculo do matrimônio, isto é, apenas após seu falecimento que o outro poderia contrair novas núpcias.

Deste modo, ao se examinar a história do divórcio no Brasil, por meio das leis que tratavam do tema, havia o Código Beviláqua (Código Civil de 1916), que criou o instituto do “desquite”. Entretanto, o projeto nada significou em relação ao decreto de 1890, apenas institucionalizou a lei anterior. Nas palavras do autor da proposta:

O desquite põe termo a vida comum, separa os cônjuges, restitui-lhes a liberdade, permite-lhes dirigir-se, como entenderem, na vida, sem que dependa um do outro, no que quer que seja; mas conserva íntegro o vínculo do matrimônio.<sup>377</sup>

<sup>374</sup> DE LUCA, Leonora. *Amazonas do pensamento...* Op.cit. p.180.

<sup>375</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Eles e elas...*Op. cit. p. (73-74).

<sup>376</sup> BRASIL. Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890. Código que promulga a lei sobre casamento civil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-181-24-janeiro-1890-507282-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 10 de set. 2017.

<sup>377</sup> BEVILÁQUA, Clóvis. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. V.2. 12ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo Ltda, 1960, p. 208.



Cabe esclarecer, que essa questão do vínculo do matrimônio, em outras palavras, a possibilidade de conceber novas núpcias, só foi promulgada no Brasil no ano de 1977, com a Emenda Constitucional nº 9, intitulada Lei do Divórcio.<sup>378</sup> Pode-se afirmar, então, que o chamado “desquite” tinha como propósito separar os corpos, mas não romper em definitivo com a união matrimonial, que só seria dissolvida mesmo após a morte. Diante do debate, Julia Lopes também defendeu o divórcio, apesar de não sinalizar claramente se era de acordo apenas com a separação física dos cônjuges ou com o vínculo matrimonial de forma integral.

Em uma das crônicas publicadas, a personagem humilhada pensa em se matar com um tiro no peito, tendo em vista os vexames diários pelos quais passava ao ser chamada de idiota pelo marido. Ao refletir sobre as consequências do possível ato, ponderava:

Estou a cegar os olhos com tanto choro... e afinal essa solução seria estúpida... seria ridícula!... Antes o divórcio... sim ... Se ele recomeçar algum dia a chamar-me de idiota... o que tenho de mais sensato a fazer não é matar-me, é divorciar-me! Vou para a Europa; ele que fique por cá. Morar na mesma cidade é que não quero, que se porá a rondar-me a porta.<sup>379</sup>

Percebe-se que D. Júlia também se preocupava com a perseguição do homem à mulher após uma separação não amigável, uma vez que a intimidação era frequentemente utilizada pelo sexo masculino. Ao finalizar a discussão, cabe salientar que a escritora via na questão sobre a possibilidade do divórcio, uma forma de assegurar comprometimento no casamento. Em *Os serões familiares*, reivindicou:

[...] o divórcio não é só uma libertação para os casamentos desgraçados, como uma ameaça útil para os felizes. O homem ama tanto mais a mulher quanto tenha medo de perdê-la. É talvez por isso que em certas ligações ilegais as mulheres são adoradas como deusas, enquanto que nas legítimas são tratadas como criaturas humanas sujeitas a defeitos... É que os bens definitivos acabam por nem parecerem bens, se não se erguer diante deles uma ameaça qualquer... Quem sabe? O divórcio desempenhará talvez bem esse papel, guardando à vista, como uma sentinela, a felicidade do lar. Uma ideia! Para castigo do sofrimento que meu marido me infligiu ontem, quem vai logo a noite a fazer apologia do divórcio, sou eu! Sempre quero ver a cara que ele faz.<sup>380</sup>

Ainda nesse campo de conquistas femininas, durante a segunda metade do século XX, D. Júlia expandiu seu foco de ação, pois, além de continuar com suas conferências literárias de natureza beneficente, integrou a *Associação da Mulher Brasileira*. A instituição foi

<sup>378</sup> BRASIL. Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977. Regula os casos de dissolução conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6515.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6515.htm). Acesso: 10 de set. 2017.

<sup>379</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Eles e elas...Op. cit.* p. 70.

<sup>380</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Eles e elas...Op. cit.* p. (84-85).

fundada no ano de 1916 e tinha como objetivo principal não apenas inaugurar uma filantropia dedicada a causa feminina, mas de submetê-la a um programa, tornando-a mais produtiva e eficaz.<sup>381</sup> Como representante benemérita da instituição, Júlia Lopes de Almeida prosseguia na luta pelo progresso intelectual da mulher e participava de diversas ações como se verá a seguir.

### 3.2 – Eventos sociais e literários: das reuniões beneficentes à fundação da *Associação da Mulher Brasileira*

No decorrer do século XX as mulheres de elite do Rio de Janeiro tiveram um papel importante na sociedade, pois além de continuar as ações caritativas iniciadas em fins do XIX, também trataram de desenvolver programas de filantropia cujo foco era a mulher nas diversas esferas da sociedade.

No entanto, esse trabalho de maior alcance, não impediu D. Júlia, individualmente, de continuar suas conferências literárias a fim de ajudar com o valor arrecadado, as pessoas mais necessitadas. No ano de 1912, a escritora organizou uma festa infantil, no qual contou histórias para crianças pobres. O objetivo da ação era auxiliar a *Caixa Escolar Barão do Rio Branco*, fundada pelo prefeito de Poços de Caldas (MG), Dr. Francisco Escobar, oportunidade que acumulou quatro contos de réis.<sup>382</sup>

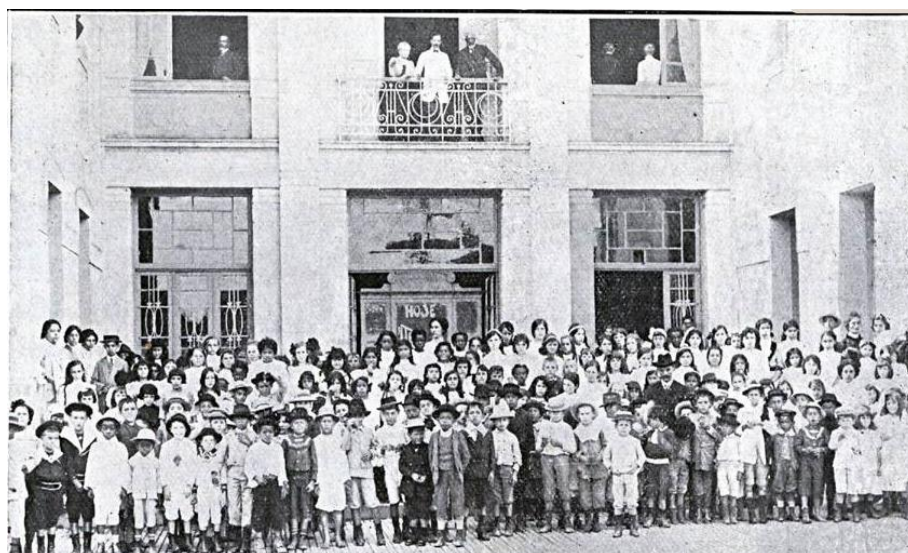


Fig. 16 – Estação Thermal em Poços de Caldas (na sacada ao centro está Júlia Lopes de Almeida com outros dois homens não identificados)(Fonte: *Fon-Fon* (RJ), 15/06/1912, p. 40)

<sup>381</sup> Na coluna *Consultório da Mulher*, Selda Potocka trouxe a novidade da associação a ser fundada. Ver *O País* (RJ), 27/08/1916, p. 5.

<sup>382</sup> *Fon-Fon* (RJ), 15/06/1912, p. 40.

As aparições públicas da escritora, quando não realizadas com o intuito da caridade ou da literatura, estavam atreladas a formação cultural dela e de sua prole. Em 1914, notou-se a presença de Filinto de Almeida, D. Júlia e os filhos Albano, Afonso, Margarida e Lúcia na exposição de Antonio Carneiro, hóspede e amigo do casal. Cabe destacar, que na mostra do artista lusitano também esteve presente o então presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca e sua esposa, o que indica que D. Júlia frequentava os mesmos ambientes que as altas esferas de poder da República.<sup>383</sup>

Já no ano de 1916, registrou-se na imprensa fluminense a fundação da *Associação da Mulher Brasileira*, entidade formada por um grupo:

[...] de senhoras das mais ilustres da sociedade do Rio, à frente das quais se colocou Mme. Nicola de Teffé,<sup>384</sup> está promovendo a fundação de uma associação feminina, destinada a proteger e auxiliar a mulher em todos os aspectos sociais da sua desvalidez. A obra benemerita a que essas ‘grandes damas’ vão dedicar a sua influência, põe-nos na presença de uma das mais belas iniciativas filantrópicas que se tem visto no Brasil.<sup>385</sup>

No entanto, ainda complementou o jornal, a instituição era diferente de tudo aquilo já visto em terras brasileiras, já que pretendia fornecer um auxílio integral à mulher, tendo em vista todas as suas mazelas. Assim, no que diz respeito à caridade feminina no Brasil daquele tempo:

[...] com certeza se tem exercido esplendidamente em nosso meio, mas de um modo fragmentário e dispersivo. Pela primeira vez o altruísmo da mulher, com uma orientação prática, vai exercer-se em uma obra sistemática, de enorme amplitude, que abrange todas as esferas do sofrimento feminino.<sup>386</sup>

Os membros da entidade faziam parte dos círculos sociais da elite do Rio de Janeiro e sua diretoria contava com os nomes de peso como de Mme. Selda Potocka Malheiro Dias, que ficava a cargo da secretaria; Mme. Nicola Murinelly de Teffé, nomeada presidente e Mlle. Astréa Palm, que era a tesoureira.<sup>387</sup>

<sup>383</sup> *A Época* (RJ), 20/07/1914. p. 4.

<sup>384</sup> Ao que tudo indica, Nicola de Teffé era esposa de Álvaro de Teffé, irmão da primeira mulher cartunista do Brasil, Nair de Teffé. Cumpre lembrar, ainda, que Nair de Teffé foi a segunda mulher do presidente da República Hermes da Fonseca, cargo exercido entre os anos de 1910 e 1914. Ver *Revista da Semana* (RJ), 02/09/1916, p. 27.

<sup>385</sup> *Idem*.

<sup>386</sup> *Idem*.

<sup>387</sup> Pode-se ver na figura 17 a reunião inaugural da entidade, na qual participou Julia Lopes de Almeida. Segundo a legenda da época: “Grupo tirado na residência de Mme. Alvaro de Teffé, por ocasião da fundação da *Associação da Mulher Brasileira* e onde se veem, ao centro, no sofá, a Sra. D. Júlia Lopes de Almeida, que presidiu à sessão de instalação da benemerita instituição, o ilustre escritor Medeiros de Albuquerque, Sra. D.



**Fig. 17 – No sofá principal: D. Julia Lopes, Medeiros de Albuquerque, D. Nicola de Teffé e a senhorita Astréa Palm. (Fonte: *Fon-Fon* (RJ), 16/09/1916, p. 20)**

Em 16 de setembro de 1916, já como uma das representantes beneméritas da instituição, Júlia Lopes continuou seu trabalho de divulgação literária e filantrópica ao dissertar sobre temas caros ao sexo feminino, como se verifica no evento realizado na Escola de Belas-Artes:

No majestoso salão da Escola de Belas-Artes realiza, às 4 e ½ da tarde de hoje, a sua anunciada conferência, a ilustre romancista D. Júlia Lopes de Almeida, cujo nome eminente se acha também associado ao grande empreendimento benemérito da *Associação da Mulher Brasileira*. A consagrada escritora dissertará sobre *A Mulher e a Arte*, e a sua conferência será a quinta da série organizada para a comemoração do centenário do ensino de Belas-Artes no Brasil.<sup>388</sup>

As conferências também não ficaram restritas à cidade do Rio de Janeiro, pois verificou-se que em 12 de maio de 1918, no jornal *O País*, publicou-se na seção *Notícias do Rio Grande do Sul*, o programa de homenagens que seriam prestadas à D. Júlia durante a sua passagem pelo sul do Brasil. Além da apresentação da conferência *A Mulher e a Arte*, no teatro S. Pedro, à prestigiada escritora foi oferecido um baile, com apresentação dos poetas

---

Nicola de Teffé, Presidente da Diretoria e senhorita Astréa Palm, Diretora Tesoureira”. (Fonte: *Fon-Fon* (RJ), 16/09/1916, p. 20)

<sup>388</sup> *Revista da Semana* (RJ), 16/09/1916. p. 17

Felipe de Oliveira e Mansueto Bernardi, uma solenidade denominada “O dia das mães”. Além disso, a escritora participou de outras atividades na Associação Cristã de Moços.<sup>389</sup>

Em 1919, de volta a capital fluminense, a literata expôs novamente a conferência *A Mulher e a Arte* em evento com fins filantrópicos em prol da Casa de Santa Ignez.<sup>390</sup> A instituição era uma casa de repouso que recebia moças solteiras, pobres, costureiras, caixeiras, operárias que, enfraquecidas pelo trabalho e em via de se tornarem tuberculosas, tinham abrigo e proteção na instituição. A inspiração vinha da congênera francesa *Champ Rosé* e na ata de instalação da referida entidade constaram os seguintes nomes: “Mmes. Mary Pessoa, Lavinia Guimarães e Evelina Burlamaqui, Mlle Laura Pederneiras e Srs. Drs. Souza Leão e Luiz Guimarães Filho, diretores do estabelecimento...”.<sup>391</sup> Cabe destacar, que a inauguração ocorreu no dia 21 de agosto de 1919, no Palácio do Catete, tendo em vista que a Mmes Mary Pessoa era a esposa do então presidente da República, Epitácio Pessoa.<sup>392</sup>

No dia 08 de novembro do mesmo ano, Júlia Lopes de Almeida proferiu a palestra de abertura intitulada *A mulher e a guerra*, durante a fundação da Universidade Feminina Literária e Artística, na cidade de São Paulo, que era destinada a ser:

[...] uma Universidade Livre, moldada pela conhecida *Université des Annales*, de Paris, a qual é dirigida por mme. Yvonne Sarcey, filha de François Sarcey, onde se realizam cursos literários e artísticos dedicados às senhoras e senhorinhas.... pretende proporcionar conferências por distintos escritores, acerca da literatura e artes brasileiras e portuguesas.<sup>393</sup>

Percebe-se que Júlia Lopes, além de participar dos círculos sociais e literários do Rio de Janeiro, cidade em que viveu a maior parte de sua vida, também tinha grande influência nas rodas intelectuais paulistanas. A Universidade Feminina foi uma iniciativa da professora paulista Altina Jardim, “senhora acatadíssima, pelo cultivo intelectual e reconhecida proficiência no magistério”, e que só se realizou pelo “patrocínio de nomes consagrados, entre eles Júlio de Mesquita, Washington Luís, Alfredo Pujol, Vergueiro Steidel, Aguiar de Andrade e Caio Prado”.<sup>394</sup> Antes da apresentação da conferência:

O dr. Roberto Moreira saudou, em eloquente discurso, a ilustre escritora d. Júlia Lopes de Almeida, que tinha vindo especialmente do Rio, para realizar

<sup>389</sup> *O País* (RJ), 12/05/1918. p. 6

<sup>390</sup> *A Rua: Semanário Ilustrado* (RJ), 09/10/1919. p. 5

<sup>391</sup> *A Noite* (RJ), 21/08/1919. p.4

<sup>392</sup> Segundo o jornal *O País*, Mary Pessoa era a mulher de Epitácio Pessoa (*A Noite* (RJ), 21/08/1919. p.4). Cumpre esclarecer que a primeira mulher do presidente foi Francisca Chagas e a segunda, Maria da Conceição Mando Saião. A imprensa referia-se à segunda mulher, a maioria das vezes, como Mary Pessoa. Sobre as mulheres de Epitácio Pessoa ver SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Op. cit.* p. 471.

<sup>393</sup> *A Época* (RJ), 30/10/1919. p. 3

<sup>394</sup> *O País* (RJ), 04/11/1919. p. 5

a primeira conferência da nova instituição, enaltecendo a sua obra e as duas excelsas qualidades de mulher.<sup>395</sup>

Assim, o conteúdo do discurso incentivava a paz e alertava para o trabalho digno da mulher na Primeira Guerra Mundial. Desta forma, Julia Lopes “desfraldou nestas novas páginas a bandeira de pacifista, recamando-a de ideias e argumentos de grande penetração”. O evento contou ainda com a presença de sua filha Margarida que, juntamente com Maria Helena Prado, declamaram versos.<sup>396</sup>

Em 1919, na cidade do Rio de Janeiro, foi criada uma instituição semelhante à paulistana, mas que ampliaria o auxílio à mulher também na esfera do trabalho. Tratava-se da *Legião da Mulher Brasileira*, entidade que buscava “promover a colocação da mulher necessitada, angariar-lhe trabalho, guiá-la, aconselhá-la, fornecer-lhe informações úteis, e igualmente receber e transmitir encomendas de trabalho de costura, de arte feminina e doméstica, ou a sua venda”.<sup>397</sup> A primeira diretoria contava com os nomes Julia Lopes de Almeida, presidente honorária;<sup>398</sup> Alice Rego Monteiro, presidente efetiva; Bertha Lutz, diretora; Magnólia Vinhaes e Maria Francisca Lutz, secretárias; Olga Doyle e Luzia Serran, tesoureiras e Addy Simona, bibliotecária.<sup>399</sup>

A proposta da instituição era ter um caráter não-religioso, fato que incomodou o jornal católico *A União*. De acordo com a folha, o programa da associação era:

[...] vasto e muito louvável. Fazemos sinceros votos para que sejam bem sucedidos os bons intuitos das associadas. Mas, não só pela falta de espírito religioso no programa, como pelo conhecimento que temos dos nomes da maioria dos associados, umas livres pensadoras, outras protestantes, coligimos que se trata de uma organização fora inteiramente dos moldes da Igreja Católica. Daí a inconveniência de nela se alistarem as senhoras e senhoritas Católicas.<sup>400</sup>

Observa-se na imprensa que não foi só com a referida folha que a *Legião da Mulher Brasileira* enfrentou desentendimentos. Em 15 de março de 1920, na reunião de instalação da entidade, o padre João Gualberto roubou a cena e orientou, no que tange à moral e à religião, a condução do programa. Para o clérigo:

<sup>395</sup> *A Cigarra* (SP), 15/11/1919, p. 32.

<sup>396</sup> *O Paiz* (RJ), 21/11/1919, p. 5

<sup>397</sup> *O Malho* (RJ), 29/11/1919, p. 24

<sup>398</sup> Cabe destacar que a relação próxima e produtiva que D. Júlia e Mary Pessoa tiveram na *Legião da Mulher Brasileira* propiciou a continuidade no comando da instituição. Em 1920, destacou-se no *Jornal do Brasil* (RJ) a cerimônia de posse das novas diretoras da entidade, no qual constou o nome de ambas nas mesmas funções. *O Jornal* (RJ), 17/05/1920, p. 5.

<sup>399</sup> Na *Comissão de Cultura Artística e Intelectual*, contava como diretoras Margarida, filha de Júlia Lopes, e a poetisa Cecília Meireles (1901-1964). Ver *A União* (RJ), 30/10/1919, p. 1

<sup>400</sup> *Idem*.

Não deviam ser excluídos os que não comungassem na mesma doutrina. O fim principal da sociedade era fazer o Bem e o Bem não distingue crenças, mas devia ser o lema sagrado da Legião, presidir os seus desígnos debaixo dos ensinamentos do Cristianismo, de acordo com a religião Católica.<sup>401</sup>

Apesar da boa intenção de Gualberto, o discurso causou grande revolta entre as associadas, que se levantaram das cadeiras e retiraram-se do recinto. No entendimento das filiadas “a Legião, formada por senhoras de diferentes credos religiosos não devia admitir injunções de quem quer que fosse, de maneira a abalar o sentimento religioso que divergia por completo entre os presentes”. Assim, como registrou-se nas páginas de *O Jornal*, “no meio de uma grande balbúrdia, se encerrou a sessão...”.<sup>402</sup>

Ainda no que se refere à trajetória da filantropia no transcorrer do século XIX para o XX, cabe destacar a mudança na interferência da Igreja na prática caritativa. Se no início, a atividade dessas mulheres, obrigatoriamente, estava vinculada à religião e geralmente ao Catolicismo, aos poucos esse viés se alterou e passou a compreender um grupo heterogêneo de credos e de mulheres que, independentemente do ponto de vista religioso, decidiam as posições e rumos do movimento filantrópico no Brasil.

Ainda em 1920, além da preocupação com a mulher em sua integralidade, registrou-se na imprensa, a preocupação de D. Júlia em participar de eventos que discutissem a infância no Brasil. Diferente de ações pontuais, anteriormente praticadas pela escritora, a proposta então era propiciar um programa de auxílio amplo à infância brasileira. *O Jornal* noticiou a adesão da escritora na proposta de se realizar o *Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância* no país.<sup>403</sup>

Dessa forma, tão importante quanto esses projetos filantrópicos, foi a agenda ambiental da escritora, que desde o início da década de 1910, era contra as intervenções que a prefeitura queria fazer no morro de Santo Antônio. D. Júlia, preocupada com a urbanização crescente, tinha como modelo de organização a ideia de “cidade jardim”, em outras palavras, uma comunidade cercada por um cinturão verde. Comprometida na causa, para que sua proposta fosse conhecida nos círculos literários, escreveu uma série de ensaios nas páginas de *O País* e publicou sua “tetralogia verde”, composta de volumes dedicados à questão.

### 3.3 – Cidade jardim: um projeto ambiental para o Rio de Janeiro

---

<sup>401</sup> *O Jornal* (RJ), 16/03/1920. p. 7

<sup>402</sup> Idem.

<sup>403</sup> *O Jornal* (RJ), 21/04/1920. p. 3.

A cidade jardim foi um modelo de urbe concebido por Ebenezer Howard (1850-1928) que consistia em uma coletividade autônoma cercada por um cinturão verde em um meio-termo entre campo e cidade.<sup>404</sup> A presente pesquisa não conseguiu identificar se D. Júlia se inspirou no urbanista inglês para formular suas ideias sobre o tema. No entanto, as propostas de ambos eram bem semelhantes, haja vista o projeto urbanístico e ambiental imaginado pela escritora para a cidade fluminense.

Em seus escritos Julia Lopes concebia que o Morro de Santo Antonio fosse preservado, e não houvesse nenhuma interferência danosa. Além disso, seria ajardinado, com uma estrada circular, abrindo-se, em um dos lados, para a vista no alto. A luta política travada para que seu sonho se tornasse realidade foi intensa a ponto de conclamar apoio nas páginas do jornal:

Quem me ajudará a defender este formoso morro de Santo Antonio da ameaça de morte com que o afligem agora? Será possível que toda a gente desta cidade maravilhosa seja indiferente à beleza e ao futuro deste sítio de tão pitoresca topografia, a ponto de consentir, sem reflexão nem tino, no seu arrazamento?! (...) o arrazamento do morro de Santo Antonio poderá favorecer interesses pessoais, traduzidos em lucro monetário ao sindicato estrangeiro que o premedita (...).<sup>405</sup>

No entanto, um leitor de nome Sr. Georges Smills, era favorável à destruição do morro, segundo consta em texto publicado em 13 de fevereiro de 1910:

Com aquela incomparável “verve” de sempre, a ilustre escritora D. Julia Lopes de Almeida, em uma enérgica crônica, sob a epígrafe *Crime Premeditado*, protesta contra a iniciativa do arrasamento do morro de Santo Antonio, uma das medidas mais úteis em prol do saneamento da cidade e que constituirá o mais belo feito da administração do honrado e atual prefeito municipal. Que a eminente escritora releve a ousadia dessas linhas, mas não lhe assiste absolutamente razão em pugnar pela permanência dessa excrecência no coração da cidade e em cujo cimo fervilham as mais perigosas infecções.<sup>406</sup>

Do mesmo modo que Júlia Lopes, Carmem Dolores (1852-1910), em sua seção intitulada *A Semana*, saiu em defesa da manutenção do morro:

Ora, temos aqui a felicidade de possuir o lindo Outeiro da Glória, os formosos morros de Santa Tereza e Santo Antonio, maltratados, sim, não recebendo os cuidados a quem tem incontestável direito, as podendo de um minuto para outro, graças a algum prefeito, cuja caprichosa simpatia se volte para esses sítios, merecer o devido trato, o preciso embelezamento. E

<sup>404</sup> HOWARD, Ebenezer. *Cidades-jardins de amanhã*. São Paulo: Hucitec, 2002. p.5

<sup>405</sup> *O País* (RJ), 08/02/1910. p. 1

<sup>406</sup> *O País* (RJ), 13/02/1910. p. 6.



havemos agora deixar por abaixo o Santo Antonio, para que lucre um sindicato estrangeiro com esse arrazamento.<sup>407</sup>

Outra elevação bem popular na região central do Rio de Janeiro era o Morro do Castelo, que, para D. Júlia, poderia ser derrubado, tendo em vista que já estava meio arruinado, e por isso, deixava a cidade feia, além de interceptar, em grande parte, o ar puro da Barra:<sup>408</sup>

Compreende-se que o Castelo desapareça, para que da bahia o viajante logo ao primeiro golpe de vista alcance grande parte da cidade, que ele encobre hoje com seu corpo de corcunda mutilado e inútil. Aplanada sua área, o Rio de Janeiro parecerá, contemplado do mar, de redobrada extensão e tresdobrada beleza.<sup>409</sup>

A luta da escritora em manter a elevação foi tão efusiva que, de fato, enquanto a escritora esteve viva, o morro de Santo Antonio foi preservado, diferente do Castelo, derrubado na década de 1920. Afonso Lopes de Almeida, filho da escritora, comentou sobre a repercussão do caso:

O morro do Santo Antonio só não foi arrasado pela oposição levantada por ela {Julia} na imprensa, ela queria-o ajardinado, de alto a baixo, como uma estrada circular que lhe abrisse os flancos em suaves aclives. As construções far-se-iam apenas de um lado; do outro, deveria abrir-se a vista, por livres panoramas. Em cima, um amplo jardim e ao centro, dominando a cidade, o grandioso palácio do Parlamento... O caminho aéreo do Pão de Açúcar deve-se, tanto à energia e ao arrojo do coronel Fridolino Cardoso, quanto à ardente imaginação criadora de minha Mãe.<sup>410</sup>

Outro ponto sempre destacado no ideal urbanístico da literata era a apresentação da cidade, que deveria ser valorizada ao máximo: “A entrada do Rio de Janeiro por terra, isto é,- para quem vem pela central, é de uma fealdade verdadeiramente inqualificável”.<sup>411</sup> Tendo em vista os escassos recursos destinados a tal fim, Júlia Lopes de Almeida incentivou em seus escritos um plano de ornamentação mais econômico, pois a árvore é “um recurso maravilhoso para o embelezamento fácil e barato das vias públicas, e Deus sabe quanto as dessa zona batida de sol se sentiriam refrigeradas e agradecidas, se as ensombrassem com as copas redondas de arvoredos bem escolhidos”.<sup>412</sup>

<sup>407</sup> *O País* (RJ), 13/02/1910, p. 1.

<sup>408</sup> *O País* (RJ), 08/02/1910, p. 1.

<sup>409</sup> *Idem.*

<sup>410</sup> ALMEIDA, Afonso Lopes de. “D. Júlia Lopes de Almeida”, in *Cadernos 5*. Rio de Janeiro: Academia Carioca de Letras, 1943. p. 30.

<sup>411</sup> *O País* (RJ), 03/05/1910, p. 01.

<sup>412</sup> *Idem.*

Além do debate travado nas páginas da imprensa, a escritora tinha a intenção de demonstrar o quanto o meio ambiente era importante e como devia ser preservado. Para tal, Júlia Lopes escreveu um conjunto de obras ao longo de dez anos cuja temática era a natureza sobre os mais variados aspectos. Dessa gama fazem parte: *Correio da Roça* (1913), *A Árvore* (1916), *Jardim Florido* (1922) e *Oração à Santa Doroteia* (1923). Cabe mostrar que esta tetralogia veio à baila em um momento fundamental da Primeira República. De acordo com a Constituição de 1891, a prerrogativa de legislar o meio ambiente era dos Estados, já que o Governo Federal se eximia da tarefa.

Preocupada em trazer tal pauta ao debate, a escritora decidiu usar o meio rural como pano de fundo de um dos seus romances, intitulado *Correio da Roça* (1913), iniciando dessa forma o chamado “ciclo verde”, nome dado pelos estudiosos da obra de D. Júlia a este conjunto de livros.

### 3.3.1 – *Correio da Roça* (1913)

Quando a obra foi lançada, galgou sucesso de crítica e público, inclusive foi referendada pelo crítico da revista paulistana *Chácaras e Quintais*<sup>413</sup>, que na ocasião da primeira edição do periódico, apontou o livro como se valesse um Ministério da Agricultura inteiro<sup>414</sup>. Ainda no que se refere ao sucesso de vendas, em prefácio para a sexta edição, Júlia Lopes de Almeida, comentara a impressão que a obra suscitou de norte a sul do país. Muitas cartas foram enviadas à literata, sobretudo, para relatar casos de reconciliação entre famílias, tal como havido ocorrido na narrativa ficcional. Em umas das cartas, havia o relato de:

[...] um marido cuja esposa não queria abandonar a cidade, enquanto ele labutava rudemente na fazenda, que fora com inefável surpresa que vira chegar um dia a ele, resolvida a compartilhar do bom e do mau, conforme frase sua, na colaboração dos seus trabalhos. Mostrando-se espantado de tal resolução, a mulher limitou-se a mostrar-lhe uma brochura do *Correio da Roça* e dizer-lhe: - Quero ver se é verdade o que está escrito aqui...Tinha ocorrido esta cena havia mais de um ano e ela continuava distraída que tomara a seu cargo.<sup>415</sup>

<sup>413</sup> Foi uma revista criada em 1909 pelo italiano Amadeu Amadei Barbiellini e era voltada para instruir às tarefas do campo, com linguagem de fácil entendimento pelos leigos. Também trazia artigos de cunho científico, os quais muitos autores renomados publicavam. Ver MARTINS, Ana Luzia. *Revistas em revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001. p. 298

<sup>414</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Correio da Roça*. Rio de Janeiro: Presença Edições: Brasília: INL – Instituto Nacional do Livro, 1987. p. 26.

<sup>415</sup> Idem. p. 25.

No que diz respeito ao campo da intimidade, os diários e as cartas tomaram forma e encontraram terreno fértil para se desenvolverem, sejam em tom de desabafo ou até mesmo de comentários críticos. Mas a partir das generalidades, têm-se as diferenças. O diário é algo íntimo, guardado a “sete chaves”, enquanto a carta, sugere um diálogo entre duas ou mais pessoas, que nem sempre chega a ser pública, mas foge da esfera intimista. Como bem apontou Sylvia Perlingeiro Paixão:

a carta vai se diferenciar do diário a partir do momento em que deixa de ser um solilóquio: a correspondência supõe um diálogo, uma troca de informação a dois...Mais do que isso, este tipo de texto mostra como o narrador está envolvido ao exemplificar o que aconteceu ontem, ou até mesmo minutos antes da escrita. Seguem-se as ações: escrita/confissão entre interlocutores que estão separados temporal e geograficamente. <sup>416</sup>

Assim nasceu o romance epistolar, do qual a escritora Júlia Lopes de Almeida é tributária. Anterior ao romance propriamente dito (final do século XVII e início do XVIII), a escrita por meio de cartas foi um modo popular usado para compor narrativas, tendo se firmado na França e na Inglaterra, devido ao desenvolvimento dos correios nestas regiões. Mais uma vez, alerta Sylvia Paixão, as cartas eram lidas cuidadosamente e com prazer não só pelo destinatário, mas também por seus amigos, o que tornava esta forma ainda mais popular.<sup>417</sup>

Cabe, portanto, apresentar as personagens principais de *Correio da Roça*: Maria e Fernanda, que trocavam constantemente cartas, além de outras figuras secundárias na trama como as filhas de Maria (Cecília, Cordélia, Joantina e Clara).

Na tessitura da narrativa, Maria e suas quatro filhas, devido a problemas financeiros, se veem obrigadas a fugir da cidade e morarem em sua propriedade rural, fato que as desgostaram profundamente:

Aqui vivemos sem humilhação, é verdade, mas como enorme tristeza e curtos haveres. Minhas filhas, coitadas, passam o dia bocejando e desaprendendo o que estudaram no colégio. De que lhes valerão agora as prendas com que se ornaram para brilhar na sociedade? O imenso casarão em que moramos tem ares de convento velho no meio de um terreiro árido e melancólico.<sup>418</sup>

É a partir deste momento que se pode perceber uma intersecção entre as mulheres e o projeto ambiental idealizado por Júlia Lopes. O campo seria o lugar no qual este caleidoscópio de identidades femininas conseguiriam viver em paz e harmonicamente.

<sup>416</sup> PAIXÃO, Sylvia Perlingeiro. Introdução. IN: ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Correio da Roça*. Rio de Janeiro: Presença Edições: Brasília: INL – Instituto Nacional do Livro, 1987. p. 12.

<sup>417</sup> Idem. p. 13.

<sup>418</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Correio da ... Op. cit.* (p. 30-31).

Para Ana Helena Cizotto Belline, a forma como a personagem Fernanda ajudava suas amigas e se adaptarem às condições adversas no campo seria, na verdade, um alter-ego<sup>419</sup> da escritora. Esta, portanto, estaria comprometida com o progresso da mulher brasileira e a outra, com o aperfeiçoamento da mesma nas lides do campo.

Desta forma, em *Correio da Roça*, a personagem Fernanda ensina Maria como se daria o bem viver e o perfeito equilíbrio entre mulher e a natureza. Pode-se concluir que a obra sinalizou uma busca do autoconhecimento feminino, de sua identidade, deixando de lado aspectos da autoridade do homem. Aliás, há poucas aparições masculinas no enredo, o que leva a crer na ideia de uma comunidade campestre, feminina e autônoma.

Cabe lembrar ainda, que essa relação entre mulher e campo, isto é, a figura da “mãe terra” é bem antiga. Uma das primeiras representações divinas criadas pelos seres humanos foi a figura da “Deusa”, criadora primária, denominada Gaia. Segundo Júlia Lopes, era imprescindível o contato da mulher com o mais feminino dos elementos, a terra. Assim, a escritora compreendia que o “campo brasileiro será eternamente triste se a mulher educada que o habita não se interessar pela sua fartura e sua poesia”.<sup>420</sup>

### 3.3.2 – *A Árvore* (1916)

A importância do campo também pode ser averiguada no ensaio etnobotânico intitulado *A Árvore* (1916). Ao utilizar-se de um provérbio da época, Almeida demonstrou o intuito da obra:

Quem mata uma árvore mata um homem. Quem a boa árvore se encosta, boa sombra o cobre. Quem corta um galho sem razão, deve Deus cortar-lhe a mão. Mão que semeia é mão que abençoa. A copa da árvore é o teto dos que não tem casa. Cada boa árvore que se planta é o teto dos que não tem casa. Cada boa árvore que se planta é um bom legado que se deixa. De árvore caída todos fazem lenha<sup>421</sup>.

Nesta perspectiva, a obra se propõe a apresentar a importância para a fauna e a flora brasileira dos diversos tipos de árvores encontradas no país, sendo as mais importantes: o pau-brasil, as palmeiras, a carnaúba, o cacau, o sino da floresta, a amendoeira, o mamoeiro, o

<sup>419</sup> BELLINE, Ana Helena Cizotto. Mulher, trabalho e casamento na ficção brasileira da virada do século XX. In: *GEL Estudos lingüísticos* LI, 2004, Taubaté. *GEL Estudos lingüísticos* XXXIII. Campinas: UNICAMP, 2003. p.4.

<sup>420</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Correio da ... Op. cit.* p. 29.

<sup>421</sup> ALMEIDA, Afonso Lopes de; ALMEIDA, Julia Lopes de. *A Árvore*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916. p. 06.

jacarandá, o pinheiro, a mamoneira, as sequoias, o castanheiro de São Vicente, o baobá, as jabuticabeiras, as oliveiras, a laranjeira, a tília, a jarina, entre outras.

Em um exame geral, a obra figura entre aquelas que hoje se intitulam como paradidática, isto é, livros não utilizados diretamente como manuais didáticos, mas que podem auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. A partir de um excerto retirado da obra, percebe-se como esta servia para tal fim:

O eucalipto, de que há cento e oitenta espécies, é uma árvore australiana; cresce depressa e sua madeira é dura, resinosa e boa para construções. Devido ao desenvolvimento rápido que tem, esta árvore carece de muito sustento. Absorve por isso toda a humidade do solo; o que faz com que seja utilíssima nos lugares encharcados ou pantanosos, que ela torna seco e salubres.<sup>422</sup>

A obra de Júlia Lopes já se adequava a tal temática, sobretudo, nas considerações do texto “A ruína, pelo desaparecimento das florestas”. Para Almeida:

... o globo terrestre é um imenso organismo de algum modo vivo, cujas partes têm funções independentes, mas que de alguma forma se comunicam e auxiliam intimamente entre si. Não se pode alterar e suprimir uma simples peça desta máquina colossal, sem que todo o organismo se ressinta. Cortar uma árvore é estrangular um nervo do planeta em que vivemos<sup>423</sup>.

Assim, ao lutar pela preservação das florestas e fazer uma tipologia das espécies em extinção no país, prosseguiu com sua concepção de jardinagem.

### 3.3.3 – *Jardim Florido* (1922)

No mesmo tom de instrução, *Jardim Florido* foi publicado em 1922 com proposta de organizar e elucidar as técnicas de jardinagem. Segundo Almeida, jardinagem é “a arte de domesticar a planta” e de entender “como os animais, as plantas tem o seu modo de ser, por vezes rebelde. O carinho dispensado a uma nem sempre convém à outra”.<sup>424</sup>

A referida obra desempenhou um papel técnico, visto ter servido como manual para aqueles que se iniciaram na tarefa de embelezamento dos jardins. Ademais, teve o intuito de persuadir as mulheres a este campo:

Isso não é um compêndio de jardinagem científica, é apenas um estímulo para a prática da jardinagem fácil, daquela que quase toda a gente pode fazer e não faz porque não se lembra disso. Não se dirige aos grandes cultivadores, que sabem

<sup>422</sup> Idem. p.127.

<sup>423</sup> ALMEIDA, Afonso Lopes de; ALMEIDA, Julia Lopes de. *A Árvore... Op. cit.* p. 178.

<sup>424</sup> ALMEIDA, Julia Lopes de. *Jardim Florido*. Rio de Janeiro: Livraria Leite Ribeiro, 1922. p. 23.

tudo e mais alguma coisa, mas aos inexperientes de boa vontade e sobretudo a mulher, que no Brasil não parece suficientemente interessada pela cultura de seus campos, dos seus pomares e dos seus jardins.<sup>425</sup>

Ainda sob a batuta dos valores estrangeiros, sobretudo franceses, era comum os brasileiros se adequarem às condições climáticas e atmosféricas do hemisfério norte apesar de estarem nos trópicos. No capítulo *As estações*, Júlia Lopes orientou seus leitores para não cometer tal erro:

No Brasil:

Verão – de 21 de dezembro a 21 de março

Outono – de 21 de março a 21 de junho

Inverno – de 21 de junho a 21 de setembro

Primavera – de 21 de setembro a 21 de dezembro.

Como há muita gente que se guia pelos livros europeus no tratamento de seus jardins, convém saber-se quais os meses que no nosso hemisfério correspondem aos meses do hemisfério europeu, em relação às suas condições atmosféricas.

<b>Brasil</b>		<b>Europa</b>
Janeiro	... corresponde a...	Julho
Fevereiro	... corresponde a...	Agosto
Março	... corresponde a...	Setembro
Abril	... corresponde a...	Outubro
Maio	... corresponde a...	Novembro
Junho	... corresponde a...	Dezembro
Julho	... corresponde a...	Janeiro
Agosto	... corresponde a...	Fevereiro
Setembro	... corresponde a...	Março
Outubro	... corresponde a...	Abril
Novembro	... corresponde a...	Maio
Dezembro	... corresponde a...	Junho <sup>426</sup> .

A obra também contou com um índice que trazia os termos comumente usados nas técnicas de jardinagem tais como acaule, adventícios, alternos, alporque, anfíbios, androceu, anual, bolbo, clorofila, entre outros. Mas, mesmo assim, percebe-se o caráter didático de seu conteúdo, pois ao explicar os conceitos oriundos da botânica, se fazia aos seus leitores de um modo simples e prático.

Júlia Lopes de Almeida defendeu uma das ações que foram o *leitmotiv* de escritores e jornalistas cariocas, uma vez que tais propostas vieram ao encontro do projeto de urbanização e paisagismo que passavam as grandes cidades, qual seja, a necessidade de embelezamento urbano por intermédio do cultivo de jardins.

---

<sup>425</sup> Idem.

<sup>426</sup> Idem. p. 28.

A última obra que integra a tetralogia do chamado “ciclo verde” da escritora veio à tona em 1923. Tratava-se da conferência *Oração à Santa Doroteia* na qual se defendeu de forma exponencial a prática e o embelezamento urbano, sobretudo, como um meio de integrar o homem e natureza num único espaço.

### 3.3.4 – *Oração à Santa Doroteia* (1923)

Não foi à toa que Júlia Lopes recorreu à imagem de uma santa para sustentar os argumentos de sua conferência. Em um primeiro momento, Júlia utilizou a religiosidade do povo brasileiro, para evidenciar a importância de sua palestra, para em seguida, se beneficiar de sua devoção às flores, justificando assim sua autoridade para discursar sobre o tema. A santa escolhida como mote de sua preleção, Doroteia, foi uma jovem nascida na região da Capadócia, Turquia e conhecida por oferecer sua virgindade a Deus, algo que lhe causou um duro martírio. Por este motivo, ao longo da história religiosa fora associada à figura das rosas, já que estas sempre foram sinônimo de pureza e beleza. Com o passar do tempo, a Santa também foi eleita padroeira dos jardins:

Minha Santa Doroteia, padroeira dos jardins, vaso rutilante a transbordar de aromas, alma que se desfaz em sol que fecunda e aquece em orvalho que reanima e brilha, perdoai-me a irreverência e fazei-me penetrar de joelhos na alma das flores, amém.<sup>427</sup>

Apesar da história da Santa Doroteia ser um mito popular, e igualmente, não ter embasamento científico, a interjeição litúrgica do fim da citação atestava aos seus leitores um caráter mais fidedigno da sua argumentação. Sob o pretexto de uma sensibilização em prol da natureza, praças e logradouros públicos deveriam ser ajardinados:

Se não chegamos ao fanatismo de fazer caminhadas para nos prostramos em longos silêncios contemplativos diante de árvores e vergéis floridos, ainda assim já vamos prestando o nosso culto à Flora nas nossas praças e jardins públicos. As flores das nossas cidades eram há poucos anos ainda umas encarceradas, consumindo a vida atrás de varões de ferro, como as freiras. Temia o poder que as escravizava, que a sociedade as brutalizasse cá fora. Mas o povo desmentiu a previsão injusta.<sup>428</sup>

Diante de tal tetralogia composta por Júlia Lopes, algumas questões merecem reflexão, pois já estavam sendo postas pela escritora no início dos anos 30. Como bem observou Zélia Lopes da Silva, no início daquela década, com o comprometimento de intelectuais de projeção, que ocuparam espaço na mídia e se propunham a esclarecer e formar

<sup>427</sup> ALMEIDA, Julia Lopes. *Oração à santa Doroteia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922. p. 07.

<sup>428</sup> Idem. p.15.

uma opinião pública sobre o meio ambiente realizaram-se diversos eventos científicos e educativos a fim de avaliar a situação no país<sup>429</sup> e propor leis para sua proteção.

No que diz respeito às palestras de D. Júlia, segundo Virgínia Woolf, o papel de uma conferencista era “estender [ao público ouvinte], após uma hora de exposição, uma pepita de pura verdade para que a guardem entre as páginas de seus cadernos de notas e sempre a conservem sobre o consolo da lareira”.<sup>430</sup> A pepita de pura verdade mencionado por Woolf, pode ser ainda comprovada no fato de que Júlia se harmonizava com as ideias vindas da Europa. Decorrida do processo de industrialização, houve uma separação brusca entre homem e natureza. Uma forma de aproximação mais curta seria o manuseio da jardinagem, um tema recorrente na obra analisada. Ademais, Keith Thomas afirmou que na transição entre o século XIX e XX “[...] ocorreu uma expansão do cultivo de flores em escala tão enorme que justifica acrescentarmos, a todas as revoluções do início dos tempos modernos, esta outra: a Revolução da Jardinagem”.<sup>431</sup>

Não se pode afirmar com certeza se a escritora se baseava nessas obras estrangeiras para esboçar seus ideais em torno do meio ambiente ou de sua preservação no bojo da cidade. Entretanto, durante boa parte de sua vida, Júlia Lopes de Almeida morou num casarão rodeado por uma vasta vegetação no bairro de Santa Tereza. Nesse domicílio, a família Lopes de Almeida não só cultivava suas plantas, mas também fornecia espaço para a intelectualidade da época se reunir e debater assuntos variados. Não foi coincidência, portanto, o local receber o nome de Salão Verde, uma vez que além de expressar o grande interesse de Júlia pela natureza e ser formado por uma casinhola entremeada de folhas verdes, os debates intelectuais floresciam lá a todo momento.

### 3.4 As reuniões intelectuais e artísticas do *Salão Verde* (1896-1925)

---

<sup>429</sup> Segundo Zélia L. Silva as vozes de protesto surgiram, seja de forma individual ou coletiva, a partir de instituições científicas e associações cívicas que passaram a combater essas práticas e a propor mudanças gerais nas leis e na atitude de cada cidadão em relação à natureza. Nessas avaliações constavam-se o descaso e a dilapidação da fauna e da flora brasileira, de forma acelerada, nas chamadas “frentes de expansão” e “colonização” rumo ao Oeste Paulista, Paraná, Centro Oeste e Região Amazônica ocorridas no início do século XX. SILVA, Zélia Lopes da. *As percepções das elites brasileiras dos anos de 1930 sobre a Natureza: das projeções simbólicas às normas para seu uso*. In: ARRUDA, Gilmar (org.). *Natureza, fronteiras e territórios [livro eletrônico]: imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2013. p. 179.

<sup>430</sup> WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. Tradução de Vera Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. p. 08.

<sup>431</sup> THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 267.



Os versos abaixo retratam o sentimento de Afonso, filho de D. Júlia, ao lembrar da famosa casa localizada em Santa Tereza. A residência, que ainda existe, situa-se na primeira elevação do morro, na Chácara do Céu, região também chamada de Largo do Curvelo.

Meu lar é um ninho a beira da montanha,  
 Suspenso sobre as casas da cidade;  
 Se o sol, logo ao nascer, o aquece, e o banha,  
 Manda-lhe a derradeira caridade...  
 Foi feito pedra a pedra, com tamanha  
 Solicitudude e força de vontade,  
 Que ao vê-lo pronto ainda a nossa alma estranha.  
 Ver a imaginação feita verdade!  
 Fica no monte à meia altura, tanta  
 Que não seja difícil lá chegar.  
 No plaino, a vida urbana esteia e canta.  
 E em vê-lo, eu julgo-o assim como um altar  
 Na aba da serra, e, embaixo aos pés da santa,  
 A cidade de joelhos a rezar.<sup>432</sup>

Após adquirir um enorme terreno do Dr. Joaquim Murinho (1848-1911), no ano de 1896, a família Lopes de Almeida construiu um casarão amplo, rodeado de plantas e por lá ficou até 1925. Ponto de encontro da elite literária e artística fluminense, o bairro também abrigou os saraus da família de Murinho que competiam com as festas organizadas por Júlia Lopes. De acordo com João do Rio, a residência possuía:

[...] um *cottage* admirável, construído entre as árvores seculares da estrada de Santa Tereza....A sala, de um largo conforto inglês, tem uma biblioteca com os livros preferidos dos poetas, um vasto *bureau* cheio de papéis e revistas, e uma porção de quadros com assinaturas notáveis de Sousa Pinto, Amoedo, Parreiras...<sup>433</sup>

Apesar da descrição do cronista pormenorizar o ambiente interno, era comum D. Júlia receber seus convidados ao ar livre, em meio à vegetação de hera, ocasião em que eram realizadas atividades artísticas. Por essa razão toda vez que se mencionava tal espaço, usava-se a expressão “salão verde” para se referir a ele.<sup>434</sup> Nota-se que com o tempo, passou-se a utilizar tal nomenclatura para identificar também a residência da família e não mais apenas um ambiente específico. A casa tornou-se um local onde se reuniam literatos de prestígio, como Coelho Neto, Olavo Bilac, João Foca, José Batista Coelho, Alberto Oliveira, Valentim de Magalhães, Paulo Barreto, Luis Edmundo, Arthur e Aluísio de Azevedo, Raimundo Correa e João Luso; pintores, como Antonio Carneiro, Carlos Reis, Rodolfo Amoedo, Antonio

<sup>432</sup> ALMEIDA, Afonso Lopes de. *Mãe*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1945. p.19.

<sup>433</sup> RIO, João do. *Op cit.*, p. (30 – 31).

<sup>434</sup> Cumpre esclarecer que o livro *A Casa Verde* (1932) de Júlia Lopes, publicado em folhetins entre os anos de 1898-1899, apresenta-se, do ponto de vista do espaço físico e da vegetação de hera, como a sua casa real. No entanto, o conteúdo da obra nada tem a ver com o que era realizado em Santa Tereza.

Parreiras, Eliseu Visconti; artistas plásticos como Bordalo Pinheiro; atores, como Machoa, Chabi Pinheiro, Augusto Rosa, Rejane e a Sra. Dona Leonor; diretores, como Roberto Gomes; músicos, como Alberto Nepomuceno, Carlos de Carvalho e Frederico Nascimento; e intelectuais, como Júlia Cortines e Maria Clara da Cunha Santos.



**Fig. 18 – Fachada da residência do casal Julia e Filinto, localizada no bairro de Santa Tereza (RJ) [s.d.].  
(Fonte: Acervo Cláudio Lopes de Almeida)**

Mas não foi apenas Afonso Lopes de Almeida que lembrou os tempos de infância na Chácara do Céu. Sua irmã Margarida destacou que:

Em nossa sala se reuniam, os poetas, os escritores, os maiores artistas contemporâneos. João Foca, o delicioso humorista que tinha tanto de espírito como de bondade. José Batista Coelho, para nós, era o Zeca, que nos divertia brincando conosco como se tivesse a nossa idade...[...] mas, vejo como se fosse agora, Olavo Bilac, recitando trechos de suas traduções de Romeu e Julieta.<sup>435</sup>

O trecho demonstra que apesar dos adultos se reunirem para conversar, as crianças tinham livre acesso aos convidados dos pais e interagem com eles. No entanto, os debates intelectuais contavam apenas com duas mulheres, ainda que grande parte das amigas de Júlia fossem senhoras burguesas que não se interessavam por literatura:

Das amigas mais íntimas de minha mãe só uma era realmente intelectual – Júlia Cortines – poetisa de alto valor deveria ocupar lugar parêlo aos dos

<sup>435</sup> ALMEIDA, Margarida Lopes de... *Op. cit.* p. (197-198)

maiores nomes da nossa literatura... A exceção de Júlia Cortines e Maria Clara da Cunha Santos... as demais amigas de minha mãe, refiro-me as mais íntimas e queridas, eram senhoras burguesas sem a menor pretensão literária. Das duas mais amadas, Luisa J. C. e Hortênsia Gonçalves.<sup>436</sup>

Dessa forma, formava-se o círculo social dos Almeida. A figura materna de D. Júlia, que gerenciava a casa, cuidava do marido, recebia zelosamente seus convidados, não deixando de dar atenção aos filhos, indicava as diversas tarefas realizadas pela escritora. Pode-se compreender que, em uma sociedade que valorizava a figura da mãe e repelia posições contrárias a essa condição, era bem vista a mulher que conseguia administrar devidamente toda a família:

Uma criança loira, de uma beleza de narciso, aparece à porta. É a Margarida. As suas longas mãos no ar, chamando a mãe, são tão finas e rosadas que recordam as pétalas de crisântemos.<sup>437</sup> D. Júlia levanta-se. – Vou ver o Albano, coitadinho... Já não o vejo há muito tempo.<sup>438</sup>

Ainda no que se refere ao seu cotidiano, apesar do gosto pela leitura, comentou a João do Rio sobre seu papel de mãe e esposa: “Seria tão agradável gastar a existência lendo!... Quem, entretanto cuidaria dos filhos, dos arranjos da casa?”.<sup>439</sup>

Outro observador criterioso da dinâmica dos Almeida era o escritor João Luso que, anos depois, em 1932, comentou sobre o ambiente fraternal da casa e o papel de Júlia Lopes na condução de seu círculo familiar:

Era D. Júlia coma fidalguia carinhosa de seu coração, a índole tão generosa que sem deixar de dar aos filhos o máximo de ternura vigilante [...] Depois falava Filinto, com a sua autoridade de erudito, a sua clarividência de observador, o seu amplo descortino de comendador e, sobretudo, a sua exaltação de poeta.<sup>440</sup>

Além das multitarefas exercidas por D. Júlia, para Michele Asnar Fanini, o “Salão Verde” também seria uma espécie de legitimação de Júlia Lopes de Almeida na Academia Brasileira de Letras pela via informal, uma vez que a ABL foi fechada às mulheres neste

---

<sup>436</sup> Idem.

<sup>437</sup> Margarida Lopes de Almeida estudou artes plásticas na Europa e teve como professor Paul Landowski (1875-1961). Este confiou à sua aluna a execução das mãos do Cristo Redentor. Em entrevista, o neto da escritora, Dr. Claudio Lopes de Almeida, confirmou que, na elaboração do projeto, Margarida se espelhou nas suas próprias mãos, o que condiz com o fato da estátua ter os dedos afilados como os de Margarida. Ver SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Op. cit.* p. 361.

<sup>438</sup> RIO, João do. *Op. cit.*, p. 33.

<sup>439</sup> Idem. p.35

<sup>440</sup> *Jornal do Commercio*, 03/07/1932. p. 02

período. Deste modo, todo o respeito e admiração que os intelectuais sentiam por Júlia Lopes seriam realçados no “lar de artistas”.<sup>441</sup>



**Fig. 19 – Subida para a residência do casal Julia e Filinto, localizada no bairro de Santa Tereza (RJ) [s.d.]. (Fonte: Acervo Claudio Lopes de Almeida)**

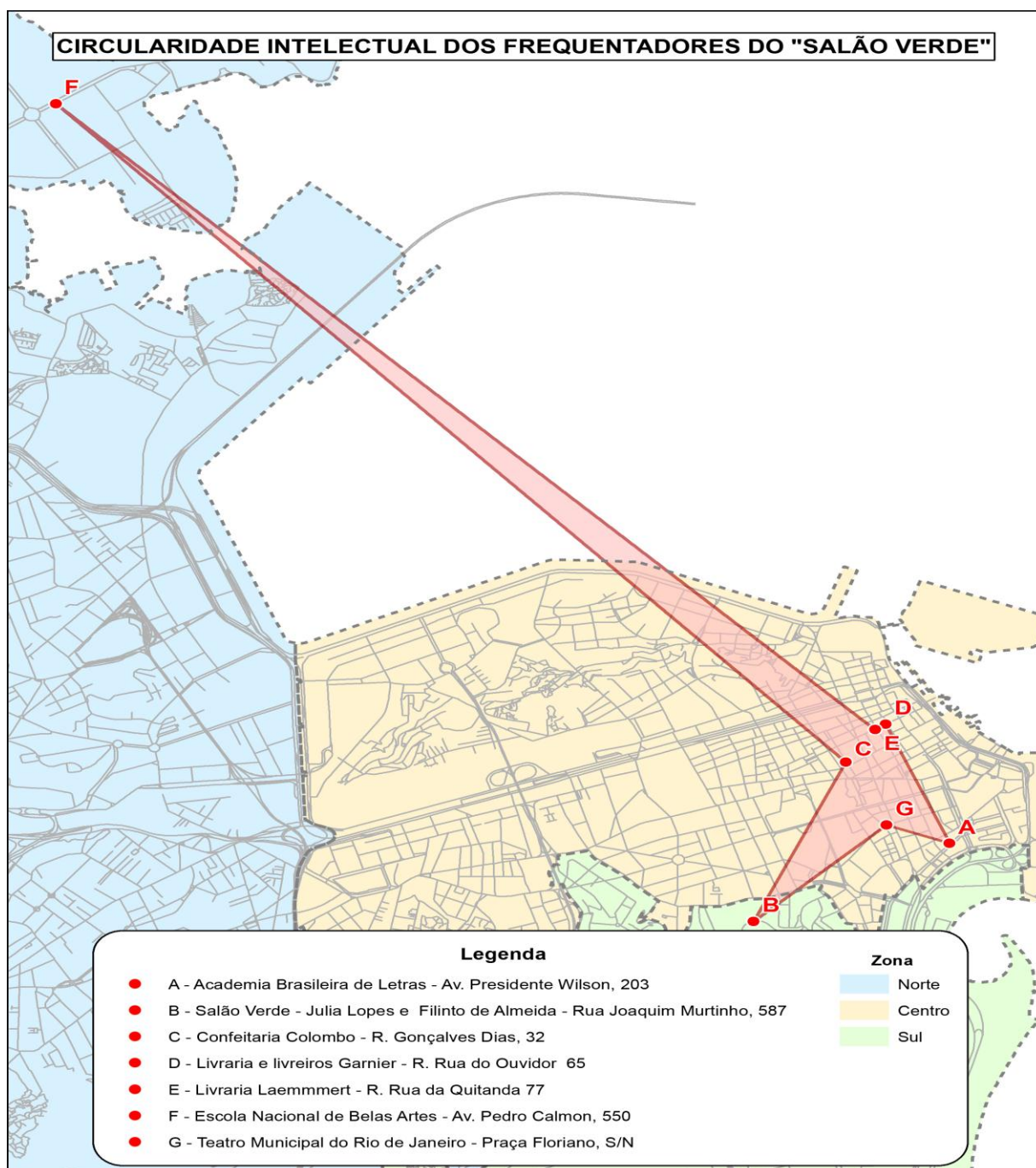
Diante da intelligentsia reunida no lar dos Almeida e do “sobe e desce” até se chegar ao morro de Santa Tereza, pode-se traçar um caminho intelectual desses literatos, músicos, artistas, atores, diretores, artistas plásticos que circularam pelas bairros do Rio de Janeiro. Verifica-se também a importância dos frequentadores da casa na história editorial das grandes livrarias da capital fluminense, caso de Garnier e a Laemmert. Sabe-se que após o trabalho, muitos desses homens também se reuniam na Confeitaria Colombo para tomar “chá e comer torradas”,<sup>442</sup> até que as articulações tomassem novos ares e fossem transferidas para a casa dos Almeida.

Portanto, pode-se averiguar um polígono representando essa circularidade intelectual, que contava com os seguintes endereços: Academia Brasileira de Letras, Confeitaria Colombo, Livraria Garnier, Livraria Laemmert, Escola Nacional de Belas Artes, Teatro

<sup>441</sup> FANINI, Michele Asmar. *Fardos e fardões: Mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003)*. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia). FFLCH, USP, São Paulo, 2009. (p. 75-139).

<sup>442</sup> MACHADO, Hilda. *Laurinda Santos Lobo: mecenas, artistas e outros marginais em Santa Tereza*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. p. 57

## MAPA I



Municipal do Rio de Janeiro. Nota-se que os frequentadores da casa estavam diretamente ligados aos pontos representados no mapa (A, C, D, E, F, G). Sendo assim, o Mapa 1 apresenta os possíveis caminhos para chegar e sair da mansão dos Almeida.

Ainda no que diz respeito aos vínculos afetivos propiciados nas reuniões, a relação próxima e fraternal entre Júlia Lopes e Rodolfo Amoedo resultou em uma aquarela pintada pelo artista, que representou a escritora em seu ambiente intelectual, como observado na figura 20.



Fig. 20 – Aquarela de Rodolfo Amoedo (1857-1941) [s.d.]. (Fonte: Acervo Claudio Lopes de Almeida)

A sala que aparece na pintura acima era o refúgio de Júlia Lopes para a elaboração de suas personagens. Em suas palavras “[...] há uma certa hora do dia em que as coisas ficam mais tranquilas. É a essa hora que escrevo, em geral depois do almoço”.<sup>443</sup> No entanto, mais uma vez, D. Júlia empenhava-se em adequar-se as diversas tarefas:

Fecho-me aqui, nesta sala. Ora entra uma criada a fazer perguntas, ora é uma das crianças que chora. Às vezes não posso absolutamente sentar-me cinco minutos, e é nestes dias que sinto uma imperiosa, uma irresistível vontade de escrever... - E apesar disso, diz Filinto, tem doze volumes publicados e começa a escrever um grande romance.<sup>444</sup>

Se a escritora, atarefada, desempenhava muitas funções simultaneamente, os intelectuais reunidos na Chácara do Céu tinham tempo de sobra para discutir suas ideias. Na

<sup>443</sup> RIO, João do. *Op cit.*, p. 35.

<sup>444</sup> Idem.

residência falava-se sobre Tolstoi, sendo que este autor, no início do século XX representava a chegada de ideias socialistas no Brasil.<sup>445</sup> Também se debatia sobre o futuro da ABL. Inclusive, no ano de 1905, no reduto em Santa Tereza se polarizou uma das primeiras querelas intelectuais da principal academia literária do país.



**Fig. 21 – Imagem da residência do casal Julia e Filinto, localizada no bairro de Santa Tereza (RJ) [s.d.].  
(Fonte: Acervo Claudio Lopes de Almeida)**

Filinto de Almeida, Arthur Azevedo, Bilac e Coelho Neto, sem apoio do barão do Rio Branco na disputa para indicação de seu preterido na ABL, não conseguiram efetivar a candidatura de Domingos Olímpio, autor de *Luzia Homem*. Já Lúcio de Mendonça e Machado de Assis, com o apoio do chefe das Relações Exteriores, indicaram Mário de Alencar e se saíram vitoriosos. A situação é mais um indicativo das acusações de que Machado de Assis monopolizava as indicações e acabava sempre conseguindo fazer prevalecer sua vontade diante das escolhas da ABL.

Além do debate intelectual, o casal Júlia e Filinto também fazia eventos beneficentes em sua residência em prol das entidades de caridade de Santa Tereza. *O Imparcial* noticiou em 1917 que a “eminente escritora sra. Júlia Lopes de Almeida está preparando uma festa magnífica de arte e caridade, a realizar-se nos jardins de sua encantadora vivenda”. O jornal continuava a nota destacando o conteúdo do que seria apresentado no dia: “[...] Quanto ao

<sup>445</sup> MACHADO, Hilda. *Op. cit.* p. 57

programa, sabemos que será representado o ato bíblico “Nos jardins de Saul” da lavra da brilhante escritora”.<sup>446</sup> Uma semana após a notícia, a programação da tertúlia foi definida oficialmente:

A primeira parte constará da representação do ato bíblico da sra. Júlia Lopes de Almeida, “Nos Jardins de Saul”, com música do maestro Nepomuceno. Tomarão parte na representação: sra. Margarida Lopes de Almeida, “Merob”, filha de Saul; sra. Adelaide Lopes Gonçalves, “Marta”, serva de “Merob”; sra. Lúcia Lopes de Almeida, “Zagala”; srta. Hermínia R. da Cunha, “Abigail”, serva; sra. Sarah Cabral, “Thamar”, serva; srta. Nadine Tross, “Sarvia”, serva; srta. Consuelo Gabell, “Jesrael”, serva; srta. Ivy de Castro, “Esther”, serva; sra. Afonso Lopes de Almeida, “Sarah”, serva; sr. Albano Lopes de Almeida, “David”; sr. Nestor Figueiredo, “Siba”; sr. Oswaldo Menezes, “Guarda”. Servirá de ponto o dr. A. Moraes Coutinho Filho. A segunda parte constará de canções, pela sra. Bebê Lima Castro, ária de “Fígaro”, do “Barbeiro de Sevilha”, pelo sr. Nascimento Filho; “O poeta e a sombra”, de Afonso Lopes de Almeida, pelo autor, e srta. Margarida Lopes de Almeida; dueto de violão, pelos srs. Castro Afilhado e Brant Horta; cena cômica, pelo sr. J. Armstrong Reed; canção e dança espanhola, senhorita Conzuello Gatall: “A mentira do luar”, serenata de Filinto de Almeida; música de X, senhoritas Elena Van Erven, Margarida Lopes de Almeida e sr. Pedro Bruno.<sup>447</sup>

Nota-se a presença pontual da família Lopes de Almeida nas atividades do evento: filhos e parentes próximos do casal estavam entre os atores da peça. Também pela empolgação dos comentários dos jornais na ocasião, a reunião havia conseguido uma grande repercussão na sociedade como um todo. No dia 06 de janeiro de 1918, inclusive, divulgou-se nas páginas de *O Malho* algumas imagens realizadas no dia da festa:

---

<sup>446</sup> *O imparcial*, 17/12/1917. p. 06.

<sup>447</sup> *O imparcial*, 25/12/1917. p. 08.





**Fig. 22 – Segundo a legenda da época: Aspectos da festa no jardim da residência do casal Filinto de Almeida, em benefício da Assistência de Santa Tereza. No alto – Um aspecto da escolhidíssima assistência encantada coma representação ao ar livre do episódio bíblico – “Nos jardins de Saul” – original daquela ilustre escritora. Em baixo: Grupo de artistas e amadores que deram execução ao brilhante e artístico programa, vendo-se ao centro a Exma. Sra. D. Júlia Lopes de Almeida, distinta escritora e promotora da festa. (Fonte: *O Malho*, 06/01/1918. p.11)**

Os encontros de cunho beneficentes ou apenas literários prosseguiram na década de 1920. Novamente *O Imparcial*, em 06 de junho de 1921, divulgou que na “residência do ilustre acadêmico Filinto de Almeida e D. Júlia Lopes de Almeida realizou-se anteontem, uma

recepção íntima em homenagem ao violinista Miguel Livchitz”.<sup>448</sup> Na seção *Noticiário Elegante*, do jornal *Revista da Semana*, foi publicado uma carta de Maria Eugenia para Carnet, relatando a importância do músico russo:

Miguel Livchitz estreou quinta feira passada no Teatro Municipal. Discípulo do professor Auer, Livchitz alcançou no Conservatório de Petrogrado o primeiro prêmio e o título “virtuose” tornando-se mais tarde a primeira figura da orquestra do conde Chenetieff; viajou; viu a Suécia, a Finlândia, a Romênia, a Bulgária, onde a sua técnica maravilhosa e a sua grande expressão deixaram em todos os espíritos uma impressão de energia e beleza. No Rio, coube ao casal Filinto de Almeida as primícias da audição do *Carnaval Russo*. E, como todas as pessoas que lá foram, eu aplaudi com muita alma, muito entusiasmo, esse extraordinário violinista.<sup>449</sup>

A composição *Carnaval Russo*, ao que tudo indica, fazia parte do programa de apresentação de Livchitz e era muito aguardado pelos fluminenses. O fato dos primeiros ensaios terem sido realizados na residência da família Almeida demonstra o quanto o casal era procurado para sediar esse tipo de evento artístico.<sup>450</sup>

Um dos episódios mais lembrados e emocionantes da história do Salão Verde teve por cenário uma noite de lua cheia. Dentro da residência tocava-se *Sonata ao Luar* de Beethoven (1770-1827), na sala às escuras, quando de repente, uma trepadeira que emoldurava a janela despencou e caiu fazendo com que uma cascata de rosas brancas fosse lançada sobre os convidados. Ao que parece, o “incidente” não aconteceu por acaso, tendo sido premeditado pela escritora para surpreender quem estivesse ali naquele momento participando da *soirée*.

451

Outra característica que se pode destacar na residência do casal era a predileção por tudo que remetesse a cultura portuguesa. Cabe lembrar que esta lusofonia sempre presente na família se devia ao fato dos antepassados da escritora serem oriundos de Portugal e mesmo o próprio Filinto ter nascido na península ibérica. Ainda segundo João Luso, português que participava assiduamente das reuniões da casa, era possível fazer uma comparação entre o Salão Verde e o romance *A Casa Verde*:

Releio agora *A Casa Verde*, Deus sabe com que emoção [...] Os lugares descritos nestas páginas lembram-me com ar de poesia que o tempo vai formando [...]. Tive continuamente, além da sensação de beleza que o livro a toda gente deve produzir, a impressão pessoal, bem íntima e bem egoísta, de ouvir os próprios narradores na sua, na “nossa” sala de Santa Tereza,

<sup>448</sup> *O imparcial*, 06/06/1921. p. 04.

<sup>449</sup> *Revista da Semana*, 11/06/1921. p. 26.

<sup>450</sup> *O Paiz*, 06/06/1921. p. 05.

<sup>451</sup> Hilda Machado entrevistou outra neta de Júlia Lopes de Almeida, Fernanda que mencionou o episódio. Ver MACHADO, Hilda. *Op. cit.* p. 66.

revelando as inteligências e as vozes no desenvolvimento da obra comum. O ambiente era ao mesmo tempo patriarcal e artístico. As estantes, o piano, quadros e estatuetas, a vasta mesa de trabalho formava um cenário em que o lar e o atelier se conjugavam fraternalmente. [...] *A Casa Verde* reconstituiu ontem para a minha emotividade esses aspectos e esta atmosfera [...] por longos anos nos reunimos, em tardes de domingos que tão ditosamente nos compensavam das fadigas e das ansiedades da semana inteira [...].<sup>452</sup>

Mais do que uma sociabilidade portuguesa no Brasil, para Humberto de Campos:

[...] a residência de Filinto de Almeida era, no Rio, uma espécie de embaixada literária de Portugal. Era no tempo em que dom Carlos I tocava para fora do país os homens de talento, e como o Brasil fosse seu refúgio natural, vinham todos eles dar com as costas aqui, e logo, com a barba no prato de Filinto.<sup>453</sup>

Alguns portugueses, inclusive, chegaram a morar na residência da família, como explicou a filha Margarida Lopes. Foi o caso de Antonio Carneiro (1872-1930), que teve que recorrer a hospitalidade do casal e foi “hóspede durante seis meses”.<sup>454</sup> Assim, entre querelas literárias, apresentações teatrais, inaugurações musicais e um clima favorável aos irmãos patrícios que D. Júlia dividiu a liderança do principal salão lítero-musical de Santa Tereza com o marido. Sua organização e disposição para envolvimento nas causas sociais e artísticas favoreceu a luta em prol do sufrágio feminino no país, como se verá a seguir.

### **3.5 – A participação de Júlia Lopes de Almeida na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) - (1922)**

Tal entidade foi criada no dia 09 de agosto de 1922, por iniciativa de um grupo de mulheres de classe média, de elevada escolaridade e que acompanhavam de perto os rumos dos movimentos feministas na Europa e nos Estados Unidos. Apesar do foco da presente pesquisa ser a participação de Júlia Lopes de Almeida nessas diferentes agremiações, cumpre lembrar que a origem dessa sociedade, inevitavelmente, acabou por se confundir com a biografia de sua principal líder, Bertha Lutz.

Lutz, após finalizar seus estudos na Europa, voltou ao Brasil em 1918. Nesta data, arregimentou o movimento que na trilha da efervescência cultural e política da década de 1920, empreendeu algumas ações importantes a fim de dar-lhe mais visibilidade. A primeira dessas estava relacionada à conquista do direito de voto e, para isso, as sufragistas

<sup>452</sup> *Jornal do Comercio*, 03/07/1932. p. 02

<sup>453</sup> CAMPOS, Humberto de. *Perfis*. Rio de Janeiro: W.M. Jackson, 1945. p. 245.

<sup>454</sup> ALMEIDA, Margarida Lopes de... *Op. cit.* p. 198.

aproveitavam todo o espaço disponível para divulgar suas pautas: escreviam à imprensa, às autoridades, concediam entrevistas e pressionavam os parlamentares quando alguma matéria de seu interesse prosseguia no Congresso Nacional. Mais do que isso, as associadas da Federação compareciam em grupo às sessões públicas e procuravam expressar a sua posição em qualquer espaço que pudessem ser notadas.

A segunda etapa deste processo consistia na promoção de atividades que pudessem ganhar espaço na imprensa. Igualmente, acreditava-se necessária a participação das filiadas em congressos internacionais a fim de alinhar-se às propostas feministas, sobretudo, a do movimento norte-americano. Por isso, em 21 de abril de 1922,<sup>455</sup> Bertha Lutz participou da *Conferência Pan-Americana de Mulheres*, realizada na cidade de Baltimore, Estado de Maryland (Estados Unidos), oportunidade em que pôde conhecer diversas delegadas e estreitar relações com as líderes daquele país. De acordo com o *Jornal do Brasil* (RJ), a jovem Lutz discursou sobre o progresso do feminismo no país:

Na sessão de ontem à noite, a Senhorita Bertha Lutz, delegada do Brasil, fez importante discurso, expondo o programa do movimento feminista da grande República Sul-americana. A oradora referiu-se particularmente aos esforços das mulheres brasileiras pelo bem-estar das crianças e a cooperação das mesmas na obra de educação das novas gerações.

A Senhorita forneceu amplos detalhes sobre a ação de suas compatriotas no sentido de solverem os problemas sociais que afetam o sexo. Continuando seu discurso, a ilustre oradora disse:

“As mulheres no Brasil empenham-se em conseguir medidas legislativas tendentes a assegurar o bem estar das crianças, semelhantes as já sancionadas pelo poder Legislativo dos Estados Unidos. Tencionamos em realizar uma conferência ainda este ano para tratar exclusivamente desse assunto”.<sup>456</sup>

A participação de Bertha Lutz na conferência merece destaque, pois, demonstrava compreender que um dos modos de colocar em evidência a organização brasileira era projetá-la tão logo no cenário internacional. Por isso que em agosto de 1922, Bertha se aproximou de Carrie Chapman Catt, presidente da Liga Pan-Americana da Mulher,<sup>457</sup> no intuito de eleger-se como uma das representantes brasileiras. De acordo com Bertha Lutz, “fundamos a Associação Pan-Americana de Mulheres [APAM], com o bondoso auxílio da Sra. Catt” e com o objetivo de “proporcionar oportunidades de instrução da mulher, melhorar o ensino, obter medidas legislativas destinadas à proteção da mulher, direito de voto e, finalmente, estreitar as

<sup>455</sup> *O Jornal* (RJ), 22/04/1922, p. 5.

<sup>456</sup> *Jornal do Brasil* (RJ), 22/04/1922, p.6.

<sup>457</sup> A especificação de tal cargo encontra-se em *Revista da Semana*, 30/12/1922, p. 27.

relações entre todos os países da América”.<sup>458</sup> Após o seu retorno ao Brasil, a Associação Cristã Feminina<sup>459</sup> promoveu uma festa em homenagem à Lutz pelas conquistas adquiridas pela promoção da FBPF, como se observa na figura abaixo: <sup>460</sup>



**Fig. 23 – Segundo a legenda da época: “Comemorando o regresso da delegada do Brasil ao Congresso Internacional Feminino, há pouco realizado nos Estados Unidos, a Associação Cristã Feminina promoveu uma encantadora homenagem à senhorita Bertha Lutz, que se vê na gravura ao lado da ilustre escritora D. Julia Lopes de Almeida (sentadas de roupa escura: Julia Lopes, à direita e Bertha Lutz, à esquerda) (Fonte: Revista da Semana 02/09/1922, p.29)**

Em outubro de 1922, aproveitando o ano das comemorações do centenário da Independência do Brasil, Júlia Lopes de Almeida foi convidada a visitar a cidade de Buenos Aires, oportunidade em que saudou *Las Señoras Directoras del Consejo Nacional de Mujeres de la Argentina* ao expor conferência intitulada *Brasil*<sup>461</sup> e estabelecer vínculo entre as feministas da América do Sul.

<sup>458</sup> *A Noite*, 05/08/1922, p. 1.

<sup>459</sup> *O Imparcial*, 19/08/1922, p.1.

<sup>460</sup> No dia de seu retorno ao Brasil, em 03 de agosto de 1922, Bertha Lutz foi coroada pela imprensa nacional e recepcionada em pleno cais do porto do Rio de Janeiro com flores pelos membros da *Liga da Emancipação Intelectual da Mulher* e pela imprensa. Além da homenagem da *Associação Cristã Feminina*, o Centro Social Feminino do Rio de Janeiro (*O Paiz*, 30/08/1922, p. 6) e a União dos Empregados do Comércio da cidade do Rio de Janeiro prestaram as devidas homenagens, esta última enfatizando o papel de Lutz ao “elevar no estrangeiro o nome da Mulher Brasileira” (*A Noite*, 05/08/1922, p.1).

<sup>461</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Brasil (Conferência pronunciada por la autora em la Biblioteca del Consejo Nacional de Mujeres de la Argentina)*. Buenos Aires: s.n.t, 1922.

Nas correspondências entre a instituição brasileira e argentina, Bertha Lutz agradeceu a recepção e as homenagens que foram prestadas à Júlia Lopes de Almeida na ocasião e aproveitou para enfatizar:

La grata e indeleble impresion que la misma [Julia] guarda de ese País, tanto individual como colectivamente, es prueba segura de la hidalguia connque fué recibida y agasajada y acrecienta aún más si es posible el grado de agradecimento que las mujeres brasileñas sienten por sus hermanas de la Argentina.<sup>462</sup>

As feministas argentinas ainda ofereceram a FBPF uma placa da princesa Isabel em nome da *Biblioteca del Consejo Nacional de Mujeres* e ainda, na condição de presidente desse conselho, Carolina Argerich designou como suas representates na I Conferência de Mulheres, evento que se realizaria no Rio de Janeiro,

[...] *la Señora Doña Camila M. de Mora y Araujo, esposa de ministro argentino ante el Gobierno del Brasil, como tambien a nuestra Socia Honoraria, la eminente escritora Doña Julia Lopes de Almeida, confiando en que ambas personalidades serán dignas interpretes de los sentimientos y propósitos de la mujer argentina, ante tan importante Asamblea.*<sup>463</sup>

Dessa forma, em dezembro de 1922 realizou-se o I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro. Nesta ocasião, Carrie Chapman Catt foi convidada pela Federação e aproveitou para divulgar as propostas feministas norte-americanas. Além da presença da ilustre estrangeira, dois nomes importantes do cenário político nacional marcaram presença na

---

<sup>462</sup> Tradução nossa: A impressão grata e indelével que a mesma [Júlia] guarda desse país, individual e coletivamente, é uma prova certa da imortalidade que foi recebida e acolhida e aumentou ainda mais, se possível, o grau de gratidão que as brasileiras sentem pelas irmãs da Argentina. (Carta datilografada de Bertha Lutz para Carolina Argerich, 28/11/1922, *Arquivo Nacional – Fundo da FBPF – Documentos Privados, Seção Administração, Correspondências P1922.52*, 89-92).

<sup>463</sup> Tradução nossa: “[...] a senhora dona Camila Mora y Araujo, esposa do ministro argentino do Governo do Brasil, bem como nosso membro honorário, a eminente escritora Julia Lopes de Almeida, confiando que ambas as personalidades serão dignas intérpretes dos sentimentos e propósitos da argentina, nesta importante Assembléia”. (Carta datilografada de Carolina Argerich para Bertha Lutz, 23/12/1922, *Arquivo Nacional – Fundo da FBPF – Documentos Privados, Seção Administração, Correspondências P1922.52*, 89-92).

solenidade: o senador Lauro Muller (1863-1926)<sup>464</sup> e o médico Moncorvo Filho (1871-1926).<sup>465</sup> De acordo com Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil:

Na ocasião, o senador recomendou às feministas que dessem a continuidade à campanha em prol do voto feminino, concluindo: “os homens são como carneiros, se um presidente de Estado furasse a cerca, ou outros iriam atrás”. Já o médico Moncorvo Filho, responsável pelo programa de assistência documental à mulher e à criança, participou ativamente das comissões de trabalho do congresso, inaugurando uma parceria de muitos anos com as feministas.<sup>466</sup>

Cabe destacar que o médico Moncorvo Filho era conhecido por se dedicar a causa das mulheres e das crianças no Brasil. Jornais e revistas de diversos matizes destacavam as obras humanitárias do médico que, geralmente, aparecia nas colunas sociais<sup>467</sup> ou em notícias sobre congressos nacionais destinados à proteção da infância ou de mulheres.<sup>468</sup>

Assim, no dia 20 de dezembro de 1922, realizou-se nas dependências do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil, a sessão inaugural da Conferência pelo Progresso Feminino, promovida pela FBPF.

Abrindo os trabalhos, a senhorita Bertha Lutz deu a palavra à senhora Eneas Martins, que saudou com vibrantes palavras a delegada de honra, Sra. Carrie Chapman Catt. A seguir, a senhorita Esther Ferreira Vianna saudou, em nome da Federação e outras associações, as demais delegadas estrangeiras e a senhorita Lutz, na ausência do doutor Estácio Coimbra, impossibilitado de comparecer, traçou, com fulgor, a significação da boa realização desse congresso da mulher, ao comemorar-se o centenário de nossa independência. Definiu, depois, o seu programa, do qual se destaca um balanço de história, das condições atuais de ensino, no trabalho, na colaboração cívica da mulher, recebendo, ao terminar, prolongados aplausos.<sup>469</sup>

<sup>464</sup> Lauro Severiano Muller (1863-1926) foi engenheiro e diplomata. Iniciou carreira militar no Rio de Janeiro na década de 1880, quando se formou em engenharia. Em 1902, cerca de 40 dias após ocupar mais uma vez o governo catarinense, assumiu o Ministério da Viação e Obras Públicas no governo de Rodrigues Alves. À frente dessa pasta, promoveu o desenvolvimento do transporte ferroviário e construiu o novo porto do Rio de Janeiro, então capital federal. Ministro das Relações Exteriores entre 1912 e 1917, nos governos de Hermes da Fonseca e Venceslau Brás, elegeu-se neste último ano membro da Academia Brasileira de Letras. As informações foram extraídas da entrada alocada no site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC – RJ): : [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lauro\\_muller](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lauro_muller). Acesso em: 19 de abr. 2017.

<sup>465</sup> Carlos Arthur Moncorvo Filho (1871-1926) nasceu no Rio de Janeiro e se formou em 1897 pela Faculdade Nacional de Medicina, seguindo os passos de seu pai, Dr. Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo. Foi reconhecido como um dos precursores das políticas de proteção à infância no Brasil, recebeu da Sociedade Brasileira de Pediatria a cadeira número 2 de seu Conselho Acadêmico. As informações foram extraídas da entrada alocada no site da Sociedade Brasileira de Pediatria: <https://www.sbp.com.br/institucional/galeria-de-presidentes/moncorvo-filho/>. Acesso em: 10 de abr. 2017.

<sup>466</sup> Ver SCHUMACHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Op. cit.* p.218.

<sup>467</sup> *O País*, 02/01/1920, p.4.

<sup>468</sup> *Jornal do Brasil* (RJ), 02/02/1920, p.5.

<sup>469</sup> *O País*, 20/12/1922, p.5.

Conforme o trecho evidencia a norte-americana Carrie Chapman Catt era uma personalidade muito aguardada e festejada pela imprensa. Na condição de líder do movimento feminista dos Estados Unidos, vitorioso no ano de 1920 pela conquista do sufrágio feminino, todos aguardavam sua contribuição ao movimento ao expor à tese *As organizações femininas: métodos de organização*.<sup>470</sup>



**Fig. 24 – Em pé, Carrie Chapman discursando sua tese *As organizações femininas: métodos de organização* no I Congresso Feminista (Julia Lopes de Almeida sentada à direita de Chapman) (1922 - Fundo da FBPF – Arquivo Nacional)**

Em 20 de dezembro de 1922, segundo dia do evento, *O Paiz* publicou a programação do Congresso. O plano de atividades foi diversificado, compreendendo temas como a organização de entidades femininas e a inserção da mulher na saúde pública, na economia e na política:

Hoje – Organização da associação, pelo sufrágio, (reunião da comissão), às 17 horas, no Syllogeu. “O papel da mulher na higiene infantil e saúde pública” – (Sessão pública no palácio das festas), às 20 ½ horas. Orador, Dr. Fontenele, (cinematógrafo).

Amanhã – As organizações femininas (métodos de organização), pela Sra. Carrie Chapman Catt. Às 17 horas, no Syllogeu. São convidados todos os membros da Federação e ligas estaduais e presidentes de associações e suas delegadas. Às 20 ½ horas “O ensino da economia doméstica na Noruega e os trabalhos femininos na exposição”. No pavilhão da Noruega, (cinematógrafo). Oradoras, D. Evelina Pereira e Miss James.

Depois de amanhã – “A mulher e as relações pan-americanas de amizade” – Sessão Pública – Às 20 ½ horas, no Syllogeu. Oradoras, as senhoras Catt, Van Lennep e Bertha Lutz.<sup>471</sup>

<sup>470</sup> Idem.

<sup>471</sup> Idem.



Ainda seguindo os temas discutidos, a FBPF confeccionou um cartaz que resumia as atividades a serem realizadas no evento. Como se observa no quadro a seguir, ao se comparar as notícias da imprensa e o cartaz elaborado pela própria entidade, não houve mudanças substanciais.

**Quadro 6: TEMAS DEBATIDOS NO I CONGRESSO FEMINISTA (1922)<sup>472</sup>**

DIA	TEMA	DESCRIÇÃO
19	ABERTURA DO CONGRESSO	
20	Carreiras e oportunidades de ação apropriadas à mulher – A ESCOLHA DE UMA CARREIRA	O papel da mulher na luta contra a tuberculose e na higiene infantil. Visita à seção de enfermarias da Exposição do Departamento Nacional de Saúde Pública
21	A mulher como fator na vida cívica e política das nações	---
22 e 23	A mulher como fator no lar e na comunidade rural	O Ensino de Economia Doméstica e suas aplicações à Agricultura da Noruega. Com o concurso da Comissão da Noruega à Exposição Internacional (cinematógrafo), visitar-se-á exposição de trabalho feminino do pavilhão da Noruega.
22 e 23	Apresentação das conclusões das Comissões	---
22 e 23	O papel da mulher na civilização – ENCERRAMENTO DO CONGRESSO	Com o concurso da Sra. Carrie Chapman Catt, e

<sup>472</sup> Programa do I Congresso Internacional Feminista, (*Arquivo Nacional – Fundo da FBPF – Documentos Privados, Seção Administração, Eventos, CNG, TXT 10, vol 1, p.07*).

		outras oradoras.
--	--	------------------

Percebe-se, portanto, no que diz respeito ao tema *A mulher como fator no lar e na comunidade rural*, que Júlia Lopes de Almeida já havia tratado de forma geral desses temas em seus manuais de ciências domésticas. Também nota-se o peso da obra *Correio da Roça* (1913) nessas questões.



**Fig. 25 - I Congresso Feminista do Brasil (1922). Da esquerda para a direita, Júlia Lopes é a primeira que se encontra sentada. (Fundo da FBPF – Arquivo Nacional)**

A figura 25 traz um elemento interessante. Registram-se nove homens na foto. Eles, ao que tudo indica, eram favoráveis ao sufrágio feminino, direcionavam-se na contramão de grande parte dos homens de letras, que não viam com bons olhos a liberdade do voto a todos. Pode-se supor também, que o impacto causado pela visita da norte-americana, somada às lutas feministas de alhures tenha aquiescido o debate na década de 1920.

Diante desse cenário, ao que tudo indica, a realização do Congresso foi um sucesso e reordenou o debate sobre o sufrágio no país, ao estabelecer novos laços com o feminismo europeu, já que três anos após a realização do evento, Júlia Lopes se mudou com a família para a capital francesa, no ano de 1925.

De 30 de maio a 06 de junho de 1926 realizou-se em Paris, o 10º Congresso da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino. O encontro contou com a presença de “representantes do governo francês e da Municipalidade, senadores e deputados, além de ministros de Estado de outros países”.<sup>473</sup> As delegadas brasileiras na França, Júlia Lopes de

<sup>473</sup> *O País*, 18/04/1926, p. 12.

Almeida, Albertina Bertha, Margarida Lopes de Almeida e Anna Luiza Fontenelle participaram e discutiram sobre a situação do feminismo no Brasil.<sup>474</sup>

Em junho de 1931,<sup>475</sup> no salão nobre do Automóvel Club do Brasil, a FBPF promoveu no Rio de Janeiro o II Congresso Internacional Feminista a fim de continuar a discussão dos rumos do movimento. Destaca-se aqui as notícias do envio de representantes do estado de São Paulo, como informa o *Jornal do Commercio*:

Seguiram para o Rio de Janeiro, a fim de representar o estado de São Paulo no Segundo Congresso Internacional Feminista, a instalar-se depois de amanhã nesta capital, os Professores Horácio Silveira, Diretor da Escola Normal Feminina de Artes e Ofícios, e D. Clotilde Eleibert, diretora do Grupo Escolar João Kopke. O professor Silveira vai apresentar nesse certame um circunstanciado memorial sobre o trabalho realizado pelo nosso estado em prol da educação feminina.<sup>476</sup>

Além de São Paulo, outros estados enviaram suas delegadas.<sup>477</sup> No que diz respeito à comissão baiana enviada, informou o *Correio da Manhã*:

[...] é composta de figuras destacadas da sociedade de S. Salvador como a Dra. Ermelinda Paes, promotora militar da Força Pública da Bahia e vice-presidente da União Universitária Feminina Baiana; professora Lill Tosta, representante da filial da Federação Baiana pelo Progresso Feminino; professora Celeste Cerqueira, diretora da Comissão de Rádio; professora Judith Mendes e senhora Edith Mendes Gama Abreu, escritora conhecida, autora do livro “Problemas de Coração”.<sup>478</sup>

O Segundo Congresso Feminista brasileiro teve um número total de 200 participantes, 160 a mais que o anterior realizado no ano de 1922.<sup>479</sup> Em relação à representação internacional, enquanto o primeiro contou com a presença de Carrie Chapman Catt, Elizabeth

<sup>474</sup> *O Jornal*, 30/05/1926, p. 1.

<sup>475</sup> *A Noite*, 08/07/1931, p. 7.

<sup>476</sup> *Jornal do Commercio*, 19/06/1931, p. 2.

<sup>477</sup> Destacam-se aqui as delegadas das representações estaduais: **Amazonas** – Emilia Galvão e Cassilda Araujo Lima; **Pará** – Marina Lamarão Cardoso, Noemia de Rego Lins, Glória Silva e Maria Aurora Pegado Beltrão; **Maranhão** – Mariana Gurjão, Cristina Vinhais; **Piauí** – Nazareth Pires Ferreira; **Ceará** – Henriqueta Galena, Adília Moraes e Carmem Castelo Branco; **Rio Grande do Norte** – Maria Eugénia Celso e Julia de Medeiros; **Paraíba do Norte** – Rosalina Coelho Lisboa; **Pernambuco** – Edwiges de Sá Pereira, Georgina Barbosa Vianna e Paulina Waismann; **Alagoas** – Almerinda Farias Gama; **Sergipe** – Sra. Maria Rita Soares de Andrade, Carlota Camargo do Nascimento; **Bahia** – Edith Mendes da Gama e Abreu, dra. Hermelinda Paes, Lili Tosta, dra. Francisca Prager Froés, Alice Kelsche de Aguiar, Celeste Cerqueira; **Espírito Santo** – Anna Borges Ferreira; **Estado do Rio de Janeiro** – Antonieta de Souza Braga, Murilla Torres, Yolanda Torres, Dulce Horta Esteves Lagoeira, Maria Rosa Ribeiro; **Estado de São Paulo** – Helena Gordo; Julia Algodoal, Clotilde Kleber, dr. Horácio Silveira, Alice de Toledo Tibiriça e outras; **Paraná** – Martha da Silva Gomes; **Santa Catarina** – Alice Pinheiro Coimbra; **Rio Grande do Sul** – Ascyllia Correia Rodrigues, Acy Coelho e Ilka Labarthe; **Minas Gerais** – Ignácia Guimarães, dra. Alzira Reis Vieira Ferreira, Maria Esther Ramalho, Eunice Weaver; **Goiás** – Dra. Rosita Godinho de Oliveira Bello; **Mato Grosso** – Branca Portinho. Ver *Correio da Manhã*, 17/06/1931, p.3.

<sup>478</sup> *Correio da Manhã*, 20/06/1931, p.3.

<sup>479</sup> *Jornal do Brasil* (RJ), 19/06/1931, p. 8.

Babcock, ambas dos Estados Unidos; no segundo participaram 20 delegadas estrangeiras,<sup>480</sup> caso de Ana de Castro Osório, de Portugal e Rosa Manus, da Holanda.<sup>481</sup>



**Fig. 26 – Segundo a legenda da época: Na véspera da instalação dos trabalhos do Segundo Congresso Internacional Feminista, as ilustres damas que formam a comissão promotora desse certame acompanhada de numerosas delegadas nacionais e estrangeiras, estiveram no palácio do Catete, em visita ao chefe do governo provisório, que as recebeu no salão de despachos. Após a audiência, o doutor Getúlio Vargas posou em companhia das visitantes, que na gravura aparecem ladeando o presidente. Destacam-se no grupo, com seus uniformes característicos, a comandante e inspetora da polícia feminina de Londres, respectivamente, sras. Mary Allen e Hellen Tagart, que representam a Inglaterra no Congresso Feminino desta capital. (No centro da imagem Getúlio Vargas) (Fonte: *Fon Fon* 27/06/1931, p.30)**

Na véspera do início dos trabalhos do congresso, as delegadas nacionais e internacionais estiveram no palácio do Catete, em visita ao chefe do governo provisório, Getúlio Vargas. Cabe lembrar que, um ano antes, o projeto de sufrágio feminino havia sido aprovado no Senado, mas o merecido encaminhamento seguiu atrelado a outras questões nacionais, haja vista o cenário turbulento vivido pelo país com o fim da República Oligárquica, momento em que se iniciou o chamado governo provisório. As feministas entenderam que uma aproximação mais intensa da figura do presidente seria importante para dar destaque ao movimento e até mesmo conseguir apoio político do então chefe de governo.

No que diz respeito ao conteúdo do evento, os temas englobaram outras esferas de atuação da mulher no cenário público e teve duração de onze dias, como se destaca no quadro a seguir:

**Quadro 7: TEMAS DEBATIDOS NO II CONGRESSO FEMINISTA (1931)<sup>482</sup>**

DIA	TEMA	DESCRIÇÃO
-----	------	-----------

<sup>480</sup> *Jornal do Brasil* (RJ), 19/06/1931, p. 8.

<sup>481</sup> BESSE, Susan K. *Modernizando ...Op. cit.* p. 186.

<sup>482</sup> Programa do II Congresso Internacional Feminista, (*Arquivo Nacional – Fundo da FBPF – Documentos Privados, Seção Administração, Eventos, CNG, TXT 10, vol 3, p.15*).

19	10h – Sessão de cinema	Fitas sobre a Assistência à Infância e o Trabalho Feminino do <i>Bureau</i> da Mulher e do <i>Bureau</i> da Criança, do Ministério do Trabalho dos EUA
19	12h – Almoço do Rotary Club no Palace-Hotel	A comandante Mary S. Allen falará sobre a Polícia Feminina, sendo convidadas pelo Rotary as delegadas internacionais e estrangeiras
19	15h30 – Reunião das Delegadas no Automóvel Club	Visitas Oficiais
20	9h-12h – Inauguração do Congresso	Sessão preliminar no Automóvel Club Brasil
20	14h – Passeio pelo Bahia	Visita às instalações da Companhia de Comércio e Navegação
20	20h30 – Sessão Solene	Automóvel Club Brasil
21	8h – Missa Campal oferecida às delegadas Católicas	Oferecida pela Federação das Bandeirantes do Brasil
21	14h – Inauguração da Exposição Anexa ao Congresso	
21	16h30 – Chá oferecido às congressistas, pela Associação Nacional de Enfermeiras Brasileiras Diplomadas na Escola D. Anna Nery	Morro da Viúva (Botafogo)
22	9h – Reunião das Comissões	Automóvel Club
22	12h30 – Visita da Comissão de Assistência Social à Rio de Janeiro <i>Light and Power Co.</i>	Rua Marechal Floriano
22	15h - Plenário	
22	17h – Música e Literatura	
22	21h – Recepção do Congresso Feminista, pelo	

	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	
23	9h – Reunião das Comissões	
23	15h - Plenário	
23	Noite – Festa Joanina, no Recreio dos Bandeirantes	
24	9h – Reunião das Comissões	
24	12h – Visita da Comissão de Aperfeiçoamento do Lar a Fábrica Mazda da General Eletric	Almoço oferecido pela Sra. Haines à comissão
24	15h - Plenário	
24	21h30 – Recepção das advogadas membros do Congresso e comissão dos direitos femininos, pelo “Instituto da Ordem dos Advogados”	
25	9h – Reunião das Comissões	
25	12h – Visita da Comissão de Condições do Trabalho Feminino à Light, para conhecer as condições de trabalho	
25	15h – Plenário da Comissão de Assistência	
26	9h – Reunião das Comissões	
26	13h30 – Visita ao salão feminino	
26	15h – Plenário	
26	20h30 – Sessão Solene de Paz e Relações Internacionais	Embaixada dos Estados Unidos da América do Norte, gentilmente cedida pelo Sr. Embaixador Edwin V. Morgan
27	8h – Manhã Esportiva organizada pelo Departamento Feminino do Fluminense Football Club	
27	14h – Visita ao ginásio Pedro II	
27	16h – Concerto no Teatro Municipal, pela Sociedade de Concertos Sinfônicos	Regente: Joanídia Sodré
27	Noite – Festa oferecida, pelo Automóvel Club	
28	Excursão a Ribeirão das Lages	

29	9h – Reunião das Comissões	
29	15h - Plenário	
29	Festa de São Pedro	Maternidade Suburbana
30	9h – Plenário – Resoluções Finais	
30	12h – Almoço de cordialidade oferecido às presidentes de associações, delegadas estrangeiras e estaduais	
30	14h – Reunião de Congraçamento	
30	17h – Visita à Creche e Asilo da Velhice da Associação Beneficente de Senhoras Alemãs	Chá oferecido à Comissão de Assistência às Mães e à Infância. (Automóvel Club)
30	20h – Sessão Solene de encerramento	

Como não poderia deixar de ser, uma vez que Bertha Lutz foi a principal mentora do Congresso, coube a ela realizar a sessão solene de inauguração. Em relação ao restante da cerimônia, Maria Eugênia Celso (1886-?),<sup>483</sup> foi a porta voz oficial do governo e Julia Lopes de Almeida, de volta ao Brasil naquele mesmo ano, foi designada a proferir o discurso de abertura. O jornal *Correio da Manhã* publicou:

[...] por volta das 9 horas da noite, a sra. Bertha Lutz, abrindo os trabalhos, convidou a fazer parte da mesa, nos lugares de honra, à sua direita, as sras. Maria Eugênia Celso, Rosalina Coelho Lisboa, e, a sua esquerda, as sras. Mary Allen, chefe da Polícia Feminina de Londres; Julia Lopes de Almeida e Getúlio Vargas”.<sup>484</sup>

É importante destacar a proximidade entre as delegadas do II Congresso Feminista e o presidente Getúlio Vargas. Ao tratar do encontro no dia anterior ao evento, no palácio do Catete, Vargas comentou sobre a atuação das sufragistas:

As iniciadoras do Congresso Feminista devem estar satisfeitas com a prestigiosa delegação estadual e também com a delegação estrangeira, ambas de real valia, para que possam realizar os direitos por que pugna a mulher.

<sup>483</sup> Maria Eugênia Celso de Carneiro e Mendonça (1886-?) nasceu em 19 de abril na cidade de São João Del Rei (MG). Filha de Eugênia Batista de Castro e do historiador Afonso Celso, autor de *Por que me ufano do meu país* (1900). Seu avô paterno era o Visconde de Ouro Preto e seu pai recebera o título de conde. Quando criança mudou-se com a família para Petrópolis (RJ), onde estudou no *Colégio Sion*. Em 1917 casou-se com Adolfo Carneiro de Mendonça, alto funcionário do Ministério da Fazenda. Na década de 30, ocupou a vice-presidência da FBPF, atuando como colaboradora direta de Bertha Lutz. Ver SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Op. cit.* p. 389.

<sup>484</sup> *Correio da Manhã*, 21/06/1931, p.3.

Aproveito este ensejo para agradecer o tributo da mulher brasileira à causa da revolução.<sup>485</sup>

Percebe-se também, que as feministas apoiaram a ascensão de Vargas ao cargo de presidente já que, segundo suas próprias palavras, agradecia o “tributo das feministas à causa da revolução de 1930”. Por outro lado, com um aliado desse gabarito, as propostas seriam melhor analisadas. No mesmo evento, Vargas ainda opinou sobre o feminismo praticado no Brasil. Para ele:

Todas as ideias pleiteadas pelo movimento feminista do Brasil são belas e devem ser acolhidas com simpatia. Estamos para isso preparados e atravessando um momento excepcional para a sua aceitação, tanto mais quanto no Brasil verificamos que o feminismo continua integrado na tradição da família.<sup>486</sup>

Convém observar o tom conservador nas palavras de Vargas. O feminismo possível para o presidente, invariavelmente, estava atrelado à tradição e à família, isto é, um feminismo bem comportado identificado na luta de mulheres cultas e ricas que objetivavam o progresso do sexo feminino. Para além dessa discussão, no dia 26 de junho de 1931, evidenciou-se mais uma conquista. Em homenagem ao evento feminista, foi realizado pela Sociedade de Concertos Sinfônicos, o primeiro concerto regido por uma mulher em um Congresso.<sup>487</sup>

---

<sup>485</sup> *Correio da Manhã*, 20/06/1931, p.3.

<sup>486</sup> *Idem.*

<sup>487</sup> *Idem.*





**Fig. 27 – Segundo a legenda da época: Instalou-se, ontem, solenemente, o 2º Congresso Feminista. O Salão nobre do Automóvel Club abrigou uma multidão curiosa pelos trabalhos da reunião. O sr. Getúlio Vargas, fazendo parte da mesa dirigente, emprestou-lhe um cunho de alto relevo nacional. (Fonte: *Correio da Manhã*, 21/06/1931, p. 3)**

A maestrina Joanília Sodré (1903-1975)<sup>488</sup> regeu a orquestra no Teatro Municipal, ao executar composições de mulheres, entre as quais a da compositora inglesa Ethel Smyth (1858-1944).<sup>489</sup> Além disso, por insistência das sras. Bertha Lutz, Maria Eugênia Celso e Ana Amélia Carneiro de Mendonça, a grande pianista Guiomar Novaes foi a solista do concerto, tocando a ‘Sonata’, de Robert Alexander Schumann (1810-1856).<sup>490</sup>

<sup>488</sup> Joanília Nuñez Sodré (1903-1975) nasceu em Porto Alegre em 23 de dezembro. Aos quatro anos de idade mudou-se para o Rio de Janeiro (RJ), onde começou os estudos de piano com Alberto Nepomuceno (1864-1920). Estudou também no Instituto Nacional de Música, diplomando-se em 1926. Um ano antes, já havia assumido por nomeação a cátedra de harmonia e morfologia na mesma escola, que dirigiu de 1946 a 1960. Joanília foi quem compôs o hino da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Ver SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Op. cit.* p. (294-295).

<sup>489</sup> Dame Maria Ethel Smyth (1858-1944) foi uma compositora e sufragista britânica. Smyth era a quarta de oito filhos de John Hall Smyth, um major-general da Artilharia Real. Apesar da desaprovação do pai em relação à sua carreira, Ethel Smyth, determinada a seguir a carreira de compositora, estudou música com um tutor privado e, mais tarde, frequentou o Conservatório de Leipzig, onde conheceu muitos compositores da época. No entanto, desistiu da ideia após apenas um ano de estudos por não estar satisfeita com o nível de ensino e voltou a estudar com um tutor privado, o então compositor Heinrich von Herzogenberg (1843-1900). Ao longo de sua carreira, Smyth compôs cânticos, obras para piano, música de câmara, de orquestra e concertante, coros e óperas. Em 1910, Smyth juntou-se à *Women's Social and Political Union*, parou de compor músicas e dedicou-se exclusivamente à causa do sufrágio feminino. Ver Dame Maria Ethel Smyth (1858-1944). Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Ethel-Smyth>. Acesso: 15 de jun. de 2017.

<sup>490</sup> *Correio da Manhã*, 20/06/1931, p.3.



**Fig. 28 - II Congresso Feminista do Brasil (1931). Da esquerda para a direita, Júlia Lopes é a terceira que se encontra sentada. (Fundo da FBPF – Arquivo Nacional)**

Após dez dias de evento, as conclusões resultantes do congresso foram encaminhadas a Getúlio Vargas, que se comprometeu a empenhar-se pela concessão do voto feminino. Nesse mesmo ano de 1931, Vargas indicou Natércia Silveira<sup>491</sup> e Berta Lutz para integrarem a Comissão que elaboraria o anteprojeto da Constituição. Assim, a partir da reforma do Código Eleitoral, com a assinatura do decreto-lei 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, pelo então presidente foi instituído o sufrágio feminino. No entanto, somente às mulheres casadas, às viúvas e às solteiras foi concedido o direito de voto. Já em 1934, o direito foi estendido a todas do sexo feminino.<sup>492</sup> Entretanto, apesar da conquista do direito de voto às mulheres, no interior da luta feminista, havia discordâncias, tanto do ponto de vista prático, como no aspecto ideológico. A situação não era diferente em relação a Federação, já que três de suas importantes representantes divergiam sobre os rumos que a causa deveria tomar.

Ao que consta, Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura teriam rompido ideologicamente, tendo em vista que Lutz “priorizava os cuidados com a ampliação dos direitos políticos e legais e com a melhoria da situação econômica da mulher dentro da sociedade brasileira”.<sup>493</sup> Por sua vez, Maria Lacerda de Moura, “queria conscientizar as

<sup>491</sup> Natércia da Silveira Pinto da Rocha nasceu no Rio Grande do Sul, mas viveu boa parte de sua vida no Rio de Janeiro, onde participou do movimento em prol do voto feminino nas primeiras décadas do século XX. No final da década de 1920, disputou com Bertha Lutz a liderança do movimento de mulheres. Após deixar a Federação, em 1931, fundou a Aliança Nacional de Mulheres, que teve grande representatividade entre as mulheres operárias, graças à assistência jurídica prestada a elas, tendo em vista que Natércia tinha como profissão o exercício da advocacia. Ver SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Op. cit.* p. (437-438).

<sup>492</sup> As exceções já foram explicitadas na nota de número 7.

<sup>493</sup> Ver HAHNER, June. *Emancipação...* *Op. cit.* p. 291.

mulheres de sua condição de servidão à família e conduzi-las à participação social”.<sup>494</sup> Além disso, havia uma disputa entre Berta Lutz e Natércia da Silveira pela liderança do movimento, o que fez com que posteriormente cada uma seguisse caminhos diferentes. De acordo com Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil:

[...] foi sobretudo o apoio irrestrito de Natércia ao candidato da Aliança Liberal à presidência da República, em 1929, que provocou a ruptura entre ambas. Durante a campanha, Natércia participou de um comício da Aliança Liberal, em apoio a Getúlio Vargas e João Pessoa, quando discursou contra o governo de Washington Luís. Bertha considerou que este tipo de engajamento partidário poderia comprometer a luta feminina pelo voto. A divergência aberta entre as duas feministas levou Natércia a deixar a *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* (FBPF) e fundar uma associação, a Aliança Nacional de Mulheres, em 1931.<sup>495</sup>

No que diz respeito às conquistas femininas, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino alcançou duas vitórias políticas: o sufrágio feminino e a instituição oficial do Dia das Mães.<sup>496</sup> No que tange ao primeiro feito, a redação final do decreto, de 24 de fevereiro de 1932, finalmente considerou eleitor “o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo (...)”. Já a Constituição promulgada em 16 de julho de 1934 veio dispor que eleitores seriam “os brasileiros de um ou de outro sexo, maiores de 18 anos”, que se alistassem na forma da lei (art. 108). Todavia, determinava em seu art. 109: “O alistamento e o voto são obrigatórios para os homens, e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar”.

Quanto ao estabelecimento de uma data para a comemoração do dia das mães, o decreto foi assinado pelo chefe do governo provisório no dia 07 de maio de 1932 e asseverava que:

[...] o segundo domingo do mês de maio é consagrado às mães, em comemoração aos sentimentos e virtudes que o amor materno concorre para despertar e desenvolver no coração humano, contribuindo para seu aperfeiçoamento no sentido da bondade e da solidariedade humana.<sup>497</sup>

Mais do que isso, segundo informou *O Estado de S. Paulo*, a nova data foi bastante festejada pelas feministas de várias partes do Brasil:

O “Dia das Mães”, oficializado pelo governo provisório, a pedido da *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, foi comemorado em quase todo o país. Realizam essa festa a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázarus...[ilegível] de São Paulo, como também do Distrito Federal,

<sup>494</sup> Ver LEITE, Miriam Moreira. *Maria Lacerda de Moura: uma feminista utópica*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 17.

<sup>495</sup> Ver SCHUMACHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Op. cit.* p. (437-438).

<sup>496</sup> Ver BESSE, Susan K. *Modernizando...Op. cit.* p.182.

<sup>497</sup> *O Estado de S. Paulo*, 07/05/1932, p. 1.

Minas, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Pará, Sergipe e Piauí. Nesta capital, essa instituição foi auxiliada por grêmios representativos das escolas superiores paulistas, colégios, A. Christian de Moços, Cruz Azul, Cruzada Pró-Infância, Sociedade Rural Brasileira, União Infantil Protetora dos Animais, E. C. Corinthians Paulista, Força Pública, 2ª Região Militar, Associação dos Amigos da Paz, Círculo Esotérico e outras organizações... A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino inaugurou sua nova sede, aproveitando a data, tendo falado no ato d. Júlia Lopes de Almeida e d. Maria Eugênia Celso.<sup>498</sup>

Desta forma as duas conquistas políticas da *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, a oficialização do “Dia das Mães” e a conquista do sufrágio feminino, encerravam o movimento feminista identificado como de primeira onda. Por sua vez, Júlia Lopes de Almeida, bem relacionada com as altas esferas de poder, tanto no Brasil como no exterior, foi fundamental para a viabilidade das ações da entidade, que pretendia alcançar diversas áreas em que a mulher encontrava-se desprestigiada e, de maneira crescente, entusiasmou outras mulheres a participarem das discussões atinentes ao sexo feminino.

---

<sup>498</sup> *O Estado de S. Paulo*, 10/05/1932, p. 5.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar a trajetória feminista da intelectual Júlia Lopes de Almeida, entre os anos de 1892 e 1934, foi um desafio significativo, não só pelo fato desse período ter ocorrido uma série significativa de transformações na sociedade e na política, mas também pelo grande acervo documental analisado.

A presente pesquisa objetivou, portanto, elucidar o contexto em que um grupo composto exclusivamente por mulheres brancas e letradas da elite fluminense se dedicou em elaborar ações que viabilizaram a conquista de direitos inerentes ao seu sexo. Dentre esse conjunto, a escritora Julia Lopes de Almeida se tornou uma figura importante que, gradativamente, soube tencionar a linha tênue entre o que era aceito pela sociedade e aquilo que era interdito à mulher. Conforme ganhava experiência e notoriedade intelectual, conseguiu adentrar em um universo estritamente masculino e reordenou a discussão sobre a condição feminina, além de acompanhar os debates sobre o sufrágio, principal pauta em discussão já no final do século XIX.

No que diz respeito aos aspectos metodológicos da pesquisa, evidentemente que foi necessário fazer um recorte em meio a um grande acervo documental disponível, tanto do ponto de vista da quantidade, quanto da diversidade de fontes encontradas. Por isso, optou-se por excluir da análise os romances da escritora, suas peças teatrais e os livros destinados às crianças. Também não se tratou de temas relevantes explorados por D. Júlia, tais como a abolição da escravatura, encilhamento, patriotismo etc.

Oriunda de uma família que demonstrava apreço pelas artes e pela literatura, Júlia Lopes de Almeida iniciou-se nas letras e seus primeiros trabalhos consistiram na produção de manuais de ciências domésticas que orientavam não só as jovens que ainda iriam se casar, mas também aquelas que já haviam contraído núpcias. Conforme a escritora adquiriu notoriedade, pelo volume de textos que escreveu sobre variados temas, utilizou-se de sua posição para desenvolver ações caritativas a fim de auxiliar crianças necessitadas. Além disso, se uniu com outras mulheres de sua classe social para elaborar mecanismos em prol de uma coletividade que tinha um único objetivo: o “progresso” físico, moral, social e intelectual da mulher.

Dessa forma, o comprometimento dessas mulheres, sobretudo, o de Julia Lopes de Almeida, conseguiu tencionar os limites impostos ao sexo feminino e lançar-se no debate público. Nessa conjuntura, a escritora alertou para a violência psicológica sofrida por muitas mulheres, refletiu sobre a questão do divórcio e viajou o país fazendo conferências que

tratavam sobre a mulher em várias esferas como a arte, a guerra etc. Cabe destacar que teve ainda um forte envolvimento com a questão ambiental, visto que por meio da imprensa expôs sua visão de projeto urbanístico ideal para a cidade do Rio de Janeiro.

Apesar dessa intensa atividade, a presente pesquisa identificou algumas contradições no discurso da escritora. Em passagem que tratava da importância das amas de leite para a nutrição dos bebês, Júlia Lopes mostrou sua faceta racista, ao elevar a posição das amas de leite brancas (europeias) em detrimento daquelas que moravam no Brasil (geralmente negras). Como compreender a luta da escritora no campo político, em que objetivava o progresso integral da mulher, se, por outro lado, fazia uma valoração entre as mulheres brancas e negras? Cumpre lembrar, no entanto, que após a abolição da escravatura e no decorrer das primeiras décadas do século XX, a questão racial e o branqueamento da população eram temas caros aos intelectuais do período. Tema que não fugiu da ótica de Júlia Lopes.

No que diz respeito aos debates intelectuais travados pela escritora, é importante frisar a relevância de seu casarão em Santa Teresa, conhecido pelo nome de “Salão Verde”, onde ocorreu o estreitamento de relações pessoais de sua família com a sociedade da época. Naquele espaço ocorria uma gama complexa de discussões literárias, peças teatrais, estreias musicais, além de ser visto como um ambiente em que poetas, pintores e escritores portugueses, moradores da capital fluminense, poderiam cultivar a saudade de sua terra natal, uma vez que o próprio marido de Júlia havia nascido em Portugal, tendo a casa se tornado, nas palavras de Humberto de Campos, a embaixada literária de Portugal.

Sobre as práticas filantrópicas e políticas da escritora, o convívio e as conversas com as mulheres de elite motivaram a criação de instituições que se propunham a auxiliar o sexo feminino, caso da *Associação da Mulher Brasileira* (filantrópica) e *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*. Dentro dessas entidades, Júlia Lopes teve papel considerável, haja vista que seu envolvimento permitiu ter contato com as altas esferas políticas da República, caso da amizade com Nicolla de Teffé, idealizadora da Associação, cunhada de Nair de Teffé, segunda esposa do presidente Hermes da Fonseca. Foi a representante da *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* no encontro *Las Señoras Directoras del Consejo Nacional de Mujeres de la Argentina* e quando residiu na capital francesa, juntamente com sua filha, Margarida Lopes, exerceu a função de delegada brasileira em Paris, acompanhando os rumos do sufrágio na Europa.

De volta ao Brasil na década de 1930, D. Júlia participou das discussões finais do decreto-lei número 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, que oficializou o direito de voto às mulheres, além de ter sido a principal conferencista na comemoração da oficialização do “Dia

das Mães”, organizada pela *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*. Contudo, não pôde acompanhar a promulgação da Constituição de 1934, pois morreu em 30 de maio daquele ano.

Mais do que analisar o universo ficcional da escritora, esta pesquisa pretendeu, de maneira inédita, traçar uma trajetória feminista de Júlia Lopes, dentro daquilo que, enquanto luta política, era aceito e permitido às mulheres da elite fluminense. Outra questão importante levantada por essa pesquisa foi o papel do feminismo conservador no Brasil. Há tempos a historiografia dá destaque para aquelas práticas feministas que “rompem barreiras” ou “subvertem a ordem”. Diferentemente desta linha, percebeu-se no presente estudo, que a práxis feminista de mulheres de elite também parece de suma importância para os avanços no campo político, social e intelectual da mulher.

Por fim, Julia Lopes transitou nas altas esferas sociais, conheceu os representantes políticos da República e soube gradativamente exercer um tipo diferente de feminismo. Percebe-se a eficiência de sua ação, uma vez que sempre foi caracterizada pela afabilidade de suas ações e palavras. Para além da conquista do sufrágio feminino, Júlia Lopes de Almeida ensinou as mulheres de sua geração e das vindouras que não importa o grau de radicalidade que um grupo de feministas executa uma ação, e sim, como essa mesma coletividade conduz e tenciona as concepções sobre a mulher em um determinado meio social.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

A BÍBLIA sagrada. Rio de Janeiro: Gamma, 1980.

BRASIL, Constituição (1891). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em:

[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137570/Constituicoes\\_Brasileiras\\_v2\\_1\\_891.pdf?sequence=5](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137570/Constituicoes_Brasileiras_v2_1_891.pdf?sequence=5). Acesso: 12 de abr. 2016.

BRASIL, Constituição (1934). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em:

[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137602/Constituicoes\\_Brasileiras\\_v3\\_1\\_934.pdf?sequence=10](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137602/Constituicoes_Brasileiras_v3_1_934.pdf?sequence=10). Acesso: 12 de abr. 2016.

BRASIL, Constituição (1937). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em:

[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137571/Constituicoes\\_Brasileiras\\_v4\\_1\\_937.pdf?sequence=9](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137571/Constituicoes_Brasileiras_v4_1_937.pdf?sequence=9). Acesso: 12 de abr. 2016.

BRASIL, Constituição (1946). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em:

[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/139953/Constituicoes\\_Brasileiras\\_v5\\_1\\_946.pdf?sequence=9](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/139953/Constituicoes_Brasileiras_v5_1_946.pdf?sequence=9). Acesso: 12 de abr. 2016.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Prevê penalidades para diversos crimes praticados contra mulheres. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm#art361](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm#art361). Acesso: 10 de set. 2017.

BRASIL. Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890. Código que promulga a lei sobre casamento civil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-181-24-janeiro-1890-507282-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 10 de set. 2017.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d847.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm). Acesso: 10 de set. 2017.

BRASIL. Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Código que regula em todo o país o alistamento eleitoral e as eleições federais, estaduais e municipais. Diário Oficial, Rio de Janeiro, RJ, 26 de fev. 1932. Seção 1, p.1.

BRASIL. Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977. Regula os casos de dissolução conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6515.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6515.htm). Acesso: 10 de set. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso: 10 de set. 2017.

MEIRELES, Maurício. Imortais da ABL preparam evento para celebrar cadeira imaginária. *Folha de S. Paulo*, on-line, São Paulo, 28 de jan. de 2017. Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/mauricio-meireles/2017/01/1853572-imortais-da-abl-preparam-evento-para-celebrar-cadeira-imaginaria.shtml>. Acesso em 22 de mar. de 2017

### Jornais e revistas



*A Cigarra*, São Paulo, 1919  
*A Época*, Rio de Janeiro, 1914-1919  
*A Noite*, Rio de Janeiro, 1919-1934  
*A Rua: Semanário Ilustrado*, Rio de Janeiro, 1919  
*A União*, Rio de Janeiro, 1919  
*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1931  
*Fon-fon*, Rio de Janeiro, 1912-1918  
*Gazeta de Magé*, Magé, 1903  
*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1920-1931  
*Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 1931-1932  
*O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1896-1932  
*O Jornal*, Rio de Janeiro, 1920-1926  
*O Imparcial*, Rio de Janeiro, 1916-1922  
*O Malho*, Rio de Janeiro, 1911-1919  
*O País*, Rio de Janeiro, 1892-1926  
*Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 1911-1921

## OBRAS DE JÚLIA LOPES DE ALMEIDA

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das noivas*. Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1896.

\_\_\_\_\_. *Livro das donas e donzelas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.

\_\_\_\_\_. *Eles e elas: monólogos e diálogos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1910.

\_\_\_\_\_. *Correio da Roça*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.

ALMEIDA, Afonso Lopes de; ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A Árvore*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.

\_\_\_\_\_. *Jardim Florido*. Rio de Janeiro: Livraria Leite Ribeiro, 1922.

\_\_\_\_\_. *Oração à Santa Dorotea*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923.

## ENTREVISTA

ALMEIDA, Claudio Lopes de. *Júlia Lopes de Almeida*. [11 de jan. 2016]. Entrevistador: Deivid Aparecido Costruba. Rio de Janeiro, janeiro de 2016.

**Fotos** - acervo pessoal de Claudio Lopes de Almeida

**Capa** – Júlia Lopes de Almeida na maturidade, [s.d].

**Fig. 4** – Em destaque, Julia Lopes de Almeida na época da infância. No centro da imagem, Doutor Valentim José da Silveira Lopes e à sua esquerda, Antônia Adelina do Amaral, [s.d].

**Fig. 5** – Retrato de Júlia Lopes de Almeida (1895). Pintado por Berthe Worms (1868-1937)

**Fig. 6** – Dedicatória encontrada no verso da obra *Retrato de Júlia Lopes de Almeida*, que exhibe as palavras de Worms: “À D. Júlia, sua amiga sincera Berthe A. Worms, 1895”

**Fig. 7** – Julia Lopes de Almeida com seus filhos Afonso Lopes de Almeida (1888-1953) e Margarida Lopes de Almeida (1896-1983) (sentados) e Albano Lopes de Almeida (1894-?) e Lúcia Lopes de Almeida (1899-?) (em pé), [s.d]

**Fig. 8** – Julia Lopes de Almeida em seu ambiente intelectual [s.d]

**Fig. 9** – Recibo da máquina de escrever comprada pelo casal na época em que moravam em Paris

- Fig. 10** – Foto do casal Julia Lopes de Almeida e Filinto de Almeida na maturidade [s.d].
- Fig. 11** – Foto da residência do casal Almeida situada à Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 466 [s.d]
- Fig. 12** – Julia Lopes de Almeida com os netos na praia de Copacabana [s.d]
- Fig. 13** – Retrato a óleo de Júlia Lopes de Almeida, pintado por Richard Hall, 1914
- Fig. 18** – Fachada da residência do casal Julia e Filinto, localizada no bairro de Santa Tereza (RJ) [s.d.].
- Fig. 19** – Subida para a residência do casal Julia e Filinto, localizada no bairro de Santa Tereza (RJ) [s.d.].
- Fig. 20** – Aquarela de Rodolfo Amoedo (1857-1941) [s.d.].
- Fig. 21** – Imagem da residência do casal Julia e Filinto, localizada no bairro de Santa Tereza (RJ) [s.d.]

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Afonso Lopes de. “D. Júlia Lopes de Almeida”, in *Cadernos 5*. Rio de Janeiro: Academia Carioca de Letras, 1943.
- ALMEIDA, Afonso Lopes de. *Mãe*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1945.
- ALMEIDA, Filinto de. *Dona Julia*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1938.
- ALMEIDA, Margarida Lopes de. Biografia de Dona Júlia. IN: ALMEIDA, Júlia Lopes de. *O funil do diabo*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2015.
- ALVES, Ana Maria de Alencar. *O Ipiranga apropriado: ciência, política e poder (o Museu Paulista, 1893-1922)*. São Paulo: História Social USP/ Humanitas, 2001.
- AMARAL, Antonio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1980.
- AMED, Jussara Parada. *Escrita e experiência na obra de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. Do gráfico ao fotográfico: a presença da fotografia nos impressos. IN: CARDOSO, Rafael (org.). *O design brasileiro antes do design: aspectos da história gráfica*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- ANDRÉ, Serge. O que quer uma mulher? RJ, Zahar, 1987.
- BARBUY, Heloisa. O campus do Ipiranga. In: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL. *Cidades Universitárias: patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP*. São Paulo: EDUSP/IMESP, 2005 (Cadernos do CPC, 7).
- \_\_\_\_\_. Museus, exposições e cidades: cultura visual no século XIX. In: *Imagem e Produção de Conhecimento*. São Paulo: Museu Paulista, 2002.
- BASSANEZI, Carla; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.
- BELLINE, Ana Helena Cizotto. Mulher, trabalho e casamento na ficção brasileira da virada do século XX. In: *GEL Estudos lingüísticos LI*, 2004, Taubaté. GEL Estdos lingüísticos XXXIII. Campinas: UNICAMP, 2003.
- BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de Ontem? Rio de Janeiro – Século XIX*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988.
- BICALHO, Maria Fernanda B. *O Bello Sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do XX*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia – UFRJ, Rio de Janeiro, 1988.
- BINZER, Ina Von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 6ª ed., 1994.

- BOURDIEU, Pierre. O capital social – Notas provisórias. IN: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (org.) *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRANCO, Lúcia Castello. *O que é escrita feminina*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *Um lugar de memória para a nação: o Museu Paulista reinventado por Affonso d'Escragno Taunay (1917-1945)*. 1999. Tese (Doutorado em História)- Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O Museu Paulista: Affonso Taunay e a memória nacional*. São Paulo: Editora de Unesp; Museu Paulista, 2005.
- BROCA, Brito. O anonimato e o pseudônimo na Literatura Brasileira. IN: \_\_\_\_\_. *Horas de leitura*. Rio de Janeiro: MEC-INL, 1957.
- \_\_\_\_\_. *A vida literária no Brasil – 1900*. 3ªed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1975.
- BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Summus, 2009.
- CAMPOS, Humberto de. *Perfis*. Rio de Janeiro: W.M. Jackson, 1945.
- CARVALHO, José Murilo de ... et al. *Sobre o pré-modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- COELHO, Nelly Novaes. *Panorama da Literatura Infantil/Juvenil: Das Origens Indo-Europeias ao Brasil Contemporâneo*. 4ªed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- \_\_\_\_\_. A emancipação da mulher e a imprensa feminina no entre séculos (séc. XIX-XX). *Linguagem Viva*, São Paulo, n. 140, p. 04-05, 2001.p. 04-05.
- \_\_\_\_\_. *Dicionário crítico de escritoras brasileiras: (1711-2001)*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1956.
- COSTA, Luiz Antonio Severino da. *Brasil 1900-1910*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980.
- COSTRUBA, Deivid Aparecido. *CONSELHO ÀS MINHAS AMIGAS: os manuais de ciências domésticas de Júlia Lopes de Almeida (1896-1906)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.
- DARNTON, Robert. “História e Literatura”. In: \_\_\_\_\_. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura, Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DE LUCA, Leonora. Feminismo e iluminismo em Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). *Ciência e Trópico*, Recife, v. 25, n.2, p.213-236, 1997.
- \_\_\_\_\_. O “feminismo possível” de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). *Cadernos Pagu*. Campinas, vol.12, p. 275-299, 1999.
- \_\_\_\_\_. “*A Mensageira*”: uma revista de mulheres escritoras na modernização Brasileira. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 1999. vol. 1 e 2.
- \_\_\_\_\_. *Amazonas do pensamento: a gênese de uma intelectualidade feminina no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 2004.
- DINIZ, André. *Almanaque do Samba: a história do samba, o que ouvir, o que ler, onde curtir*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2006.
- DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: a primeira feminista do Brasil*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2005.

- ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *VIDAS DE ROMANCE: As mulheres e o exercício de ler e escrever no entresséculos 1890-1930*. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2005.
- FANINI, Michele Asmar. *Fardos e Fardões: Mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003)*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- \_\_\_\_\_. Julia Lopes de Almeida: entre o salão literário e a antessala da Academia Brasileira de Letras. *Estudos de Sociologia (São Paulo)*, v.14, p. 317-338, 2009.
- \_\_\_\_\_. A dramaturgia inédita de Júlia Lopes de Almeida: considerações sobre as peças 'O Caminho do Bem' e 'A Última Entrevista'. In: XI International Congress of the Brazilian Studies Association. University of Illinois, 2012, Urbana-Champaign. The unpublished writings of Júlia Lopes de Almeida: some notes on the plays 'Path to the Goodness' ['O Caminho do Bem'] and '(Dis)Appointment' ['A Última Entrevista'], 2012. v. 1. Disponível em: [http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA\\_XI/Michele-Fanini.pdf](http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_XI/Michele-Fanini.pdf). Acesso em 07 jul. 2017.
- \_\_\_\_\_. Estamos ainda diante de um ambiente refratário à presença feminina. *Revista Cult*, on-line, São Paulo, 01 de mar. de 2017. Disponível: <http://revistacult.uol.com.br/home/estamos-ainda-diante-de-um-ambiente-refratario-a-presenca-feminina-diz-pesquisadora-sobre-abl/>. Acesso em 22 de mar. de 2017.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. IN: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de. *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; GOMES, Ângela de Castro. Primeira República: um balanço historiográfico. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Vértice, v. 1, n. 4, p. 244-280, 1989.
- FREIRE, Maria Marta de Luna. *Mulheres mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2006.
- GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade, 2011.
- GRAY, Victor; ASPEY, Melanie. "Rothschild, Nathan Mayer (1777-1836)". *Oxford Dictionary of National Biography*. Oxford University Press: Oxford, 2004. Disponível em: <<http://www.oxforddnb.com/>> Acesso em: 14 ago. 2016.
- GRIECO, Agripino. Contistas maiores e menores. IN: \_\_\_\_\_. *Evolução da prosa brasileira*. São Paulo: José Olympio, 1947. v.3. (p.129 – 146).
- HAHNER, June. *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.
- \_\_\_\_\_. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Mulheres, Santa Cruz: EDUNISC, 2003.
- \_\_\_\_\_. Mulheres de elite: honra e distinção das famílias. In: BASSANEZI, Carla; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.
- HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: Sua História*. 3ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2012.
- HEDRICK, Joan. *Harriet Beecher Stowe: a life*. New York: Oxford University Press. 1994.
- HOWARD, Ebenezer. *Cidades-jardins de amanhã*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- JULES, Michelet. *A mulher*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- KARAWEJCZYK, Monica. *As filhas de Eva querem voar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- KNIBIEHLER, Yvone. *História da virgindade*. São Paulo: Contexto. 2016.

- KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Editora Ática, 1989
- LACAN, Jacques. (1972). O aturdido. In: *Outros escritos*. RJ, Zahar, 2003.
- LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil* 2ªed., São Paulo: Editora Ática, 1998.
- LEITE, Miriam Moreira (Org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Editora Ática, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Maria Lacerda de Moura: uma feminista utópica*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- LÔBO, Yolanda. *Bertha Lutz*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla B. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.
- LURIE, Alison. *A linguagem das roupas*. RJ: Rocco, 1997.
- MACHADO, Hilda. *Laurinda Santos Lobo: mecenas, artistas e outros marginais em Santa Tereza*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- MACHADO NETO, Antonio Luís. *Estrutura social da república das letras: sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930*. São Paulo, Grijalbo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973.
- MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. *Lições de casa: Discursos pedagógicos destinados à família no Brasil*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.
- \_\_\_\_\_. Assim falou D. Júlia. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, nº38, p.82-85, 2008.
- MAIA, Cláudia de Jesus. *A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral – Minas Gerais (1890-1948)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Elas também desejam participar da vida pública: várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932. *Gênero*, Niterói, v.4, n.2, p. 149-169, 1. sem. 2004.
- MARTINS, Ana Luzia. *Revistas em revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- MENDONÇA, Lúcio de. As três Júlias. *Jornal Republica*, Rio de Janeiro, 06 mar. 1897.
- \_\_\_\_\_. Almanaque Brasileira Garnier, v.5, p. 246-249, 1907.
- MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro ilustrado*. São Paulo, Saraiva, 1969.
- MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha (estudo clínico dos anatólios)*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Imagens negociadas: retratos da elite brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MICHELET, Jules. *A mulher*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. São Paulo: HUCITEC; [Brasília]: INL, 1982.

- MOREIRA, Nadilza M. B. *A condição feminina em Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin*. Tese (Doutorado em Letras). São José do Rio Preto: Universidade Estadual Paulista /IBILCE, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A condição feminina revisitada: Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin*. João Pessoa: Editora universitária / UFPR, 2003.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Eles e elas: crônicas da belle époque carioca de Júlia Lopes de Almeida*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.
- MOTT, Maria Lúcia; MALUF, Marina. Recônditos do mundo feminino. IN: SEVCENKO, Nicolau (org.) *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NAVARRO, M. H.; SCHIMIDT, R. T.. A questão de gênero: ideologia e exclusão. IN: *II Congresso Internacional sobre a mulher, gênero e relações de trabalho*. Goiânia. ANAIS do II Congresso Internacional sobre a mulher, gênero e relações de trabalho. Goiânia: Cir Gráfica e Editora, 2007.
- OLIVEIRA, Romair Alves de. A escritura de resistência em Júlia Lopes de Almeida, *A Viúva Simões*. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.
- PAIXÃO, Sylvia Perligeiro. Introdução. IN: ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Correio da Roça*. Rio de Janeiro: Presença Edições: Brasília: INL – Instituto Nacional do Livro, 1987.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. *História da literatura brasileira. Prosa de ficção: de 1870 a 1920*. 2ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- PERROT, Michelle; FRAISSE, Geneviève. Introdução: Ordens e Liberdade In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges. *História das Mulheres no Ocidente: o século XIX*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Editora UNESP, 1998. p.7.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Enlínea], Debates, 2008. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/1560>. Acesso em: 20 jul. 2016.
- PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PONTES, Heloísa. *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1991.
- RICHTER, Liane Peters. *Emancipação feminina e moral libertária: Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura*. (Dissertação de Mestrado). Campinas: UNICAMP, 1998.
- RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Depto. Nacional do Livro, 1994.
- ROCHA, Elaine Pereira. *Entre a pena e a espada: a trajetória de Leolinda Daltro (1859-1935) – patriotismo, indigenismo e feminismo*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- ROQUETTE, J. I. *Código do Bom-Tom, ou Regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SALOMONI, Rosane Saint-Denis. *Sob o olhar do narrador: representações e discursos em A Silveirinha (Crônica de um verão)*, de Júlia Lopes de Almeida. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A escritora / Os críticos / A escritura: o lugar de Júlia Lopes de Almeida na ficção brasileira*. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

- SCAVONE, Lucila. Estudos de Gênero: uma sociologia feminista? *Revista Estudos Feministas*, v.8, n.2. Florianópolis, 2000.
- SCHIMIDT, Rita Terezinha. *Historiografia literária e discurso crítico: memória e exclusão*. Disponível em: <http://www.mshs.univ-poitiers.fr/crla/contenidos/AV/CONFERENCIAS/Conferences/Schmidt.html>. Acesso em: 30 de jan. de 2017.
- SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário de mulheres no Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: \_\_\_\_\_. *História da vida privada no Brasil*. v.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. v.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul./dez., 1990.
- \_\_\_\_\_. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres 2002.
- SHARPE, Peggy (org.). *Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina*. Florianópolis: Editora Mulheres; Goiânia: Editora da UFG, 1997.
- SILVA, Arlenice da. Edgar Quinet e o romantismo. *Teresa (USP)*, v. 12/13, p. 287-306, 2013.
- SILVA, Nahete de Alcântara. *Júlia Lopes de Almeida e sua trajetória de consagração em O País*. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- SILVA, Zélia Lopes da. *As percepções das elites brasileiras dos anos de 1930 sobre a Natureza: das projeções simbólicas às normas para seu uso*. IN: ARRUDA, Gilmar (org.). *Natureza, fronteiras e territórios [livro eletrônico]: imagens e narrativas*. Londrina : Eduel, 2013. p. 179.
- SINZIG, Pedro (org.). *Através dos romances: guia para as consciências*. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1923
- SIRINELLI, Jean- François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003. 2 ed. P. 232 – 253.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1966.
- SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Feminismo e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- SOUZA, Alfredo. Introdução. In: ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A Família Medeiros*. Rio de Janeiro: Empresa Nacional de Publicidade, 1919.
- SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- TELLES, Lygia Fagundes. A Mulher escritora e o feminismo no Brasil. In: SHARPE, Peggy (org.). *Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina*. Florianópolis: Editora Mulheres; Goiânia: Editora da UFG, 1997.
- TELLES, Norma. *Encantações: escritora e imaginação literária no Brasil, século XIX*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1987.
- \_\_\_\_\_. Escritoras, Escrita, Escrituras. In: DEL PRIORE, Mary. (org.) *História das mulheres no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Encantações: escritora e imaginação literária no Brasil, século XIX*. São Paulo: Intermeios, 2012.

VELLOSO, Monica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

\_\_\_\_\_. *História & Modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

VENÂNCIO FILHO, A. As mulheres na Academia. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 49, p.07-46, 2006.

VERÍSSIMO, José. *Estudos de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1910.

\_\_\_\_\_. *Letras e literatos*. Rio de Janeiro. Leite Ribeiro e Maurillo, 1919.

*Voto da Mulher*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>. Acesso em 02 de abr. de 2017

WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. Tradução de Vera Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.



## ANEXOS

## ANEXO A – LIVROS PUBLICADOS POR JÚLIA LOPES DE ALMEIDA (1886 – 1934)

Ano de publicação	Nome do livro	Tipologia	Editora	Observações
1886	<i>Contos Infantis</i>	Coletânea escolar	<b>Cia. Editora</b> (Lisboa)	Outras editoras: <b>Laemmert &amp; Cia</b> (Rio de Janeiro) e <b>Francisco Alves</b> (Rio de Janeiro). Total de 17 edições.
1887	<i>Traços e Iluminuras</i>	Coletânea de contos	<b>Typografia Castro e Irmão</b> (Lisboa)	Apenas uma edição.
1892	<i>A Família Medeiros</i>	Romance	<b>Horácio Belfort Sabino</b> (São Paulo)	Publicado originalmente em folhetins pelo jornal <i>Gazeta de Notícias</i> (Rio de Janeiro-1891). Outras editoras: <b>Empreza Nacional de Publicidade Editora</b> (Rio de Janeiro).
1896	<i>Livro das Noivas</i>	Manual de civilidade	<b>Typographia da Companhia Nacional Editora</b> (Lisboa)	Outras editoras: <b>Francisco Alves</b> (Rio de Janeiro). Total de 04 edições.

<b>1897</b>	<i>A Viúva Simões</i>	Romance	<b>Antonio Maria Pereira Editor</b> (Lisboa)	Publicado originalmente em folhetins pelo jornal <i>Gazeta de Notícias</i> (Rio de Janeiro-1895).  Outras editoras: <b>Editora Mulheres-Edunisc</b> (Florianópolis).
<b>1899</b>	<i>Memórias de Marta</i>	Romance	<b>Casa Durski Editora</b> (Sorocaba)	Publicado originalmente em folhetins pelo jornal <i>Tribuna Liberal</i> (Rio de Janeiro-1889).  Outras editoras: <b>Livraria Francesa Truchy-Leroy</b> (Paris) e <b>Editora Mulheres-Edunisc</b> (Florianópolis).
<b>1901</b>	<i>A falência</i>	Romance	<b>Oficina de Obras d´Tribuna</b> (Rio de Janeiro)	Outras editoras: <b>Francisco Alves</b> (Rio de Janeiro), <b>Editora Humanismo Ciência e Tecnologia – HUCITEC</b> (São Paulo) e <b>Editora Mulheres-Edunisc</b> (Florianópolis).
<b>1903</b>	<i>Ânsia eterna</i>	Coletânea de contos	<b>H. Garnier Livreiro Editor</b> (Rio de Janeiro)	Outras editoras: <b>Editora A Noite</b> (Rio de Janeiro) e <b>Editora Mulheres-Edunisc</b>

				(Florianópolis).
<b>1906</b>	<i>Livro das Donas e Donzelas</i>	Manual de civilidade	<b>Francisco Alves &amp; Cia</b> (Rio de Janeiro)	Apenas uma edição.
<b>1907</b>	<i>Histórias da nossa terra</i>	Coletânea escolar	<b>Livraria Francisco Alves</b> (Rio de Janeiro)	Total de 21 edições.
<b>1908</b>	<i>A intrusa</i>	Romance	<b>Livraria Francisco Alves</b> (Rio de Janeiro)	Publicado originalmente em folhetins pelo jornal <i>Jornal do Comercio</i> (Rio de Janeiro-1905).  Outras editoras: <b>Simões Lopes</b> (Porto) e <b>Fundação Biblioteca Nacional</b> (Rio de Janeiro).
<b>1909</b>	<i>A herança</i>	Teatro	<b>Typografia do Jornal do Comércio – de Rodrigues &amp; Cia</b> (Rio de Janeiro)	Peça representada pela primeira vez em 04/09/1908, no Rio de Janeiro, no Teatro da Exposição Nacional. Evento realizado para comemorar o Centenário da Abertura dos Portos.
<b>1910</b>	<i>Eles e elas: monólogos e diálogos</i>	Coletânea de crônicas	<b>Francisco Alves &amp; Cia</b> (Rio de Janeiro)	A obra sofreu reedições na primeira metade do século XX.
<b>1911</b>	<i>Cruel Amor</i>	Romance	<b>Francisco Alves &amp; Cia</b> (Rio de Janeiro)	Publicado originalmente em folhetins pelo jornal <i>Jornal do Comercio</i> (Rio de Janeiro-

				1908). Outras editoras: <b>Edições Saraiva</b> (São Paulo) e <b>Editora Mulheres-Edunisc</b> (Florianópolis).
<b>1912</b>	<i>Quem não perdoa</i>	Teatro	Editado isoladamente pela escritora.	Representado pela primeira vez em 1º/10/1912, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro.
<b>1912</b>	<i>Cenas e paisagens do Espírito Santo</i>	Monografia descritiva	Publicada na <b>Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro</b> (Rio de Janeiro)	Tomo LXXV, 2ª parte, p. 177-217.
<b>1913</b>	<i>Correio da Roça</i>	Romance epistolar	<b>Francisco Alves &amp; Cia</b> (Rio de Janeiro)	Publicado originalmente em folhetins pelo jornal <i>O País</i> (Rio de Janeiro-1909-1910).
<b>1914</b>	<i>A Silveirinha: crônicas de um verão</i>	Romance	<b>Francisco Alves &amp; Cia</b> (Rio de Janeiro)	Publicado originalmente em folhetins pelo <i>Jornal do Comércio</i> (Rio de Janeiro-1913).  Outras editoras: <b>Editora Mulheres-Edunisc</b> (Florianópolis).

<b>1916</b>	<i>A árvore</i>	Coletânea escolar	<b>Livraria Francisco Alves</b> (Rio de Janeiro)	A parte poética do livro ficou sob a responsabilidade do primogênito da escritora, Afonso Lopes de Almeida.
<b>1917</b>	<i>Era uma vez...</i>	Coletânea escolar	<b>Jacinto Ribeiro dos Santos Editor</b> (Rio de Janeiro)	Apenas uma edição.
<b>1917</b>	<i>“Padre José Maurício”</i>	Conferência	Publicada na <b>Revista do Brasil</b> (São Paulo)	Conferência pronunciada pela escritora em São Paulo, em 03/11/1917, na Sociedade de Cultura Artística.  Outras informações do número: 1ª fase, vol VI, nº23 ano II (novembro de 1917).
<b>1917</b>	<i>Teatro</i>	Teatro	<b>Renascença Portuguesa</b> (Porto)	Edição compilada com três peças da escritora: <i>Quem não perdoa, Doidos de Amor, Nos jardins de Saul</i> .
<b>1920</b>	<i>Jornadas no meu país</i>	Monografia descritiva	<b>Oficina Gráfica da Livraria Francisco Alves</b> (Rio de Janeiro)	Edição ilustrada com desenhos do filho mais novo da escritora, Albano Lopes de Almeida
<b>1922</b>	<i>Jardim Florido</i>	Livro de Jardinagem	<b>Livraria Leite Ribeiro</b> (Rio de Janeiro)	A capa desta edição estampa uma tricromia de Albano Lopes de Almeida,

				filho da escritora.
<b>1922</b>	<i>A isca</i>	Coletânea de Novelas	<b>Livraria Leite Ribeiro</b> (Rio de Janeiro)	Contém as novelas: <i>A Isca, O homem que olha para dentro, O laço azul e O dedo do velho.</i>
<b>1922</b>	<i>Brasil</i>	Conferência	-----	Conferência pronunciada pela autora na <i>Biblioteca do Conselho Nacional de Mulheres da Argentina</i> , em Buenos Aires, no dia 10/10/1922.  O exemplar desta conferência pertence à biblioteca da Casa de Rui Barbosa.
<b>1923</b>	<i>Oração à Santa Doroteia</i>	Conferência	<b>Livraria Francisco Alves</b> (Rio de Janeiro)	Conferência pronunciada pela autora na segunda série de preleções literárias patrocinadas pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – início do século XX.
<b>1925</b>	<i>Maternidade</i>	Ensaio Pacifista	<b>Editores Olivia Herdy de Cabral Peixoto</b> (Rio de Janeiro)	Publicado originalmente em folhetins pelo jornal <i>Jornal do Comércio</i> (Rio de Janeiro-1924). Foi dedicado às amigas sócias da Biblioteca do Conselho Nacional de Mulheres da República Argentina e as fundadoras da

				Associação Damas Patrícias Argentinas de Santiago Del Estero, em prol da paz permanente no continente sul-americano. Inclui também o texto <i>Oração à Bandeira</i> , proferida pela autora no campo de São Cristóvão em 07/09/1922.
<b>1932</b>	<i>A Casa Verde</i>	Romance	<b>Companhia Editora Nacional</b> (São Paulo)	Publicado originalmente em folhetins pelo <i>Jornal do Comércio</i> (Rio de Janeiro-1898/1899). Livro escrito em colaboração do marido, Filinto de Almeida. Assinado com o pseudônimo comum ao casal, “A. Julinto”
<b>1934</b>	<i>Pássaro Tonto</i>	Romance	<b>Companhia Editora Nacional</b> (São Paulo)	Outras editoras: <b>Editores Mulheres-Edunisc</b> (Florianópolis)

1930-1934 <sup>499</sup>	<i>O Funil do Diabo</i>	Romance	<b>Editora Mulheres</b> (Florianópolis)	_____
--------------------------	-------------------------	---------	--	-------

## ANEXO B - ESTATUTO DO PARTIDO REPUBLICANO FEMININO

Art.1º De acordo com o artigo 72, § 8º da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, fica fundado o Partido Republicano Feminino, que obedecerá ao seguinte programa:

§ 1º Congregar a mulher brasileira na Capital e em todos os Estados do Brasil, a fim de fazê-la cooperar na defesa das causas relativas ao progresso pátrio.

§ 2º Pugnar pela emancipação da mulher brasileira, despertando-lhe o sentimento de independência e de solidariedade patriótica, exaltando-a pela coragem, pelo talento e pelo trabalho, diante da civilização e do progresso do século.

§ 3º Estudar; resolver e propor medidas a respeito das questões presentes e vindouras relativas ao papel da mulher na sociedade, principalmente no Brasil, pleiteando as suas causas perante os Poderes constituídos, baseando-se nas leis em vigor.

§ 4º Pugnar para que sejam consideradas extensivas às mulheres as disposições constitucionais da República dos Estados Unidos da Brasil, desse modo incorporando-a na sociedade brasileira.

§ 5º Propagar a cultura feminina em todos os ramos do conhecimento humano.

§ 6º Estabelecer entre as congregadas o interesse pelas questões, progressivamente, desde o lar até a agricultura, o comércio, a indústria, a administração pública e as questões sociais.

§ 7º Combater, pela tribuna e pela imprensa, a bem do saneamento social procurando, no Brasil, extinguir toda e qualquer exploração relativa ao sexo.

§ 8º Fundar, organizar e regulamentar, dirigir e manter instituições de utilidade geral e outras de proveito exclusivo, cujos cargos sejam preenchidos, tanto quanto possível, pelas sócias do partido, podendo-se desde já mencionar as de instrução, de educação, de beneficência, de assistência geral, de crédito mútuo, de cultura física, de diversões, etc.

Art. 2º O Partido Republicano Feminino é uma instituição social de progresso individual, comum e geral; durará por espaço ilimitado no tempo; será constituído de numero ilimitado de pessoas do sexo feminino domiciliadas no Brasil, sem distinção de nacionalidade nem de religião, e terá sua sede na capital do Brasil.

Art. 11. Os destinos do partido ficarão entregues a um grande conselho deliberativo composto da comissão administrativa, das diretorias das diversas seções e instituições fundadas pelo partido e das comissões especiais.

Art. 17 A comissão administrativa, que é a única competente para executar as deliberações do conselho deliberativo, nos limites das suas atribuições, será composta de presidente, três vice-presidentes, três secretarias, duas tesoureiras, uma bibliotecária, uma arquivista, três procuradoras e uma zeladora.

Art. 19 A orientação suprema político-social e a ação geral do partido ficarão entregues a uma chefe suprema, que é a própria presidente do conselho e da comissão administrativa auxiliada por uma secretária geral e uma procuradoria geral.

§ 1º À presidente cumpre representar o partido em juízo ou fora dele e, em geral, em suas relações para com terceiros.

<sup>499</sup> Trata-se de um manuscrito encontrado nos arquivos pessoais de Júlia Lopes, sob a guarda de Dr. Claudio Lopes de Almeida, neto da escritora, e organizado por Zahidé Muzart para publicação pela Editora Mulheres no ano de 2015. Provavelmente foi escrito entre os anos de 1930-1934.



Art. 24 O patrimônio do partido será ilimitado e representado por apólices ou títulos representativos de valor, moveis, biblioteca, distintivos, joias, mensalidades e propriedades diversas que venha a possuir.

Art. 28. As sócias do Partido Republicano Feminino não respondem, subsidiariamente, pelas obrigações que a administração contrair, expressa ou intencionalmente, em nome dele.

#### Diretoria atual (Provisória)

Presidente, D. Leolinda de Figueiredo Daltro  
 1ª vice-presidente, D. Maria Carlota Vaz de Albuquerque 2ª  
 vice-presidente, D. Emília Torterolli Araldo  
 1ª secretária, D. Hermelinda Fonseca da Cunha e Silva 2ª  
 secretaria, D. Gilka da Costa Machado  
 Tesoureira, D. Goldemira Moreira dos Anjos  
 Arquivista, Srta Áurea Daltro  
 Procuradora, Srta Alice Esperança Arnosa  
 Zeladora, Sra. Vitalina Faria Senna

#### Assembleia Constituinte

Ida Auta Marques Soares  
 Josefina Teixeira  
 Leonor Nunes de Simas  
 Maria Antonieta de Oliveira Fontes  
 Justina Celeste Brasil  
 Odille Bittencourt  
 Aristéa Cardoso Olga  
 Cardoso Maria de Sousa  
 Hermogenea de Carvalho  
 Antonieta Faria Senna Laura  
 Esperança Arnoso  
 Maria Rodrigues de Oliveira  
 Henriqueta Marques  
 Amália Mallet  
 Francisca Mallet  
 Eudoxia dos Santos Rebelo Emilia  
 Augusta Braga de Almeida  
 E toda a diretoria atual.

**Publicado no Diário Oficial da União de 17 de dezembro de 1910, páginas 47 e 48.  
 Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1796367/dou-secao-1-17-12-1910>> Acesso em: 26.março.2012.**